RESENHA
DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

NÚMERO 132, 1º SEMESTRE DE 2023

Brasília
2023

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado — Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira
Secretária-Geral — Embaixadora Maria Laura da Rocha

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente — Embaixador Raphael Azeredo

ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Chefe da Assessoria Especial — Embaixador Joel Souza Pinto Sampaio

==========

COPYRIGHT © MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Zona Cívico-Administrativa
Brasília, DF, 70170-900
Site: gov.br/mre

Elaboração:

Daniela Oliveira Guerra
Letícia Rodrigues Clemente

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Coordenação-Geral de Publicações e Eventos:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho

Coordenação de Publicação e Editoração:

Fernanda Antunes Siqueira

Programação visual e diagramação:

Denivon Cordeiro de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Ministério das Relações Exteriores

Repertório de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Assessoria Especial de Comunicação Social. – Ano 49, n. 132 (jan./jun. 2023) – Brasília : FUNAG, 2023.
278 p.

ISSN: 0101-2428

1. Brasil – Relações Internacionais – Periódico. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU: 32(05)

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.
Elaborada porElizabeth Mattos – CRB-1/1415
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

SUMÁRIO

1. NOTAS À IMPRENSA..... 9

1.1. Retorno do Brasil à CELAC..... 9

1.2. Retorno do Brasil ao Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular..... 10

1.3. Atos de violência golpista em Brasília..... 10

1.4. Candidatura brasileira para sediar a COP30..... 11

1.5. Desligamento do Brasil do Consenso de Genebra – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde, do Ministério das Mulheres e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania..... 11

1.6. Envio de missão diplomática brasileira a Caracas 12

1.7. Visita do Senhor Presidente da República à Argentina e ao Uruguai e participação na VII Cúpula da CELAC 13

1.8. Visita ao Brasil do Chanceler Federal da Alemanha, Olaf Scholz..... 14

1.9. Novos secretários do Ministério das Relações Exteriores 15

1.10. Participação do Brasil como país garante na mesa de diálogos de paz entre o Governo colombiano e o ELN 16

1.11. Viagem do senhor Presidente da República a Washington ...17

1.12. Início da presidência brasileira do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul – IBAS 18

1.13. Vistos de visita para cidadãos de Austrália, Canadá, Estados Unidos e Japão 19

1.14. Visita de Estado do Senhor Presidente da República à República Popular da China..... 19

1.15. Regresso do Brasil à UNASUL..... 20

1.16. Quitação de dívidas do Brasil junto a organismos internacionais – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Planejamento e Orçamento 20

1.17. Participação do Ministro Mauro Vieira na VIII Reunião Ministerial da ZOPACAS – 18 de abril 21

1.18. Brasil quita o valor integral da dívida com o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Planejamento e Orçamento 25

1.19. Audiência da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o Caso Quilombolas de Alcântara 25

1.20. Reunião de Presidentes dos Países da América do Sul – Brasília, 30 de maio de 2023 26

1.21. Participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cúpula do G7 27

1.22. Presidência brasileira do G20 27

1.23. Bombardeios israelenses na Faixa de Gaza 28

1.24. Lançamentos de foguetes contra território israelense a partir da Faixa de Gaza 29

1.25. Visita oficial ao Brasil do Presidente da Venezuela 29

1.26. Retirada da oferta do Brasil para acessão ao Acordo de Contratações Governamentais da OMC 30

1.27. Processo de paz na Colômbia 31

1.28. Visita do Presidente Lula à Itália e ao Vaticano – 20 a 22 de junho de 2023 31

1.29. Anúncio de novos assentamentos israelenses e escalada de violência na Cisjordânia 32

1.30. Visita de Estado ao Brasil do Presidente da República Argentina, Alberto Fernández, no contexto de celebração dos 200 anos das relações diplomáticas entre Brasil e Argentina – 26 de junho de 2023 33

2. ACORDOS E ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS NO PERÍODO..... 35

2.1. Acordo de Cooperação Antártica entre Brasil e Argentina 35

2.2. Acordo Complementar ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000, sobre a Concessão de Equivalência de Estudos no Brasil (Ensino Fundamental e Médio) e em Portugal (Ensino Básico e Secundário)..... 38

2.3. Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa em Matéria de Segurança Pública 43

2.4. Plano de Ação para o relançamento da Aliança Estratégica Brasil-Argentina 49

3. COMUNICADOS CONJUNTOS..... 67

3.1. Declaração Conjunta por ocasião da visita oficial à República Argentina do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva 67

3.2. Comunicado Conjunto – Visita ao Brasil do Chanceler Federal da Alemanha, Olaf Scholz – Brasília, 30 de janeiro de 2023 83

3.3. Comunicado Conjunto por ocasião do encontro entre os Presidentes Lula e Biden..... 85

3.4. Comunicado Conjunto dos governos da Argentina, Brasil, Chile e México sobre a expansão de assentamentos israelenses na Cisjordânia 87

3.5. Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o Aprofundamento da Parceria Estratégica Global – Pequim, 14 de abril de 2023..... 87

3.6. Declaração Conjunta Brasil-China sobre o combate à mudança do clima 100

3.7. Declaração conjunta EAU-Brasil..... 104

3.8. Declaração conjunta Brasil-EAU sobre ação e ambição fortalecidas em mudança do clima (tradução não oficial)..... 107

3.9. Declaração Conjunta por ocasião da XIII Cimeira Luso-Brasileira – Lisboa, 22 de abril de 2023..... 108

3.10. Declaração do Presidente da República Federativa do Brasil e do Presidente de Governo da Espanha sobre o "Mapa do Caminho" para uma Associação Estratégica Renovada Brasil – Espanha – Madri, 26 de abril de 2023..... 130

3.11. Declaração de Ações de Hiroshima para Segurança Alimentar Global Resiliente..... 137

3.12. Declaração Conjunta de Brasília entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro Moros..... 147

3.13. Consenso de Brasília – 30 de maio de 2023 157

3.14. Declaração Conjunta do Cabo da Boa Esperança – Ministros das Relações Exteriores e Relações Internacionais do BRICS – Cidade do Cabo, África do Sul, 1º de junho de 2023 158

4. DISCURSOS 167

4.1. Discurso do Embaixador Mauro Vieira por ocasião da posse no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores – Brasília, 2 de janeiro de 2023 167

4.2. Discurso de posse da Embaixadora Maria Laura da Rocha no cargo de Secretária-Geral das Relações Exteriores – Palácio Itamaraty, Brasília, 4 de janeiro de 2023 178

4.3. Discurso do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da VII reunião de Cúpula da CELAC – Buenos Aires, 24 de janeiro de 2023 184

4.4. Apresentação inicial do Ministro Mauro Vieira em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal – Brasília, 11 de maio de 2023 188

4.5. Intervenção do Ministro das Relações Exteriores no debate aberto do CSNU sobre proteção de civis em conflitos armados – Nova York, 23 de maio de 2023..... 202

4.6. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em reunião com presidentes de países da América do Sul – Brasília, 30 de maio de 2023 206

4.7. Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião dos 200 anos de relações diplomáticas entre Brasil e Argentina – Brasília, 26 de junho de 2023 214

5. ARTIGOS E ENTREVISTAS 217

5.1. "Lula vai dialogar com todos. Sem diálogo não há diplomacia, não há solução" – entrevista do Ministro Mauro Vieira ao periódico *Clarín* (Argentina), em 3 de janeiro de 2023....217

5.2. Brasil defende diálogo com Putin – entrevista do Ministro Mauro Vieira ao *Le Monde* (França), em 6 de janeiro de 2023..... 223

5.3. "Acordo do Uruguai com a China seria destruição do Mercosul" – entrevista do Ministro Mauro Vieira a *Folha de S.Paulo*, em 21 de janeiro de 2023..... 226

5.4. Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à *CNN Internacional*, em 10 de fevereiro de 2023..... 230

5.5. "Voltar ao mundo é também um bom negócio" – artigo do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, publicado em *O Globo*, em 14 de fevereiro de 2023..... 239

5.6. Brasil e China vão discutir produção conjunta de satélites – entrevista do Ministro Mauro Vieira para o *Valor Econômico*, em 16 de fevereiro de 2023 240

5.7. "O sectarismo que testemunhamos nos últimos anos representa a negação da diplomacia" – entrevista do Ministro Mauro Vieira ao CEBRI, em 15 de março de 2023)..... 244

5.8. Entrevista com o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, sobre a "Doutrina Lula", para o *Americas Quarterly* (EUA), em 23 de março de 2023 250

5.9. Presidente do Brasil proporá "clube da paz" para a Ucrânia, em sua visita à China – entrevista do Ministro Mauro Vieira ao *Financial Times* (Inglaterra), em 24 de março de 2023 257

5.10. Entrevista concedida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a TV Chinesa CCTV, em 13 de abril de 2023 259

6. PUBLICAÇÕES EM REDES SOCIAIS 271

6.1. Publicação no X, por ocasião do encontro bilateral com o Ministro de Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Dmytro Kuleba – 18 de fevereiro de 2023 271

6.2. Publicação no Instagram por ocasião do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial – 21 de março de 2023... 272

6.3. Publicação no X, sobre a participação do Brasil na Reunião do CSNU sobre multilateralismo efetivo – 24 de abril de 2023.... 273

6.4. Publicação no X, na ocasião da reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-França – 24 de abril de 2023 274

6.5. Publicação no Instagram por ocasião do Dia Internacional dos Mantenedores da Paz ("Peacekeepers") – 29 de maio de 2023 275

6.6. Publicação no X, na ocasião da repatriação do acervo cinematográfico brasileiro – 19 de abril de 2023 276

6.7. Publicação no Instagram por ocasião do Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+ – 28 de junho de 2023 277

6.8. Publicação no X, sobre o Dia Internacional das Mulheres na Diplomacia – 29 de junho de 2023 278

1. NOTAS À IMPRENSA

1.1. Retorno do Brasil à CELAC

O Governo brasileiro comunicou hoje, 5 de janeiro, aos países membros da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), pelos canais diplomáticos adequados, a reincorporação do Brasil, de forma plena e imediata, a todas as instâncias do mecanismo, tanto as de caráter político como as de natureza técnica.

Os sócios extrarregionais com os quais a CELAC mantém diálogo regular, entre os quais a União Europeia, China, Índia, ASEAN e União Africana, foram igualmente informados sobre o regresso do país ao mecanismo de concertação regional.

O Brasil participou diretamente da criação da CELAC, ao convocar e sediar, em 2008, na Costa do Sauípe na Bahia, a I Cúpula de Países da América Latina e Caribe (CALC).

Formalmente estabelecida em fevereiro de 2010, durante a Cúpula da Unidade, em Cancún, a CELAC está integrada por todos os 33 países da região latino-americana e caribenha. Dedica-se à promoção do diálogo político, da concertação e da cooperação regional em um conjunto amplo de temas, entre os quais segurança alimentar e energética, saúde, inclusão social, desenvolvimento sustentável, transformação digital e infraestrutura para a integração.

O retorno do Brasil à comunidade latino-americana de Estados é um passo indispensável para a recomposição do nosso patrimônio diplomático e para a plena reinserção do País ao convívio internacional.

A convite do presidente da Argentina, Alberto Fernández, que exerce a presidência pro tempore do foro, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará da VII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da CELAC, que será realizada em Buenos Aires em 24 de janeiro corrente.

Nota à imprensa nº 5, publicada em 05/01/2023

1.2. Retorno do Brasil ao Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular

O Governo brasileiro comunicou, hoje, ao Secretário-Geral das Nações Unidas, ao Diretor-Geral da Organização Internacional para as Migrações (OIM), aos Presidentes da Assembleia Geral da ONU e do Conselho da OIM e ao Chefe do Secretariado da Rede das Nações Unidas sobre Migrações sua decisão de reintegrar o País ao Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular.

O Pacto Global para Migração, adotado pela Assembleia Geral da ONU em 2018, estabelece parâmetros para a gestão de fluxos migratórios. O documento contém compromissos já contemplados pela Lei de Migração brasileira, considerada uma das mais avançadas do mundo, como a garantia do acesso de pessoas migrantes a serviços básicos.

O Brasil deixou de participar de iniciativas sobre a implementação do documento em 2019. O retorno do Brasil ao Pacto reforça o compromisso do Governo brasileiro com a proteção e a promoção dos direitos dos mais de 4 milhões de brasileiros que vivem no exterior.

Nota à imprensa nº 4, publicada em 05/01/2023

1.3. Atos de violência golpista em Brasília

O Ministério das Relações Exteriores agradece e registra as inúmeras manifestações de apoio e solidariedade da comunidade internacional, pelos mais diversos canais, diante da violência golpista registrada no dia de ontem (08/01) na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

A posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma festa democrática que contou com a presença expressiva de mais de 60 delegações internacionais de alto nível, representou um reconhecimento à solidez das instituições democráticas brasileiras. No mesmo sentido, desde ontem tem sido unânime e contundente o repúdio de países e organismos internacionais aos atos de terrorismo e vandalismo que chocaram o Brasil e o mundo.

O Estado brasileiro e suas instituições democráticas saberão, mais uma vez, dar respostas à altura da gravidade dos crimes cometidos. O Governo brasileiro e o Itamaraty seguirão, com determinação, defendendo e atuando

de acordo com os preceitos da Constituição de 1988, sob a qual o País registra o mais longo período de convivência democrática em sua história republicana.

Nota à imprensa nº 7, publicada em 09/01/2023

1.4. Candidatura brasileira para sediar a COP30

O Itamaraty deu início aos esforços diplomáticos para lançamento da candidatura da cidade de Belém, no Pará, como sede da 30a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), a ser realizada em 2025, o que reflete a prioridade conferida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao combate à mudança do clima e à preservação ambiental da região amazônica.

A sede da COP 30 deverá ser decidida por ocasião da COP28, em dezembro de 2023.

Nota à imprensa nº 11, publicada em 12/01/2023

1.5. Desligamento do Brasil do Consenso de Genebra – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde, do Ministério das Mulheres e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

O Governo brasileiro decidiu atualizar o posicionamento do país em fóruns e mecanismos internacionais que tratam da pauta das mulheres, com o objetivo de melhor promover e defender os mais altos padrões dos direitos humanos e liberdades fundamentais, em linha com a legislação brasileira e os compromissos assumidos pelo país no plano regional e multilateral.

Nesse sentido, o Governo brasileiro decidiu desligar-se da Declaração do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família. O Brasil considera que o referido documento contém entendimento limitativo dos direitos sexuais e reprodutivos e do conceito de família e pode comprometer a plena implementação da legislação nacional sobre a matéria, incluídos os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). O Governo reitera o firme compromisso de promover a garantia efetiva e abrangente da saúde da mulher, em linha com o que dispõem a legislação nacional e as políticas

sanitárias em vigor sobre essa temática, bem como o pleno respeito às diferentes configurações familiares.

Além disso, comunicou hoje aos secretariados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e da Comissão Interamericana de Mulheres da OEA a decisão brasileira de associar-se ao Compromisso de Santiago ("Um instrumento regional para responder à crise da COVID-19 com igualdade de gênero"), adotado em 31 de janeiro de 2020, por ocasião da XIV Conferência Regional sobre a Situação da Mulher da América Latina e do Caribe (CRM/CEPAL), assim como à Declaração do Panamá ("Construindo pontes para um novo pacto social e econômico gerido por mulheres"), aprovado pela 39ª Assembleia de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM/OEA), realizada entre 25 e 26 de maio de 2022.

O Governo entende que o Compromisso de Santiago e a Declaração do Panamá estão plenamente alinhados com a legislação brasileira pertinente, em particular no que respeita à promoção da igualdade e da equidade de gênero em diferentes esferas, à participação política das mulheres, ao combate a todas as formas de violência e discriminação, bem como aos direitos sexuais e reprodutivos. Ao associar-se aos referidos instrumentos, o Brasil passará a dispor de ferramentas valiosas para coordenação e promoção de políticas a fim de garantir os direitos das mulheres no âmbito regional e hemisférico, fortalecendo, desse modo, a interlocução técnica e o potencial para cooperação multilateral sobre os temas.

Nota à imprensa nº 13, publicada em 17/01/2023

1.6. Envio de missão diplomática brasileira a Caracas

Chegou ontem, 18 de janeiro, a Caracas, missão diplomática brasileira com o objetivo de dar início às providências para a reabertura da Embaixada do Brasil na Venezuela. Liderada pelo Embaixador Flávio Macieira, a missão deverá avaliar as condições dos imóveis e tomar as primeiras medidas com vistas ao pleno funcionamento da representação brasileira, inicialmente em nível de Encarregado de Negócios.

O envio da missão reflete a decisão do Governo brasileiro de normalizar as relações bilaterais, permitindo a retomada de tratativas com o Governo venezuelano sobre os diferentes temas que compõem a agenda entre os dois países.

O diálogo com a Venezuela, país com o qual o Brasil compartilha laços históricos de amizade e de cooperação, além de extensa fronteira, é fundamental não apenas para o adequado seguimento da pauta bilateral, mas também para a revitalização da integração regional.

Caberá à missão, igualmente, verificar as medidas necessárias para o tempestivo restabelecimento do atendimento consular à comunidade brasileira na Venezuela.

Nota à imprensa nº 17, publicada em 19/01/2023

1.7. Visita do Senhor Presidente da República à Argentina e ao Uruguai e participação na VII Cúpula da CELAC

Em sua primeira missão ao exterior no atual mandato, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visitas oficiais a Buenos Aires e Montevidéu no período de 23 a 25 de janeiro. Participará, no dia 24, na capital argentina, da VII Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), cuja presidência de turno é exercida atualmente pela Argentina. O Presidente Lula estará acompanhado de delegação ministerial.

A visita a Buenos Aires, a convite do Presidente Alberto Fernández, constituirá oportunidade de relançar a relação bilateral no mais alto nível, após período de distanciamento entre governos e redução da dinâmica de integração estratégica. Realçará o papel positivo da relação entre o Brasil e a Argentina para o MERCOSUL e a integração sul-americana e latino-americana. Além da assinatura de instrumentos, deverá ser adotada, na oportunidade, declaração conjunta abrangente, em temas como comércio e investimentos, integração financeira, energia, saúde, defesa, ciência, tecnologia e inovação, cooperação nuclear e espacial, além de temas do MERCOSUL e da agenda regional e global. Está prevista a realização de evento empresarial, com a participação dos presidentes e de grupo de empresários dos dois países.

Somados, Brasil e Argentina representam cerca de dois terços do território, da população e do PIB da América do Sul. O Brasil é o principal sócio comercial da Argentina. A Argentina é o terceiro principal destino das exportações e a terceira principal origem das importações brasileiras.

A presença do Presidente Lula em Buenos Aires estará também marcada pelo retorno do Brasil à CELAC, após três anos de afastamento do mecanismo, ratificando a importância central que o novo governo brasileiro confere às

relações com a região e à integração latino-americana e caribenha, compromisso que está inscrito na Constituição Federal como política de Estado. A CELAC está integrada por todos os 33 países da América Latina e Caribe e dedica-se à promoção do diálogo e da cooperação em conjunto amplo de temas, como saúde, inclusão social, segurança alimentar e energética, desenvolvimento sustentável, transformação digital e infraestrutura para a integração. Deverão estar igualmente presentes em Buenos Aires altos representantes de parceiros externos da CELAC, como União Africana, UE e FAO.

A visita a Montevidéu, em atenção a convite do Presidente Luis Lacalle Pou, ressalta a centralidade atribuída pelo Brasil ao relacionamento com o Uruguai, em vínculos que se refletem em uma densa agenda de cooperação que compreende os campos político, econômico, de integração e infraestrutura fronteiriça, entre outros. Na capital uruguaia, o Presidente Lula reafirmará ainda a importância que confere ao sócio dentro do projeto do MERCOSUL, uma das prioridades do novo Governo brasileiro. O Brasil é o segundo destino das exportações uruguaias e o primeiro fornecedor de produtos ao país vizinho.

Nota à imprensa nº 21, publicada em 21/01/2023

1.8. Visita ao Brasil do Chanceler Federal da Alemanha, Olaf Scholz

O Chanceler Federal da Alemanha, Olaf Scholz, realiza visita oficial ao Brasil hoje, 30 de janeiro, quando será recebido pelo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Os mandatários tratarão dos grandes temas da agenda internacional, no contexto de revitalização da Parceria Estratégica entre os dois países, entre os quais: paz e segurança, transição energética, mudança do clima, reindustrialização, agricultura sustentável, combate à pobreza, saúde e educação.

A visita do Chanceler Olaf Scholz ocorre logo após a visita do Presidente da Alemanha, Franz-Walter Steinmeyer, por ocasião da posse do Senhor Presidente da República.

Está igualmente prevista a realização conjunta, em Belo Horizonte, entre 12 e 14 de março, da 49ª Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha, que se reúne ininterruptamente desde 1974, assim como do 39º Encontro Econômico Brasil-Alemanha. Na ocasião, a delegação alemã deverá liderada pelo Ministro da Economia e Ação Climática, Robert Habeck.

Brasil e Alemanha mantêm parcerias em temas-chave da agenda internacional contemporânea, como paz e segurança, meio ambiente, mudança do clima, digitalização e transição energética. Os mandatários conversarão sobre o conflito na Ucrânia e suas consequências globais, em termos de paz e segurança, segurança alimentar e energética.

No campo ambiental, passarão em revista a renovada cooperação bilateral no âmbito do Fundo Amazônia e, além disso, o empenho pelo Ministério da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento, por meio do Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), de montante de até 10 milhões de euros para o projeto Conservação Florestal na Região Amazônica do Brasil – Fundo Floresta – Bioeconomia, assim como o aporte de até 21 milhões de euros para o projeto Conservação Florestal na Região Amazônia do Brasil – Fundo Floresta – Controle de desmatamento, por meio de contratos com as instituições beneficiárias no País. Será ainda examinada a atribuição de até 13,1 milhões de euros, também financiados pelo KfW, para o projeto "Reflorestamento e proteção das florestas pelos pequenos produtores".

O Presidente Lula e o Chanceler Scholz tratarão ainda das perspectivas de conclusão do Acordo MERCOSUL-União Europeia. Os dois países são tradicionais parceiros em comércio e investimentos, sobretudo no setor industrial. Mais de mil empresas alemãs atuam no Brasil. Em 2022, a corrente de comércio bilateral superou US$ 19 bilhões, com exportações brasileiras de US$ 6,3 bilhões, importações de US$ 12,8 bilhões e superávit alemão de US$ 6,5 bilhões.

Nota à imprensa nº 38, publicada em 30/01/2023

1.9. Novos secretários do Ministério das Relações Exteriores

O Ministério das Relações Exteriores tem a satisfação de informar, com base em sua nova estrutura organizacional, estabelecida pelo Decreto 11.357, de 1° de janeiro de 2023, os seguintes nomes escolhidos para a chefia das secretarias do Itamaraty:

– Secretaria de África e Oriente Médio (SAOM): Embaixador Carlos Sérgio Sobral Duarte;

– Secretaria de Clima, Energia e Meio Ambiente (SECLIMA): Embaixador André Aranha Corrêa do Lago;

– Secretaria de Assuntos Multilaterais Políticos (SAMP): Embaixador Carlos Márcio Bicalho Cozendey;

– Secretaria de Promoção Comercial, Ciência, Tecnologia e Inovação e Cultura (SPTC): Embaixador Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto;

- Secretaria de Europa e América do Norte (SEAN): Embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes;

– Secretaria de Ásia e Pacífico (SEASP): Embaixador Eduardo Paes Saboia;

– Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF): Embaixador Mauricio Carvalho Lyrio;

– Secretaria de América Latina e Caribe (SALC): Embaixadora Gisela Maria Figueiredo Padovan;

– Secretaria de Gestão Administrativa (SGAD): Embaixadora Fátima Keiko Ishitani;

– Secretaria de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos (SECCJ): Embaixador Leonardo Luís Gorgulho Nogueira Fernandes.

A nova estrutura do Itamaraty contempla a criação de três novas secretarias, com o objetivo de redistribuir tarefas e voltar a conferir prioridade a temas fundamentais da política externa brasileira, entre eles o de clima e meio ambiente e o atendimento às comunidades brasileiras no exterior.

Nota à imprensa nº 43, publicada em 01/02/2023

1.10. Participação do Brasil como país garante na mesa de diálogos de paz entre o Governo colombiano e o ELN

O Governo brasileiro transmitiu ao Governo colombiano sua aceitação do convite para retomar a participação, como país garante, na Mesa de Diálogos de Paz entre o Governo da Colômbia e o Exército de Libertação Nacional (ELN).

A retomada das negociações entre o Governo colombiano e o ELN, uma das prioridades da política de "paz total" do Presidente Gustavo Petro, foi formalizada em 21 de novembro de 2022, quando as partes instalaram mesa de diálogo para dar reinício à negociação de um acordo de paz. Em 25 de novembro, as partes confirmaram Cuba, Venezuela e Noruega como países garantes e convidaram Brasil, Chile e México a também exercerem essa função.

O Governo brasileiro já havia contribuído para os diálogos de paz com o ELN, inclusive no papel de país garante, até a interrupção das negociações, em 2019.

É com satisfação que o Brasil volta a integrar o processo, fundamental para a consolidação da paz na Colômbia e de grande importância, por consequência, para a região e para o mundo.

Nota à imprensa nº 47, publicada em 06/02/2023

1.11. Viagem do senhor Presidente da República a Washington

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita a Washington no dia 10 de fevereiro, atendendo a convite do Presidente Joe Biden. Estará acompanhado da Senhora Janja Lula da Silva e de delegação que inclui o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira; o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad; a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; a Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco; o Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa; o Líder do Governo no Senado, Senador Jacques Wagner; e o Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, Embaixador Celso Amorim.

O encontro oferecerá oportunidade para dar impulso renovado às relações entre o Brasil e os Estados Unidos, tendo por base a defesa das instituições democráticas, o combate ao discurso de ódio e à desinformação, a promoção dos direitos humanos e o combate à mudança do clima. Também estarão na pauta os temas de comércio e investimentos, inclusive integração das cadeias produtivas, transição energética, redução da fome e da pobreza e segurança alimentar. Ambos os líderes conversarão, igualmente, sobre as principais questões da agenda internacional, como paz e segurança e G20.

A reunião entre os Presidentes Lula e Biden será o ponto de partida para dinamizar e atualizar os mecanismos de diálogo e cooperação bilaterais e para intensificar os encontros entre lideranças dos dois países, com vistas a obter resultados concretos em benefício das duas sociedades.

No ano de 2024, Brasil e EUA celebrarão 200 anos de relacionamento diplomático. O bicentenário fornecerá uma moldura para o novo momento da relação entre os dois países.

Cerca de dois milhões de brasileiros residem nos EUA, a maior comunidade de brasileiros no mundo. O Itamaraty mantém sua maior rede de atendimento consular naquele país, composta por dez Consulados-Gerais e um Vice-Consulado.

Os EUA são o segundo parceiro comercial do Brasil, tendo-se registrado, no ano passado, intercâmbio total de cerca de US$ 88,7 bilhões, valor inédito na série histórica. Ocupam o primeiro lugar como destino das exportações brasileiras de manufaturados e semimanufaturados. Além disso, são o país com o maior estoque de investimentos no Brasil, estimado em US$ 123 bilhões.

Nota à imprensa nº 51, publicada em 09/02/2023

1.12. Início da presidência brasileira do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul – IBAS

O Brasil assumiu hoje, 3 de março de 2023, a presidência de turno do Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul – IBAS. Integrado por três países democráticos, multiétnicos e multiculturais, o agrupamento completa 20 anos em 2023.

O Governo brasileiro confere prioridade ao IBAS no presente contexto internacional. O grupo encontra-se em posição ideal para contribuir na construção de uma ordem internacional mais justa e representativa, com respeito ao Direito Internacional e à solução pacífica dos conflitos.

A presidência brasileira buscará fortalecer o IBAS em seus três pilares: coordenação política, cooperação trilateral e cooperação com demais países em desenvolvimento, por meio do Fundo IBAS. Premiado internacionalmente, o Fundo já financiou projetos em mais de 30 países.

Em 2024, os três países comporão a troika do G20. A confluência das presidências indiana (2023), brasileira (2024) e sul-africana (2025) do G20 criará novas oportunidades de ação concertada e de cooperação nas mais diversas áreas.

Nota à imprensa nº 81, publicada em 03/03/2023

1.13. Vistos de visita para cidadãos de Austrália, Canadá, Estados Unidos e Japão

O Governo brasileiro decidiu retomar a exigência de vistos de visita para cidadãos da Austrália, Canadá, Estados Unidos e Japão. A decisão foi tomada após consultas a esses quatro países sobre a possibilidade de concessão de isenção de vistos aos nacionais brasileiros, em respeito ao princípio da reciprocidade. A medida passará a valer a partir de 1º. de outubro de 2023.

A isenção fora estabelecida pelo Decreto 9.731, de 16 de março de 2019, em rompimento com o padrão da política migratória brasileira, historicamente alicerçada nos princípios da reciprocidade e da igualdade de tratamento.

O Brasil não concede isenção unilateral de vistos de visita, sem reciprocidade, a outros países.

A partir da data de entrada em vigência da medida, será adotada a modalidade do visto eletrônico, que vigorava antes da isenção unilateral.

Em atenção aos interesses dos cidadãos brasileiros, o governo brasileiro estará pronto a seguir negociando, com os quatro mencionados países, acordos de isenção de vistos em bases recíprocas.

Nota à imprensa nº 96, publicada em 13/03/2023

1.14. Visita de Estado do Senhor Presidente da República à República Popular da China

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita de Estado à República Popular da China no período de 26 a 31 de março corrente, a convite do Presidente Xi Jinping. Trata-se da terceira visita de Estado do Presidente Lula à China, após aquelas realizadas em 2004 e 2009.

Em Pequim, estão previstas reuniões do Presidente Lula com o Presidente Xi, com o Primeiro-Ministro da China, senhor Li Qiang, e com o Presidente da Assembleia Popular Nacional, senhor Zhao Leji, quando serão tratados temas da ampla pauta bilateral, incluindo comércio, investimentos, reindustrialização, transição energética, mudança climática e paz e segurança mundial. Em Xangai, o Presidente Lula visitará a sede do Novo Banco de Desenvolvimento.

A comitiva presidencial será composta de parlamentares, governadores, ministros de Estado e empresários. Ao longo da visita, haverá eventos empresariais, seminários e a assinatura de atos intergovernamentais.

A China é, desde 2009, o maior parceiro comercial do Brasil e uma das principais origens de investimentos em território brasileiro. Em 2022, a corrente de comércio atingiu recorde de US$ 150,5 bilhões. Brasil e China estabeleceram Parceria Estratégica em 1993, elevada a Parceria Estratégica Global em 2012. Os países comemorarão 50 anos do estabelecimento de relações diplomáticas em 2024.

Nota à imprensa nº 102, publicada em 17/03/2023

1.15. Regresso do Brasil à UNASUL

O governo brasileiro tomou as providências jurídicas, em 6/4, para o regresso do país ao Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Com a medida, o Brasil ratifica o seu compromisso com a consolidação da América do Sul como zona de paz e cooperação, em linha com o preceito constitucional de promoção da integração regional.

A revitalização e atualização da UNASUL será processo de construção coletiva, a ser levado adiante por meio de diálogo entre todos os países da região.

O Brasil, em conjunto com os parceiros regionais, trabalhará pela pronta retomada das iniciativas de cooperação sul-americana, com o objetivo de gerar resultados palpáveis em áreas de interesse compartilhado, tais como saúde, infraestrutura, combate aos ilícitos transnacionais e defesa, entre outras.

Nota à imprensa nº 125, publicada em 07/04/2023

1.16. Quitação de dívidas do Brasil junto a organismos internacionais – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Planejamento e Orçamento

Os Ministérios das Relações Exteriores e do Planejamento e Orçamento têm a satisfação de informar que, no marco dos 100 dias de Governo, foram quitados aproximadamente R$ 526 milhões referentes a dívidas do Brasil junto a organismos internacionais.

Foram pagas contribuições à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), à Secretaria

e ao Parlamento do MERCOSUL, ao Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (Focem), à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), à Organização Internacional para as Migrações (OIM), à Organização Mundial da Saúde (OMS), à Organização Internacional do Trabalho (OIT), à Organização Mundial do Comércio (OMC), à Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), ao Tribunal Penal Internacional (TPI), dentre outros organismos internacionais com atuação em áreas prioritárias da política externa brasileira.

O Governo Federal está firmemente engajado no equacionamento das dívidas do Brasil com organismos internacionais, o que contribuirá para aperfeiçoar as condições para a plena retomada da atuação brasileira na esfera internacional. Para tanto, envidará esforços para a execução financeira integral dos valores previstos na Lei Orçamentária Anual 2023 e dos valores inscritos em restos a pagar relativos ao exercício anterior, possibilitando a quitação integral dos débitos do país junto a tais organismos ao longo do ano corrente.

Nota à imprensa nº 127, publicada em 10/04/2023

1.17. Participação do Ministro Mauro Vieira na VIII Reunião Ministerial da ZOPACAS – 18 de abril

O Ministro Mauro Vieira participou hoje, 18 de abril, da VIII Reunião Ministerial da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), em Mindelo, Cabo Verde, em sua primeira visita ao continente africano na atual gestão. Na ocasião, reiterou a importância do Atlântico Sul como área de paz e cooperação, fonte de prosperidade para os povos da região.

Instituída por meio da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1986, a ZOPACAS foi concebida para estimular o diálogo e a cooperação, especialmente sobre temas marítimos, entre os 24 Estados nas duas margens do Atlântico Sul, ao mesmo tempo em que visa a fortalecer a manutenção da paz e da segurança marítima na região.

Após dez anos sem reuniões de alto nível no âmbito da iniciativa, o encontro em Mindelo possibilitou a adoção de declaração e plano de ação, que enunciam ações concretas de cooperação entre os membros do agrupamento. O Brasil ofereceu-se e foi escolhido para sediar a IX Reunião Ministerial da ZOPACAS, em 2026, no marco dos 40 anos da iniciativa.

A seguir, a íntegra, em português, da intervenção do Ministro Mauro Vieira na reunião ministerial:

<ABRE ASPAS>

Sua Excelência, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional da República de Cabo Verde, Rui Alberto de Figueiredo Soares, presidente pro tempore da ZOPACAS, em nome de quem saúdo os colegas Ministros e Ministras das Relações Exteriores,

Sua Excelência, Ministra da Defesa da República de Cabo Verde, Janine Lélis, em nome de quem saúdo os Ministros e Ministras de Defesa e autoridades militares,

Sua Excelência, Subsecretário das Relações Exteriores do Uruguai, Nicolás Albertoni, em sua capacidade de ex-presidente pro tempore da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul,

Senhoras e Senhores,

Gostaria inicialmente de agradecer ao Governo de Cabo Verde por organizar essa tão esperada Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Expresso também meu apreço ao Uruguai pelo trabalho realizado ao longo de seu mandato.

Venho, em minha primeira visita ao continente africano neste terceiro mandato do governo Lula, com o mandato expresso do Presidente para colocar novamente a África como prioridade da política externa brasileira. Juntamente com o retorno à nossa região, iniciado com as visitas que realizei à Argentina e Uruguai, considero este movimento de retomada da presença do Brasil na África como consequência natural de nossa política externa de vocação universalista. Juntos, os países das duas margens do Atlântico Sul podem constituir verdadeira força em favor da construção de uma ordem internacional multipolar. A ZOPACAS constitui mecanismo perfeitamente situado para contribuir para este fim.

Uma década se passou desde nosso último encontro ministerial. Enfrentamos agora um contexto geopolítico ainda mais desafiador, cujos efeitos reverberam nas duas costas do Atlântico Sul. Testemunhamos transformações significativas em nossos países, vivenciamos novos desafios de segurança marítima e estamos mais conscientes, hoje, da importância dos oceanos para a vida de nossos cidadãos.

É chegado o momento de desenvolver o potencial inexplorado da ZOPACAS. Ao estreitarmos nossas relações, por meio de iniciativas concretas de cooperação

e de constante diálogo sobre problemas comuns, poderemos evitar que o Atlântico Sul seja percebido como um vazio de poder. Um vazio passível de ser preenchido por atividades ilícitas e de se tornar palco de conflitos alheios à nossa região. Podemos minimizar ou mesmo evitar presenças desestabilizadoras de atores extrarregionais. Podemos, a partir de nosso próprio diagnóstico dos desafios que afligem o Atlântico Sul, delinear as maneiras mais adequadas de enfrentá-los, à luz das nossas prioridades e capacidades.

O Atlântico Sul é vital para todas as nossas sociedades, e manter seu caráter pacífico deve ser nossa prioridade estratégica de primeira ordem. Para isso, precisamos ter a capacidade de patrulhá-lo e defendê-lo. A Marinha do Brasil está comprometida com este propósito. E aqui aproveito a oportunidade para reconhecer a presença do Chefe do Estado-Maior da Armada da Marinha do Brasil, Almirante de Esquadra José Augusto Vieira da Cunha Menezes, que lidera ampla delegação de oficiais a esta reunião, sinalizando a importância estratégica que a Marinha do Brasil atribui à cooperação na área de operações navais no Atlântico Sul.

É nesse marco que se inserem os esforços de décadas do Estado brasileiro para desenvolver submarinos convencionais a propulsão nuclear, cujo êxito começa a se afigurar no horizonte. Tais meios navais têm caráter estritamente defensivo e dissuasório e são plenamente compatíveis com o objetivo fundamental da ZOPACAS, que é o de manter o Atlântico Sul como uma zona livre de armas nucleares.

Senhores Ministros, estimados amigos,

Para revitalizarmos a ZOPACAS, gostaria de propor três linhas principais de ação, as quais sintetizo nas seguintes palavras: cooperação, institucionalização e engajamento.

A cooperação é essencial para trazer maior densidade à ZOPACAS. Trata-se de momento oportuno para desenvolvermos projetos concretos de cooperação, com pragmatismo e criatividade para maximizar os benefícios de recursos muitas vezes limitados. Podemos explorar projetos em áreas como capacitação de pessoal no setor marítimo, manejo de áreas costeiras, agricultura, biotecnologia, saúde, economia azul, turismo costeiro, energia limpa, transporte e segurança marítima, apenas para citar alguns exemplos. Podemos também estreitar nosso diálogo para o combate a atividades ilícitas, como tráfico de drogas, pirataria e roubo armado, por meio de capacitação, intercâmbio de informações e mecanismos de cooperação jurídica.

Para que possamos dar seguimento à implementação das iniciativas de cooperação, será importante fortalecer institucionalmente a ZOPACAS. Maior institucionalização não deve significar mais burocracia ou estruturas pesadas, mas sim maior previsibilidade e perenidade no encaminhamento das ações que acordarmos nesta reunião. De nada adiantará uma excelente declaração conjunta e plano de ação se não dispusermos de meios para implementá-los e acompanhá-los com a atenção devida. O Brasil está disposto a atuar como ponto focal para impulsionar as atividades da ZOPACAS e contribuir para construir as pontes entre as duas margens do Atlântico Sul.

O terceiro aspecto é ao mesmo tempo catalisador e consequência dos anteriores: engajamento. O alto comparecimento na reunião de hoje é claro sinal do interesse compartilhado no diálogo entre países do Atlântico Sul. Havendo vontade política, podemos fazer muito para fortalecermos esta aliança e atuarmos para que dela rendam frutos na área de defesa, concertação política, paz e segurança e desenvolvimento. O engajamento de todos os membros, nos mais variados níveis, é essencial para que a ZOPACAS vá além de encontros ministeriais e se consolide como verdadeiro foro de diálogo entre os países do Atlântico Sul. Sugerimos, por exemplo, que realizemos encontros de altos funcionários da ZOPACAS com maior frequência, possivelmente em bases anuais, seja de forma presencial, à margem de outras reuniões, seja de modo virtual. O importante é aproveitar o impulso desta Ministerial para dar continuidade ao adensamento da nossa zona de paz e cooperação.

Como mostra de nosso engajamento com a ZOPACAS, gostaria de concluir propondo a realização da IX Reunião Ministerial no Brasil, em 2026, no marco dos quarenta anos da iniciativa. A efeméride será propícia para darmos impulso ao agrupamento, reforçarmos nossa visão do Atlântico Sul e estreitarmos ainda mais os laços que unem nossos países.

Muito obrigado.

<FECHA ASPAS>

Nota à imprensa nº 146, publicada em 18/04/2023

1.18. Brasil quita o valor integral da dívida com o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Planejamento e Orçamento

Os Ministérios das Relações Exteriores e do Planejamento e Orçamento têm a satisfação de informar sobre a quitação integral das dívidas do Brasil junto ao Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), no valor de R$ 500 milhões.

A quitação da dívida do Brasil junto ao FOCEM reforça o compromisso do Governo federal com a integração regional e permite a reativação desse mecanismo estratégico, a fim de financiar projetos de integração da infraestrutura regional e diminuir as assimetrias entre os países do MERCOSUL. Permitirá, ainda, que o Brasil possa acessar R$ 350 milhões para financiar projetos em municípios brasileiros em regiões de fronteira com os países do MERCOSUL – Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina -, em áreas como infraestrutura urbana, segurança, saneamento básico e saúde.

O FOCEM foi criado em 2004, com vistas a financiar programas para promover a convergência estrutural e desenvolver a competitividade dos países do bloco, promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do MERCOSUL. Os fundos são destinados aos países, e entregues em caráter de doação não reembolsável para financiar até 85% do valor elegível por eles apresentados.

Nota à imprensa nº 148, publicada em 19/04/2023

1.19. Audiência da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o Caso Quilombolas de Alcântara

Realizou-se, nos dias 26 e 27 de abril de 2023, em Santiago, no Chile, audiência pública relativa ao caso Comunidades Quilombolas de Alcântara vs. Brasil, perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos. O processo diz respeito à situação de direitos humanos de 152 comunidades remanescentes de quilombos, em Alcântara, no Maranhão, no contexto da instalação do Centro de Lançamento de Alcântara, na década de 1980.

A delegação brasileira à audiência foi chefiada pelo embaixador do Brasil no Chile, Paulo Pacheco, e contou com a participação do ministro-chefe

da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias, e da secretária-executiva do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Rita Cristina de Oliveira, além de representantes do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério da Defesa.

Como resultado de amplo processo de consultas coordenado pelo Itamaraty, em 2023, o Estado brasileiro reconheceu sua responsabilidade internacional na matéria e realizou pedido formal de desculpas às comunidades por violações de direitos previstos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Entre as várias medidas de reparação anunciadas na audiência, está o Grupo de Trabalho Interministerial, criado ontem, 26/04, pelo Decreto 11.502, para formular propostas para titulação territorial e efetivação do direito à consulta prévia, livre e informada às comunidades quilombolas de Alcântara.

As decisões e medidas anunciadas na audiência se inserem em conjunto de políticas de amplo alcance a serem implementadas como forma de reparação às comunidades quilombolas. Almejam, ainda, converter o presente caso em modelo de desenvolvimento sustentável e respeito aos direitos das comunidades afetadas, sempre tendo presente a importância estratégica do Centro de Lançamento de Alcântara para o desenvolvimento tecnológico do país.

Nota à imprensa nº 159, publicada em 27/04/2023

1.20. Reunião de Presidentes dos Países da América do Sul – Brasília, 30 de maio de 2023

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva convidou os demais chefes de Estado sul-americanos para Reunião de Presidentes dos Países da América do Sul, a ser realizada em Brasília no dia 30 de maio de 2023.

O propósito da reunião é promover um diálogo franco entre todos, com vistas a identificar denominadores comuns, discutir perspectivas para a região e reativar a agenda de cooperação sul-americana em áreas-chave, como saúde, mudança do clima, defesa, combate aos ilícitos transnacionais, infraestrutura e energia, entre outros.

Como indicou o Presidente da República aos seus pares regionais, "é imperioso que voltemos a enxergar a América do Sul como região de paz e cooperação, capaz de gerar iniciativas concretas para fazer frente ao desafio, que todos compartilhamos e almejamos, do desenvolvimento sustentável com justiça social".

Nota à imprensa nº 168, publicada em 04/05/2023

1.21. Participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cúpula do G7

A convite do Primeiro-Ministro do Japão, Fumio Kishida, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará do segmento de engajamento externo da Cúpula do G7, em Hiroshima, no Japão, nos dias 20 e 21 de maio corrente.

De acordo com o governo japonês, além dos demais países do G7 e do Brasil, foram convidados para a reunião Austrália, Comores, Ilhas Cook, Índia, Indonésia, República da Coreia e Vietnã, além de representantes das Nações Unidas, do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, da Agência Internacional de Energia, da Organização Mundial de Saúde, da Organização Mundial do Comércio e da União Europeia.

O Brasil compartilha valores que congregam os países do G7 – como o fortalecimento da democracia, a modernização econômica e a proteção do meio ambiente e dos direitos humanos – e mantém com seus membros permanente coordenação sobre temas da agenda internacional, seja de forma bilateral, seja no âmbito do G20 e de organismos internacionais nos quais o Brasil e os membros do G7 interagem.

O Brasil foi convidado a participar de Cúpulas do G7 em diversas ocasiões no período entre 2003 e 2009. Esta será a sétima participação do Presidente Lula em cúpulas do grupo, marcando a retomada do engajamento do Brasil com o G7 e consolidando a percepção de equilíbrio no posicionamento do país em temas sensíveis do cenário internacional. Deverão ser discutidos no segmento de engajamento externo do G7, entre outros, os desafios enfrentados pela comunidade internacional em temas como paz e segurança, saúde, desenvolvimento, questões de gênero, clima, energia e meio ambiente.

Nota à imprensa nº 170, publicada em 05/05/2023

1.22. Presidência brasileira do G20

O Brasil assumirá a presidência de turno do G20 em 1º de dezembro de 2023, pelo período de um ano. Estabelecido, em seu atual formato, em 2008, o G20 consolidou-se, desde então, como o principal foro global de diálogo e coordenação sobre temas econômicos, sociais, de desenvolvimento e de cooperação internacional.

Esta será a primeira ocasião em que o Brasil presidirá o G20 em seu atual formato. Trata-se de processo sem precedentes para o país e oportunidade única para que o Brasil apresente seus atributos e credenciais e projete prioridades de políticas públicas e relações externas nas áreas de atuação do grupo.

O G20 constitui-se atualmente de 21 grupos de trabalho, distribuídos em duas "trilhas" – uma coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores, com 13 grupos de trabalho; outra, pelo Ministério da Fazenda, com 8 grupos de trabalho –, além de 11 grupos de engajamento com a sociedade civil.

A programação da presidência de turno do G20 compreenderá mais de uma centena de reuniões oficiais em todo o território nacional, entre as quais a cúpula de líderes, cerca de 20 reuniões ministeriais, mais de 50 reuniões de altos funcionários, além de dezenas de eventos paralelos.

A Cúpula do G20 durante a presidência de turno brasileira está prevista para ocorrer na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 18 e 19 de novembro de 2024.

Nota à imprensa nº 173, publicada em 09/05/2023

1.23. Bombardeios israelenses na Faixa de Gaza

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do bombardeio realizado na madrugada de hoje pela Força Aérea de Israel a áreas residenciais na Faixa de Gaza, no Estado da Palestina, provocando a morte de ao menos 13 cidadãos palestinos, incluindo 10 civis, dentre os quais crianças.

O Governo brasileiro expressa condolências aos familiares das vítimas e manifesta sua solidariedade ao povo e ao governo do Estado da Palestina.

O Brasil lamenta que em 2023, ano do 30º aniversário dos Acordos de Paz de Oslo, já se tenham registrado as mortes de mais de 100 palestinos e mais de 15 israelenses em conflito. Ao reiterar que não há justificativa para o recurso à violência, sobretudo contra civis, o governo brasileiro apela às partes que se abstenham de ações que levem a uma escalada de tensão.

O Brasil reitera seu compromisso com o direito internacional, com o direito internacional humanitário e com a solução de dois Estados, para que Palestina e Israel possam conviver em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas. Reafirma, ainda, que a mera gestão do conflito não constitui alternativa viável para o encaminhamento da questão israelo-palestina, sendo urgente a retomada das negociações de paz.

Nota à imprensa nº 174, publicada em 09/05/2023

1.24. Lançamentos de foguetes contra território israelense a partir da Faixa de Gaza

O Governo brasileiro recebeu com consternação a notícia de que cidadão israelense foi morto por foguete disparado contra o território de Israel a partir da Faixa de Gaza. Trata-se de flagrante violação do direito humanitário e internacional.

O Brasil exorta todas as partes envolvidas a cessarem imediatamente as hostilidades, incluindo bombardeios aéreos e lançamentos de foguetes, a fim de evitar a escalada das tensões

O crescente número de vítimas, inclusive fatais, desde o início deste novo ciclo de violência reforça a necessidade de busca por solução para o conflito.

O Governo brasileiro expressa, uma vez mais, seu compromisso com o direito internacional, com o direito internacional humanitário e com a solução de dois Estados, para que Palestina e Israel possam conviver em paz, dentro de fronteiras mutuamente acordadas, seguras e internacionalmente reconhecidas.

Nota à imprensa nº 177, publicada em 11/05/2023

1.25. Visita oficial ao Brasil do Presidente da Venezuela

Atendendo a convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro, realiza visita oficial ao Brasil, hoje.

Os dois mandatários deverão manter reunião de trabalho com vistas a repassar os avanços no processo de normalização das relações bilaterais, iniciado em 1º de janeiro último, incluindo a reabertura das respectivas embaixadas e setores consulares e a recente designação do Embaixador da Venezuela no Brasil. Será ocasião, também, para que os presidentes conversem a respeito dos processos de diálogo interno na Venezuela, com vistas à realização das eleições de 2024.

Na reunião, os dois mandatários deverão examinar temas prioritários para o adensamento do diálogo em todas as áreas da relação. Nesse sentido, os presidentes tratarão dos resultados da recente missão multidisciplinar à capital venezuelana, organizada pela Agência Brasileira de Cooperação e que contou com representantes de mais de vinte órgãos governamentais brasileiros.

Atenção especial será atribuída aos temas fronteiriços, com destaque para a proteção das populações que residem nessa faixa, entre elas os povos Yanomami.

Finalmente, os dois Chefes de Estado deverão tratar de temas das agendas regional, a exemplo da integração sul-americana e da cooperação amazônica, e multilateral, notadamente no que se refere aos temas de paz e segurança e mudança do clima.

O comércio bilateral alcançou cerca de US$ 1,7 bilhão em 2022, com exportações brasileiras de US$ 1,3 bilhão e importações de quase US$ 400 milhões. Vale recordar que o intercâmbio entre os dois países chegou a alcançar US$ 6 bilhões em 2013, o que demonstra o potencial da relação e enseja o aprofundamento do diálogo com vistas à retomada das parcerias econômicas, da complementariedade de cadeias produtivas e da remoção de obstáculos ao comércio.

Nota à imprensa nº 210, publicada em 29/05/2023

1.26. Retirada da oferta do Brasil para acessão ao Acordo de Contratações Governamentais da OMC

O Brasil comunicou hoje, 30 de maio, aos membros do Acordo de Contratações Governamentais ("Government Procurement Agreement" – GPA) da Organização Mundial do Comércio (OMC) que retirou a oferta de acesso a mercados apresentada pelo país no processo de adesão àquele acordo.

O GPA estabelece regras comuns sobre aquisição de bens e serviços em procedimentos licitatórios e os abre à participação de empresas de países estrangeiros. Como se trata de instrumento plurilateral, os compromissos se aplicam apenas aos membros da OMC que são partes do acordo.

O Brasil formalizou interesse em aceder ao GPA em maio de 2020. Em junho de 2022, apresentou oferta final de acesso a seu mercado de compras públicas, contendo a lista detalhada das entidades contratantes, dos bens e dos serviços que estariam cobertos pelas regras do acordo, assim como as condições e ressalvas para sua aplicação.

A oferta brasileira incluía cobertura equivalente, e até superior, àquela oferecida pelos atuais membros do GPA. Seus termos, ademais, imporiam severos limites à utilização do poder de compra do governo como instrumento de indução do desenvolvimento econômico e social do país, em particular a políticas públicas de saúde e ao fomento à tecnologia e à inovação.

Nota à imprensa nº 220, publicada em 30/05/2023

1.27. Processo de paz na Colômbia

O Governo brasileiro recebeu com grande satisfação o anúncio de acordos de especial relevância para o processo de paz entre o Governo da Colômbia e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Os acordos resultaram do terceiro ciclo de negociações, realizado entre 2 de maio e 9 de junho, em Havana, Cuba.

As partes alcançaram, entre outros compromissos, acordo de cessar-fogo bilateral, nacional e temporário (CFBNT) e acordo de participação da sociedade na construção da paz, ambos desdobramentos essenciais da agenda das negociações.

Como um dos países garantes do processo, o Brasil manifesta sua confiança em que os acordos alcançados representam impulso vigoroso na direção da paz sustentável na Colômbia. O Brasil reitera seu compromisso com as negociações em curso e renova seu compromisso em seguir apoiando as partes para que se realizem os anseios da sociedade colombiana, assim como dos países da região, pela paz definitiva e integral.

Os Acordos de Cuba mostram que a opção pela via negociada deve ser perseguida e constituem inspiração para um mundo que requer empenho no imperativo da resolução pacífica de conflitos.

Nota à imprensa nº 241, publicada em 09/06/2023

1.28. Visita do Presidente Lula à Itália e ao Vaticano – 20 a 22 de junho de 2023

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza visita oficial à Itália e ao Vaticano de 20 a 22 de junho corrente. Em Roma, manterá encontros com o Presidente Sergio Mattarella e o Prefeito da cidade, Roberto Gualtieri. No Vaticano, será recebido em audiência pelo Papa Francisco.

Itália

O relacionamento bilateral Brasil-Itália, elevado à categoria de Parceria Estratégica em 2007, possui lastro em amplo espectro de afinidades históricas, econômicas e culturais, além de se beneficiar da presença, no Brasil, de mais de 30 milhões de descendentes de italianos - a maior das numerosas diásporas italianas no mundo - e de mais de 100 mil brasileiros residentes na Itália.

Em 2022, a Itália foi o 13º parceiro comercial do Brasil: 15º destino das exportações (1,5% do total) e 7º fornecedor das importações (2% do total).

O estoque de investimentos italianos no Brasil passou por expansão de 2015 a 2021, quando alcançou US$ 17,7 bilhões.

Nesse contexto favorável, a visita do Presidente Lula será oportunidade para transmitir mensagem de que a atual retomada da presença brasileira no cenário internacional possui como uma de suas várias vertentes o reforço do reconhecimento da Itália como parceiro político de importância estratégica.

Santa Sé

Brasil e Santa Sé mantêm relações diplomáticas desde 1826. A institucionalidade do diálogo está baseada no Acordo Relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil (2008).

A visita do Presidente Lula será oportunidade para repassar a expressiva convergência que caracteriza a pauta bilateral e multilateral do relacionamento. As posições de Brasil e Santa Sé convergem em matérias de paz e segurança internacional, desarmamento e não proliferação, direitos humanos, refugiados, globalização, combate à fome e à pobreza, negociações comerciais voltadas para o desenvolvimento e meio ambiente.

Nota à imprensa nº 253, publicada em 20/06/2023

1.29. Anúncio de novos assentamentos israelenses e escalada de violência na Cisjordânia

Governo brasileiro acompanha com consternação e preocupação a escalada de violência na Cisjordânia, que incluiu a retomada de ataques aéreos e deixou, até o momento, quatro israelenses e mais de dez palestinos mortos, além de mais de 100 feridos. Entre os feridos encontra-se um menor, filho de cidadão brasileiro, baleado na cabeça e no ombro durante a invasão da aldeia palestina de Turmus Ayya por colonos israelenses. O caso vem sendo acompanhado pelas autoridades consulares brasileiras.

O Brasil exorta todas as partes envolvidas a cessar imediatamente as hostilidades.

O Governo brasileiro expressa profunda preocupação com o anúncio do governo israelense de expansão de assentamentos na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, em violação do direito internacional.

O Brasil reafirma que a administração do conflito não evita escaladas frequentes, como a verificada esta semana, e tampouco constitui estratégia

aceitável para encaminhamento da questão israelo-palestina, para a qual é urgente a retomada das negociações de paz.

Nota à imprensa nº 259, publicada em 23/06/2023

1.30. Visita de Estado ao Brasil do Presidente da República Argentina, Alberto Fernández, no contexto de celebração dos 200 anos das relações diplomáticas entre Brasil e Argentina – 26 de junho de 2023

A convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente da República Argentina, Alberto Fernández, realizará, em 26 de junho, visita de Estado ao Brasil, no contexto de celebração dos 200 anos das relações diplomáticas entre os dois países. Além do encontro com o presidente Lula, o mandatário argentino será recebido pelos presidentes do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.

A Argentina foi o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil e com o qual estabelecemos relações diplomáticas. O governo brasileiro atribui caráter estratégico e prioritário às relações com o país, eixo fundamental do MERCOSUL e do processo de integração sul-americana.

A visita de Estado ocorre no contexto da retomada da parceria estratégica bilateral, iniciada com a visita do presidente Lula à Argentina, em 23 de janeiro, quando foi assinada declaração conjunta com múltiplos compromissos que adensaram ainda mais os laços bilaterais.

A Argentina é o terceiro principal parceiro comercial do Brasil. Em 2022, as exportações brasileiras para a Argentina alcançaram o valor de US$ 15,3 bilhões. As importações de produtos argentinos, por sua vez, chegaram a US$ 13 bilhões. O comércio bilateral, marcado por seu alto valor agregado, tem papel estratégico para o desenvolvimento e industrialização dos dois países.

Nota à imprensa nº 261, publicada em 25/06/2023

2. ACORDOS E ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS NO PERÍODO

2.1. Acordo de Cooperação Antártica entre Brasil e Argentina

A República Federativa do Brasil

e

A República Argentina

(doravante denominados "Partes"),

Reiterando seu desejo de fortalecer a cooperação bilateral e os laços de confiança e amizade entre si;

Tendo presente os Artigos Il e III do Tratado da Antártida, celebrado em Washington em 1º de dezembro de 1959, e o Artigo 6 do Protocolo ao Tratado da Antártida sobre Proteção ao Meio Ambiente, bem como as Recomendações, Medidas, Decisões e Resoluções das Reuniões Consultivas do Tratado da Antártida que ressaltam a importância da cooperação internacional nas atividades científicas realizadas na Antártida;

Reconhecendo que o presente Acordo estabelece marco adequado para incentivar a cooperação antártica entre seus respectivos Programas Antárticos Nacionais;

Desejando reforçar a cooperação entre si por meio de intercâmbio recíproco nas áreas de investigação científica, inovação, desenvolvimento tecnológico, educação, proteção e gestão ambiental, bem como em matéria de operação e logística antártica sobre as bases do presente Acordo;

Reafirmando a importância de maximizar a eficiência e a efetividade dos respectivos Programas Antárticos Nacionais, por meio do acesso compartilhado a seus recursos de infraestrutura e capacidades complementares;

Destacando o caráter estratégico da Antártida para os dois países e a conveniência de estreitamento da cooperação bilateral,

Acordam o seguinte:

Artigo 1

As Partes envidarão seus melhores esforços para realizar atividades conjuntas de forma a aproveitar as oportunidades de cooperação previstas nos acordos que compõem o Sistema do Tratado da Antártida e otimizar o emprego de recursos humanos e materiais, particularmente em operações logísticas e em atividades de pesquisa científica interdisciplinar na Antártida.

Artigo 2

As Partes envidarão seus melhores esforços para cooperar especificamente nas seguintes áreas relativas ao Sistema do Tratado da Antártida:

a) elaboração e desenvolvimento conjunto de planos, programas e projetos tecnológicos e científicos antárticos, consoante os objetivos de seus Programas Antárticos Nacionais;

b) intercâmbio de dados científicos que permitam o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa conjuntos e de informações em campos de interesse comum, inclusive no que se refere à avaliação, aquisição e utilização de novas tecnologias, equipamentos e infraestrutura relacionados à gestão do meio ambiente (energias renováveis, equipamentos de tratamento de resíduos, equipamentos, armazenamento de combustível, material de contingência em caso de vazamento, novos materiais de construção, entre outros);

c) promoção, dentro de suas capacidades, do desenvolvimento científico e tecnológico por meio do intercâmbio de especialistas, pessoal científico, logístico e técnico entre suas instituições competentes, bem como a elaboração de publicações conjuntas e a realização de cursos de capacitação e atividades acadêmicas, conferências, exposições, oficinas e outros meios de difusão relacionados com as áreas antárticas de interesse mútuo;

d) facilitação do acesso a material didático, audiovisual e bibliográfico e, em geral, a todo meio tecnológico que se encontre em poder das Partes ou que seja adquirido ou desenvolvido no futuro e que seja relacionado com os objetivos deste Acordo, e sejam compatíveis,

quanto à sua difusão ou entrega, com os regulamentos estabelecidos nas normas internas de cada Parte;

e) facilitação, conforme as capacidades nacionais, de transporte, alojamento, expedição e demais operações logísticas relacionadas a atividades nacionais na Antártida, inclusive o desenvolvimento de expedições conjuntas e a utilização compartilhada de meios; assim como operações logísticas conjuntas, inclusive o uso da cidade de Ushuaia, Província da Terra do Fogo, Antártida e llhas do Atlântico Sul da República Argentina, como porta de entrada para a Antártida.

Artigo 3

Salvo acordo em contrário, cada Parte custeará os gastos que incorrer na execução das atividades mencionadas acima, de acordo com suas respectivas leis e regulamentos.

Artigo 4

No espírito do Sistema do Tratado da Antártida e considerando os programas de cooperação antártica apoiados por outros países juntamente com as Partes, elas avaliarão conjuntamente a possibilidade de ampliar a cooperação com terceiros países, mediante programas plurilaterais.

Artigo 5

As Partes revisarão, periodicamente, a execução do presente Acordo no que refere a seus benefícios e possibilidades de aperfeiçoamento.

Artigo 6

Com a necessária antecedência ao início de cada temporada antártica, as Partes examinarão as condições existentes de modo a facilitar e otimizar as atividades destinadas a cumprir as metas especificadas no Artigo 2 do presente Acordo.

Artigo 7

Qualquer controvérsia que possa surgir na interpretação e/ou na execução presente Acordo será resolvida por meio de consultas diretas entre as Partes.

Artigo 8

1. O presente Acordo entrará em vigor sessenta (60) dias depois da data de recebimento da última Nota pela qual uma das Partes comunica à outra, por via diplomática, a conclusão dos trâmites legais internos.

2. O presente Acordo produzirá efeitos por tempo indeterminado. Qualquer uma das Partes poderá retirar-se do acordo mediante aviso por escrito, com seis (6) meses de antecedência, por via diplomática. O encerramento do presente Acordo não afetará as atividades iniciadas durante seu período de vigência, salvo se as Partes acordarem de maneira diferente.

Feito em Buenos Aires, em 23 de janeiro de 2023, em dois originais, em português e espanhol, sendo todos os textos igualmente autênticos.

Pela República Federativa do Brasil	Pela República Argentina
Mauro Vieira	**Santiago Cafiero**
Ministro de Estado das Relações Exteriores	Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto

Celebrado em 23 de janeiro de 2023

2.2. Acordo Complementar ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000, sobre a Concessão de Equivalência de Estudos no Brasil (Ensino Fundamental e Médio) e em Portugal (Ensino Básico e Secundário)

A República Federativa do Brasil

e

a República Portuguesa,

adiante denominadas "Partes",

Tendo presente que o artigo 38º do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa,

assinado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000, estipula que o regime de concessão de equivalência de estudos aos nacionais das Partes que tenham tido aproveitamento escolar em estabelecimentos de um desses países, para o efeito de transferência e de prosseguimento de estudos nos estabelecimentos da outra Parte, será definido por Acordo Complementar;

Desejando intensificar os laços de amizade e cooperação já existentes entre os dois povos;

Inspirados pela vontade de consolidar os fatores comuns relativos à língua, à identidade, à cidadania e ao patrimônio cultural que unem os dois povos, oriundos de uma história partilhada por mais de três séculos;

Conscientes do papel central da Educação na preservação e no fomento da comunidade de interesses comuns,

Acordam o seguinte:

Artigo 1°

Objeto

O presente Acordo tem como objeto estabelecer o enquadramento jurídico da concessão de equivalência de estudos no Brasil (ensino fundamental e médio) e em Portugal (ensino básico e secundário), tendo em vista promover uma adequada integração escolar de nacionais das Partes, para efeitos de prosseguimento de estudos nos estabelecimentos de ensino da outra Parte.

Artigo 2º

Âmbito de aplicação

1. O presente Acordo aplica-se a pedidos de reconhecimento de habilitações escolares do Ensino Fundamental/Básico e de Ensino Médio/Secundário, independentemente da data de emissão do título ou certificado.

2. O presente Acordo não cria obrigações às Partes no que diz respeito ao reconhecimento de habilitações para fins de acesso ao mercado profissional.

Artigo 3º

Reconhecimento de habilitações

1. Cada uma das Partes reconhece os estudos de nível fundamental/básico e médio/secundário por meio da apresentação de documentos escolares oficiais emitidos por estabelecimentos de ensino devidamente autorizados, em conformidade com o Direito Interno da outra Parte.

2. As equivalências de habilitações são concedidas tendo em consideração:

a) O número de anos de escolaridade concluídos com aproveitamento no sistema educativo de origem;

b) O curso ou a natureza da formação.

3. Para efeitos de concessão de equivalência de habilitações adquiridas no âmbito dos sistemas educativos das Partes em vigor, é aplicada a Tabela comparativa constante do Anexo do presente Acordo.

4. O eventual reconhecimento de anos letivos incompletos é efetuado em conformidade com o Direito Interno vigente, aplicável em cada uma das Partes.

5. A concessão de equivalência de habilitações escolares para efeitos de prosseguimento de estudos de crianças e jovens ao abrigo da escolaridade obrigatória implica a realização de matrícula em estabelecimento de ensino público ou de ensino particular e cooperativo. 1.

Artigo 4°

Tabela comparativa

1. As Partes comprometem-se a aplicar a Tabela comparativa constante do Anexo do presente Acordo, e que dele faz parte integrante.

2. Não obstante o disposto no número anterior, para as habilitações adquiridas ao abrigo de anteriores reformas do sistema educativo, aplicam-se as normas e tabelas em vigor para ambas as Partes à data da sua aquisição.

Artigo 5º

Comissão Técnica Bilateral

1. As Partes constituirão uma Comissão Técnica Bilateral para garantir a aplicação do presente Acordo, promover consultas sobre a matéria e solucionar as controvérsias resultantes da sua aplicação.

2. A Comissão Técnica Bilateral é composta, paritariamente, por representantes especializados na matéria, designados pelos responsáveis governamentais da área da Educação de cada Parte.

3. A Comissão Técnica Bilateral reúne, mediante solicitação de qualquer uma das Partes, por via diplomática, alternadamente no território da República Portuguesa e da República Federativa do Brasil, podendo as Partes optar conjuntamente pela realização de reuniões à distância com recurso a meios audiovisuais.

4. Compete à Comissão Técnica Bilateral:

a) Manter atualizadas as informações sobre os sistemas educativos de ambas as Partes, designadamente:

   i) As ofertas educativas;

   ii) As modalidades de ensino;

   iii) Os sistemas de avaliação e classificação;

   iv) O número de anos de escolaridade que constituem as diferentes ofertas;

   v) A eventual certificação escolar das ofertas de caráter vocacional, profissional e/ou técnico e sua correspondência ao ano de escolaridade e nível de ensino de cada sistema educativo; e

   vi) As habilitações que permitem o acesso a qualquer curso de nível superior;

b) Prestar apoio mútuo com vista a facilitar o reconhecimento e a equivalência de habilitações adquiridas na outra Parte, e emitir parecer fundamentado na legislação aplicável, sempre que necessário.

c) Propor outras ações que facilitem a implementação do objeto do presente Acordo;

d) Elaborar as suas próprias regras de funcionamento, inclusive no que se refere ao processo de tomada de decisão e de elaboração de atas.

5. A Comissão Técnica Bilateral pode, caso seja necessário, elaborar um glossário de termos técnicos que esclareça as denominações utilizadas nos sistemas educativos das Partes, o qual terá um caráter meramente consultivo.

Artigo 6
Solução de controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à aplicação do presente Acordo não solucionada no âmbito da Comissão Técnica Bilateral será solucionada através de negociação entre as Partes, por via diplomática.

Artigo 7
Revisão

1. O presente Acordo pode ser objeto de revisão a pedido de qualquer das Partes.

2. As emendas entrarão em vigor nos termos previstos no artigo 9.º do presente Acordo.

Artigo 8º
Vigência e denúncia

1. O presente Acordo permanecerá em vigor por um período de tempo indeterminado.

2. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo, a qualquer momento, mediante notificação prévia à outra Parte, por escrito e por via diplomática.

3. Em caso de denúncia, o presente Acordo cessará a sua vigência cento e oitenta (180) dias após a data da recepção da respetiva notificação.

4. Em caso de denúncia do presente Acordo, os processos de reconhecimento já iniciados, em fase de conclusão ou concluídos, não serão afetados, e as suas disposições continuarão a aplicar-se para as equivalências que tenham sido concedidas ao abrigo do mesmo.

Artigo 9º
Entrada em vigor

O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a recepção da última notificação, por escrito e por via diplomática, do cumprimento dos requisitos necessários para tal efeito previstos no Direito Interno das Partes.

Artigo 10
Registro

A Parte em cujo território o presente Acordo for assinado submetê-lo-á para registro junto do Secretariado das Nações Unidas imediatamente após a sua entrada em vigor, nos termos do artigo 102º da Carta das Nações Unidas, devendo, igualmente, notificar a outra Parte da conclusão deste procedimento e indicar-lhe o número de registro atribuído.

Feito em Lisboa, em 22 de abril de 2023, em dois exemplares em língua portuguesa, sendo ambos igualmente autênticos.

Pela República Federativa do Brasil	Pela República Portuguesa
Camilo Santana	**João Gomes Cravinho**
Ministro de Estado da Educação	Ministro dos Negócios Estrangeiros

Celebrado em 22 de abril de 2023

2.3. Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa em Matéria de Segurança Pública

A República Federativa do Brasil

e

a República Portuguesa,

adiante designadas por "Partes",

Animadas pela vontade de estreitar os laços de amizade e de fraternidade existentes entre os dois Estados e os dois povos;

Determinadas a desenvolver e a aprofundar as relações de cooperação em matéria de segurança pública;

Considerando os instrumentos jurídicos que regem a cooperação bilateral entre os dois Estados, designadamente o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Porto Seguro, a 22 de abril de 2000, e o Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para a Prevenção e Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes, assinado em Lisboa, em 11 de julho de 2003;

Tendo em atenção que a cooperação entre as Partes, enquanto membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, é uma prioridade compartilhada;

Com o objetivo de reforçar as ações de apoio institucional e colaborar na consolidação de atuações no âmbito do presente Acordo;

Numa base de plena independência, respeito pela soberania, não ingerência nos assuntos internos e reciprocidade de interesses,

Acordam no seguinte:

Artigo 1º
Objeto

O presente Acordo tem como objeto a ampliação da cooperação e do intercâmbio no âmbito da segurança pública entre as Partes, em conformidade com o respectivo Direito Interno e com as Convenções Internacionais aplicáveis.

Artigo 2º
Áreas de Cooperação

A cooperação e o intercâmbio incidem nas seguintes áreas:

a) Prevenção e combate à criminalidade, no quadro das atribuições das autoridades competentes de cada uma das Partes;

b) Segurança de fronteiras;

c) Policiamento de proximidade;

d) Gestão de grandes eventos;

e) Prevenção e segurança rodoviária; e

f) Políticas de prevenção e combate à violência contra mulheres e todas as formas de violência doméstica.

Artigo 3º
Formas de cooperação

1. A cooperação compreende as seguintes formas:

a) Ações de capacitação de pessoal, em especial ações de formação de formadores;

b) Empréstimo e doação de equipamentos;

c) Partilha de boas práticas na área de administração e logística; e

d) Troca de informações e de metodologias, sem prejuízo do Direito Interno e Convenções Internacionais a que cada uma das Partes se encontra vinculada.

2. A cooperação compreende as modalidades definidas pelos programas referidos no artigo 4º do presente Acordo.

Artigo 4º
Modalidades de cooperação

1. A cooperação prevista no presente Acordo pode integrar-se em programas cujo âmbito, objetivo e responsabilidade de execução são definidos, caso a caso, pelos órgãos legalmente competentes, mediante aprovação, própria ou delegada, dos titulares das áreas respectivas da segurança interna de cada uma das Partes.

2. Os termos da cooperação a desenvolver em qualquer das modalidades previstas no presente Acordo podem, ainda, ser objeto de regulamentação própria mediante a assinatura de acordos ou instrumentos específicos.

Artigo 5º
Deslocamento de pessoal

Nos casos em que a execução da cooperação prevista no presente Acordo exija o deslocamento de pessoal, a Parte requerente a prestar e coordenar a referida cooperação pode enviar uma missão ao território da Parte requerida.

Artigo 6º
Capacitação para formação e aperfeiçoamento

Para a execução do presente Acordo, as Partes podem oferecer cursos de capacitação para a formação e o aperfeiçoamento, procurando implementar outras formas de apoio ao desenvolvimento dessas ações de formação.

Artigo 7º
Regulamento do pessoal

1. O pessoal de uma das Partes que frequente qualquer ação de capacitação ou cooperação ao abrigo do presente Acordo, em unidades ou estabelecimentos da outra Parte, fica sujeito a um regulamento que define, nomeadamente, as condições de frequência dos referidos cursos ou estágios e as normas a que fica sujeito.

2. O regulamento referido no número anterior é definido pelas autoridades competentes de cada Parte, ou por quem aquelas competentemente delegarem os necessários poderes para o efeito, dele devendo ser obrigatoriamente dado conhecimento à outra Parte, por via diplomática.

Artigo 8º
Despesas

As Partes definem, para cada projeto de cooperação no âmbito do presente Acordo, a distribuição ou atribuição das respectivas responsabilidades financeiras, de acordo com as necessidades e nos termos dos respectivos orçamentos e legislação aplicável.

Artigo 9º
Autoridades Competentes

1. São autoridades competentes, para os efeitos do presente Acordo:

a) Pela República Federativa do Brasil as seguintes forças e serviços de segurança dependentes e sob tutela do Ministério da Justiça e Segurança Pública:

i) A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP);

ii) A Polícia Federal (PF); e

iii) A Polícia Rodoviária Federal (PRF).

b) Pela República Portuguesa, as seguintes forças e serviços de segurança dependentes e sob tutela do Ministério da Administração Interna:

i) A Guarda Nacional Republicana (GNR);

ii) A Polícia de Segurança Pública (PSP); e

iii) A Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR).

2. Cada uma das Partes deve informar a outra Parte, por escrito, por via diplomática, de qualquer alteração relacionada com a designação das autoridades competentes.

3. Qualquer alteração relativa às autoridades competentes não constitui uma emenda ao presente Acordo.

Artigo 10º
Comissão Mista

1. É criada uma Comissão Mista com o objetivo de promover consultas sobre a matéria objeto do presente Acordo, garantir a sua aplicação e resolver as controvérsias daí resultantes.

2. A Comissão Mista é constituída por representantes designados pelas Partes.

3. A Comissão reúne-se, com frequência anual, alternadamente no território da República Portuguesa e da República Federativa do Brasil, podendo as Partes optar conjuntamente pela realização de reuniões à distância com recurso a meios audiovisuais.

4. A Comissão Mista elabora as suas regras de funcionamento.

Artigo 11º
Pontos de Contato

1. Tendo em vista a implementação do disposto no presente Acordo e o cumprimento do que emane da Comissão Mista referida no artigo anterior, as Partes comprometem-se, num prazo que não deve exceder os três (3) meses posteriores à entrada em vigor do presente Acordo, a proceder à identificação e nomeação dos Pontos de Contato entre as Partes e com a referida Comissão.

2. Os Pontos de Contato têm em vista garantir e assegurar:

a) O primordial objetivo de manter o intercâmbio regular de informação;

b) A colaboração, em sede da Comissão Mista, na definição das ações a executar; e

c) A colaboração na avaliação dos resultados a serem alcançados.

3. Podem ser elaboradas regras relativas aos Pontos de Contato, caso em que as mesmas devem constar do mesmo instrumento referido no nº 4 do artigo 10º.

Artigo 12º
Solução de controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à aplicação do presente Acordo não resolvida no âmbito da Comissão Mista é solucionada através de negociação, por via diplomática.

Artigo 13º
Revisão

1. O presente Acordo pode ser objeto de revisão a pedido de qualquer uma das Partes.

2. As emendas entram em vigor nos termos previstos no artigo 16º do presente Acordo.

Artigo 14º
Vigência e denúncia

1. O presente Acordo permanece em vigor por um período de três (3) anos, renovável automaticamente por períodos iguais e sucessivos.

2. Qualquer uma das Partes pode denunciar o presente Acordo, mediante notificação prévia, por escrito e por via diplomática, à outra Parte, com uma antecedência mínima de cento e oitenta (180) dias em relação ao termo de vigência em curso.

3. Em caso de denúncia, o presente Acordo cessa a sua vigência no final do período de vigência em curso.

4. A denúncia do presente Acordo não afeta os projetos ou programas em curso no âmbito do Acordo e não completamente executados, à data do seu termo.

Artigo 15º
Suspensão

1. Cada uma das Partes pode suspender, total ou parcialmente, a aplicação do presente Acordo, face a impossibilidade superveniente temporária da aplicação do mesmo.

2. A suspensão da aplicação do presente Acordo, bem como o seu levantamento, devem ser notificadas, por escrito e por via diplomática, à outra Parte, produzindo efeitos na data da recepção da respectiva notificação.

Artigo 16º
Entrada em vigor

O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a recepção da última notificação, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos de Direito Interno das Partes necessários para o efeito.

Artigo 17º
Registro

A Parte em cujo território o presente Acordo é assinado submete-o para registro junto do Secretariado das Nações Unidas, imediatamente após a sua entrada em vigor, nos termos do artigo 102º da Carta das Nações Unidas, devendo, igualmente, notificar a outra Parte da conclusão deste procedimento e indicar-lhe o número de registro atribuído.

Feito em Lisboa, a 26 de junho de 2023, em dois originais em língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pela República Federativa do Brasil	Pela República Portuguesa
Flávio Dino de Castro e Costa	**José Luís Carneiro**
Ministro da Justiça e Segurança Pública	Ministro da Administração Interna

Celebrado em 26 de junho de 2023

2.4. Plano de Ação para o relançamento da Aliança Estratégica Brasil-Argentina

No dia 26 de junho de 2023, no marco da visita de Estado do Presidente da República Argentina, Alberto Fernández, à República Federativa do Brasil, a convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em comemoração dos 200 anos das relações diplomáticas entre os dois países, os mandatários aprovam o seguinte Plano de Ação para o Relançamento da Aliança Estratégica, conforme compromisso assumido na Declaração Conjunta de 23 de janeiro último:

I. INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

1. Ação: Definir o futuro regime de gestão e manutenção da Ponte Santo Tomé - São Borja e de seu Centro Unificado de Fronteira e Infraestruturas Conexas.

Órgãos Responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério dos Transportes; Ministério de Relações Exteriores; Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes / Ministério de Obras Públicas; Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

2. Ação: Continuar avançando nas discussões no Grupo de Trabalho Binacional para iniciar a construção da Ponte Internacional Porto Xavier-San Javier.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério dos Transportes; Ministério das Relações Exteriores; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes / Ministério de Obras Públicas; Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

3. Ação: Atualizar os estudos e definir conjuntamente o projeto de reforma estrutural da Ponte Internacional Uruguaiana - Paso de Los Libres.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério dos Transportes; Ministério das Relações Exteriores; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes / Ministério de Obras Públicas; Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

4. Ação: Negociar novo Acordo Bilateral de Transporte Marítimo.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério de Portos e Aeroportos; Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Ministério das Relações Exteriores / Ministério de Transporte; Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

5. Ação: Fortalecer a conectividade aérea entre Brasil e Argentina.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Agência Nacional de Aviação Civil; Ministério de Portos e Aeroportos; Ministério de Relações Exteriores / Ministério de Transporte; Agência Nacional de Aviação Civil.

II. ENERGIA E MINERAÇÃO

6. Ação: Manter coordenação sobre o comércio bilateral de gás e perspectivas futuras para o setor.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério de Minas e Energia; Ministério das Relações Exteriores / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Ministério de Economia.

7. Ação: Fortalecer e aprofundar os instrumentos interministeriais sobre intercâmbio de energia.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério de Minas e Energia / Ministério de Economia

8. Ação: Trabalhar conjuntamente pelo fortalecimento de uma estratégia do MERCOSUL para o setor energético, buscando promover sinergias entre o Subgrupo de Trabalho nº 9 (SGT-9) e o Sistema de Integração Energética do Sul (SIESUL).

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério de Minas e Energia; Ministério das Relações Exteriores / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Secretaría de Minería (Ministerio de Economía).

9. Ação: Atuar conjuntamente para seguir impulsionando o intercâmbio de informações relativas aos padrões e especificações de biocombustíveis que têm sido realizados no âmbito do Grupo Ad Hoc de Biocombustíveis (GAHB) do MERCOSUL, com vistas a promover a harmonização normativa nesse setor.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério de Minas e Energia; Ministério das Relações Exteriores / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Ministério de Economia.

10. Ação: Desenvolver estratégias para tornar a região um polo de desenvolvimento de cadeias de minerais críticos.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério de Minas e Energia; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Ministério de Economia.

11. Ação: Aprofundar a cooperação para o intercâmbio de técnicas de conhecimento geológico e realização de visitas mútuas.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério de Minas e Energia; Ministério das Relações Exteriores / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Ministério de Economia.

12. Ação: Procurar viabilizar a realização de encontro empresarial sobre investimentos no setor de mineração dos dois países.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério de Minas e Energia; Ministério das Relações Exteriores / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Ministério de Economia.

13. Ação: Intercambiar conhecimentos e melhores práticas de economia circular e gestão de resíduos minerais.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério de Minas e Energia; Ministério das Relações Exteriores / Ministério de Economia.

14. Ação: Estabelecer canal de diálogo sobre melhores práticas e padrões de sustentabilidade e segurança na mineração.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério de Minas e Energia; Ministério das Relações Exteriores / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Ministério de Economia.

III. FINANCIAMENTO

15. Ação: Estruturar e decidir sobre operação de crédito para financiar as exportações de produtos brasileiros para a construção do Gasoduto Presidente Néstor Kirchner.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF); Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG) / Ministério da Economia; Energia Argentina (ENARSA).

16. Ação: Estruturar e decidir sobre operação de crédito para financiar a exportação de blindados Guaranis.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF); Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG) / Ministério da Economia; Ministério da Defesa.

17. Ação: Continuar estudando alternativas para a estruturação de uma linha de crédito para a exportação de produtos brasileiros para a Argentina.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF); Comitê de Financiamento e Garantias de Exportação (COFIG) / Ministério da Economia.

IV. MERCOSUL

18. Ação: Modernizar o Regime de Origem do MERCOSUL.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Ministério da Fazenda / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Ministério da Economia.

19. Ação: Modernizar o regime de comércio de serviços do MERCOSUL.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Ministério da Fazenda / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Ministério da Economia.

20. Ação: Aprofundar a participação social no MERCOSUL.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Secretaria-Geral da Presidência; Ministério das Relações Exteriores / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

21. Ação: Trabalhar conjuntamente para aprofundar a agenda política do MERCOSUL.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

V. COMUNICAÇÕES

22. Ação: Trabalhar para a aprovação parlamentar e a implementação do Acordo para a Eliminação da Cobrança de Encargos de Roaming Internacional no MERCOSUL.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério das Relações Exteriores; Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação / Ente Nacional de Comunicações (ENACOM).

23. Ação: Implementar o Acordo de Reconhecimento Mútuo de Assinaturas Digitais do MERCOSUL.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério das Relações Exteriores; Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação / Secretaria de Inovação Pública.

VI. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

24. Ação: Assinar instrumento para o estabelecimento de cooperação entre as agências de fomento à inovação do Brasil e da Argentina, com vistas ao lançamento de chamadas conjuntas de apoio à inovação.

Ó**Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina):** Empresa Brasileira de Inovação e Pesquisa / Agência I+D+i.

25. Ação: Executar o Plano de Trabalho em CT&I adotado pela Comista Brasil--Argentina, nas áreas espacial, nuclear, mar e Antártica, transição energética e meio ambiente, TICs, biotecnologia, nanotecnologia e inovação.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação / Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

VII. TEMAS DIGITAIS

26. Ação: Retomar as reuniões da instância Reunião Técnica Digital Brasil-Argentina, para intercâmbio bilateral em temas relacionados à pauta digital.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério das Comunicações; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério das Relações Exteriores; Agência Nacional de Telecomunicações; Autoridade Nacional de Proteção de Dados; Instituto Nacional de Tecnologia da Informação / Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Secretaria de Inovação Pública; Ente Nacional de Comunicações (ENACOM); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

VIII. COOPERAÇÃO ESPACIAL

27. Ação: Construir e lançar o Satélite Argentino-Brasileiro de Informação Ambientais Marinhas (SABIA-Mar B).

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Agência Espacial Brasileira / Comissão Nacional de Atividades Espaciais; INVAP S.E.

28. Ação: Reativar o Grupo de Trabalho Conjunto sobre Cooperação Espacial e fomentar projetos conjuntos no setor aeroespacial

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Agência Espacial Brasileira; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Ministério da Defesa / Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Comissão Nacional de Atividades Espaciais.

IX. COOPERAÇÃO NUCLEAR

29. Ação: Reativar a Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN).

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Comissão Nacional de Energia Nuclear / Comissão Nacional de Energia Atômica.

30. Ação: Assinar protocolos de cooperação no campo da engenharia de reatores nucleares de pesquisa e de laboratórios associados, com vistas à contratação de serviços técnicos especializados junto a empresas argentinas e vice-versa.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Comissão Nacional de Energia Nuclear / Comissão Nacional de Energia Atômica.

31. Ação: Realizar visitas de autoridades do Governo Federal ao empreendimento RA-10, a fim de conhecer e verificar o estágio avançado de construção desse projeto, tendo em vista a construção do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB).

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério de Relações Exteriores; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Comissão Nacional de Energia Nuclear; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; Comissão Nacional de Energia Atómica.

32. Ação: Realizar intercâmbio de pessoal, enviando e recebendo observadores para os Exercícios de Emergência e Segurança Física Nuclear.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Ministério de Minas e Energia / Autoridade Regulatória Nuclear.

33. Ação: Avaliar a possibilidade de adotar mecanismos alfandegários com vistas à agilização da liberação alfandegária de equipamentos utilizados em procedimentos de inspeções de salvaguardas nucleares.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério das Relações Exteriores; Comissão Nacional de Energia Nuclear / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Comissão Nacional de Energia Atômica.

34. Ação: Coordenar posições no âmbito do ciclo de revisão do TNP.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério das Relações Exteriores / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

X. COOPERAÇÃO OCEÂNICA E ANTÁRTICA

35. Ação: Dar continuidade ao Diálogo Oceânico entre Brasil e Argentina, com vistas a tratar de temas marítimos e oceânicos de interesse comum, compartilhar informações e coordenar posições em foros internacionais pertinentes.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério das Relações Exteriores; Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar; Marinha do Brasil; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

36. Ação: Estimular a coordenação e o fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), com vistas à manutenção do Atlântico Sul como zona de cooperação livre de disputas extrarregionais.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério das Relações Exteriores; Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar; Marinha do Brasil; Ministério da Defesa / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

37. Ação: Atuar conjuntamente com vistas à aprovação do Santuário de Baleias do Atlântico Sul (SBAS) no âmbito da Comissão Internacional da Baleia (CIB).

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério das Relações Exteriores; Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar; Marinha do Brasil; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

38. Ação: Trabalhar para a aprovação parlamentar, quando for o caso, a troca de ratificações e entrada em vigor do Acordo de Cooperação Antártica entre Brasil e Argentina, assinado em 23/1/2023, em Buenos Aires.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério das Relações Exteriores / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

39. Ação: Estimular iniciativas de cooperação em assuntos antárticos, tanto na área científica quanto em operações logísticas relacionadas a atividades nacionais na Antártida.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério das Relações Exteriores; Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar; Ministério da Defesa; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

40. Ação: Dar continuidade ao apoio brasileiro aos legítimos direitos da Argentina na disputa de soberania com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte em relação às Malvinas, Ilhas Geórgia do Sul e Sanduích do Sul e espaços marítimos circundantes.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério das Relações Exteriores / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

XI. DEFESA

41. Ação: Continuar realizando reuniões do Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação em matéria de Defesa e Segurança Internacional (2+2).

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Defesa / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Ministério de Defesa.

42. Ação: Dar continuidade aos ciclos de planejamento e execução do Exercício Binacional "Operação Aranduru"

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Defesa / Ministério de Defesa.

XII. SEGURANÇA

43. Ação: Intercambiar informações por meio do Cadastro de Integrantes de Facções Criminosas (Organizações Criminosas) com atuação transnacional no Sistema ORCRIM.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Justiça e Segurança Pública / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Ministério de Segurança.

44. Ação: Intercambiar experiências para ações de capacitação de Inteligência de Segurança Pública.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Justiça e Segurança Pública / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Ministério de Segurança.

45. Ação: Intercambiar informações para enfrentar os crimes de Lavagem de Dinheiro por facções criminosas com atuação transnacional com o objetivo de ampliar os métodos de detecção de indícios desses crimes.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Justiça e Segurança Pública / Ministério de Justiça e Direitos Humanos; Unidade de Inteligência Financeira; Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

46. Ação: Intercambiar experiências sobre a política de drogas, com foco nos centros comunitários, entre a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD) e a Secretaria Nacional de Drogas da Argentina (SEDRONAR).

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Justiça e Segurança Pública / Secretaria Nacional de Drogas (SEDRONAR).

47. Ação: Estimular o intercâmbio de experiências a partir do Projeto Mapear da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Justiça e Segurança Pública / Ministério de Segurança.

48. Ação: Discutir projetos da Polícia Federal nas áreas de crimes cibernéticos e de fraudes bancárias.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Justiça e Segurança Pública / Ministério de Segurança.

49. Ação: Implementar o Memorando de Entendimento entre a Polícia Federal do Brasil e a Polícia Federal Argentina sobre prevenção e combate ao crime organizado transnacional.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Justiça e Segurança Pública; Polícia Federal / Ministério de Segurança; Polícia Federal Argentina.

XIII. PAZ E SEGURANÇA

50. Ação: Criar um mecanismo de coordenação em questões de paz e segurança (Conselho de Segurança das Nações Unidas, Conferência sobre Desarmamento, Primeira Comissão da Assembleia Geral, entre outros foros).

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério das Relações Exteriores / Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

XIV. SAÚDE

51. Ação: Fortalecer a gestão de vigilância de emergências em saúde pública e a vigilância epidemiológica para a detecção precoce de riscos à saúde pública.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Saúde / Ministério da Saúde.

52. Ação: Fortalecer ações de saúde na fronteira, inclusive por meio de ações de vacinação na fronteira Brasil-Argentina.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Saúde / Ministério da Saúde.

53. Ação: Fortalecer os vínculos entre os institutos nacionais de saúde, escolas e centros de formação de saúde pública.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Saúde / Ministério da Saúde.

54. Ação: Realizar ações conjuntas de pesquisa, desenvolvimento e produção de tecnologias de saúde, incluindo dispositivos médios, com objetivo de contribuir para a autossuficiência regional.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Saúde / Ministério da Saúde.

55. Ação: Implementar o projeto "Fortalecimento da vigilância epidemiológica para a detecção antecipada de riscos à saúde pública" no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Bilateral.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Agência Brasileira de Cooperação; Ministério da Saúde / Agência Argentina de Cooperação Internacional e Assistência Humanitária "Cascos Blancos"; Ministério de Saúde.

56. Ação: Acordar, por memorando de entendimento interinstitucional entre as agências regulatórias em saúde, o reconhecimento mútuo dos registros de dispositivos médicos classe I e II.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Agência Nacional de Vigilância Sanitária / Administração Nacional de Medicamentos, Alimentos e Tecnologia Médica.

57. Ação: Instituir programa piloto de inspeções conjuntas de boas práticas na fabricação de medicamentos.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Agência Nacional de Vigilância Sanitária / Administração Nacional de Medicamentos, Alimentos e Tecnologia Médica.

XV. EDUCAÇÃO

58. Ação: Aprovar o Programa Executivo Educacional entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Período 2023-2025.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Educação; Ministério das Relações Exteriores / Ministério de Educação; Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

59. Ação: Implementar o projeto "Práticas Curriculares de Alimentação Saudável em Escolas de Fronteira" no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Bilateral.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Agência Brasileira de Cooperação; Ministério de Educação / Agência Argentina de Cooperação Internacional e Assistência Humanitária "Cascos Blancos"; Ministério da Educação.

XVI. CULTURA

60. Ação: Negociar e assinar Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria Cultural entre o Ministério da Cultura da República Argentina e o Ministério da Cultura da República Federativa do Brasil.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Cultura / Ministério de Cultura.

61. Ação: Trabalhar conjuntamente pelo fortalecimento do MERCOSUL Cultural, durante a Presidência Pro Tempore brasileira, para que os países possam articular programas e ações conjuntas que aproximem as políticas públicas culturais entre os Estados Partes e os Estados Associados.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Cultura / Ministério de Cultura.

62. Ação: Promover as cadeias de valor de todos os setores das indústrias culturais de ambos os países, por meio da assinatura de protocolos de cooperação conducentes à promoção de editais binacionais que busquem fomentar a coprodução de filmes, livros, produtos culturais digitais, festivais culturais, entre outras formas de expressão cultural dos países.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Cultura / Ministério de Cultura.

XVII. ESPORTES

63. Ação: Acordar plano de trabalho com ações coordenadas e/ou conjuntas para a prevenção e o combate do racismo, da xenofobia e formas correlatas de discriminação no ambiente esportivo.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério do Esporte; Ministério da Igualdade Racial / Secretaria de Esportes; Secretaria de Direitos Humanos; Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo.

64. Ação: Acordar calendário de cooperação esportiva para 2024, ao amparo do Convênio de Cooperação em Matéria de Esportes, de 30 de novembro de 2005, com ações nas áreas de intercâmbio de treinadores e atletas e de uso recíproco de instalações esportivas de referência para o esporte de alto rendimento.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério do Esporte / Secretaria de Esportes.

XVIII. TURISMO

65. Ação: Implementar o projeto "Destinos turísticos criativos e sustentáveis" no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Bilateral.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Agência Brasileira de Cooperação; Ministério do Turismo / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Agência Argentina de Cooperação Internacional e Assistência Humanitária "Cascos Blancos"; Ministério de Turismo e Esportes.

XIX. MEIO AMBIENTE

66. Ação: Implementar o projeto "Estratégia binacional para a conservação da onça pintada" no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Bilateral.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Agência Brasileira de Cooperação; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima / Agência Argentina de Cooperação Internacional e Assistência Humanitária "Cascos Blancos"; Ministério de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

XX. RECURSOS HÍDRICOS

67. Ação: Negociar memorando de entendimento na área de segurança hídrica com foco na revitalização de bacias hidrográficas compartilhadas, intercâmbio de informações e experiências sobre gestão hídrica, cooperação técnica e científica e promoção do diálogo entre atores governamentais e sociais.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional; Agência Nacional de Águas / Ministério do Interior, Obras Públicas e Habitação.

68. Ação: Implementar o projeto "Desenvolvimento de Capacidades em Gestão de Recursos Hídricos - Fase III" no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Bilateral.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Agência Brasileira de Cooperação; Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico / Agência Argentina de Cooperação Internacional e Assistência Humanitária "Cascos Blancos"; Secretaria da Infraestrutura e Política Hídrica.

XXI. DIREITOS HUMANOS

69. Ação: Restabelecer reuniões técnicas de Consultas Bilaterais em matéria de Direitos Humanos por meio da assinatura de Memorando de Entendimento.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; Ministério das Relações Exteriores / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

70. Ação: Restabelecer a Comissão Técnica Mista relativa ao Memorando de Entendimento entre Brasil e Argentina para o Intercâmbio de Documentação para o Esclarecimento de Graves Violações de Direitos Humanos.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Secretaria de Direitos Humanos.

71. Ação: Intercambiar experiências sobre boas práticas no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; Ministério das Relações Exteriores / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

72. Ação: Estabelecer Consultas Bilaterais em Matéria de Gênero e Diversidade.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; Ministério das Mulheres, Ministério das Relações Exteriores / Ministério das Mulheres, Gênero e Diversidade; Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

XXII. MULHERES

73. Ação: Implementar o projeto "Fortalecimento das políticas públicas sobre gênero entre Brasil e Argentina" no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Bilateral.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Agência Brasileira de Cooperação; Ministério das Mulheres / Agência Argentina de Cooperação Internacional e Assistência Humanitária "Cascos Blancos"; Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidade.

XXIII. IGUALDADE RACIAL

74. Ação: Negociar acordo de Cooperação Técnica com a finalidade de incrementar a capacidade técnica do Brasil de identificação e preservação de sítios de memória da Escravidão e tráfico transatlântico de africanos, bem como estimular a Argentina a resgatar a memória de africanos e afrodescendentes naquele país.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Igualdade Racial; Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional / Arquivo Nacional, Centro Cultural da Memória Haroldo Conti; Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo.

75. Ação: Realizar ações conjuntas e de intercâmbio de visibilidade da cultura afro em ambos os países.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Igualdade Racial; Ministério da Cultura; Ministério de Cultura / Secretaria de Direitos Humanos; Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Instituto Nacional contra a Discriminação, Xenofobia e Racismo.

76. Ação: Emitir Declaração Conjunta Brasil/Argentina a respeito da Década Internacional dos Afrodescendentes.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério da Igualdade Racial; Secretaria de Direitos Humanos / Secretaria de Direitos Humanos; Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Instituto Nacional contra a Discriminação, Xenofobia e Racismo.

XXIV. POVOS INDÍGENAS

77. Ação: Implementar o projeto "Promoção dos Direitos Indígenas no Brasil e na Argentina" no âmbito do Programa de Cooperação Técnica bilateral.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Agência Brasileira de Cooperação; Ministério dos Povos Indígenas / Agência Argentina de Cooperação Internacional e Assistência Humanitária "Cascos Blancos"; Instituto Nacional de Assuntos Indígenas.

XXV. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

78. Ação: Atuar conjuntamente para reforçar rede de intercâmbio sobre políticas públicas nas áreas de proteção e assistência social na Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL (RMADS).

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome / Ministério de Desenvolvimento Social da Argentina.

XXVI. DESENVOLVIMENTO URBANO

79. Ação: Continuar o diálogo sobre possíveis modalidades de cooperação entre o Ministério das Cidades e o Ministério de Desenvolvimento Territorial e Habitat.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério das Cidades / Ministério de Desenvolvimento Territorial e Habitat.

XXVII. COOPERAÇÃO TÉCNICA

80. Ação: Implementar o Programa de Cooperação Técnica Bilateral (2023 – 2025).

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Agência Brasileira de Cooperação; Governo do Estado do Amazonas / Agência Argentina de Cooperação Internacional e Assistência Humanitária "Cascos Blancos" (ACIAH) do Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

81. Ação: Negociar e elaborar o projeto em matéria de desenvolvimento socioeconômico no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Agência Brasileira de Cooperação; Governo do Estado do Amazonas / Agência Argentina de Cooperação Internacional e Assistência Humanitária "Cascos Blancos"; Província de Terra do Fogo.

82. Ação: Implementar o projeto "Apoio institucional ao desenvolvimento de ambientes de inovação na Província de Buenos Aires e no Estado de São Paulo" no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Agência Brasileira de Cooperação; Governo do Estado de São Paulo / Agência Argentina de Cooperação Internacional e Assistência Humanitária "Cascos Blancos"; Província de Buenos Aires.

XXVIII. COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

83. Ação: Articular os trabalhos comunitários no âmbito do Programa de 2023 – 2024 da Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Gestão Integral de Riscos de Desastres (RMAGIR), do MERCOSUL.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Agência Brasileira de Cooperação; Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional / Agência Argentina de Cooperação Internacional e Assistência Humanitária "Cascos Blancos".

84. Ação: Articular os trabalhos de seus respectivos representantes no Grupo de Trabalho sobre Resposta a Inundações no âmbito do Grupo Consultivo Internacional de Busca e Resgate (INSARAG), do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários das Nações Unidas (OCHA).

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Agência Brasileira de Cooperação; Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional / Agência Argentina de Cooperação Internacional e Assistência Humanitária "Cascos Blancos".

85. Ação: Fortalecer a cooperação humanitária no setor de saúde.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Agência Brasileira de Cooperação; Ministério da Saúde / Ministério da Saúde.

86. Ação: Articular os trabalhos de seus respectivos representantes na iniciativa humanitária Carta Internacional - Espaço e Grandes Desastres, que reúne 17 agências espaciais e 270 satélites.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Agência Brasileira de Cooperação; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional / Comissão Nacional de Atividades Espaciais.

XXIX. COOPERAÇÃO CONSULAR

87. Ação: Realizar reunião de coordenação consular bilateral, no marco do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Consultar e Políticas para as Comunidades Emigradas.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Ministério das Relações Exteriores / Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

XXX. COMUNICAÇÃO PÚBLICA

88. Ação: Implementar o Acordo de Cooperação entre Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e a com a Radio e Televisão Argentina.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Empresa Brasil de Comunicação (EBC) / Radio e Televisão Argentina Sociedad del Estado (RTA S.E.).

89. Ação: Implementar o Acordo de Cooperação entre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e a Agência de Notícias TELAM.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Empresa Brasil de Comunicação (EBC) / TELAM Sociedad del Estado (S.E).

90. Ação: Implementar o Acordo de Cooperação entre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e a empresa Contenidos Públicos.

Órgãos responsáveis (Brasil/Argentina): Empresa Brasil de Comunicação (EBC) / Contenidos Públicos Sociedad del Estado (S.E).

Celebrado em 26 de junho de 2023

3. COMUNICADOS CONJUNTOS

3.1. Declaração Conjunta por ocasião da visita oficial à República Argentina do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva

No dia 23 de janeiro de 2023, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou visita oficial à República Argentina em atenção a cordial convite do Presidente da República Argentina, Alberto Ángel Fernández.

Reunidos em Buenos Aires, os dois Presidentes reafirmaram a aliança estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, revisaram o amplo espectro da relação bilateral e avaliaram o estado de implementação dos compromissos existentes. Nesse contexto, reiteraram sua intenção de aprofundar e intensificar o diálogo bilateral em todas as áreas da relação e nas questões de importância regional e global; e, com o objetivo de promover e fortalecer as positivas e históricas relações bilaterais entre os dois países, acordaram assinar a seguinte Declaração Conjunta Presidencial.

1. Os Chefes de Estado reafirmaram seu compromisso com o fortalecimento da democracia e a necessidade de implementar modelos de desenvolvimento baseados nas capacidades produtivas e científico-tecnológicas, na sustentabilidade, na agregação de valor e na geração de emprego inclusivo, de qualidade e com direitos, como condições para melhorar a vida da população dos dois países.
2. Ratificaram sua convicção de que a democracia, o pluralismo e o respeito aos direitos humanos e às liberdades individuais são fatores de progresso, prosperidade e paz social. Ressaltaram o papel insubstituível que as instituições judiciárias detêm em seus ordenamentos constitucionais como garantia dos direitos das pessoas contra perseguições por motivos políticos e o lawfare. Destacaram que os sistemas republicanos de governo necessitam que as instituições

judiciárias mantenham sua independência e imparcialidade diante de interesses econômicos, políticos e midiáticos.

3. Manifestaram preocupação com os efeitos criminosos da desinformação, a radicalização política e as ameaças ao estado democrático de direito. Concordaram sobre a necessidade de ampliar a cooperação e a coordenação bilateral para avançar no combate à desinformação e aos conteúdos ilícitos na Internet.
4. Comprometeram-se a apoiar a promoção e proteção dos direitos humanos e reiteraram a disposição de seus governos de defender os princípios de universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, tanto dos direitos civis e políticos quanto dos direitos econômicos, sociais e culturais.
5. Ratificaram o caráter estratégico da relação bilateral, considerada pelos dois países como uma política de Estado com impacto no processo de desenvolvimento econômico e social da região. Manifestaram sua vontade de relançar e aprofundar o diálogo bilateral em todas as áreas a fim de retomar o caminho de convergências no relacionamento bilateral, regional e multilateral.
6. Ratificaram a prioridade que tem o MERCOSUL na política externa de ambos os países e reconheceram a necessidade de potencializar sua agenda interna para aprofundar a integração política e econômica e fortalecer as cadeias de valor regionais, com a participação ativa de todos os sócios do bloco e do setor produtivo, para gerar condições de vida dignas por meio de maior produção e emprego de qualidade na região, bem como de contribuir para o desenvolvimento sustentável de nossos países. Com esses objetivos, os presidentes instruíram suas ministras e ministros a trabalharem na articulação de uma estratégia comum que potencialize o mercado regional. O aprofundamento da integração produtiva, a dinamização e fluidez do comércio e o desenvolvimento das capacidades científico-tecnológicas permitirão aos países do bloco aproveitarem a reconfiguração das cadeias globais de valor com novos critérios produtivos e de distribuição, compatíveis com um processo de desenvolvimento sustentável.
7. No plano bilateral, destacaram o interesse em aprofundar os acordos para incrementar a relação bilateral e, para tanto, concordaram em avançar na elaboração de um "Plano de Ação para o Relançamento da Aliança Estratégica Brasil-Argentina" com objetivos específicos

para promover a integração em questões estratégicas para a relação bilateral em matéria política, econômica, social, científica e tecnológica, educacional e cultural, entre outras. O Presidente da República Federativa do Brasil convidou o Presidente da República Argentina para realizar uma visita de Estado ao Brasil em junho de 2023, mês em que se comemoram os 200 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Argentina, para que aprovem o referido Plano de Ação. O presidente Alberto Fernández aceitou o convite.

8. Convocaram os respectivos Ministérios a realizar reuniões bilaterais a fim de consolidar suas contribuições à elaboração do "Plano de Ação para o Relançamento da Aliança Estratégica Brasil-Argentina". Da mesma forma, exortaram as agências encarregadas dos demais mecanismos de cooperação existentes a viabilizar reuniões com a maior celeridade possível.

9. Decidiram retomar os mecanismos de integração em nível de Presidentes: "Mecanismo de Alto Nível de Cooperação e Coordenação Bilateral entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil", Chanceleres: "Mecanismo de Coordenação Política Brasil--Argentina a nível das Chancelarias" e Vice-chanceleres.

10. Destacaram a importância do comércio bilateral e do fluxo recíproco de investimentos como vetores de desenvolvimento nos dois países. Ressaltaram, em particular, a qualidade do intercâmbio comercial, caracterizado por uma grande proporção de produtos de alto valor agregado.

11. Reafirmaram seu compromisso com a intensificação dos fluxos de comércio e de investimentos bilaterais, fatores que desempenharão um papel fundamental na recuperação e dinamização das economias de ambos os países. Nesse sentido, coincidiram na importância de promover intercâmbios bilaterais e reduzir e, na medida do possível, eliminar as barreiras desnecessárias ao comércio.

12. Determinaram a reativação da Comissão Bilateral de Produção e Comércio, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços da República Federativa do Brasil e pelo Ministério da Economia da República Argentina, com o objetivo de definir linhas de ação para promover um maior acesso aos respectivos mercados e superar obstáculos ao comércio bilateral, reiterando a necessidade

de trabalhar por uma crescente convergência regulatória e pela facilitação do comércio.

13. Expressaram sua satisfação com o encontro empresarial realizado durante a visita, no qual os setores público e privado enfatizaram os objetivos comuns de fortalecer a democracia, buscar o desenvolvimento sustentável, aperfeiçoar o ambiente de negócios em ambos os países e aprofundar a integração no MERCOSUL e na América do Sul.
14. Coincidiram na necessidade de atrair investimentos que possam integrar nossas economias, de maneira competitiva, nas novas cadeias globais de valor, bem como gerar renda e criar empregos de qualidade. Nesse sentido, enfatizaram a importância de promover parcerias público-privadas.
15. Destacaram, também, o papel que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) pode desempenhar em favor do novo momento da integração regional, por meio de investimentos em infraestrutura, economia do cuidado e desenvolvimento sustentável.
16. Expressaram sua satisfação com o aprofundamento da cooperação de longa data entre Brasil e Argentina no setor aeronáutico, em particular no que diz respeito ao fornecimento de aeronaves de nova geração da Embraer para a Aerolíneas Argentinas.
17. Decidiram trabalhar para eliminar as barreiras sanitárias e fitossanitárias no comércio bilateral e aprofundar a cooperação e a integração entre a EMBRAPA e o INTA, a ANVISA e a ANMAT.
18. Congratularam-se pela assinatura do Memorando de Entendimento entre o Ministério da Fazenda da República Federativa do Brasil e o Ministério da Economia da República Argentina sobre Integração Financeira.
19. Em matéria de integração financeira e produtiva, coincidiram em avançar para o aprofundamento da relação bilateral, com instrumentos que aumentem e facilitem o comércio sem entraves, por meio da ampliação do uso do sistema de moeda local (SML), incorporando o comércio de serviços e a implementação de linhas de crédito em reais para dinamizar o comércio bilateral e facilitar os fluxos financeiros no sistema, aumentando a previsibilidade das transações.
20. Acordaram iniciar estudos técnicos, incluindo os países da região, sobre mecanismos para aprofundar a integração financeira e mitigar

a escassez temporária de divisas, incluindo mecanismos a cargo dos bancos centrais. Compartilharam também a intenção de criar, no longo prazo, uma moeda de circulação sul-americana, com vistas a potencializar o comércio e a integração produtiva regional e aumentar a resiliência a choques internacionais.

21. Instruíram suas equipes de trabalho a avançar em ações comuns por meio do BNDES, do BICE e do Banco Nación, com o objetivo de financiar o comércio exterior e aumentar a capacidade de empréstimo dos bancos de desenvolvimento latino-americanos por meio de sinergias entre a CAF e o FONPLATA.

22. Comprometeram-se a avaliar conjuntamente, com sentido de prioridade e urgência, o financiamento de projetos estratégicos de interesse binacional, como o Gasoduto Presidente Néstor Kirchner.

23. Instruíram suas equipes de trabalho a incentivar o desenvolvimento de projetos relativos à exploração *off shore*.

24. Determinaram a conformação de um Grupo de Trabalho coordenado por altas autoridades dos dois países para aprofundar as discussões sobre a integração energética bilateral, incluindo o mercado de gás natural e as possibilidades de desenvolvimento conjunto do setor.

25. Em matéria de transição energética, instruíram que suas equipes técnicas estudem projetos para incentivar cadeias e complexos produtivos binacionais e regionais a partir do financiamento, da convergência em padrões comuns e das ferramentas comerciais, com particular ênfase nos setores de biocombustíveis, hidrogênio, hidroeletricidade e energia eólica e solar, bem como nas cadeias de lítio.

26. Reafirmaram o interesse em desenvolver os potenciais hidrelétricos binacionais e acordaram reativar o Comitê Técnico Misto (CTM), com o objetivo de retomar os estudos técnicos relativos aos empreendimentos binacionais, no quadro do Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu afluente o Rio Peperí-Guaçú.

27. Acordaram promover um mercado de energia sul-americano e aumentar o intercâmbio de gás natural, de gás liquefeito de petróleo (GLP) e de energia elétrica entre os dois países no âmbito do Memorando de Intercâmbio de Energia assinado em 16 de novembro de 2022, contribuindo assim para o reforço da segurança energética.

28. Coincidiram em fortalecer o Subgrupo de Trabalho de Energía do MERCOSUL (SGT-9), buscando promover sinergias com o Sistema de Integração Energética do SUL (SIESUL) e incentivar outras iniciativas relacionadas à integração gasífera e de novas tecnologias, que poderiam apoiar o SGT-9 com elementos relativos ao desenho de políticas de intercâmbio de energia no curto e longo prazos, incluindo aspectos tributários e mecanismos de apoio em condições críticas de operação.
29. Ressaltaram a importância da entrada em vigor do Acordo para a Eliminação da Cobrança de Encargos de Roaming Internacional no MERCOSUL e instaram a implementar o Acordo de Reconhecimento Mútuo de Assinaturas Digitais do MERCOSUL, que permitirá garantir a autenticidade, confidencialidade, integridade e validade jurídica dos documentos eletrônicos trocados entre governos, empresas e cidadãos dos países do bloco.
30. Decidiram consolidar o mecanismo de diálogo bilateral digital a fim de poder abordar particularmente questões relacionadas à conectividade, à governança da Internet, à inteligência artificial, à segurança cibernética e aos crimes cibernéticos, reconhecendo a importância crescente do desenvolvimento digital como um alicerce fundamental para fortalecer a conectividade e a integração entre os dois países e a região.
31. Reafirmaram o compromisso comum com a visão da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação de construir uma sociedade da informação centrada na pessoa, integradora e voltada para o desenvolvimento, na qual todos possam criar, consultar, utilizar e compartilhar informação e conhecimentos, para que as pessoas, as comunidades e os povos possam aproveitar plenamente suas possibilidades de promover seu desenvolvimento sustentável e melhorar sua qualidade de vida, com base nos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e respeitando plenamente e defendendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
32. Congratularam-se pela assinatura da Declaração Conjunta do Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil e o Ministério da Saúde da República Argentina.
33. Instruíram também as áreas de saúde dos dois países a abordarem, conjuntamente, diferentes linhas estratégicas prioritárias, tais como

a promoção da alimentação adequada, saudável e sustentável por meio de sistemas de rotulagem e advertências nutricionais, regulação da publicidade de alimentos e bebidas e outras iniciativas com o mesmo objetivo; prevenção da resistência aos antimicrobianos; saúde mental; doenças desatendidas e endemo-epidêmicas e linhas de cuidado; gestão de risco sanitário e resposta a surtos através da vigilância sanitária compartilhada por meio do desenvolvimento de inteligência epidemiológica, com eixo nos sistemas de informação, inovação tecnológica, integração dos sistemas de saúde e atenção primária da saúde, entre outras.

34. Decidiram promover o intercâmbio e a transferência de tecnologias de interesse para a saúde pública entre os dois países com o objetivo de gerar um círculo virtuoso que permita avançar na autossuficiência sanitária. Assim, celebraram a designação pela OPAS/OMS do Brasil e da Argentina como HUB regional para a produção para a América Latina e o Caribe da vacina de RNA mensageiro contra a Covid-19, e instruíram suas ministras a trabalharem na ampliação da Rede Brasileiro-Argentina de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas, com foco nas necessidades de saúde da população da região e em um programa binacional específico de desenvolvimento conjunto de laboratórios públicos e privados com foco em medicamentos estratégicos, fortalecendo a convergência regulatória.

35. Determinaram fortalecer os mecanismos bilaterais específicos para enfrentar as diferentes modalidades do crime organizado transnacional, como o tráfico ilícito de drogas, o tráfico de pessoas, o contrabando de migrantes e a fabricação e tráfico ilícito de armas pequenas, suas partes e munições. Reafirmaram seu compromisso de abordar o Problema Mundial das Drogas a partir de um enfoque baseado em evidências, integral, equilibrado entre as dimensões de segurança, saúde pública, direitos humanos e perspectiva de gênero, e no marco dos princípios da responsabilidade comum e compartilhada.

36. Comprometeram-se a fomentar a agenda regional de infraestrutura física como um componente indispensável para o fortalecimento da integração regional e com base nos trabalhos iniciados no âmbito do MERCOSUL e da agenda do COSIPLAN, assim como convocaram as autoridades competentes a promover projetos bilaterais de interesse mútuo com vistas a incentivar a integração produtiva e logística.

37. Salientaram a importância de definir o futuro regime de gestão e manutenção da Ponte São Borja - Santo Tomé e do seu Centro Unificado de Fronteira e Infraestruturas Conexas, antes do final da atual concessão, em agosto de 2023, dada a importância da referida ponte e de sua área de controle integrado para o intercâmbio comercial dos dois países, mantendo-se o alto padrão que a administração do centro possui atualmente, com tempos expeditos que o tornam uma opção eficiente para o transporte de cargas. Coincidiram em coordenar conjuntamente todas as ações necessárias para avançar na construção da Ponte Porto Xavier-San Javier. Determinaram, também, que os respectivos governos tomarão as medidas necessárias para a revitalização e a manutenção regular da ponte Uruguaiana--Paso de los Libres.
38. Manifestaram sua vontade de continuar trabalhando no desenvolvimento integral da Bacia do Prata e no fortalecimento institucional dos organismos regionais no âmbito do Tratado da Bacia do Prata, como o Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC-Prata) e os órgãos do Acordo de Santa Cruz de la Sierra sobre Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai - Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nueva Palmira).
39. Além disso, destacaram a cooperação e os esforços conjuntos para mitigar os efeitos das crises hídricas.
40. Renovaram seu interesse em seguir fomentando a integração física e a conectividade entre o Atlântico e o Pacífico, inclusive no âmbito do projeto do Corredor Rodoviário Bioceânico, com a finalidade de dinamizar o comércio, os investimentos, a atividade empresarial e o turismo regional.
41. Ratificaram seu compromisso com o aprofundamento da integração dos povos e a facilitação da circulação dos nacionais de ambos os países e, para tanto, instruíram os organismos competentes que avaliem e adotem medidas concretas para melhorar a coordenação nos pontos fronteiriços e nas Áreas de Controle Integrado, no âmbito da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil--Argentina (CODEFRO).
42. Congratularam-se pela assinatura da Carta de Intenção para o projeto de integração em defesa Brasil-Argentina.

43. Expressaram sua disposição de aprofundar a cooperação em matéria de defesa, em especial no setor da indústria de defesa, no setor aeronáutico e nos intercâmbios de formação das suas Forças Armadas e determinaram revitalizar os mecanismos de diálogo, em especial o Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação em matéria de Defesa e Segurança Internacional (2+2) com os Ministérios da Defesa e as Chancelarias.

44. Manifestaram seu interesse em continuar as negociações referentes aos Veículos Blindados de Transporte de Pessoal 6x6 GUARANI, e na colaboração de outros sistemas de armas.

45. Acordaram dar continuidade aos ciclos de planejamento e execução do Exercício Binacional "Operação Arandu", em sistema de rodízio entre os dois países, com vistas à troca de experiências profissionais, no âmbito da Doutrina Militar Combinada em operações convencionais e ao fortalecimento de laços de amizade e cooperação entre as forças armadas.

46. Acordaram promover uma instância de Diálogo Oceânico Bilateral para fortalecer a cooperação entre os dois países e a coordenação em fóruns multilaterais, bem como promover o intercâmbio de boas práticas e o fortalecimento de suas capacidades em termos de conservação e uso sustentável de recursos e investigação científica marinha.

47. Consideraram fundamental o processo de reativação e revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), bem como a necessidade de preservá-la de tensões políticas extrarregionais, como plataforma para promover projetos de cooperação, tendo especialmente em conta a importância geopolítica e estratégica do Atlântico Sul. Nesse sentido, destacaram a oportunidade proporcionada pela VIII Reunião Ministerial da ZOPACAS, prevista para abril deste ano em Mindelo, Cabo Verde.

48. Reconheceram a importância de fortalecer o Sistema do Tratado Antártico com o objetivo de consolidar a Antártica como uma área dedicada à paz e à ciência. Nesse sentido, saudaram o aprofundamento do diálogo bilateral antártico e congratularam-se pela assinatura do Acordo de Cooperação Antártica com vistas ao desenvolvimento de novos projetos científicos de interesse comum e ao fortalecimento da cooperação bilateral científica e logística antártica.

49. Acordaram revigorar a cooperação bilateral e os projetos conjuntos nos usos pacíficos da energia e tecnologia nucleares, que constituem patrimônio comum irrenunciável da aliança estratégica entre o Brasil e Argentina e objetivo permanente da política externa de ambos os países. Nesse sentido, destacaram a importância da experiência da parceria bilateral na construção do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) e do Reator Multipropósito Argentino (RA-10). Destacaram o papel central da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) na construção de confiança mútua e internacional que, por meio de um esquema único de inspeções cruzadas aliadas a salvaguardas sob o Acordo Quadripartite, demonstra ao mundo a inquebrantável vocação pacífica que anima os respectivos programas nucleares de ambos os países. Também destacaram a importância dos sucessivos mandatos da Argentina e do Brasil na presidência do Grupo de Fornecedores Nucleares (NSG) nos biênios 2021-22 e 2022-23, respectivamente, que refletem as contribuições de ambos os países para a não proliferação nuclear.

50. Comprometeram-se a reativar o Grupo de Trabalho Conjunto Brasileiro-Argentino de Cooperação Espacial (GTC) a fim de voltar a contar com um mecanismo específico para o tratamento de questões espaciais, tanto no âmbito bilateral quanto para a coordenação de posições em foros multilaterais, e avançar na execução do projeto de satélite SABIA-Mar, que prevê o lançamento de dois satélites (um brasileiro e outro argentino) para a realização de estudos oceanográficos e costeiros.

51. Congratularam-se pela assinatura do Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da República Federativa do Brasil e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da República Argentina sobre Cooperação Científica em Ciências Oceânicas, bem como do Programa Binacional Brasileiro-Argentino em Ciência, Tecnologia e Inovação de Cooperação entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da República Federativa do Brasil e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da República Argentina– 2023-2024.

52. Ratificaram seu apoio ao desenvolvimento de projetos científico-tecnológicos no âmbito do Centro Latino-Americano de Biotecnologia (CABBIO) e do Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia (CABN) e concordaram em promover uma agenda comum de novos

projetos no campo da ciência e tecnologia e instaram os ministérios da ciência e as chancelarias a promover essa agenda. Nesse sentido, instaram a apoiar setores estratégicos como o espacial, com ênfase em observatórios, telescópios, satélites meteorológicos e mecanismos de cooperação regional; o setor de tecnologia da informação e comunicação, voltado para a construção de uma estratégia binacional conjunta em inteligência artificial, ciência de dados e indústria 4.0; o setor de ciência e tecnologia quântica através da promoção de um programa binacional com aplicações em diferentes indústrias; o setor de pesquisa oceânica e marítima por meio da promoção de uma estratégia científico-tecnológica conjunta que permita articular os programas Ciência no Mar" no Brasil e "Pampa Azul" na Argentina; o setor de empresas de base tecnológica (startups), com o objetivo de aprofundar a integração dos ecossistemas de inovação dos países.

53. Determinaram avançar em colaborações efetivas para promover a inovação tecnológica aplicada a setores produtivos estratégicos como agroindústria, saúde, setor espacial com ênfase na área de desenvolvimento de satélites, setor nuclear, biotecnologia e nanotecnologia aplicadas e transição energética, partindo do princípio de que o conhecimento constitui a mais relevante fonte de riqueza para promover um desenvolvimento inclusivo, com oportunidades de emprego de qualidade e favorecendo a ascensão social.

54. Acordaram promover um novo programa de cooperação técnica bilateral, em que se definam os próximos projetos a serem implementados em áreas de interesse mútuo, tais como: digitalização, saúde, meio ambiente, mudança climática, construção de resiliência e gestão de riscos e desastres, questões fronteiriças, direitos humanos e gênero, conservação e uso sustentável dos recursos marinhos, e turismo. O referido programa também incluirá projetos de cooperação triangular, especialmente na área de segurança alimentar e nutricional, a serem implementados na região.

55. Coincidiram em aprofundar os esforços em matéria de cooperação humanitária para fortalecer a resposta a emergências e desastres de origem hidrometeorológica - por exemplo, as inundações - como parte do mandato do Grupo Assessor Internacional em Operações de Busca e Salvamento do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (ENUCAH). Além disso, notaram com satisfação as numerosas doações de vacinas e outros suprimentos

humanitários feitas por ambos os países em resposta a situações de emergência, coincidindo quanto à importância de sua continuidade na medida das necessidades e possibilidades.

56. Promoveram também o compromisso de dinamizar a cooperação educativa, reconhecendo as suas sinergias com a cooperação cultural, tanto em nível bilateral como regional, acordando ainda a realização de uma reunião entre ambas as Chancelarias no primeiro semestre de 2023, a fim de estabelecer um programa de ação bilateral em matéria educativa, em consulta com os respectivos ministérios da educação e outras instituições envolvidas.

57. Expressaram seu compromisso com a promoção do intercâmbio cultural e reafirmaram o papel fundamental da cultura como elemento de desenvolvimento econômico, fortalecimento da identidade e construção da cidadania. Nesse sentido, determinaram que as autoridades culturais nacionais dos dois países retomem o intercâmbio de experiências em políticas públicas e fortaleçam as principais instâncias do MERCOSUL Cultural.

58. Acordaram restabelecer as reuniões técnicas de Consultas Bilaterais em matéria de direitos humanos com vistas a retomar o histórico trabalho conjunto de nossos países nessa matéria, com particular ênfase nas políticas de igualdade para mulheres e LGBTI+.

59. Concordaram em continuar trabalhando para avançar na cooperação e no diálogo sobre questões consulares e migratórias, tanto bilateralmente quanto por meio do Mecanismo de Cooperação Consular entre os Estados Membros do MERCOSUL e Estados Associados. Nesse sentido, incentivaram a realização de um encontro bilateral entre as autoridades consulares das respectivas Chancelarias, para troca de informações e experiências sobre assistência aos seus nacionais no exterior e sobre temas migratórios, no primeiro semestre de 2023.

60. Ressaltaram a importância da dimensão social do MERCOSUL como um projeto amplo e profundo de integração que tenha um impacto concreto na vida das pessoas. Nesse sentido, destacaram que o diálogo constante com a sociedade civil e os movimentos sociais fortalece a integração.

61. Ressaltaram seu compromisso com a melhoria contínua do MERCOSUL, do processo regulatório do bloco e da qualidade das normas harmonizadas como instrumento para intensificar

a participação no comércio internacional, atrair investimentos e aprofundar a integração regional, melhorando a previsibilidade e a segurança jurídica; aumentar a participação social e a transparência; e aumentar a competitividade industrial com contornos modernos e sustentáveis em seu marco regulatório.

62. Concordaram com a importância de buscar dar seguimento ao processo de adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL, à luz do Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL e da Decisão CMC 20/19, que determina que a participação de um novo membro estará fundamentada no princípio da reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados Partes.

63. Reiteraram seu compromisso com o Protocolo de Ushuaia e sua disposição de trabalhar construtivamente para o futuro retorno da República Bolivariana da Venezuela às instâncias do MERCOSUL.

64. Com relação às relações externas do MERCOSUL, concordaram com a importância do bloco como plataforma de inserção regional e global dos países membros e reiteraram a necessidade de respeitar a política comercial do bloco e o acordado no Tratado de Assunção e no Protocolo de Ouro Preto, conduzindo negociações de maneira conjunta para aprimorar as capacidades produtivas e científico-tecnológicas do bloco e ampliar as possibilidades de aumento do comércio e da geração de emprego.

65. Ratificaram o compromisso de trabalhar nos assuntos pendentes da negociação do MERCOSUL com a União Europeia (UE) com vistas a assegurar um equilíbrio das negociações que leve em conta as fortes assimetrias entre os blocos, e promover assim o desenvolvimento econômico e social de todos os países envolvidos. Expressaram preocupação com as recentes medidas protecionistas unilaterais europeias, amparadas em supostas preocupações ambientais, que podem afetar o equilíbrio do acordo. Apontaram também a necessidade de continuar a contar com um diálogo frutífero e com instrumentos de cooperação econômica efetiva para evitar que as iniciativas em curso da UE, em particular no âmbito do Pacto Verde e dos novos compromissos em matéria de sustentabilidade ambiental, afetem negativamente os equilíbrios necessários para aumentar o bem-estar econômico e social de ambos os blocos. Também concordaram com a conveniência de continuar as negociações de outros acordos

comerciais da agenda externa do MERCOSUL que se encontram próximo à conclusão e assinatura.

66. Renovaram, no contexto do encurtamento das cadeias de valor, seu compromisso em consolidar a integração do bloco com os países da América do Sul e a extensão do relacionamento do MERCOSUL aos países da América Central e do Caribe. Os Presidentes também coincidiram na importância de aprofundar o relacionamento externo do MERCOSUL, no âmbito da consolidação do comércio Sul-Sul.

67. Comprometeram-se a iniciar um processo de diálogo em nível presidencial com os países da região rumo ao relançamento da UNASUL e instruíram seus chanceleres a realizá-lo em seu nível, adotando as ações necessárias.

68. Expressaram sua intenção de retomar o diálogo entre a América do Sul e os países africanos mediante a promoção de uma quarta edição da Cúpula América do Sul-África.

69. Manifestaram sua disposição de promover as discussões necessárias para a realização de uma nova Cúpula de Países Sul-Americanos e Árabes (ASPA) com a brevidade possível.

70. Celebraram a reincorporação do Brasil à Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) e sua participação na VII Cúpula de Chefes de Estado e Governo, como uma amostra do compromisso do Brasil com a unidade e o trabalho conjunto na região.

71. Reafirmaram sua aliança estratégica como integrantes de um mesmo grupo negociador no âmbito das negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e destacaram a importância de intensificar os esforços na luta contra a mudança do clima em linha com os princípios de equidade, de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e as respectivas capacidades. Celebraram a adoção do Quadro de Biodiversidade Global de Kunming-Montreal na COP-15 da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada em dezembro de 2022. Renovaram seu compromisso com a implementação de políticas para a conservação da biodiversidade, seu uso sustentável e a distribuição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso de recursos genéticos em qualquer formato, incluindo informação de sequência genética digital (DSI), e destacaram que os três pilares da Convenção devem ser implementados de maneira equilibrada e integrada. Ressaltaram a necessidade de promover a plena

implementação das obrigações dos países desenvolvidos de fornecer meios adequados de implementação aos países em desenvolvimento no âmbito da Convenção, inclusive por meio da criação do Fundo Global para a Biodiversidade. Também enfatizaram a importância de erradicar a pobreza em comunidades dependentes da biodiversidade.

72. Ressaltaram seu apoio à candidatura da cidade de Belém (Estado do Pará/Brasil) à sede da COP 30, em 2025, e destacaram sua disposição de trabalhar coletivamente para que a referida COP seja ambiciosa, inclusiva e exitosa, uma COP que fortaleça o regime multilateral de mudança do clima e promova a convergência para os objetivos estabelecidos pela Convenção e seu acordo de Paris, com atenção às responsabilidades comuns, porém diferenciadas de cada parte, uma COP que fomente o espírito de solidariedade entre as nações e que reafirme o imperativo do desenvolvimento sustentável como direito dos povos em desenvolvimento.

73. Defenderam o multilateralismo como princípio político fundador de qualquer ordem regional e global e comprometeram-se a trabalhar juntos para garantir sua vigência e assegurar que as necessidades, desafios e possibilidades dos dois países sejam acatados nos fóruns globais.

74. Sublinharam a importância de respeitar a preeminência do direito internacional, inclusive do direito internacional humanitário e dos direitos humanos, e a adesão a todos os princípios da Carta das Nações Unidas, enfatizando a obrigação internacional de respeitar a soberania dos Estados e sua integridade territorial. Nesse sentido, afirmaram que a negociação e a diplomacia são as melhores soluções para os conflitos e sempre preferíveis para garantir a paz e a segurança internacionais.

75. Concordaram em promover uma cooperação abrangente e integral no âmbito do G20 durante a atual Presidência indiana em 2023. A Argentina expressou seu total respaldo e apoio à próxima Presidência brasileira do G20 em 2024, vista como uma grande oportunidade para fortalecer as prioridades dos países em desenvolvimento, especificamente da América Latina e do Caribe. Brasil e Argentina compartilham a visão de que o G20 é o principal fórum de diálogo e cooperação estrutural em questões econômicas, financeiras e de

desenvolvimento. Trabalharão para que o Grupo contribua cada vez mais para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

76. Enfatizaram sua disposição de estreitar o trabalho conjunto no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), em questões de interesse mútuo, como comércio e meio ambiente, segurança alimentar global, pescas, propriedade intelectual, saúde e facilitação de investimentos financeiros. Por sua vez, concordaram que a reforma da OMC é essencial para fortalecer todas as suas funções e a confiança no sistema multilateral de comércio e comprometeram-se a encetar discussões construtivas para a apresentação de propostas à XIII Conferência Ministerial.

77. Reiteraram seu compromisso com o Estado de Direito no Peru e lamentaram os enfrentamentos que deixaram mortes e danos materiais naquele país. Conclamaram a todos os peruanos que retomem o diálogo e construam consensos. Também expressaram sua preocupação com a situação do ex-presidente Pedro Castillo, em particular sua prisão preventiva por um período prolongado.

78. Reafirmaram seu compromisso com a solução da crise multidimensional que vive o Haiti, com a convicção de que a solução dessa crise deve ser liderada pelos haitianos, levando em consideração seus próprios objetivos e necessidades. Coincidiram que a deterioração do quadro de segurança é a maior preocupação no curto prazo, que merece atenção prioritária. Consideram que o diálogo amplo e inclusivo entre diferentes setores do espectro político é essencial para superar os desafios políticos. Reiteram a necessidade de que as eleições presidenciais e legislativas sejam realizadas o quanto antes.

79. Manifestaram sua profunda preocupação com a escalada da violência na Palestina e renovaram seu apelo por uma solução justa, pacífica e definitiva para o conflito israelense-palestino. Reafirmaram seu apoio ao direito do povo palestino de constituir um Estado livre e independente, dentro das fronteiras existentes em 1967, bem como ao direito do Estado de Israel de viver em paz com seus vizinhos, dentro de fronteiras seguras e reconhecidas internacionalmente. Nesse contexto, apelaram ao pleno respeito dos direitos humanos e do direito internacional humanitário.

80. Expressaram sua preocupação com a agressão à Ucrânia e suas graves consequências humanitárias e para a paz na Europa. Observaram

que o conflito gera efeitos negativos para a segurança energética e alimentar mundial, agravados pela aplicação de sanções unilaterais, que impõem dificuldades adicionais às economias de todo o mundo. Reiteraram seu apelo à cessação imediata das hostilidades e ao pleno respeito à Carta das Nações Unidas, instando todas as partes a se engajarem em esforços diplomáticos que conduzam a um entendimento negociado pacífico.

81. O Presidente da República Federativa do Brasil renovou o apoio de seu país aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, em relação às Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul, Sandwich do Sul e espaços marítimos circundantes. O Presidente Fernández agradeceu o apoio permanente do Brasil à posição argentina sobre a Questão das Ilhas Malvinas, refletido na tradicional posição do Brasil sobre os acontecimentos de 1833 e nas numerosas declarações adotadas nos foros regionais e multilaterais em que foi tratada. Afirmaram que a presença militar do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte nas Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e espaços marítimos circundantes é contrária à política da região de adesão à busca de uma solução pacífica para a disputa de soberania e reiteraram sua rejeição a tal presença, bem como à condução de exercícios militares que violem as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, especialmente a Resolução 31/49.

82. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu ao Presidente Alberto Fernández, em nome próprio e de sua delegação, pela hospitalidade argentina em sua primeira viagem internacional desde sua posse em 1º de janeiro de 2023.

Nota à imprensa nº 24, publicada em 23/01/2023

3.2. Comunicado Conjunto – Visita ao Brasil do Chanceler Federal da Alemanha, Olaf Scholz – Brasília, 30 de janeiro de 2023

1. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, no Palácio do Planalto, o Chanceler Federal da Alemanha, Olaf Scholz, no dia 30 de janeiro de 2023. O Presidente Lula e o Chanceler Scholz decidiram relançar a parceria estratégica entre Brasil e Alemanha, fortalecendo a cooperação no enfrentamento dos desafios globais, destacando-se a promoção

da paz e segurança, a expansão das energias renováveis, o combate às alterações climáticas e o combate à pobreza. Também enfatizaram a necessidade de uma transformação socialmente justa, inclusiva e ecológica das economias, com base na Agenda 2030 e nos objetivos de desenvolvimento sustentável.

2. O Presidente Lula e o Chanceler Scholz revisaram as principais questões globais. Reafirmaram o compromisso inabalável do Brasil e da Alemanha com a democracia, os direitos humanos e a inclusão social. Também enfatizaram seu compromisso com o direito internacional, a Carta das Nações Unidas e a resolução pacífica de conflitos. Deploraram enfaticamente a violação da integridade territorial da Ucrânia pela Rússia e a anexação de partes de seu território como violações flagrantes do direito internacional. Lamentaram a perda de vidas humanas e a destruição da infraestrutura civil, bem como o imenso sofrimento humano e agravamento das vulnerabilidades da economia mundial causados pela guerra. Expressaram preocupação com os efeitos globais do conflito na segurança alimentar e energética, especialmente nas regiões mais pobres do planeta. Convergiram em apoio ao pleno funcionamento da Black Sea Grain Initiative. Ressaltaram a necessidade de promover uma paz justa e duradoura.
3. Os líderes valorizam as intensas relações econômicas bilaterais entre Brasil e Alemanha. Ressaltaram a importância do aprofundamento das relações comerciais e destacaram a intenção de acelerar a conclusão das negociações de um acordo equilibrado entre o MERCOSUL e a União Europeia.
4. Os Chefes de Governo sublinharam a importância de uma governança global legítima e representativa. Nesse contexto, valorizam o papel do G20. Defenderam a centralidade das Nações Unidas para a paz e segurança internacionais e concordaram em intensificar seu compromisso com a reforma do Conselho de Segurança. Concordaram em intensificar o trabalho do G4 em prol de reforma do órgão que inclua sua ampliação. Reforçaram o apoio mútuo para que os dois países tenham assentos permanentes em um Conselho de Segurança ampliado.
5. O Presidente Lula e o Chanceler Scholz concordaram em realizar a Segunda Reunião de Consultas Intergovernamentais no segundo semestre de 2023.

Nota à imprensa nº 40, publicada em 30/01/2023

3.3. Comunicado Conjunto por ocasião do encontro entre os Presidentes Lula e Biden

Hoje, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da República Federativa do Brasil, e o Presidente Joseph R. Biden Jr., dos Estados Unidos, encontraram-se em Washington, D.C. Durante o encontro, os dois líderes reafirmaram a natureza vital e duradoura da relação Brasil-EUA e ressaltaram que o fortalecimento da democracia, a promoção do respeito aos direitos humanos e o enfrentamento da crise do clima figuram no centro de sua agenda comum.

Como líderes das duas maiores democracias das Américas, o Presidente Lula e o Presidente Biden comprometeram-se a trabalhar juntos para fortalecer as instituições democráticas e saudaram a segunda Cúpula pela Democracia, a realizar-se em março de 2023. Ambos os líderes notaram que continuam a rejeitar o extremismo e a violência na política, condenaram o discurso de ódio e reafirmaram sua intenção de construir resiliência da sociedade à desinformação e concordaram em trabalhar juntos nesses assuntos. Discutiram os objetivos compartilhados de fazer avançar a agenda dos direitos humanos por meio da cooperação e da coordenação em questões tais como inclusão social e direitos trabalhistas, igualdade de gênero, equidade e justiça raciais, e proteção dos direitos das pessoas LGBTQI+. Também assumiram o compromisso de revitalizar o Plano de Ação Conjunta Brasil-EUA para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e Promoção da Igualdade, para benefício mútuo de comunidades raciais, étnicas e indígenas marginalizadas, incluindo pessoas de ascendência africana, em ambos os países.

Ambos os líderes estão determinados a conferir urgente prioridade à crise climática, ao desenvolvimento sustentável e à transição energética. Reconhecem o papel de liderança que o Brasil e os EUA podem desempenhar por meio da cooperação bilateral e multilateral, inclusive no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e do Acordo de Paris. Os Presidentes Lula e Biden recordaram a Iniciativa Conjunta sobre Mudança do Clima, estabelecida em 2015, que criou o Grupo de Trabalho de Alto Nível Brasil-EUA sobre Mudança do Clima (GTMC). Decidiram instruir o GTMC a voltar a reunir-se com a maior brevidade possível, com vistas a examinar áreas de cooperação, como combate ao desmatamento e à degradação, reforço da bioeconomia, estímulo à implantação da energia limpa, fortalecimento de ações de adaptação e promoção de práticas agrícolas de baixo carbono. Como parte desses esforços, os Estados Unidos anunciaram sua intenção de trabalhar com o Congresso para fornecer recursos para programas de proteção e conservação da Amazônia brasileira, incluindo apoio inicial ao Fundo

Amazônia, e para alavancar investimentos nessa região muito importante. Os líderes expressaram, ainda, a determinação de lutar contra a fome e a pobreza, reforçar a segurança alimentar global, fomentar o comércio e eliminar barreiras, promover a cooperação econômica e fortalecer a paz e a segurança internacionais.Também discutiram o interesse em intensificar a cooperação bilateral em áreas como comércio e investimentos, energia, saúde, ciência, tecnologia e inovação, defesa, educação e cultura e assuntos consulares, por meio de abordagem focada em resultados que beneficiem ambas as sociedades. Ao reconhecer a importância da resiliência das cadeias de suprimentos, especialmente na atual conjuntura global, comprometeram-se a continuar a cooperação nesse campo com diálogos público-privados específicos.

Os dois líderes também examinaram ampla gama de questões globais e regionais de interesse mútuo. Ambos os presidentes lamentaram a violação da integridade territorial da Ucrânia pela Rússia e a anexação de partes de seu território como violações flagrantes do direito internacional e conclamaram uma paz justa e duradoura. Os líderes expressaram preocupação com os efeitos globais do conflito na segurança energética e alimentar, especialmente nas regiões mais pobres do planeta e externaram apoio ao funcionamento pleno da Iniciativa de Grãos do Mar Negro. Os Presidentes Lula e Biden tencionam fortalecer a cooperação em instituições multilaterais, inclusive no contexto da vindoura presidência brasileira do G20. Os dois líderes expressaram a intenção de trabalhar juntos para uma reforma significativa do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como a expansão do órgão para incluir assentos permanentes para países na África e na América Latina e Caribe, de modo a torná-lo mais representativo dos membros da ONU e aperfeiçoar sua capacidade de responder mais efetivamente às questões mais prementes relacionadas à paz e à segurança globais.O Presidente Lula convidou o Presidente Biden a visitar o Brasil, e o Presidente Biden aceitou o convite. Os dois líderes comprometeram-se a ampliar seu diálogo e buscar cooperação mais profunda em preparação para a celebração do bicentenário das relações diplomáticas Brasil-EUA em 2024.

Nota à imprensa nº 53, publicada em 10/02/2023

3.4. Comunicado Conjunto dos governos da Argentina, Brasil, Chile e México sobre a expansão de assentamentos israelenses na Cisjordânia

Os governos da Argentina, Brasil, Chile e México veem com profunda preocupação a decisão do governo de Israel de legalizar nove postos avançados ("outposts") e construir dez mil casas em assentamentos existentes na Cisjordânia.

Essas medidas unilaterais constituem graves violações do Direito Internacional e das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, especialmente a resolução 2.334 (2016), além de contribuir para elevar as tensões atuais.

Nossos governos expressam oposição a qualquer ação que comprometa a viabilidade da solução de dois Estados, na qual Israel e Palestina possam compartilhar fronteiras seguras e reconhecidas internacionalmente, respeitando as legítimas aspirações de ambos os povos de viver em paz.

Os governos da Argentina, Brasil, Chile e México pedem a israelenses e palestinos que se abstenham de atos e provocações que possam promover nova escalada de violência e que retomem as negociações para chegar a uma solução pacífica para o conflito.

Nota à imprensa nº 60, publicada em 17/02/2023

3.5. Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o Aprofundamento da Parceria Estratégica Global – Pequim, 14 de abril de 2023

1. A convite do Presidente da República Popular da China, Xi Jinping, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou uma visita de Estado à China, entre os dias 12 e 15 de abril de 2023.

Durante a visita, os dois chefes de Estado mantiveram reunião em atmosfera calorosa e cordial. Intercambiaram percepções sobre as relações sino-brasileiras em todas as áreas de cooperação bilateral, bem como sobre temas internacionais e regionais de interesse comum, chegando a amplos consensos. O Primeiro-Ministro do Conselho de Estado da República Popular da China, Li Qiang, e o Presidente do Comitê Permanente da Assembleia

Popular Nacional da República Popular da China, Zhao Leji, mantiveram reuniões em separado com o Presidente Lula.

2. A parte brasileira expressou calorosas congratulações pela realização das primeiras sessões da 14ª Assembleia Popular Nacional e do 14º Comitê Central da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e pela reeleição de Xi Jinping como Presidente da República Popular da China e como Presidente da Comissão Militar Central. A parte chinesa expressou calorosas felicitações ao Presidente Lula pelo seu terceiro mandato como Presidente da República Federativa do Brasil.
3. As partes recordaram e avaliaram positivamente os êxitos alcançados no desenvolvimento da parceria Brasil-China desde o estabelecimento das relações diplomáticas. Expressaram a vontade das duas partes de aproveitar o 30º aniversário da Parceria Estratégica Brasil-China este ano e do 50º aniversário de relações diplomáticas em 2024 para continuar a estimular o intercâmbio de visitas oficiais e o diálogo entre as autoridades dos dois países, incrementando a confiança política mútua e consolidando a base política das relações sino-brasileiras, com vistas a fortalecer a Parceria Estratégica Global Brasil-China de forma aberta, inclusiva, cooperativa e mutuamente benéfica, e aprofundar a cooperação em várias áreas como combate à pobreza, desenvolvimento social e inovação científica e tecnológica, bem como expandir novas áreas de cooperação como proteção ambiental, enfrentamento à mudança do clima, economia de baixo carbono e economia digital.
4. As duas partes consideraram que, no atual contexto de rápidas mudanças e marcadas turbulências internacionais, é preciso renovar os esforços em prol dos valores comuns da humanidade: paz, desenvolvimento, equidade, justiça, democracia e liberdade. Reiteraram o compromisso com a defesa do direito internacional, inclusive os propósitos e princípios na Carta das Nações Unidas, como sua pedra angular indispensável, e com o papel central das Nações Unidas no sistema internacional. Reafirmaram o compromisso de promover a democratização das relações internacionais e o multilateralismo.
5. A parte brasileira reiterou que adere firmemente ao princípio de uma só China, e que o governo da República Popular da China é o único governo legal que representa toda a China, enquanto Taiwan é uma parte inseparável do território chinês. Ao reafirmar o princípio

da integridade territorial dos estados, apoiou o desenvolvimento pacífico das relações entre os dois lados do Estreito de Taiwan. A parte chinesa manifestou o grande apreço a esse respeito.

6. As partes reiteram o apoio à autoridade da ONU e ao seu papel central na manutenção da paz e da segurança internacionais e na promoção do desenvolvimento. Reconheceram a necessidade de reformar a ONU e o seu Conselho de Segurança, com vistas a torná-los mais representativos e democráticos. Enfatizaram também o impulso das reformas necessárias e adequadas do Conselho de Segurança, para permitir um papel maior desempenhado pelos países em desenvolvimento. A parte chinesa atribui grande importância à influência e ao papel que o Brasil exerce em assuntos regionais e internacionais, compreende e apoia a aspiração do Brasil de desempenhar papel ainda mais proeminente na ONU.

7. As partes avaliaram como positivos o diálogo e a coordenação que mantêm no âmbito das organizações internacionais e mecanismos multilaterais e continuarão a fortalecer esse intercâmbio no âmbito da ONU e de outros organismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, e em agrupamentos plurilaterais como o G20, o BRICS e o BASIC. A parte chinesa manifestou também o apoio ao Brasil no exercício da presidência do BRICS em 2025. As duas partes comprometeram-se com o contínuo aprofundamento da cooperação em todas as áreas no âmbito do BRICS. Apoiaram a promoção de discussões ativas entre os membros do BRICS sobre o processo de expansão do BRICS e ressaltaram a necessidade de esclarecer os princípios norteadores, normas, critérios e procedimentos para este processo de expansão com base em ampla consulta e consenso.

8. As partes concordaram em dar continuidade à proveitosa cooperação mantida pelos dois países no âmbito do G20. A China expressou seu respaldo e apoio à presidência brasileira do G20, a iniciar-se em 1º de dezembro de 2023, vista como uma oportunidade para fortalecer as prioridades dos países em desenvolvimento no âmbito do grupo. Brasil e China compartilham a visão de que o G20 é o principal fórum de diálogo e cooperação estrutural em questões econômicas e comerciais, financeiras e de desenvolvimento. Os dois países trabalharão para que o grupo contribua cada vez mais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

9. As partes afirmam que diálogo e negociação são a única saída viável para a crise na Ucrânia e que todos os esforços conducentes à solução pacífica da crise devem ser encorajados e apoiados. O Brasil recebeu positivamente a proposta chinesa que oferece reflexões conducentes à busca de uma saída pacífica para a crise. A China recebeu positivamente os esforços do Brasil em prol da paz. As partes apelaram a que mais países desempenhem papel construtivo para a promoção da solução política da crise na Ucrânia. As partes decidiram manter os contatos sobre o assunto.
10. Tendo em vista que os efeitos da mudança do clima já se fazem sentir de forma inequívoca, Brasil e China decidiram fortalecer sua cooperação na área de proteção ambiental, combate à mudança do clima e à perda da biodiversidade, promoção do desenvolvimento sustentável e maneiras de agilizar a transição rumo a uma economia de baixo carbono. Nesse sentido, as duas partes decidiram estabelecer, no âmbito da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), uma Subcomissão de Meio Ambiente e Mudança do Clima. Brasil e China comprometeram-se a continuar dialogando e coordenando posições sobre temas das mudanças climáticas e ambientais de forma bilateral em instâncias específicas como o BASIC e o BRICS.
11. O Brasil parabenizou a China, presidente da 15ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), pela adoção do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, que introduziu quadro ambicioso, equilibrado e prático para eliminar e reverter a perda de biodiversidade. Ambos os países se comprometeram a fortalecer sua cooperação para a implementação do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal e a ampliar a coordenação em questões de particular importância para os países em desenvolvimento, incluindo financiamento para a biodiversidade, cooperação técnico-científica e transferência de tecnologia. Ambos os países buscarão, igualmente, combater a desertificação, a degradação de terras e a seca, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para o combate à desertificação.

A China parabenizou o Brasil pela apresentação da candidatura da cidade de Belém, na Amazônia brasileira, como sede da COP30, a ser realizada em 2025. A China anunciou apoio à candidatura brasileira.

12. As partes comprometeram-se com a implementação plena do Plano Estratégico 2022-2031 e do Plano Executivo 2022-2026, ambos adotados na VI Sessão Plenária da COSBAN. Decidiram aperfeiçoar ainda mais a estrutura da COSBAN e realizar no ano corrente o IV Diálogo Estratégico Global (DEG) em nível de chanceleres.

13. As Partes sublinharam o papel relevante da COSBAN na orientação e coordenação da cooperação bilateral em suas diversas áreas. Concordaram em seguir explorando, nesse âmbito, a promoção dos fluxos recíprocos de investimento a fim de buscar novas complementaridades e oportunidades econômicas, sempre em consonância com seus respectivos interesses e legislações nacionais. Brasil e China manifestaram interesse em examinar sinergias entre as políticas de desenvolvimento e os programas de investimento do Brasil, inclusive nos esforços da integração sul-americana, e as políticas de desenvolvimento e as iniciativas internacionais da China, inclusive a "Iniciativa do Cinturão e da Rota".

14. O Brasil saúda a Iniciativa de Desenvolvimento Global proposta pela China como forma de acelerar a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Os dois países trabalharão conjuntamente para buscar um desenvolvimento global mais robusto, sustentável e equilibrado, de maneira a não deixar ninguém para trás.

15. As duas partes coincidiram em que o futuro de todos os países está estreitamente interligado, e é preciso promover a tolerância, a coexistência, o intercâmbio e a aprendizagem mútua entre diferentes civilizações. A parte brasileira tomou nota da Iniciativa da Civilização Global (ICG) apresentada pela parte chinesa. Recordaram, também, a importância do Fórum Mundial de Aliança de Civilizações das Nações Unidas, cuja terceira edição foi sediada pelo Brasil, em 2010.

16. As partes sublinharam o papel ativo que a cooperação em áreas como cultura, turismo, educação e esporte tem na promoção do conhecimento mútuo entre ambas as sociedades. Comprometeram-se a envidar esforços para aumentar o intercâmbio cultural. As duas partes decidiram promover os acordos sobre a coprodução televisiva e cinematográfica, que permitirá intercâmbios na área de produção audiovisual, facilitando o estreitamento de contatos entre as sociedades e culturas de Brasil e China. Reafirmaram o compromisso de promover o intercâmbio entre as instituições científicas e educacionais e entre

os estudantes, bem como facilitar o ensino da língua chinesa no Brasil e o ensino do português brasileiro na China; promover o incremento da mobilidade acadêmica de estudantes chineses para o Brasil; e facilitar o entendimento sobre os mecanismos de revalidação de títulos em vigor nos dois países.

17. As partes saudaram os expressivos fluxos bilaterais de comércio. Concordaram em ampliar ainda mais a corrente comercial, estimular ativamente a diversificação da pauta comercial, promover a facilitação do comércio, fomentar o comércio de serviços, impulsionar o desenvolvimento das trocas agrícolas e aumentar a resiliência de cadeias produtivas e de suprimentos. As partes reconheceram a boa cooperação realizada nas áreas de alfândega e inspeção e quarentena. Comprometeram-se a criar condições facilitadoras para que mais produtos competitivos e de alto valor agregado integrem o comércio bilateral.
18. As duas partes afirmaram o caráter estratégico da cooperação bilateral em agricultura e comércio agrícola. Manifestaram sua satisfação com os entendimentos alcançados pelas autoridades dos dois países em temas sanitários e fitossanitários e de segurança alimentar. Comprometeram-se a estimular o fortalecimento do diálogo nessas áreas com o firme propósito de promover o desenvolvimento seguro e fluido do comércio de alimentos e produtos agrícolas entre os dois países.

As duas partes manifestaram grande apreço pela assinatura do protocolo sobre requisitos sanitários e de quarentena para proteína processada de animais terrestres e comprometeram-se a promover ativamente a consulta dos protocolos que amparam as exportações brasileiras de noz-pecã, gergelim, sorgo e arroz. As duas partes concluíram o plano de trabalho sobre certificado eletrônico para produtos de origem animal e comprometeram-se a dar seguimento às negociações de plano de trabalho sobre certificado eletrônico fitossanitário.

A parte brasileira reafirmou o compromisso de garantir que os estabelecimentos recomendados para habilitação na China cumprem os requisitos, e a parte chinesa reafirmou a habilitação, conforme os procedimentos, dos estabelecimentos que cumprem os requisitos.

As partes concordaram em desenvolver a cooperação técnica no sentido de prevenção e controle da doença influenza aviária, incluindo a discussão do requisito de país livre de influenza aviária. A parte chinesa manifestou a

disposição de reforçar o intercâmbio com a parte brasileira sobre a prevenção e controle da influenza aviária. A parte brasileira reafirmou o compromisso de reforçar as medidas de prevenção e controle para continuar com o status livre de influenza aviária.

A parte chinesa está disposta a acelerar o processo de avaliação de risco da zona livre de febre aftosa da parte brasileira. E a parte brasileira compromete-se a convidar, o mais cedo possível, as autoridades chinesas a visitar o Brasil para realizar as avaliações "in loco". As duas partes promoverão em conjunto os trabalhos de avaliação e reconhecimento relativos.

As partes saudaram os esforços e a cooperação das respectivas agências para a retomada das exportações brasileiras de carne bovina, que haviam sido suspensas em atenção ao determinado pelo protocolo sanitário bilateral vigente quanto à ocorrência de caso atípico de EEB.

19. Manifestaram a disposição de promover a cooperação na área agrícola entre instituições de pesquisa científica e empresas dos dois países, em campos como ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento. Afirmaram, ademais, o interesse em ampliar a cooperação em áreas como agricultura sustentável e de baixo carbono; agricultura digital; tecnologias de conservação do solo; recursos hídricos, infraestrutura e energia para agricultura irrigada; agrobiotecnologia, inclusive a facilitação de intercâmbio de material genético e acesso para fins de pesquisa e desenvolvimento; sementes; insumos agrícolas; e investimentos.

20. As partes comprometeram-se a fortalecer as interações nas áreas de pesca e aquicultura e reconheceram o grande potencial para o desenvolvimento do comércio de pescado e de outros produtos do setor.

21. As duas partes concordaram em incentivar ativamente empresas dos dois países a fazer investimentos recíprocos, em particular nas áreas de infraestrutura, transição energética, logística, energia, mineração, agricultura, indústria, sobretudo de alta tecnologia. Congratularam-se pela assinatura de Memorando de Entendimento para a Promoção do Investimento Industrial e Cooperação.

22. As duas partes reconheceram o elevado potencial de investimentos e cooperação dos dois países na área de infraestrutura de transportes, inclusive ferrovias, e confirmaram que o contínuo desenvolvimento econômico e social sustentável depende de uma infraestrutura de

transporte eficiente. Manifestaram o desejo mútuo de aprofundar investimentos e cooperação entre os dois países no campo dos portos, em particular o desenvolvimento de infraestruturas e o aprimoramento das operações portuárias.

23. As duas partes reconheceram a importância do intercâmbio estratégico no setor aeroespacial entre os dois países. Concordaram em reforçar o diálogo nessa área no âmbito da COSBAN, bem como em promover ampla cooperação industrial no setor. Saudaram a parceria entre a Embraer e companhias aéreas chinesas.

24. As duas partes reconheceram os pontos em comum e a complementaridade na área de economia digital e saudaram a assinatura de Memorando de Entendimento sobre o Fortalecimento da Cooperação em Investimentos na Economia Digital, para criar a parceria de economia digital. Concordaram em implementar o assinado Memorando de Entendimento sobre a Promoção da Cooperação em Investimentos para o Desenvolvimento Sustentável, forjando parceria de desenvolvimento sustentável.

25. As duas partes coincidiram sobre o grande potencial de comércio eletrônico em promover o desenvolvimento comercial, concordaram em implementar o memorando de entendimento sobre cooperação bilateral em comércio eletrônico, realizar cooperação prática sob o mecanismo de cooperação em comércio eletrônico, continuar a fortalecer a comunicação sobre políticas, incentivar a comunicação entre companhias e a cooperação local, realizar a construção da capacidade, compartilhar modelos e experiências do desenvolvimento, promovendo em conjunto o desenvolvimento da inovação digital entre o Brasil e a China.

26. O Brasil reitera o convite para os investidores da China ampliarem seus investimentos no Brasil, com ênfase no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), uma das maiores carteiras de projetos, no mundo, de concessões de ativos de infraestrutura, inclusive ambientais.

27. As duas partes manifestaram satisfação com a assinatura do memorando de entendimento entre o Ministério da Fazenda do Brasil e o Ministério das Finanças da China. Concordaram em aprofundar o diálogo na área econômico-financeira e fortalecer o comércio em moedas locais. Acordaram, ainda, promover a cooperação em financiamento sustentável e a colaboração entre os "think tanks"

na área de finanças, promover o intercâmbio sobre a regulação de auditoria contábil e compartilhar políticas e experiências regulatórias, seguir oferecendo ambiente de negócios aberto, equitativo, justo e não discriminatório aos investimentos e negócios das empresas de cada parte de acordo com a legislação da outra parte. Concordaram também em promover um desenvolvimento de alta qualidade de cooperação em investimentos.

As Partes concordaram em fortalecer o diálogo sobre a promoção do papel efetivo do Fundo de Cooperação Brasil-China para a Expansão da Capacidade Produtiva na promoção de cooperação de investimento bilateral.

28. Os dois lados manifestaram satisfação com os avanços alcançados no âmbito financeiro, em particular nos trabalhos empreendidos pelo Novo Banco de Desenvolvimento-NDB e pelo Banco Asiático de Investimento de Infraestrutura-AIIB. Coincidiram em promover em conjunto essas instituições e trabalharem para que promovam o desenvolvimento comum dos dois países e do mundo. Reafirmaram o apoio ao NDB e ao seu processo de acolhida gradual e geograficamente equilibrada de novos membros e de elevação do nível de governança institucional. Ressaltaram seu papel para conferir maior projeção e direito à voz aos mercados emergentes e aos países em desenvolvimento na governança econômica global. Deram as boas-vindas à ex--presidenta da República Federativa do Brasil Dilma Rousseff como a nova Presidenta do NDB.

29. As duas partes reconheceram a importância de que a transição energética e a mitigação das emissões no plano doméstico e global de maneira justa e equitativa, que leva em consideração as especificidades das realidades nacionais, o aumento da demanda por energia e o imperativo da segurança energética. Concordaram em promover o diálogo bilateral a respeito desses temas e o intercâmbio de informações sobre as respectivas políticas destinadas e fomentar a utilização de energias limpas e a promover pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para descarbonização das respectivas matrizes energéticas.

30. As partes renovaram o interesse em trabalhar conjuntamente nas áreas de energias renováveis, transição e eficiência energética, com ênfase em bioenergia, hidrogênio e combustíveis sustentáveis para aviação, e promover investimentos recíprocos, pesquisa e inovação na área de transição energética.

31. As duas partes reconheceram o papel estratégico da Ciência, Tecnologia e Inovação para as políticas de desenvolvimento e competitividade das economias de seus países. Assinalaram que a cooperação bilateral é um instrumento-chave para a consecução desses objetivos. Nesse sentido, decidiram estreitar a cooperação em áreas como comércio eletrônico, economia de baixo carbono, economia digital e tecnologias da informação e comunicação. Concordaram em incentivar a interação entre os ecossistemas de startups dos dois países, o estabelecimento de Centros de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) conjuntos e de projetos de PD&I em parceria.

32. As duas partes coincidiram sobre o grande potencial de cooperação e de investimentos entre o Brasil e a China na área de Tecnologias de Informação e Comunicação. Expressaram sua grande satisfação com a assinatura dos Memorandos de Entendimento sobre o tema. Concordaram em estimular maior aproximação entre atores nos setores público e privado, assim como incentivar mecanismos que favoreçam a realização de associações ("joint ventures") e parcerias tecnológicas entre as empresas do Brasil e da China. Manifestaram o interesse de promover ainda mais a diversificação dos investimentos mútuos, a exemplo dos anunciados por empresas chinesas, no desenvolvimento tecnológico do setor de telecomunicações e produtos eletrônicos no Brasil.

33. As partes recordaram o êxito do Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres (CBERS), estabelecido em 1988, e renovaram o compromisso de fortalecer e expandir a cooperação bilateral para uso pacífico do espaço exterior, com ênfase no desenvolvimento conjunto de novas tecnologias e em projetos com elementos de transferência de tecnologia. Manifestaram grande satisfação com a assinatura do Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto de CBERS-6 e o Plano de Cooperação Espacial 2023-2032 entre o Brasil e a China. Concordaram em acelerar a pesquisa e o desenvolvimento do CBERS-6 e a implementação dos projetos no Plano de Cooperação Espacial, bem como aprofundar a avaliação do CBERS-5 e ampliar a cooperação nas áreas como exploração lunar e espaço profundo. Apoiaram, também, o desenvolvimento do Radiotelescópio BINGO, atualmente em construção no Brasil, voltado a pesquisas sobre matéria escura. Ressaltaram, ainda, a relevância da Constelação de Satélites de Sensoriamento remoto do BRICS, exemplo de cooperação

Sul-Sul com benefícios para todos os envolvidos. Ressaltaram que o uso pacífico do espaço exterior, incluindo a exploração do espaço profundo, deve ter o Direito Internacional como a base e deve ser favorável à promoção da cooperação internacional.

34. Ao recordar que o Brasil é um dos poucos países que detém tecnologia de luz síncrotron de quarta geração e que a China também está desenvolvendo a tecnologia de luz síncrotron de quarta geração, as duas partes trabalharão em conjunto para desenvolver a nova geração de tecnologia de luz síncrotron. Saudaram a cooperação entre o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil (MCTI), e o Instituto de Físicas de Altas Energias (IHEP), da Academia Chinesa de Ciências (CAS) para colaborações entre o Sirius e o HEPS.

35. Concordaram em intensificar os esforços para facilitar o fluxo de pessoas entre os dois países e ampliar o intercâmbio turístico. Ao relembrarem que o estímulo ao turismo entre os dois países é objetivo consagrado no Plano Executivo Bilateral 2022-2026, as partes estão dispostas a impulsionar a assinatura do Memorando de Entendimento para a Cooperação em Turismo. O Brasil aprecia a decisão chinesa de incluir o país na lista de países autorizados a receber grupos de turistas chineses.

36. Na qualidade de potências esportivas, Brasil e China estão dispostos a impulsionar a assinatura de um Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva, buscando encorajar os intercâmbios em diversas modalidades esportivas, assim como em medicina e ciência do esporte.

37. Frente ao retorno da trajetória ascendente de pessoas em estado de insegurança alimentar no mundo, as duas partes recordaram a experiência bem-sucedida de ambos os países no combate à fome e à miséria, e na adoção de medidas para facilitar o acesso das populações de baixa renda à alimentação saudável. Diante do compromisso de ambos os países com a erradicação da fome e da miséria em nível global e em linha com a Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019-2028), reconheceram o papel central das políticas sociais e da agricultura familiar para o combate à pobreza e à má-nutrição. Neste aspecto, acordaram estreitar a cooperação bilateral no sentido de estabelecer um plano de trabalho conjunto para abordar temas

relativos ao combate à fome e à pobreza e ao desenvolvimento rural, incluindo a cooperação em políticas e troca de experiências destinadas a aprimorar as transferências de renda, a inclusão socioeconômica e a sustentabilidade da produção de alimentos, seja por meio de cooperação técnica, maquinário adequado, ou por soluções de energia renovável adaptadas a pequenas propriedades rurais.

38. Reconhecendo a importância de vinculação entre as agendas de desenvolvimento rural e combate à fome, celebraram a assinatura do Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) do Brasil e o Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais (MARA) da China, com o objetivo de aprofundar a cooperação nas áreas de desenvolvimento social e rural com vistas a iniciativas conjuntas de combate à fome e à pobreza.
39. Brasil e China comprometem-se a estreitar a cooperação na área da saúde para mitigar riscos epidêmicos. Nesse sentido, saudaram o anúncio, durante a mais recente presidência chinesa do BRICS, de iniciativas como o Sistema de Alerta Precoce para Epidemias e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS. Brasil e China comprometem-se, ainda, a fomentar o intercâmbio científico bilateral em áreas como produção de vacinas e de fármacos e combate precoce a doenças com potencial epidêmico.
40. Brasil e China saudaram a cooperação bilateral estabelecida por ocasião do enfrentamento da pandemia de COVID-19. As vacinas chinesas foram fundamentais no combate à pandemia no Brasil e contribuíram para que se salvassem milhões de vidas brasileiras. Ademais, a testagem rigorosa e inovadora a que as vacinas foram submetidas pela comunidade do Brasil contribuiu para demonstrar a segurança e eficácia dos imunizantes chineses.
41. Os dois lados concordaram em expandir a cooperação no campo do desenvolvimento urbano e estão dispostos a promover a assinatura do Memorando de Entendimento sobre o Fortalecimento da Cooperação em Desenvolvimento Urbano.As partes decidiram iniciar diálogo entre as autoridades responsáveis por cooperação internacional para o desenvolvimento e por cooperação humanitária com o propósito de ampliar o conhecimento mútuo, o intercâmbio de boas práticas,

a troca de informações sobre as prioridades temáticas e geográficas e a possível coordenação de posições em foros multilaterais sobre cooperação para o desenvolvimento. Concordaram em trabalhar conjuntamente para estimular a cooperação trilateral.

42. As partes coincidiram em aprofundar o intercâmbio entre os órgãos legislativos e suas comissões específicas e os grupos de amizade, para fazer melhor uso do Mecanismo Regular de Intercâmbio entre os órgãos legislativos do Brasil e da China. O lado brasileiro anunciou o recente estabelecimento das Frentes Parlamentares Brasil - China e BRICS do Congresso Nacional brasileiro.As partes concordaram com o reforço do intercâmbio e cooperação entre os entes subnacionais. A parte chinesa manifestou sua disposição em continuar prestando apoio ao estabelecimento do Consulado-Geral do Brasil em Chengdu e ao exercício de suas funções e ampliando o intercâmbio entre o Brasil e o Centro-Oeste da China. A parte brasileira ressaltou o interesse em que, uma vez aberto e em funcionamento, o novo Consulado--Geral do Brasil em Chengdu impulsione a cooperação bilateral, com destaque para os temas científico-tecnológicos.

43. As partes concordaram em buscar reforçar, em conjunto com os demais parceiros latino-americanos e caribenhos, a cooperação no âmbito do Fórum Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)-China, e comprometeram-se a trabalhar pela implementação do Plano de Ação 2022-2024, de maneira a gerar conjunto de resultados concretos, com vistas à reunião de Cúpula do Fórum CELAC-China (FCC) em 2024, por ocasião do décimo aniversário, para promover juntos o aprofundamento das relações ALC-China caracterizadas pela igualdade, benefícios mútuos, inovação, abertura e benefícios para os povos. A parte chinesa manifestou a disposição de aprofundar a cooperação Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) - China.

44. Coincidiram na importância de defender o sistema multilateral de comércio centrado na OMC. Reiteraram, nesse sentido, seu compromisso com o comércio internacional baseado em regras multilateralmente acordadas e com os princípios de transparência, não discriminação, abertura e inclusividade. Destacaram a importância de restaurar o funcionamento do sistema de solução de controvérsias da OMC e concordaram em promover o desenvolvimento da globalização

econômica rumo a uma direção mais aberta, inclusiva, equilibrada e de benefícios para todos.

45. As partes reconheceram a importância dos diálogos entre as empresas chinesas e brasileiras para o desenvolvimento das relações econômicas e comerciais entre os dois países. Encorajaram as empresas a estabelecerem novas parcerias. Saudaram o êxito do Seminário Econômico Brasil-China, realizado em Pequim, em 29 de março de 2023.

46. As partes assinaram ou chegaram a consenso sobre uma série de acordos e memorandos de entendimento em áreas como redução da pobreza; combate à fome; segurança alimentar; ciência, tecnologia e inovação; cooperação espacial; tecnologias de informação e comunicação; investimentos; inspeção e quarentena aduaneira; finanças; economia digital; facilitação de comércio; produção televisiva; e mídia.

47. As partes reconheceram o pleno sucesso da visita do Presidente Lula e o significado marcante dessa visita na história das relações Brasil-China. O Presidente Lula agradeceu a calorosa acolhida e a grande hospitalidade recebidas do presidente Xi Jinping e do governo e do povo chineses durante a visita à China e convidou o Presidente Xi Jinping para realizar uma visita de Estado ao Brasil em data oportuna em 2024 para celebrar os 50 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China. O Presidente Xi Jinping agradeceu o convite com satisfação, e as partes tratarão o assunto pela via diplomática.

Nota à imprensa nº 133, publicada em 14/04/2023

3.6. Declaração Conjunta Brasil-China sobre o combate à mudança do clima

1. Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Xi Jinping reuniram-se em Pequim em 14 de abril de 2023. Durante sua conversa, os presidentes Lula e Xi reconheceram que a mudança do clima representa um dos maiores desafios de nosso tempo e que o enfrentamento dessa crise contribui para construir um futuro compartilhado de prosperidade com equidade para toda a humanidade.

2. A comunidade científica internacional tem mostrado, de maneira inequívoca, que a atividade humana está alterando o sistema climático

global e criando novos desafios para o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos têm responsabilidade histórica pelas emissões de gases de efeito estufa e devem assumir a liderança na ampliação das ações climáticas, alcançando a neutralidade climática antes de 2050, fornecendo financiamento climático e respeitando o direito ao desenvolvimento e o espaço político dos países em desenvolvimento.

3. O Brasil e a China enfatizam a necessidade de combinar uma ação urgente para o clima com a preservação da natureza para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo a erradicação da pobreza e da fome, sem deixar ninguém para trás.
4. O Brasil e a China comprometem-se a ampliar, aprofundar e diversificar a cooperação bilateral sobre clima, bem como esforços conjuntos para uma melhor governança global no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), de acordo com a equidade e o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais, no contexto do desenvolvimento sustentável, do inalienável Direito ao Desenvolvimento e dos esforços para erradicar a pobreza e a fome.
5. Sob a égide da UNFCCC, o Acordo de Paris nos oferece um guia para coletivamente manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2ºC acima dos níveis pré-industriais e para perseguir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5ºC acima dos níveis pré-industriais. Estamos determinados a fortalecer ainda mais o multilateralismo, inclusive com todos os nossos parceiros dentro do Grupo dos 77 e da China (G77+China), com vistas a um modelo de solidariedade climática que seja coletivo, que rejeite o unilateralismo e as barreiras comerciais verdes, e que esteja firmemente fundamentado em valores de solidariedade e cooperação em nossa comunidade internacional.
6. Saudamos a mensagem política central da COP27, em particular a necessidade de meios de implementação para os países em desenvolvimento, em momento em que o Acordo de Paris está sendo implementado em conformidade com a melhor ciência disponível e com base na equidade e no princípio de responsabilidades comuns,

porém diferenciadas, e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais.

7. Os países em desenvolvimento requerem apoio previsível e adequado dos países desenvolvidos, incluindo financiamento climático com escopo, escala e velocidade necessários e comensuráveis, bem como acesso à tecnologia e aos mercados para garantir e possibilitar seu desenvolvimento sustentável. Considerando que a implementação de uma transição justa para uma economia de baixo carbono e resiliente ao clima nos países em desenvolvimento custará trilhões de dólares, como apresentado no primeiro Relatório sobre a determinação das necessidades dos países em desenvolvimento relacionadas à implementação da UNFCCC e de seu Acordo de Paris, continuamos muito preocupados com que o financiamento climático fornecido pelos países desenvolvidos mantenha-se aquém do compromisso de US$ 100 bilhões por ano, como tem acontecido todos os anos desde que a meta foi estabelecida em 2009, mesmo quando o montante real necessário ultrapassava de longe esse compromisso. Exortamos os países desenvolvidos a honrarem suas obrigações não cumpridas de financiamento climático e a se comprometerem com sua nova meta quantificada coletiva que vá muito além do limite de US$ 100 bilhões por ano e forneça um roteiro claro de duplicação do financiamento para adaptação. Tal provisão de meios de implementação para os países em desenvolvimento é a ambição climática que o mundo precisa para fortalecer a implementação da UNFCCC e de seu Acordo de Paris.

8. Estamos determinados a contribuir para uma COP28 bem sucedida com o foco em implementação, em Dubai, no final deste ano. Como principal mecanismo para promover a implementação e ambição em todos os aspectos do Acordo de Paris sob a UNFCCC, o Global Stocktake deve ser eficaz na avaliação e identificação de lacunas de implementação no âmbito do regime climático, enquanto prospectivamente lança as bases para que os países desenvolvidos assumam a liderança na redução de emissões e preencham as lacunas pendentes nos meios de implementação para os países em desenvolvimento.

9. Os resultados desse balanço coletivo (Global Stocktake) e do 6º Relatório de Avaliação (AR6) do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) serão importantes para informar os países na apresentação de sua próxima rodada de contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) ao Acordo de Paris em 2025, de

forma determinada nacionalmente e levando em conta as diferentes circunstâncias nacionais, na COP30. A China apoia a candidatura brasileira para sediar a COP30, já que a cúpula de 2025 será fundamental para o próprio futuro da resposta global à mudança do clima.

10. Saudamos os esforços de cientistas brasileiros e chineses em participar ativamente da eleição do Bureau do IPCC para o 7º ciclo de avaliação (AR7) e de sua dedicação às avaliações científicas sobre a mudança do clima global.

11. Congratulamo-nos e estamos determinados a continuar nossos respectivos e ambiciosos esforços e progresso climático em nossos países, e nos comprometemos a ampliar, aprofundar e diversificar nossa cooperação bilateral em questões climáticas, em áreas como transição para uma economia global sustentável e de baixo carbono; cidades inteligentes; infraestrutura verde; desenvolvimento de indústrias verdes; energias renováveis, incluindo acesso e apoio a comunidades isoladas; mobilidade elétrica; inovação, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias verdes; e finanças e investimentos verdes. Pretendemos nos engajar de forma colaborativa no apoio à eliminação do desmatamento e da exploração madeireira ilegal global através da aplicação efetiva de suas respectivas leis de proibição de importações e exportações ilegais. Continuaremos a cooperar no desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias, incluindo o novo satélite CBERS 6, que permitirá um melhor monitoramento da cobertura florestal. Além disso, promoveremos o intercâmbio de conhecimentos, melhores práticas e outras formas de cooperação para conservação e manejo sustentável das florestas, regeneração e reflorestamento de áreas degradadas.

12. O Brasil e a China promoverão diálogos políticos e compartilhamento de experiências sobre investimentos e finanças climáticas.

13. O Brasil e a China decidem estabelecer uma Subcomissão de Meio Ambiente e Mudança do Clima sob Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN).

14. O Presidente Lula agradeceu ao Presidente Xi e ao governo chinês pela calorosa acolhida dada à delegação brasileira durante sua visita.

Nota à imprensa nº 134, publicada em 14/04/2023

3.7. Declaração conjunta EAU-Brasil

Visita do Presidente da República aos Emirados Árabes Unidos

Os Emirados Árabes Unidos e a República Federativa do Brasil emitiram declaração conjunta após a visita oficial do Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, aos Emirados Árabes Unidos em 15 de abril de 2023.

1. Sua Alteza, Xeique Mohamed bin Zayed Al Nahyan, Presidente dos Emirados Árabes Unidos, recebeu Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, em 15 de abril de 2023. O Presidente do Senado brasileiro, o Governador do Estado da Bahia, ministros, bem como empresários, participaram da delegação presidencial com vistas a explorar oportunidades para expandir a parceria estratégica entre as duas nações.
2. Durante a visita, foram assinados os seguintes instrumentos:
   i) Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática Anwar Gargash dos Emirados Árabes Unidos;
   ii) Memorando de entendimento entre o governo dos Emirados Árabes Unidos (EAU) e o governo da República Federativa do Brasil sobre ação climática;
   iii) Declaração conjunta Brasil-UAE sobre ação e ambição fortalecidas em mudança do clima;
3. Na presença de Sua Alteza, Xeique Mohamed bin Zayed Al Nahyan, e Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, Sua Excelência Jerônimo Rodrigues, governador do Estado da Bahia, e Sua Excelência Khaldoon Khalifa Al Mubarak, diretor-geral e executivo-chefe do grupo Mubadala, foi intercambiado o Memorando de Entendimento entre o Estado da Bahia e a Refinaria de Mataribe sobre o projeto Macaúba, iniciativa agro-industrial sustentável que prevê investimentos de até USD 2,5 bilhões na produção de biodiesel e que beneficiará milhares de famílias nas zonas rurais do Estado da Bahia.
4. Ambos os líderes concordaram em aprofundar ainda mais a parceria estratégica entre os EAU e o Brasil em áreas chave, incluindo energia renovável, ciência e tecnologia, desenvolvimento sustentável, educação, ação climática, multilateralismo, defesa, aviação, espaço,

segurança alimentar e agricultura, transporte, logística e cooperação. As duas partes discutiram a crescente agenda econômica bilateral e exploraram vias para expandir o comércio e investimentos. Também se empenharam em aprofundar o intercâmbio de análises sobre questões regionais e internacionais.

5. Os dois líderes reiteraram a importância do Brasil e dos EAU como portas de entrada estratégicas para os mercados regionais e globais. Neste contexto, o Brasil, como um dos membros fundadores do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e próximo presidente do mecanismo, manifestou disponibilidade para compartilhar proposta dos EAU com vistas a iniciar diálogo exploratório com os demais parceiros do MERCOSUL. Os líderes também discutiram meios para avançar a cooperação entre os BRICS e os EAU.

6. Ambas as partes reafirmaram a importância de preservar e promover a paz e a coexistência e reafirmaram a rejeição à intolerância, ao discurso de ódio, à discriminação e a todas as formas de extremismo. Sua Alteza, Xeique Mohamed bin Zayed Al Nahyan, e Sua Excelência, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva salientaram que o Brasil e os EAU continuarão a reforçar pontes de cooperação, parceria e diálogo, a fim de alcançar estabilidade e prosperidade para todos.

7. Como anfitriões da 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP28) este ano, os EAU saudaram o anúncio da candidatura do Brasil para sediar a COP30, em 2025. Os dois países expressaram empenho em trabalhar em conjunto para assegurar que o processo multilateral da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima prepare caminho para a correção de rumos em ação e ambição climática. Ambas as partes concordaram em manter diálogo regular e discutiram suas respectivas iniciativas para abordar a mudança do clima e impulsionar o desenvolvimento sustentável em todas as nações.

8. Reconhecendo o papel importante que o multilateralismo pode desempenhar no tratamento dos desafios globais, os dois líderes afirmaram a intenção de fortalecer a cooperação nas instituições multilaterais e nas organizações internacionais. Como membros eleitos não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o mandato de 2022-2023, ambos os países concordaram em dar continuidade à comunicação afinada e consultas sobre questões

regionais e internacionais de interesse mútuo no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Ambas as partes concordaram em dar seguimento à cooperação no contexto do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre prioridades compartilhadas em temas como mulheres, paz e segurança, promoção da tolerância e coexistência, prevenção de conflitos e soluções pacíficas, construção e manutenção da paz, bem como a abordagem de temas como intolerância, discurso de ódio, discriminação e todas as formas de extremismo, bem como aprimorar os métodos e procedimentos de trabalho do Conselho de Segurança.

Reconhecendo que os Emirados Árabes Unidos exercerão a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas em junho de 2023 e que o Brasil exercerá a presidência em outubro de 2023, ambos se comprometeram a apoiar mutuamente suas respectivas presidências.

Ambas as partes concordaram com o papel crítico da Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas e expressaram o apoio ao seu mandato e ao seu papel de ponte com os principais órgãos das Nações Unidas.

As duas partes reafirmaram a rejeição ao terrorismo e sublinharam a importância de reforçar as respostas multilaterais para o combate ao terrorismo, nomeadamente por meio do Conselho de Segurança das Nações Unidas e do Comitê Antiterrorismo, e concordaram em prosseguir a cooperação a esse respeito.

O Brasil expressou seu empenho em sediar com êxito a Cúpula do G20 em 2024 e manifestou apoio à contínua contribuição dos EAU para este relevante órgão internacional. Ambas as partes saudaram a oportunidade de trabalhar de perto no apoio às prioridades da presidência brasileira do G20 no próximo ano.

9. Os dois líderes reafirmaram a convicção compartilhada sobre a importância da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e coincidiram que o envolvimento nas negociações intergovernamentais sobre a reforma do Conselho de Segurança, incluindo no seio dos seus respectivos agrupamentos, é necessário para avançar a negociação baseada em textos.

10. Reconhecendo a importância crítica da relação bilateral de defesa entre os EAU e o Brasil, as duas partes afirmaram a determinação em desenvolver a cooperação em matéria de defesa, reforçar iniciativas

conjuntas na área de pesquisa e desenvolvimento e promover o intercâmbio de conhecimentos para combater o crime cibernético.

11. Os dois líderes, afirmando a importância da cooperação bilateral para a utilização pacífica e sustentável do espaço, concordaram em reforçar ainda mais a cooperação espacial de forma mutuamente benéfica.
12. Os dois líderes discutiram também a importância do setor da aviação civil, a conectividade aérea e o papel vital que desempenha no fomento da cooperação e no avanço dos laços econômicos e interpessoais.

Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou gratidão pela calorosa hospitalidade oferecida pelo Presidente dos EAU, Sua Alteza Xeique Mohamed bin Zayed Al Nahyan, ao recebê-lo bem como a sua delegação.

Nota à imprensa nº 139, publicada em 15/04/2023

3.8. Declaração conjunta Brasil-EAU sobre ação e ambição fortalecidas em mudança do clima (tradução não oficial)

O Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, encontrou-se com o Presidente dos Emirados Árabes Unidos, Mohamed bin Zayed Al Nahyan, em Abu Dhabi, em 15 de abril de 2023.

Durante a visita, os dois presidentes reafirmaram seu compromisso com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Acordo de Paris, no contexto do desenvolvimento sustentável, incluindo esforços para eliminar a pobreza, erradicar a fome e combater as desigualdades entre países e dentro deles.

O Brasil expressou seu total apoio aos EAU como presidência vindoura da 28ª Conferência das Partes na UNFCCC (COP28), e reiterou seu compromisso de contribuir para a conclusão bem sucedida da Conferência das Nações Unidas sobre o Clima de 2023, a ser realizada em Dubai, de 30 de novembro a 12 de dezembro. Os Emirados Árabes Unidos acolheram a candidatura do Brasil para sediar a COP30, em 2025.

Os dois Líderes se comprometeram a trabalhar juntos para assegurar que o processo multilateral da UNFCCC da COP28 até a COP30 abra caminho para uma correção de rumos no tocante à ambição e ação climática, ao unir a comunidade internacional em torno do objetivo final da Convenção e dos objetivos de seu Acordo de Paris, à luz da equidade e da melhor ciência disponível, levando em consideração a gravidade e o senso de urgência emanados

do Sexto Relatório de Avaliação (AR6) do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC). O Brasil agradece o apoio dos EAU à candidatura da cientista brasileira Thelma Krug à presidência do IPCC.

O Brasil e os EAU observaram que o resultado do primeiro "Balanço Global" do Acordo de Paris (Global Stocktake, GST), na COP28, será crucial para orientar os países na apresentação de sua segunda rodada de contribuições determinadas nacionalmente ao Acordo de Paris (NDCs, na sigla em inglês), no ano de 2025, quando a COP30 será realizada. Eles reconheceram, portanto, que o processo da COP28 até a COP30 será crítico para o próprio futuro da resposta global à mudança do clima. Com o objetivo de fortalecer sua cooperação bilateral, seus dois governos assinaram um Memorando de Entendimento sobre Ação Climática, determinados a acelerar os esforços de implementação sob a UNFCCC e seu Acordo de Paris.

Nota à imprensa nº 139, publicada em 15/04/2023

3.9. Declaração Conjunta por ocasião da XIII Cimeira Luso-Brasileira – Lisboa, 22 de abril de 2023

Portugal e Brasil: Uma parceria para o futuro

1. O Primeiro-Ministro de Portugal, António Costa, e o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, reuniram-se em Lisboa, a 22 de abril de 2023, no quadro da XIII Cimeira Bilateral, após um interregno de mais de seis anos, tendo procedido à avaliação de todo o escopo do relacionamento bilateral entre os dois países e à discussão de temas da atualidade regional e internacional.
2. Em um ambiente de grande amizade e tendo como pano de fundo a força e o simbolismo políticos do aniversário do 25 de abril, os dois Chefes de Governo reafirmaram os laços únicos entre os dois países com vasta tradução nos campos histórico, social, cultural e econômico e a partilha comum dos valores da Democracia, do Estado de Direito e dos Direitos Humanos, bem como do compromisso político em lutar contra a pobreza e combater todas as formas de discriminação racial em prol do bem estar dos dois Povos e de um desenvolvimento econômico-social equilibrado, justo, inclusivo, respeitador da igualdade de gênero e sustentável .

3. Os dois Chefes de Governo saudaram vivamente a realização da cerimônia de entrega do diploma do Prêmio Camões a Chico Buarque, galardoado em 2019.
4. Os dois governantes reafirmaram o seu compromisso intransigente com a defesa de um multilateralismo eficaz, assente no direito internacional e na Carta das Nações Unidas, reiterando o seu firme apoio à paz e segurança internacionais, à soberania e à integridade territorial dos Estados. Enfatizaram, ainda, a imperiosa e inadiável necessidade de enfrentar os desafios globais das alterações climáticas e da segurança alimentar e contribuir para o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a inclusão social.
5. Foi reiterada a natureza estruturante para o relacionamento bilateral do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, assinado em 2000, tendo-se congratulado com o trabalho e resultados produzidos pelas recentes reuniões da Comissão Permanente Bilateral e das Subcomissões de Assuntos Consulares e Circulação de Pessoas; de Educação, Cultura, Comunicação Social, Juventude e Desporto; de Reconhecimento de Graus e Títulos Acadêmicos e de matérias relativas ao Acesso a Profissões e seu Exercício; de Ciência, Tecnologia e Inovação; e de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais.
6. Coincidiram quanto à importância de reforçar o trabalho conjunto em matéria de cooperação para o desenvolvimento, deles com outros parceiros, em temas e dimensões geográficas selecionados conjuntamente, bem como de estabelecer um mecanismo regular de coordenação nessa matéria, a ser implementado entre a Agência Brasileira de Cooperação e o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua. Recomendaram aos dois governos que a primeira reunião desse mecanismo se realize ainda no corrente ano.

Cidadania e Mobilidade

7. Os dois Chefes de Governo congratularam-se com a celeridade da ratificação do Acordo de Mobilidade da CPLP por todos os Estados--Membros, testemunho do empenho de todos no fortalecimento dos laços políticos e culturais que singularizam o espaço da língua portuguesa a nível internacional.

8. Portugal e o Brasil estão empenhados em corresponder às expectativas geradas pelo Acordo de Mobilidade da CPLP, estando em curso a adoção de medidas para promover um real espaço de mobilidade.
9. Traduzindo este compromisso e esta vontade política, Portugal instituiu, em março passado, um novo modelo simplificado e célere, inteiramente digital e acessível, de emissão automática de certificados de autorização de residência para cidadãos nacionais de países da CPLP.
10. As partes saudaram a realização de uma reunião preparatória, em março último, que definiu os parâmetros dos trabalhos a serem levados a cabo na Comissão Mista prevista no Ajuste Administrativo relativo à aplicação do Acordo de Segurança Social, a ser realizada em Lisboa, em julho próximo. Reforçaram, desse modo, a necessidade de se atualizar, simplificar e rever procedimentos, tendo em vista a boa aplicação destes instrumentos internacionais, em prol das respectivas comunidades. Comprometeram-se, nesse contexto, a fomentar a colaboração entre os serviços públicos de emprego de ambos os países com vista à promoção da gestão de fluxos migratórios regulares de trabalhadores assalariados.
11. Expressaram interesse no aprofundamento da cooperação na defesa, promoção e concretização dos Direitos das Pessoas com Deficiência, manifestando a sua satisfação pela reativação da cooperação entre o Núcleo para o Braille e Meios Complementares de Leitura (Núcleo Braille/INR, I.P.) de Portugal e a Comissão Brasileira do Braille (CBB) com vista à uniformização da simbologia Braille de ambos os países.
12. Saudaram a assinatura nesta Cimeira de um Memorando de Entendimento que cria um Mecanismo de Diálogo Bilateral e Cooperação Técnica para Intercâmbio de Boas Práticas na Promoção e defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.
13. Tomaram nota, com satisfação, do estado avançado das negociações para a assinatura do Acordo de Reconhecimento de Títulos de Condução. Com base nesse diploma, os títulos de condução portugueses serão reconhecidos pelas autoridades brasileiras, até a sua de expiração, assim como ocorre com os títulos de condução brasileiros em Portugal, desde agosto de 2022, por força de legislação que beneficiou cidadãos dos países da CPLP.

Temas econômicos, financeiros e comerciais

14. Os dois Chefes de Governo convergiram na relevância do relacionamento comercial para os respectivos países, e reafirmaram o seu mútuo empenho no desenvolvimento de iniciativas e ações conjuntas destinadas a reforçar e diversificar as trocas comerciais bilaterais, entre as quais se destaca a realização do Fórum econômico bilateral à margem da Cimeira, salientando a importância estratégica de uma rápida conclusão do Acordo UE/MERCOSUL. Sublinharam, ainda, a necessidade de reorganização e reforço das cadeias de valor.

15. No plano dos investimentos, constataram, com satisfação, a crescente consolidação de uma nova dinâmica que posiciona o Brasil no topo dos países com maior investimento português no estrangeiro sendo que, em sentido inverso, o Brasil é hoje o segundo maior investidor direto fora da UE em Portugal. Saudaram o caso emblemático da Embraer, merecendo destaque, nos últimos anos, o investimento de pendor industrial, mas também o surgimento de um elevado número de startups e empresas de cariz tecnológico brasileiras em Portugal, transformando a cooperação empresarial no domínio digital como um dos principais pilares do atual relacionamento econômico bilateral. Constituindo um importante contributo para a inovação e o empreendedorismo, salientaram a realização em ambos os países do evento Web Summit e encorajaram a parceria e a participação cruzada de empresas inovadoras e tecnológicas portuguesas e brasileiras.

16. Reafirmaram o interesse em ver ampliados os investimentos brasileiros em Portugal, bem como os investimentos portugueses no Brasil. A este respeito, indicaram como áreas prioritárias para o aprofundamento do relacionamento econômico e comercial o setor das infraestruturas, energia, novas tecnologias, saúde, espaço, defesa e mar/oceanos.

17. Reconheceram a importância de um enquadramento fiscal favorável ao desenvolvimento das trocas comerciais e dos fluxos de investimento entre ambos os países, tendo concordado estabelecer contatos de nível técnico com vista a uma atualização do referido enquadramento.

18. Neste contexto, as Partes manifestaram a expectativa de que as negociações relativas ao Protocolo que altera a Convenção para evitar a Dupla Tributação possam ser concluídas com a máxima brevidade possível, contribuindo assim para a criação de condições

mais favoráveis à promoção do investimento direto mútuo e à luta contra a fraude e a evasão fiscal.

19. No domínio do turismo, reconheceram a crescente importância do setor e mostraram interesse em reforçar a cooperação entre os dois países com vista a incrementar os fluxos turísticos entre ambos os países. Assinalaram a assinatura de um Memorando entre o Instituto do Turismo de Portugal e a EMBRATUR - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo.

20. Relevaram a cooperação entre o IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP e o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, na promoção da competitividade, do crescimento e do desenvolvimento sustentável das empresas em Portugal e no Brasil, com um foco especial nas suas micro, pequenas e médias empresas e negócios. Neste contexto, congratularam-se pela assinatura, em novembro de 2022, do Memorando de Entendimento entre estas duas entidades.

21. Os dois Chefes de Governo saudaram a cooperação existente ao nível da navegação aérea e da atividade marítimo-portuária. Neste âmbito, salientaram a importância do Porto de Sines como porta de entrada dos produtos brasileiros na Europa, nomeadamente criando um hub agroalimentar de referência, tendo igualmente evidenciado as capacidades e potencialidades do Porto de Setúbal, designadamente para a localização de unidades industriais e logísticas na Península de Setúbal. Com esse objetivo, foi também considerado de interesse pelas Partes o apoio de Portugal no desenvolvimento da Janela Única Portuária/Janela Única Logística em portos brasileiros.

22. Os governantes saudaram a recente aprovação, pelo Congresso Nacional brasileiro, do Acordo sobre Serviços Aéreos, assinado em 2021. O lado brasileiro está a ultimar as providências para a assinatura do decreto de implementação do acordo no Brasil. A implementação pelas duas partes permitirá o reforço das ligações aéreas, o que contribuirá para a conectividade entre Portugal e Brasil, com forte impacto no comércio, turismo e investimento.

23. No âmbito do setor das comunicações, reforçaram a importância de manter a cooperação entre as entidades de regulação setorial de Portugal (a ANACOM) e do Brasil (a ANATEL, no âmbito das comunicações eletrônicas, e o Ministério das Comunicações e a Secretaria Executiva,

que regula o setor postal brasileiro). Adicionalmente, realçaram como principais temas de cooperação, a qualidade de serviço telefónico móvel, a conectividade internacional, a regulação digital e a regulação postal internacional.

24. Confirmaram o seu empenho na cooperação e a partilha de conhecimento em atividades relacionadas com investigação agrária e segurança alimentar, potenciando a concretização das linhas de ação definidas no protocolo de cooperação celebrado entre o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMPRAPA), através de projetos cooperação científica e criação de oportunidades de intercâmbio de investigadores e estudantes nos níveis de pós-graduação e/ou pós-doutorado.

25. Portugal reconheceu a colaboração das autoridades brasileiras na implementação do Memorando de Entendimento (MdE) sobre Produtos Frutícolas, assinado em 2013, e relevou a importância de se avançar a conclusão do processo referente ao limão, viabilizando a sua exportação no curto prazo.

26. Foi sublinhada a necessidade de reforçar a colaboração técnica mantida com o Brasil para ultrapassar as dificuldades existentes na exportação de vinho para o mercado brasileiro, fruto da divergência de padrões do Brasil com os da Organização Internacional da Vinha e do Vinho e da falta de uniformização de regras.

27. As partes consideram importante prosseguir a cooperação na área da segurança alimentar entre a Autoridade de Segurança Alimentar e Econômica e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e incentivam a dinamização do relacionamento entre a Autoridade de Segurança Alimentar e Econômica e a Secretaria de Defesa Agropecuária do Brasil. Realçam ainda a importância da cooperação no domínio da segurança econômica.

28. Os dois mandatários reafirmaram, ainda, a importância do reforço do sistema multilateral de comércio e o contributo que este pode dar para a promoção do desenvolvimento. Nesse sentido, manifestaram o seu apoio à restauração do pleno funcionamento do mecanismo de resolução de litígios da OMC e ao processo de modernização da Organização Mundial de Comércio (OMC) e à preparação da Conferência Ministerial da OMC, em 2024, tendo em vista garantir que esta se saldará num resultado positivo.

Digital

29. Os dois Chefes de Governo realçaram a importância vital do digital e a necessidade de trabalhar com vista a garantir a partilha de melhores práticas na área da capacitação digital das populações, na transformação digital do tecido empresarial, dos serviços públicos digitais, e da cibersegurança, e declararam a intenção de estreitar laços e desenvolver encontros políticos e técnicos de forma a operacionalizar esses elementos. Recordaram a importância da instalação do cabo de fibra ótica da EllaLink, que liga Sines, em Portugal, e Fortaleza, no Brasil, para o desenvolvimento tecnológico e empresarial dos dois países, configurando a primeira ligação direta de alta velocidade por cabo submarino entre a Europa e a América Latina.

Energia e transição energética

30. Reconhecendo o papel fundamental da energia na transição para uma economia global de baixas emissões de carbono, defenderam a centralidade das energias renováveis na resposta ao desafio das mudanças climáticas, levando em consideração os imperativos da segurança energética, bem como a estabilização dos mercados energéticos e a consolidação de modelos de crescimento sustentável e inclusivo, gerando emprego, diversificação econômica, cadeias de valor abrangentes e partilha de conhecimentos. Nessa linha, manifestaram interesse em aprofundar a cooperação institucional, sublinhando a importância da assinatura do Memorando de Entendimento no domínio da Energia, visando a cooperação técnica e a realização de programas e iniciativas conjuntas.

31. Os dois Chefes de Governo ressaltaram a importância dos investimentos portugueses no setor energético brasileiro, com destaque para o campo das energias renováveis, designadamente na geração de energia hidroelétrica e na exploração de parques eólicos e solares, bem como no reforço da rede de distribuição nos Estados de São Paulo e do Espírito Santo.

32. Salientaram a possibilidade de grupos empresariais portugueses, com destaque para a EDP e a GALP, poderem vir a ser produtores de hidrogênio verde no Brasil, tanto para procura interna, como para exportação para o mercado da União Europeia. Nesse sentido,

saudaram o lançamento pela EDP, na sua unidade em Pecém (Ceará), da primeira molécula de hidrogênio verde produzida no Brasil.

Clima, Ambiente, Mar e Desenvolvimento Sustentável

33. Os Chefes de Governo reafirmaram a importância de reforçar a cooperação bilateral em programas de conservação da natureza e biodiversidade, de combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca, e de salvaguarda dos solos, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (UNCCD).

34. Decidiram reforçar a sua cooperação técnica e ação integrada no âmbito da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES) no comércio e intercâmbio de espécies da biodiversidade em geral, clarificando e agilizando procedimentos entre o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), garantindo um canal de contato permanente que promova a cooperação no âmbito da identificação e controlo de espécies comercializadas entre os dois países, bem como a implementação de programas de proteção de espécies ameaçadas de extinção.

35. Ressaltando a importância das florestas para ambos os países, comprometeram-se a cooperar no domínio fitossanitário florestal, designadamente ao nível da partilha de conhecimento e experiência na prospecção, monitorização e erradicação/contenção de agentes bióticos nocivos, e no âmbito da implementação de estratégias operacionais de prevenção e controlo de pragas florestais, baseadas na gestão de risco fitossanitário.

36. Os governantes reconheceram a pertinência de prosseguir a cooperação em matéria de água e saneamento, no domínio bilateral, bem como no quadro da CPLP. No ano em que se realizou a Conferência das Nações Unidas para a Água, é incontornável reconhecer a relevância da cooperação neste domínio para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Portugal e Brasil têm uma importante história de cooperação neste domínio, que importa retomar, nomeadamente por via da implementação do Memorando de Entendimento para a Cooperação em matéria de

gestão de recursos hídricos e saneamento, assinado em Lisboa, em 8 de novembro de 2021.

37. No domínio da Geologia e das Minas, salientaram o interesse na assinatura do Memorando de Entendimento, que se encontra em negociação entre as Partes.

38. Os Chefes de Governo aludiram, ainda, a avanços realizados na 27ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, em Sharm El-Sheikh, no Egito, em novembro de 2022, reconhecendo a urgência em acelerar a resposta global à crise climática e nesse sentido, comprometeram-se a alcançar progressos concretos para reforçar a ação climática na COP28, incluindo na dimensão financeira.

39. Os dois mandatários constataram o alinhamento de Portugal e do Brasil na resposta à emergência climática e reafirmaram a sua intenção prosseguir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, acentuando a necessidade de promover transições energéticas justas orientadas para a neutralidade carbônica no quadro da implementação da Convenção-Quadro e do seu Acordo de Paris. Reafirmaram que não devem ser poupados esforços para acelerar o combate às alterações climáticas/mudança do clima e defenderam a necessidade de uma COP 28 da UNFCCC ambiciosa nas diferentes vertentes da ação climática, designadamente em termos de mitigação, adaptação, perdas e danos e financiamento.

40. Portugal manifestou o seu apoio à pretensão brasileira de acolhimento da COP 30, em 2025, no estado do Pará.

41. No domínio do mar, relevaram a cooperação existente entre instituições dos dois países, com interesse também para cooperação futura, incluindo a geologia marinha e paleoclima, pescas e gestão de recursos pesqueiros, aquacultura, valorização do pescado e bioprospecção, biodiversidade marinha, áreas marinhas protegidas, oceanografia e ambiente marinho.

42. Recordaram a segunda Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, realizada em Lisboa, em 2022, reafirmando a importância do Oceano para um desenvolvimento sustentável, incluindo na ação climática através de soluções baseadas no Oceano em matéria de mitigação e adaptação. Destacaram partilhar da mesma visão sobre a importância

do mar e a urgência em redobrar esforços em prol da sustentabilidade e governação dos oceanos, incluindo a economia azul.

43. Saudaram a adoção, pela 15.ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em dezembro de 2022, do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, e destacaram a importância de fortalecer a cooperação para a implementação desse instrumento, com o intuito de promover a conservação, o acesso aos recursos genéticos, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios dela derivados, incluindo o acesso adequado.

44. Congratularam-se com a conclusão das negociações conducentes à adoção de um instrumento juridicamente vinculativo, no quadro da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), sobre a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade marinha em áreas para além da jurisdição nacional (BBNJ), em Nova Iorque, em março 2023, cujo sucesso representa um marco histórico para o direito internacional e para a proteção dos oceanos. Saudaram o fato de haver sido alcançado um acordo equilibrado, que contempla princípios importantes para a conservação dos oceanos e o uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional, como a liberdade de pesquisa científica em alto-mar e o patrimônio comum da humanidade.

45. Sublinharam, ainda, a necessidade de prevenir e combater incêndios florestais que, a par de representarem um flagelo que subtrai vidas humanas, biodiversidade e meios de subsistência, constituem uma importante fonte de emissões de gases com efeito de estufa. No domínio florestal, decidiram ainda reforçar a cooperação técnica e a partilha de conhecimento, de experiências e de tecnologia entre as entidades competentes dos dois países relativamente à prevenção e ao combate de incêndios florestais. No quadro da partilha internacional de conhecimentos e boas práticas neste domínio, lembraram a realização da 7ª International Wildland Fire Conference, em 2019, em Campo Grande (Brasil) e saudaram que a próxima edição da Conferência se realizará, de 16 a 19 de maio próximo, na cidade do Porto (Portugal).

46. Reafirmaram a importância da Cimeira/Cúpula dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a ser realizada em setembro próximo,

e do Fórum Político de Alto nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) como espaços de monitorização dos avanços e desafios da implementação da Agenda 2030, bem como do intercâmbio de boas práticas e experiências.

Cultura e Promoção da Língua Portuguesa

47. Realçaram a colaboração desenvolvida no contexto da recuperação do Museu da Língua Portuguesa de S. Paulo e do Museu Nacional do Brasil, bem como a abertura às iniciativas de cooperação no âmbito do livro, das bibliotecas, dos arquivos, do patrimônio cultural, dos museus, das artes e do cinema, do audiovisual e da arquitetura, bem como para partilha de recursos na área do desporto e formação e intercâmbio de jovens. No contexto da promoção da língua portuguesa, ambos sublinharam as oportunidades decorrentes das celebrações do Dia Mundial da Língua Portuguesa.

48. Os governantes destacaram a participação de Portugal como país convidado de honra da edição de 2022 da Bienal Internacional do Livro de São Paulo, que constituiu uma oportunidade única de prosseguir o objetivo comum de promoção da língua portuguesa e da literatura em língua portuguesa. Acolheram positivamente a possibilidade de a CPLP ser homenageada na Feira do Livro de Gotemburgo, na Suécia, em 2025.

49. Salientaram, ainda, a primeira edição, em 2024, do Prêmio Monteiro Lobato, iniciativa dos dois países destinada à literatura infanto-juvenil, contribuindo para o enriquecimento do patrimônio literário e artístico da língua portuguesa e a valorização de autores e ilustradores lusófonos ao redor do mundo agraciados pelo papel fundamental na difusão do hábito da leitura na infância e adolescência e na formação de adultos leitores.

50. Registraram, com agrado, o interesse setorial manifestado em cooperar na área da comunicação social, designadamente a proposta de cooperação entre a LUSA - Agência de Notícias de Portugal SA, e a sua congênere brasileira, a Empresa Brasileira de Comunicação SA- EBC, e entre esta e a RTP - Rádio e Televisão de Portugal.

51. Acolheram, ainda, com satisfação a perspectiva de renovação do Acordo de cooperação entre RTP e a Fundação Roberto Marinho e a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo,

no âmbito do licenciamento de conteúdos. Saudaram o relançamento da cooperação entre o Instituto do Cinema e do Audiovisual, de Portugal, e a Agência Nacional do Cinema – Ancine, do Brasil, para o fomento à coprodução cinematográfica.

52. Portugal transmitiu a sua disponibilidade para acolher estágios de preparação de atletas brasileiros para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos a realizar na França em 2024, em Centros de Alto Rendimento Nacionais, em condições a negociar com as entidades coordenadoras/gestoras dos mesmos.

53. Manifestaram interesse em explorar novas possibilidades de cooperação entre o Camões, IP e o Instituto Guimarães Rosa para a promoção da língua portuguesa e o desenvolvimento de iniciativas conjuntas nos domínios cultural e educacional.

Educação e Ensino Superior

54. Os Chefes de Governo reafirmaram a vontade de aprofundar a cooperação bilateral no quadro dos compromissos internacionais de ambos os Estados, no domínio da Educação.

55. Saudaram o compromisso mútuo relativo à abertura de uma Escola Portuguesa em São Paulo.

56. Manifestaram a sua satisfação pelo Acordo Complementar sobre a concessão de equivalência de estudos no ensino fundamental/básico e médio/secundário entre os dois países.

57. Assinalaram o empenho em aprofundar a cooperação mútua no âmbito da Educação Inclusiva e para a Cidadania, da promoção da Leitura, da promoção das Artes, e da Transição Digital.

58. Destacaram a importância de promover o reconhecimento de graus acadêmicos e diplomas entre os dois países estudando o alargamento do conjunto de graus atualmente reconhecidos em ambos os países. Nesse contexto, saudaram a intenção de se realizar uma reunião técnica para abordar o tema do reconhecimento da formação de professores.

59. Ressaltaram a importância de estimular programas de mobilidade acadêmica que envolvam Instituições de Ensino Superior dos dois países.

60. Os dois mandatários congratularam-se com os desenvolvimentos positivos assinalados ao nível da cooperação entre Ordens Profissionais, conforme demonstrado pela recente assinatura, em Brasília, de um Memorando de Entendimento para a Harmonização das Condições de Inscrição e Registro entre a Ordem dos Arquitetos de Portugal e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

61. Manifestaram, ainda, a sua satisfação pelo interesse recentemente demonstrado pelas Ordens Profissionais na busca de soluções que permitam ultrapassar reciprocamente, de forma positiva e construtiva, questões complexas relacionadas com o respectivo exercício profissional.

Ciência, Tecnologia e Inovação

62. Os Chefes de Governo enalteceram os avanços verificados na cooperação científica e tecnológica entre os dois países, recordando a assinatura de três importantes Memorandos de Entendimento sobre Cooperação Científica, Física Nuclear e Nanotecnologia em 2021 e a respetiva criação dos Grupos de Trabalho para assegurar a implementação das iniciativas conjuntas previstas nestes Memorandos.

63. Destacaram, também, a colaboração próxima e continuada entre Portugal e o Brasil na área da física de Partículas e Astropartículas, em particular no CERN, no Observatório Pierre Auger e na experiência SWGO, e reafirmaram o interesse no seu crescimento e alargamento apoiando nomeadamente ações de mobilidade e formação avançada, envolvendo estudantes de doutoramento e jovens investigadores.

64. Registraram com agrado a interação bilateral crescente nas áreas das Nanociências e Nanotecnologias, computação e tecnologias quânticas, envolvendo membros da comunidade cientifica portuguesa e brasileira, visando dinamizar colaborações existentes e iniciar novas atividades.

65. Os dois governantes recordaram a profícua relação existente no domínio da Ciência e Tecnologia entre os dois países, firmada há mais de três décadas, destacando a estreita cooperação institucional entre as agências congêneres de financiamento, nomeadamente entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) de Portugal e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (CNPq) e demais Fundações de Amparo à Pesquisa existentes no Brasil.

66. Reconheceram existir ainda um grande potencial a ser explorado neste domínio, fomentando atividades conjuntas de cooperação entre as comunidades científicas portuguesas e brasileiras, incluindo através da mobilidade de investigadores, da realização de eventos e workshops para partilha de conhecimento e de boas práticas, e da implementação dos instrumentos de cooperação decorrentes dos Acordos bilaterais governamentais ou institucionais já existentes.

67. Congratularam-se com a proximidade que tem sido desenvolvida nos últimos anos entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de Portugal, e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Brasil, materializada na assinatura do Memorando de Entendimento entre as duas agências espaciais, visando o aprofundamento da colaboração bilateral na área do espaço.

68. Manifestaram também interesse no alargamento da colaboração entre os dois países nas áreas da Meteorologia, Clima, Hidrologia, Observatórios Atmosféricos, Sismologia, Tsunamis e Observação da Terra (Satélites).

Saúde

69. Os dois Chefes de Governo reafirmaram o seu compromisso em continuar a trabalhar em áreas estratégicas, para os dois países, ao nível da Saúde Pública e da Investigação, Desenvolvimento e Inovação nas áreas da Saúde e Biotecnologia, com especial enfoque na vigilância epidemiológica, na preparação e resposta a emergências em saúde pública, na saúde digital, e no desenvolvimento e produção de equipamentos para a saúde. Neste contexto, congratularam-se com o encontro entre os responsáveis pela pasta da Saúde de ambos os países e com a assinatura da Carta de Lisboa.

70. Os dois governantes concordaram em desenvolver e implementar uma agenda de cooperação nas áreas das ciências da saúde, tecnologia e inovação, através de projetos de investigação conjuntos envolvendo cientistas das instituições portuguesas e brasileiras de I&D, com particular foco em novos modelos de investigação transnacional e clínica, capazes de contribuir para responder a desafios emergentes na área da saúde.

Nesse âmbito, destacaram a importância da criação da rede "Portugal Saúde" no Brasil, uma associação entre o governo português, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e onze hospitais de matriz portuguesa, permitindo institucionalizar um cluster Portugal-Brasil nesta área.

71. Reconheceram ainda os benefícios da assinatura de um Memorando de Entendimento entre a Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz e o Governo português na área da Saúde, Economia e Investigação que irá possibilitar o desenvolvimento de projetos e iniciativas científicas e tecnológicas futuras e novas oportunidades de colaboração entre os dois países.

Defesa

72. Os Chefes de Governo expressaram satisfação pelo relacionamento entre os respectivos Ministérios da Defesa e Forças Armadas, salientando a participação de militares brasileiros no contingente português da Missão de Treino da União Europeia na República Centro-Africana.

73. Deram nota do recente encontro havido entre os respectivos Ministros da Defesa no dia 13 de abril e assinalaram a realização da VIII e IX Reuniões de Cooperação Estratégica de Defesa entre os dois Ministérios, realizadas em 2018 e 2020, estando a X edição prevista para ocorrer ainda este ano, no âmbito das quais têm vindo a ser discutidos, entre outros, temas como a ciberdefesa, a igualdade de gênero, a cooperação na área das indústrias de Defesa. A este propósito, Portugal saudou a adesão do Brasil ao Centro do Atlântico em 2021, durante o seu lançamento.

74. A propósito da cooperação na área das Indústrias de Defesa, salientaram a importância do projeto conjunto de desenvolvimento do KC-390, cuja primeira de cinco aeronaves adquiridas por Portugal foi apresentada em 2022 em Beja e se encontra em fase de certificação desde o início de março de 2023. Ainda neste âmbito, Portugal e Brasil destacaram a importância dos Diálogos das Indústrias de Defesa, da recente participação de Portugal na LAAD – Defence & Security 2023, dos encontros de alto-nível que relevam a importância da economia de Defesa no quadro do relacionamento bilateral e no plano interno de ambos os países. Reconheceram, ainda, que estas ocasiões constituem oportunidades únicas para fortalecer as relações entre os dois países,

face ao potencial de cooperação existente, nomeadamente nas áreas do Espaço, Ciberdefesa, Aeronáutica, Sistemas de Vigilância e Radares, entre outros.

75. Reconheceram a importância da celebração do Memorando entre a Embraer, o Centro de Engenharia e Desenvolvimento (CeiiA), a OGMA, a GMV e a ETI para o estabelecimento de uma parceria que permita a produção de uma versão da aeronave Super Tucano (A-29) passível de utilização por países da OTAN.

76. No quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Brasil e Portugal, ambos signatários do Protocolo de Cooperação CPLP no Domínio da Defesa, reconheceram o papel ativo na dinamização da Componente de Defesa desta Comunidade, do qual resultou a constituição de uma Célula de Cooperação/Coordenação Civil-Militar no quadro da Componente de Defesa da CPLP, emanada da Reunião de Ministros da Defesa Nacional dos Estados-membros da CPLP, de 25 de maio de 2022 para capacitação e participação em operações de paz. Para a edificação desta Célula, foi elaborado um projeto de Memorando de Entendimento que deverá ser validado neste ciclo de decisão da Componente de Defesa da CPLP prevendo-se a sua assinatura por ocasião da Ministerial de Defesa da CPLP, prevista para maio de 2023, em Luanda.

Administração Interna e Justiça

77. Os Chefes de Governo salientaram as relações de cooperação mantidas ao longo dos últimos anos entre as Forças e Serviços de Segurança dos dois países, em matéria de controle e gestão de fronteiras, segurança ambiental, prevenção e combate ao tráfico de estupefacientes, e mais recentemente, em matéria de infraestruturas críticas. De igual forma, destacaram os resultados alcançados, em matéria de formação, designadamente através da ação dos respectivos Institutos e Academias de Estudos Superiores em Segurança Interna e Ciências Policiais.

78. Acordaram, ainda, a continuidade do aprofundamento da cooperação bilateral no quadro do Ministério da Justiça e Segurança do Brasil e do Ministério da Administração Interna de Portugal nos domínios da prevenção e combate à criminalidade, da segurança de fronteiras, do policiamento de proximidade, da gestão de grandes eventos e ainda

nas áreas de prevenção e segurança rodoviária, sem negligenciar outros domínios considerados de igual relevância para os dois países.

79. Saudaram a reaproximação dos dois países ao nível da cooperação jurídica bilateral, a qual repercute positivamente o objetivo comum de aprofundar o combate à criminalidade organizada transnacional. Reconheceram a importância dos instrumentos de cooperação judiciária internacional vigentes, manifestando a vontade de elaborar no futuro um Acordo na área do combate à criminalidade organizada transacional. Acordaram, nessa linha, fortalecer os meios e os recursos para uma investigação criminal mais ágil e manifestaram interesse em estabelecer ou manter oficiais de ligação policiais nas respectivas representações diplomáticas em cada país.

80. Manifestaram o compromisso de reforçar a cooperação institucional existente no domínio da Justiça, nomeadamente na partilha de recursos humanos e informações no âmbito policial. Salientaram, ainda, a assinatura do Acordo sobre a Proteção de Testemunhas.

81. Os Chefes de Governo de Portugal e do Brasil reiteraram, ainda, o compromisso de prosseguirem a cooperação a nível multilateral, no quadro da CMJPOLP e COMJIB, no seio da CPLP e no âmbito da cooperação entre a América Latina e União Europeia.

Ucrânia

82. Os Chefes de Governo enfatizaram o seu compromisso com o direito internacional, a Carta das Nações Unidas e a resolução pacífica de conflitos. Deploraram a violação da integridade territorial da Ucrânia pela Rússia e a anexação de partes do seu território como violações do direito internacional. Lamentaram a perda de vidas humanas e a destruição da infraestrutura civil, bem como o imenso sofrimento humano e o agravamento das vulnerabilidades da economia mundial causados pela guerra. Expressaram preocupação com os efeitos globais do conflito na segurança alimentar e energética, especialmente nas regiões mais pobres do planeta. Convergiram no apoio ao pleno funcionamento da Iniciativa de Cereais do Mar Negro. Ressaltaram ainda a necessidade de promover uma paz justa e duradoura.

Candidaturas

83. O governo português agradeceu o apoio do Brasil à recandidatura de António Vitorino a Diretor-Geral da OIM, nas eleições que decorrerão em maio, em Genebra, bem como à candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, mandato de 2027-2028.

84. O governo brasileiro agradeceu o apoio de Portugal às candidaturas da doutora Thelma Krug à Presidência do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, na eleição prevista para em julho de 2023, do ministro Bruno Dantas à Junta de Auditores das Nações Unidas, nas eleições que se realizarão em novembro de 2023, à reeleição da Senhora Juliana Gaspar Ruas ao Comité Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias da ONU, nas eleições previstas para novembro, em Nova Iorque, mandato de 2024-2026, assim como à candidatura do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), mandato de 2024-2026, nos termos do endosso manifestado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) na Declaração de Luanda, em 2021.

85. Os Chefes de Governo manifestaram grande satisfação pela reeleição por aclamação, pela Assembleia Geral, de António Guterres como Secretário-Geral das Nações Unidas. Consideraram que a sua recondução no cargo traduz o reconhecimento, pela Comunidade Internacional, da forma exemplar como exerceu o seu primeiro mandato numa altura de múltiplos desafios globais. Enfatizaram, ainda, o desejo de Portugal e do Brasil trabalharem juntos no apoio ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

CPLP

86. Os dois Chefes de Governo reiteraram o seu empenho com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o seu compromisso em reforçar os meios da Organização para cumprir os seus objetivos: a concertação político-diplomática, a cooperação em todos os domínios, a promoção e difusão internacional da língua portuguesa e o reforço dos laços econômicos entre a Comunidade, promovendo o desenvolvimento sustentável de todos os seus Estados-Membros. Manifestaram a sua satisfação com a aprovação do Acordo de Mobilidade da CPLP, em 2021, e a sua subsequente ratificação por todos os Estados-Membros, constatando que este representa

um enorme passo para a CPLP se afirmar como a comunidade de povos que é, abrindo caminho à circulação de pessoas, culturas, valores e conhecimento. Notaram com agrado a crescente afirmação internacional da CPLP, demonstrada pelo número de Estados que são ou pretendem ser observadores associados da Organização e reiteraram a intenção de criar mecanismos para reforçar as parcerias com estes Estados. Saudaram o êxito da atual Presidência angolana da CPLP e transmitiram votos de sucesso a São Tomé e Príncipe pela assunção da Presidência a partir do próximo verão.

Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia

87. Os dois Chefes de Governo reafirmaram a convicção partilhada sobre as vantagens mútuas do Acordo entre a União Europeia e o MERCOSUL, sublinhando o entendimento comum sobre o alcance politicamente estratégico da conclusão do Acordo e do seu enorme potencial no reforço dos laços políticos, econômicos e de cooperação entre as duas regiões.

88. Destacaram, igualmente, o impacto muito positivo que o Acordo terá ao nível econômico, com o acesso aos mercados respectivos para potenciar uma maior participação nas cadeias de abastecimento, cuja diversificação e resiliência são essenciais. Reconheceram, também, a contribuição do Acordo em matéria de desenvolvimento sustentável, nas suas três dimensões, ambiental, econômica e social.

89. Os dois governantes reiteraram a importância da intensificação dos esforços para alcançar um compromisso equilibrado e mutuamente benéfico, para que, com a maior rapidez, se possa avançar para a assinatura e ratificação do Acordo este ano.

Cimeira UE-CELAC

90. Os dois Chefes de Governo reconhecem a importância da parceria estratégica UE-Brasil, lançada em 2007, constatando a existência de um potencial inexplorado que permitirá ampliar a cooperação quer a nível bilateral, regional e multilateral. Destacaram, também, a necessidade de se realizar uma Cimeira UE-Brasil assim que estejam criadas as condições para a concretização desse objetivo.

91. Salientaram o contributo consistente dos dois países, nas respectivas regiões, para o fortalecimento da Parceria Estratégica entre a

Comunidade de Estados da América Latina e Caraíbas (CELAC) e a União Europeia. O reforço desse relacionamento constitui uma prioridade das políticas externas de Portugal e do Brasil. Este investimento mútuo demonstrou também ser uma oportunidade para elevar o nível da cooperação regional e multilateral, tanto a nível bilateral, como birregional.

92. Nesse sentido, reiteraram o seu apoio à realização da próxima Cimeira UE-CELAC em 17 e 18 de julho de 2023, expressando o desejo de contribuir ativamente para o seu sucesso e para a geração de resultados equilibrados que contemplem os interesses dos governos e das sociedades de ambas as regiões.

Conferência Ibero-americana

93. Os Chefes de Governo sublinharam o seu empenho no fortalecimento da Conferência Ibero-Americana, relevando o papel do diálogo e da cooperação ibero-americanos para responder aos grandes desafios da atualidade, tais como as transições digital e energética, a segurança alimentar e a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

94. Reafirmaram a importância do bilinguismo no reforço da identidade e da projeção internacional do espaço ibero-americano, patrimônio comum e eixo transversal para todas as ações desenvolvidas na CIB, incluindo no Terceiro Plano de Ação Quadrienal de Cooperação Ibero-Americana.

Reforma do CSNU

95. Os dois governantes reafirmaram a necessidade de avançar na reforma das Nações Unidas, em particular do seu Conselho de Segurança, com vista a reforçar a sua representatividade, legitimidade e eficácia, por meio da incorporação de novos membros permanentes e não permanentes e da melhoria dos métodos de trabalho do órgão. Nesse contexto, Portugal reiterou o firme apoio à atribuição ao Brasil de um lugar de membro permanente do Conselho de Segurança.

África: Golfo da Guiné

96. Os dois Chefes de Governo realçaram a importância estratégica da zona do Golfo da Guiné. Aludiram às rotas comerciais internacionais que

o perpassam por via marítima e às reservas de recursos energéticos dos Estados que o envolvem. Analisaram igualmente os desafios e as ameaças securitárias que afetam esta região, tanto no seu espaço marítimo - com a ameaça da pirataria e da criminalidade internacional – como no plano continental, notando a propagação da ameaça terrorista do Sahel aos Estados costeiros. Foi sublinhado o papel da comunidade internacional em prestar apoio na mitigação de tais riscos e ameaças, tanto no domínio multilateral, como bilateral, com respeito pelo princípio da apropriação dos Estados africanos e das Organizações Internacionais de que são parte. Ambos os Governos reiteraram o seu empenho em contribuir para este objetivo de que são exemplo as duas edições da "Operação GUINEX", conduzidas pela Marinha do Brasil na região em 2021 e 2022, bem como as operações conduzidas por Portugal, desde 2008, ao abrigo da Iniciativa Mar Aberto, e a sua participação nas Presenças Marítimas Integradas da UE em apoio aos esforços dos Estados costeiros e das organizações da arquitetura de Iaundé. Assinalaram igualmente a relevância da colaboração multilateral e trilateral como os Estados-Membros da CPLP banhados pelo Golfo da Guiné.

África: Cabo Delgado

97. Os Chefes de Governo assinalaram os progressos alcançados no processo de estabilização, ora em curso, na província de Cabo Delgado. Reafirmaram o apoio ao Governo e ao Povo de Moçambique e notaram a importância da manutenção do compromisso da comunidade internacional neste âmbito.

Atlântico

98. Os dois governantes reafirmaram o seu compromisso em aprofundar a cooperação para promover o Atlântico como um espaço privilegiado de partilha de desafios e de oportunidades, visando a paz, a estabilidade e o bem-estar de todos os países que o integram, em particular os da CPLP. Sublinharam a importância de dinamizar a cooperação com outras organizações atlânticas como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), o Centro do Atlântico, a arquitetura de Iaundé e o G7++ Amigos do Golfo da Guiné de forma a contribuir para manter o Atlântico como uma zona de paz, de cooperação e de liberdade de navegação.

Comissão Permanente Bilateral

99. Os Chefes de Governo saudaram o entendimento alcançado quanto à reconfiguração das Subcomissões estabelecidas no quadro da Comissão Permanente para melhor traduzir o escopo das relações bilaterais, prevendo a instituição de uma nova Subcomissão sobre a Cooperação no Domínio da Justiça e Assuntos Internos, bem como a fusão da Subcomissão do Reconhecimento de Graus e Títulos Acadêmicos e Questões Relativas ao Acesso a Profissões e da Subcomissão sobre Educação, Cultura, Comunicação Social, Juventude e Desporto.

Novos instrumentos de cooperação bilateral

Com o objetivo de aprofundar as relações bilaterais, nesta XIII Cimeira foram assinados os seguintes instrumentos de cooperação:

- Acordo Complementar ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000, sobre a concessão de equivalência de estudos no Brasil (ensino fundamental e médio) e em Portugal (ensino básico e secundário);
- Acordo em Matéria de Proteção de Testemunhas;
- Acordo sobre a criação da Escola Portuguesa de São Paulo;
- Memorando de Entendimento para a criação de mecanismos de cooperação bilateral para o intercâmbio de boas práticas na promoção e defesa dos direitos de pessoas com deficiência;
- Memorando de Entendimento no domínio da Energia;
- Memorando de Entendimento no domínio da Geologia e Minas;
- Memorando de Entendimento para promover o Reconhecimento Mútuo de Títulos de Condução;
- Memorando de Entendimento para Cooperação Internacional entre o Ministério da Saúde, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o Ministério da Economia e do Mar e a Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz;
- Protocolo de Cooperação entre o Instituto do Cinema e do Audiovisual, de Portugal, e a Agência Nacional do Cinema – Ancine, do Brasil, para o fomento à coprodução cinematográfica.

- Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da República Portuguesa, a Agência Espacial Portuguesa – Portugal Space, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da República Federativa do Brasil e a Agência Espacial Brasileira, para Cooperação de Uso Pacífico do Espaço, Ciências Espaciais, Tecnologias e Aplicações;• Declaração de intenções na área de saúde - "Carta de Lisboa".
- Memorando de Entendimento entre a Embratur – Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo e o Turismo de Portugal, I.P.;
- Protocolo de cooperação entre a Lusa e a Empresa Brasileira de Comunicações;

Nota à imprensa nº 152, publicada em 22/04/2023

3.10. Declaração do Presidente da República Federativa do Brasil e do Presidente de Governo da Espanha sobre o "Mapa do Caminho" para uma Associação Estratégica Renovada Brasil – Espanha – Madri, 26 de abril de 2023

O presidente do Governo da Espanha, Pedro Sánchez, e o presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, mantiveram na data de hoje, em Madri, reunião no marco da Associação Estratégica estabelecida entre ambos os países em 2003 e reforçada nas Declarações de Brasília, de 2005 e 2017, e na Declaração de Madri de 2012. Durante o encontro, ambos os presidentes:

Reafirmaram o compromisso com os valores fundamentais da liberdade, democracia, direitos humanos, igualdade de gênero e defesa do Estado de direito. Coincidiram quanto à importância de preservar a estabilidade das instituições e de protegê-las contra intoleráveis ataques à democracia, tais como os que comoveram o Brasil e o resto do mundo em janeiro passado.

Examinaram o bom andamento das relações bilaterais e coincidiram quanto ao início de nova etapa na qual ambos os países confiam em que se produzam importantes avanços. Tomaram nota das perspectivas de fortalecimento do diálogo sobre políticas públicas para continuar avançando na construção de sociedades cada vez mais justas e inclusivas e no combate às desigualdades, bem como das oportunidades de cooperação nas áreas de comércio e investimento; segurança; trabalho; assuntos sociais, ambientais,

do clima; e relacionados com a utilização de energias limpas; em matéria cultural, científica, educacional e consular; de justiça e segurança pública; e de combate à criminalidade transnacional.

Sublinharam o objetivo mútuo de alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Coincidiram quanto à importância de colaborar para a promoção de políticas públicas de gênero e abordagens feministas em suas políticas exteriores, com o objetivo final de alcançar a igualdade efetiva entre mulheres e homens.

Congratularam-se com os acordos recentemente assinados sobre cooperação no campo do turismo, e os assinados em matéria trabalhista, científica e universitária, por ocasião desta visita. Instaram à celebração, em breve, da reunião da Comissão Bilateral Permanente para dar seguimento adequado aos diferentes vetores da Associação Estratégica.

Convieram quanto à necessidade de dar renovado impulso à agenda euro-latino-americana. Ambos os presidentes coincidiram quanto à importância da Cúpula UE-CELAC prevista para ocorrer em Bruxelas nos dias 17 e 18 de julho próximo e comprometeram-se a trabalhar juntos para gerar resultados equilibrados que contemplem os interesses dos governos e das sociedades das duas regiões e para que resulte também em um substancial reforço das relações entre duas regiões altamente compatíveis em modelos políticos, sociais e econômicos, e inseridas de maneira responsável em uma comunidade internacional baseada nos propósitos e princípios das Nações Unidas. Expressaram também o apoio ao desenvolvimento de uma agenda europeia de investimentos público-privados em áreas de interesse comum na América Latina (economia verde, transição digital e investimento social) que também promovam a conectividade econômica, de infraestruturas e digital entre ambas as regiões.

Ambos os presidentes abordaram o estado das negociações do acordo União-Europeia-MERCOSUL e se comprometeram, durante as suas próximas presidências da UE e do MERCOSUL, no segundo semestre do presente ano, a impulsionar a assinatura do acordo entre as duas regiões que permita o aumento do comércio e dos investimentos em ambas as direções e a promoção da prosperidade compartilhada. Ambos os presidentes reconheceram a janela de oportunidade política que a Cúpula UE-CELAC representa para se chegar a um acordo definitivo.

Examinaram, igualmente, a situação na Ucrânia e reafirmaram-se nas Resoluções da Assembleia das Nações Unidas que ambos os países apoiaram

desde março de 2022, condenando a invasão russa e as tentativas de anexação territorial, e reafirmando os princípios de soberania e integridade territorial contidos na Carta da Nações Unidas. Mencionaram, igualmente, as iniciativas de diferentes países com vistas a uma solução pacífica. O presidente Lula explicou sua iniciativa de Paz ao presidente Sánchez, que a acolheu com interesse. Por sua vez, o presidente Sánchez expressou seu apoio ao Plano de 10 pontos para a Paz da Ucrânia. Ambos os líderes coincidiram em condenar os ataques a civis no conflito e fizeram um forte apelo por respeito ao direito internacional humanitário. Refletiram, também, sobre como a invasão e suas consequências estão exacerbando as debilidades da economia global, em particular nos mercados energéticos, de alimentos e de outros produtos, e defenderam intensificar a cooperação bilateral, birregional e multilateral para abordar os problemas de desabastecimento e carestia que se estão produzindo nos países mais vulneráveis.

Compartilham a convicção de que, assim como outras organizações internacionais tiveram que mudar para melhor preparar-se para os desafios do século XXI, o Conselho de Segurança das Nações Unidas também deve ser reformado e ampliado para aumentar sua eficácia e transparência, bem como sua representatividade e legitimidade.

Ambos os presidentes compartilharam o compromisso histórico de seus respectivos países com os direitos humanos e com a promoção da dignidade da pessoa. Reconheceram que o tráfico de escravos e a escravidão estão entre as mais graves violações dos direitos humanos cometidas na história da humanidade. Da mesma forma, concordaram em considerar o racismo, a xenofobia e a discriminação racial como problemas a serem combatidos em todas as suas manifestações. Comprometeram-se a combatê-lo em seus países, a promover a igualdade racial nos diferentes fóruns internacionais dos quais participam e a retomar a cooperação bilateral em matéria de igualdade racial com ações em áreas como esportes, educação, trabalho e ação afirmativa.

No plano das relações bilaterais, destacaram a solidez das relações econômicas e as boas perspectivas de continuar a reforçá-las. Tomaram nota da importante posição investidora da Espanha no Brasil, investimento com perspectiva de longo prazo e com significativa geração de emprego e riqueza. Coincidiram quanto à importância de continuar a propiciar condições de estabilidade e segurança jurídica que permitam sua crescente diversificação e abrangência. Tomaram nota com satisfação, igualmente, da evolução positiva do comércio bilateral, que em 2022 atingiu intercâmbio em ambas as direções no valor de 12,685 bilhões de euros, convertendo o Brasil no primeiro sócio

comercial da Espanha na Ibero-américa. Nesse sentido, celebraram o êxito do Encontro Empresarial organizado em Madri por ocasião desta visita, que destacou a importância do diálogo construtivo para fortalecer os investimentos bilaterais, elemento chave no desenvolvimento econômico e social de nossos países. Ambos os presidentes compartilham a importância de manter um canal de comunicação regular aberto em ambos os governos para que os investidores dos dois países possam transmitir suas sugestões e inquietudes.

Manifestaram o desejo de ambos os governos de aprofundar e aperfeiçoar o diálogo para definir os elementos de um novo programa de cooperação para o desenvolvimento sustentável entre os dois países.

Neste contexto, expressaram sua satisfação com a celebração da primeira reunião da Subcomissão de Cooperação Técnica da Comissão Permanente Bilateral Brasil-Espanha, realizada em 17 de abril de 2023, em Madri, na qual foi decidido que este novo programa bilateral terá as seguintes áreas de cooperação prioritárias iniciais: a) desenvolvimento sustentável na região amazônica, incluindo a gestão de recursos hídricos; b) meio ambiente e mudanças climáticas, na perspectiva de transição justa; c) gênero; d) fomento de políticas públicas relativas aos direitos dos povos indígenas, das comunidades afrodescendentes e de outros grupos de população vulnerável; e) fomento do diálogo social, incluindo os intercâmbios entre organizações sindicais; f) promoção da formação dos atores da cooperação descentralizada; e g) capacitação em temas de pesca e aquicultura, incluindo aspectos relacionados ao bioma amazônico.

Em outras áreas de cooperação, a Subcomissão identificou a América Latina e o Caribe, incluindo Haiti, e a África como áreas de interesse prioritário para as iniciativas de cooperação triangular/trilateral com base nas demandas dos países sócios.

Abordaram a conjuntura econômica global e os desafios específicos de cada país em matéria de inflação, emprego, crescimento, energias renováveis e abertura econômica, e reconheceram o importante papel da coordenação multilateral que constitui o G20, do qual ambos os países participam desde a primeira reunião no nível de líderes. Ambos os presidentes concordaram em reforçar sua coordenação às vésperas da presidência brasileira do grupo em 2024, valorizando a participação plena e proativa da Espanha com vistas a lograr resultados concretos.

Conversaram sobre as reformas tributárias necessárias em ambos os países para, mantendo a estabilidade fiscal, ampliar a capacidade financeira

e redistributiva do Estado para atender às necessidades dos segmentos mais desfavorecidos da população e garantir os investimentos necessários para promover o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões – econômica, social e ambiental – e a inclusão digital, e acordaram o estabelecimento de um grupo de trabalho em matéria fiscal, que permita compartilhar as lições mais importantes aprendidas neste campo entre especialistas de ambos os países.

Da mesma forma, foram abordados temas de tributação internacional que interessam a ambos os países e a seus atores econômicos. Os dois presidentes fizeram referência ao interesse de ambas as partes em atualizar o acordo existente entre os dois países para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre os rendimentos, para incorporar as medidas BEPS que os dois países se comprometeram a implementar no marco do acordo da OCDE e do G20 sobre erosão de base tributável e transferência de lucros. Do lado brasileiro, expuseram-se as perspectivas de reforma de seu sistema tributário, tanto da tributação da renda como do consumo, e do desejo de que se facilite as exportações e os investimentos. Na reunião, deu-se impulso às perspectivas de cooperação e intercâmbio de boas práticas entre a Secretaria de Estado da Fazenda da Espanha e a Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil neste contexto.

Tomaram nota dos progressos obtidos com a assinatura em novembro passado de um Memorando de Entendimento em matéria de defesa e indústrias de defesa e dos trabalhos da comissão bilateral neste campo.

Em matéria de transportes, o presidente Lula informou a profunda transformação que o Brasil está realizando e ambos os presidentes coincidiram quanto ao interesse de reforçar a cooperação neste campo, no qual operam há anos as mais importantes empresas espanholas do setor.

Ambos os presidentes reconheceram a importância de fomentar o ensino de espanhol no Brasil, inclusive no ensino médio brasileiro, e acordaram a convocação de um grupo de trabalho para estudar as medidas normativas e de apoio que se possam tomar nesse sentido. Tomaram nota, também, das iniciativas brasileiras para o ensino de português na Espanha, tais como os leitorados brasileiros na Universidade Complutense de Madri e na Universidade Santiago de Compostela, as atividades da unidade do Instituto Guimarães Rosa em Barcelona. Nesse sentido, tomaram em conta o papel dos auxiliares de conversação brasileiros que se incorporaram a diferentes centros de ensino espanhóis para apoiar o ensino de português e promover a cultura brasileira, assim como os programas espanhóis de leitorados em universidades e de

auxiliares de conversação em institutos federais, que estão impulsionando o ensino de espanhol no Brasil.

Reconheceram a importância da declaração sobre o bilinguismo e a promoção do uso do espanhol e do português como línguas de comunicação e de trabalho nos âmbitos da ciência, tecnologia, inovação, cultura e relações internacionais adotada na recente Cúpula Ibero-americana em São Domingos, bem como os resultados positivos dessa Cúpula, como a admissão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) como observadora consultiva da Conferência Ibero-Americana. Ambos os presidentes reafirmaram seu compromisso com o processo de Cúpulas e com a Comunidade Ibero-Americana.

Expressaram interesse em explorar novas possibilidades de cooperação entre o Instituto Cervantes e o Instituto Guimarães Rosa para a promoção do espanhol e do português e o desenvolvimento de iniciativas conjuntas nos domínios cultural e educacional.

Promoveram o compromisso de dinamizar a cooperação cultural, tanto no nível bilateral como ibero-americano, impulsionando contatos entre as autoridades culturais nacionais dos dois países com vistas a fomentar a cooperação artística e a coprodução audiovisual.

Ambos sublinharam sua preocupação com os impactos crescentes da mudança climática sem precedentes em todo o mundo no contexto da emergência climática em nível global, conforme destacado no Sexto Relatório de Avaliação (AR6) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Sublinharam a urgência de acelerar os esforços globais em matéria de mudança climática em linha com a melhor ciência disponível para o cumprimento efetivo dos objetivos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climáticas (UNFCCC) e seu Acordo de Paris. Neste contexto, reconhecem a importância da próxima Conferência do Clima de Dubai (COP28) para que a comunidade internacional aumente seus esforços coletivos na luta contra as mudanças climáticas, inclusive no que diz respeito à mobilização de recursos financeiros adequados e meios de implementação, em linha com os compromissos assumidos na UNFCCC e seu Acordo de Paris. Neste contexto, destacam sua vontade de trabalhar para alcançar resultados ambiciosos e equilibrados que permitam gerar as condições necessárias para implementar com urgência uma transição justa, de um sistema baseado em combustíveis fósseis para um sistema baseado em energias renováveis, reduzindo drasticamente as emissões de gases de efeito estufa para atingir

as metas de temperatura do Acordo de Paris, bem como avançar nas agendas de adaptação e perdas e danos.

O Presidente Sánchez saudou a candidatura do Brasil para a realização da Conferência do Clima (COP 30) na cidade de Belém do Pará em 2025. O governo espanhol toma nota de que o Brasil apresentou a candidatura da cientista brasileira Thelma Krug para presidir o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

O Presidente Lula relatou os esforços de seu país para enfrentar os desafios a que se vê afetada a Amazônia. O Presidente Sánchez referiu-se à continuidade do Fundo Geral de Cooperação da Espanha no Banco Interamericano de Desenvolvimento para a promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia e do desejo da Espanha de propiciar e compartilhar amplo apoio internacional aos esforços do governo brasileiro para a conservação e uso sustentável da biodiversidade amazônica. Ambos os presidentes congratularam-se pela adoção do Quadro de Biodiversidade Global de Kunming-Montreal na COP15 CDB, afirmaram seu compromisso com a cooperação para implementar este novo quadro e ressaltaram a importância dos três pilares da Convenção e do fornecimento de meios de implementação para deter e reverter a perda de biodiversidade.

A Espanha e o Brasil reiteram o compromisso mútuo recentemente firmado por meio de Memorando de Entendimento (MdE) entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) do Brasil e a Direção-Geral de Águas (DGA) da Espanha para intensificar a cooperação técnica na gestão dos recursos hídricos e na regulação dos serviços de saneamento e melhoria da eficiência no uso da água.

Ambos os países reconhecem que nenhum país está imune à seca e a seus impactos sobre os alimentos, a água, a segurança energética, a migração forçada e a degradação da terra e comprometem-se a trabalhar conjuntamente para minimizar seus impactos. O Presidente Sánchez expôs a Aliança Internacional para a Resiliência à Seca, iniciativa apresentada pela Espanha juntamente com Senegal na última COP27 realizada no Egito. O Presidente Lula expressou disposição de estudar a possiblidade de unir-se ao grupo de países e organismos internacionais que a compõem.

Espanha e Brasil expressam sua vontade de cooperar e avançar na transição energética para uma economia neutra em carbono, levando em conta os imperativos de segurança energética, do aumento da oferta de energia e da universalização do acesso à energia limpa a baixo custo. Ambos

os presidentes acordaram seguir fortalecendo a agenda energética, em relação à qual o compromisso político e social inclua todas as ferramentas necessárias para alcançar metas comuns, identificando oportunidades de ação no desenvolvimento de novas tecnologias para alcançar a neutralidade de carbono, com uma abordagem que busca a igualdade, a equidade de gênero e o respeito aos direitos humanos, especialmente dos grupos mais vulneráveis. Ademais, ambos os países aprofundarão o desenvolvimento de soluções tecnológicas, em particular das energias limpas e renováveis.

Agradecendo a hospitalidade recebida na Espanha, o Presidente Lula da Silva convidou o Presidente Sánchez a visitar o Brasil, o que foi aceito pelo Presidente de Governo de Espanha em data a ser acordada conforme a disponibilidade de ambos.

Nota à imprensa nº 157, publicada em 26/04/2023

3.11. Declaração de Ações de Hiroshima para Segurança Alimentar Global Resiliente

Nós, os líderes de Japão, Austrália, Brasil, Canadá, Comores, Ilhas Cook, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, República da Coreia, Reino Unido, Estados Unidos da América, Vietnã e União Europeia, reafirmamos que o acesso a alimentos nutritivos, seguros e a preços acessíveis é uma necessidade humana básica e compartilhamos a importância de trabalhar em conjunto para responder ao agravamento da crise de segurança alimentar global, com o mundo enfrentando o maior risco de fome em uma geração, e para construir sistemas alimentares e agriculturas mais resilientes, sustentáveis e inclusivos, inclusive por meio do aprimoramento da estabilidade e previsibilidade nos mercados internacionais. Tomando nota das principais ações descritas na Cúpula dos Sistemas Alimentares das Nações Unidas (UNFSS), de 2021, e no "Global Food Security Roadmap" 2022, endossado por mais de 100 países signatários, bem como dos esforços do G20 em segurança alimentar global, pretendemos tomar conjuntamente as seguintes ações, em cooperação com a comunidade internacional, para fortalecer a segurança alimentar e nutricional global e convidar outros parceiros a se juntarem a nós nesses esforços.

1. Respondendo à crise de segurança alimentar no curto prazo

A segurança alimentar global se encontra sob ameaça por múltiplos fatores e riscos, como a pandemia de COVID-19, volatilidade nos preços de energia,

alimentos e fertilizantes, sérios impactos da mudança climática e de conflitos armados, com impactos desproporcionais sobre os mais vulneráveis, incluindo mulheres, crianças e pessoas com deficiências. A guerra na Ucrânia agravou ainda mais a atual crise de segurança alimentar no mundo, especialmente nos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. Observamos com profunda preocupação o impacto adverso da guerra na Ucrânia e enfatizamos que esta causa imenso sofrimento humano e exacerba fragilidades já existentes na economia global – restringindo o crescimento, aumentando a inflação, interrompendo cadeias de suprimentos, aumentando a insegurança alimentar e energética e elevando os riscos à estabilidade financeira. Especialmente à luz de seus impactos sobre a segurança alimentar e a situação humanitária no mundo, apoiamos uma paz justa e duradoura baseada no respeito ao direito internacional, aos princípios da Carta da ONU e à integridade territorial e soberania. Apelamos a todos os participantes da Iniciativa de Grãos do Mar Negro (BSGI) para continuar a implementar plenamente sua operacionalização, em seu potencial máximo e pelo tempo que for necessário, e enfatizamos a importância de permitir que grãos continuem a chegar aos que mais necessitam. De acordo com as Nações Unidas e relatórios pertinentes, até 828 milhões de pessoas se encontravam em situação de fome no mundo em 2021 e estima-se que 258 milhões de pessoas em 58 países com crise alimentar, especialmente em países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, precisavam de assistência alimentar de emergência em 2022. Estaremos trabalhando em conjunto para responder à atual crise de segurança alimentar, inclusive por:

Apoio à assistência humanitária multissetorial a países que enfrentam crises e níveis emergenciais de insegurança alimentar aguda, como no Chifre da África.

Defesa de aumento substancial no financiamento humanitário e de desenvolvimento, inclusive de outros doadores internacionais e parceiros do setor privado, a fim de preencher as lacunas de financiamento crítico e de emergência para assistência ao desenvolvimento para evitar a fome e construir sistemas alimentares sustentáveis e resilientes.

Apoio à exportação de grãos da Ucrânia e da Rússia, incluindo a expansão e extensão do BSGI, a continuidade do programa da UE "Solidarity Lanes" e a recuperação do setor agrícola na Ucrânia, bem como apoio a quaisquer esforços da ONU para identificar e evidenciar transporte ilegal de grãos.

Facilitação do comércio internacional baseado em regras, aberto, justo, transparente e não discriminatório de alimentos e produtos agrícolas, para

estabilizar os mercados por meio da redução do risco de escassez e mitigando a volatilidade de preços.

Fortalecimento da coordenação entre os doadores, as Nações Unidas (ONU), incluindo as agências da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), instituições financeiras internacionais (IFIs) e bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs), inclusive por meio da Aliança Global para Segurança Alimentar (GAFS), da Rede Global Contra Crises Alimentares (GNAFC) e do Programa Global de Agricultura e Segurança Alimentar (GAFSP), para priorizar e cuidar das necessidades mais urgentes, evitar uma maior deterioração das condições humanitárias e acelerar investimentos responsáveis em sistemas alimentares.

Apoio a assistência imediata para ampliar a produção alimentar e cadeias de valor locais, regionais e internacionais sustentáveis e eficientes, consistentes com as regras da OMC.

2. Preparação para e prevenção de futuras crises de segurança alimentar

Reconhecemos a importância de aumentar a transparência do mercado, minimizar distorções incompatíveis com as regras da OMC e aumentar a disponibilidade de informações e análises precisas como aspectos-chave para prevenir ou minimizar o risco de crises de segurança alimentar e desnutrição e facilitar ações rápidas em casos de crise. Também reconhecemos a importância de desenvolver um entendimento compartilhado das ações recomendadas em resposta a crises de segurança alimentar. Assim, pretendemos cooperar para os seguintes fins:

i) Aumento da transparência do mercado e da preparação para crises alimentares e nutricionais:

Fortalecendo o Sistema de Informações do Mercado Agrícola (AMIS), apoiando os esforços do G20 para ampliar sua cobertura e incluir fertilizantes e óleos vegetais, bem como melhorar o fornecimento de dados, inclusive sobre estoques.

Apoiando o trabalho sinérgico de coleta, análise e disseminação de dados por organizações internacionais, incluindo a coleta e análise de dados do Conselho Internacional de Grãos (IGC) e o desenvolvimento de modelos de alerta precoce da FAO, e reconhecendo a importância da Classificação Integrada de

Fase de Segurança Alimentar (IPC) como o padrão global para monitoramento e análise de insegurança alimentar aguda, o Relatório Global sobre Crises Alimentares (GRFC) iniciado no âmbito da GNAFC para chamar a atenção para a crise global de segurança alimentar, a iniciativa de múltiplos doadores 50x2030 e o "Global Food and Nutrition Security Dashboard" do GAFS.

Apoiando a implementação das estratégias já existentes de resposta e preparação para crises nos países onde estas existem e contribuindo para o estabelecimento e implementação dos Planos de Preparação para Crises de Segurança Alimentar (FSCPP), por meio do apoio do Banco Mundial, com outros países e partes relevantes e na estrutura do GAFS, quando necessário.

Apoiando a "Plus Three Emergency Rice Reserve (APTERR)" da ASEAN na região da ASEAN, o compromisso da Cúpula do Leste Asiático, renovado em 2022, para implementar a Declaração da EAS de 2013 sobre Segurança Alimentar, o Quadro Integrado de Segurança Alimentar e o Plano Estratégico de Ação sobre Segurança Alimentar 2021-25 da ASEAN, bem como a Reserva Regional de Segurança Alimentar da CEDEAO, como iniciativas para responder a interrupções no abastecimento de alimentos na região.

ii) Desenvolvimento de um entendimento compartilhado sobre as ações recomendadas em tempos de crise:Acolhendo e apoiando o diálogo sobre a crise de segurança alimentar entre os países exportadores e importadores de alimentos a ser co-organizado pelo IGC e o Japão sob a Presidência do G7, em junho.

Contribuindo para a identificação e o desenvolvimento de princípios orientadores e melhores práticas relacionadas à transparência comercial e de mercado em resposta a crises com base nesse diálogo.

Reafirmando que o comércio agrícola deve ser baseado em regras, aberto, justo, transparente, previsível, inclusivo, não discriminatório e consistente com as regras da OMC, e recordando a Decisão Ministerial da OMC sobre a Isenção de Compras de Alimentos do PMA de Proibições ou Restrições à Exportação, bem como a Declaração Ministerial da OMC sobre a Resposta de Emergência à Insegurança Alimentar.

Solicitando ações concretas para abordar medidas que impactam a segurança alimentar global, pela busca de resultados significativos sobre as questões discutidas nas negociações da 13ª Conferência Ministerial da OMC (MC13).

Promovendo a coordenação dos doadores nas respostas às crises alimentares, incluindo assistência humanitária de emergência e medidas de mitigação para as populações mais afetadas, por meio de mecanismos como GAFS e GNAFC.

Focando no aumento da eficiência de fertilizantes e práticas de saúde do solo.

3. Alcançar a segurança alimentar global resiliente e a nutrição para todos

Alcançar a segurança alimentar global resiliente e a nutrição para todos é nosso objetivo comum para um futuro melhor para cada ser humano. Estamos comprometidos a trabalhar juntos para preparar o caminho para alcançar os ODS's até 2030, realizando progressivamente o direito à alimentação adequada e construindo sistemas alimentares resilientes, sustentáveis, eficientes e inclusivos, e criando condições para que os necessitados tenham acesso a alimentos nutritivos, seguros e acessíveis e dietas saudáveis, agora e no futuro. Também enfatizamos a importância da adaptação e mitigação das mudanças climáticas na agricultura e nos sistemas alimentares, de deter e reverter a perda de biodiversidade reconhecendo a forte inter-relação entre agricultura e biodiversidade, prevenindo todas as formas de desnutrição e reduzindo a perda e desperdício de alimentos, bem como utilizando conhecimento tradicional e promoção de abordagens sensíveis ao gênero que envolvam as mulheres como atores-chave dos sistemas alimentares, enquanto mulheres e meninas são frequente e desproporcionalmente afetadas pela insegurança alimentar e desnutrição. Estamos de mãos dadas para realizar as seguintes ações:

i) Promoção da segurança alimentar e nutricional para todos:

Aumentando os esforços para alcançar a fome zero (ODS 2) e garantir o acesso à alimentação e nutrição para todos os necessitados, por meio das seguintes ações:

– Coordenar ações nos níveis global, regional e nacional, inclusive por meio do envolvimento com iniciativas e plataformas relevantes, como FAO, PMA e IFAD, Cooperação Sul-Sul e Triangular (SSTC) da FAO, Comitê de Segurança Alimentar

Mundial (CFS), GNFAC, GAFS e o Diálogo Ministerial do Mediterrâneo sobre a Crise Alimentar, inclusive com o objetivo de integrar a igualdade de gênero em ações relacionadas à segurança alimentar e nutrição.

– Alavancar métodos integrados, como a Iniciativa Resiliente das Agências com sede em Roma e o plano de ação conjunto do Sahel 2021-2027 para atender às necessidades de segurança alimentar dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos.

– Apoiar abordagens direcionadas e com relação custo-benefício favoráveis em ações humanitárias, bem como em respostas mais amplas de proteção social e redes de segurança, incluindo programas de merenda escolar que, como uma ação integrada dentro de iniciativas de nutrição mais amplas voltadas para populações vulneráveis, podem servir como redes de segurança.

– Apoiar a incorporação de metas de nutrição em políticas associadas, como agricultura, saúde, proteção social, água e saneamento e educação.

– Melhorar o acesso a dietas saudáveis e alimentos seguros e nutritivos a preços acessíveis por meio de uma agricultura e sistemas alimentares sustentáveis e sensíveis à nutrição, e aumentar a disponibilidade, acessibilidade e qualidade dos produtos e serviços de tratamento e prevenção da desnutrição.

– Engajar-se com vistas a resultados ambiciosos na próxima Cúpula de Nutrição para o Crescimento, a ser sediada na França, juntamente com as partes interessadas, incluindo doadores, setor privado e sociedade civil, com base no Pacto de Tóquio sobre Nutrição Global para o Crescimento.

– Apoiar políticas alimentares e agrícolas inclusivas que gerem empregos decentes, inclusive para jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade, e que contribuam para a redução da pobreza e melhorem o acesso a dietas saudáveis.

– Apoiar o desenvolvimento, a produção, o aumento da produtividade e o uso de alimentos fortificados adaptados aos contextos e necessidades locais para enfrentar as deficiências de micronutrientes.

ii) Desenvolvimento da agricultura e sistemas alimentares resilientes e sustentáveis:

Promovendo e cooperando na obtenção de uma agricultura e sistemas alimentares resilientes, sustentáveis e produtivos, incluindo a melhoria da resiliência climática, conservação da biodiversidade, conservação e gestão sustentável de insumos e apoio à produção alimentar local, regional e internacional com vistas a:

- Construir parcerias durante o Momento de Inventário do Sistema Alimentar da ONU, em julho, a fim de promover esforços em todas as áreas de ação identificadas no UNFSS 2021.
- Apoiar atividades de médio a longo prazo, incluindo (a) aumento do investimento em sistemas alimentares (ou seja, produção, cadeias de abastecimento de alimentos, incluindo processamento, distribuição, cadeias frias, ambientes alimentares sustentáveis e comportamento do consumidor, entre outros), promovendo o investimento responsável; (b) desenvolvimento de infraestrutura relacionada à agricultura (ou seja, armazenamento, irrigação, transporte, conectividade), incluindo infraestrutura rural especialmente para os países menos desenvolvidos e de acordo com os compromissos da OMC com a Decisão Ministerial de Nairóbi sobre Competição na Exportação; (c) abordagem sobre a disponibilidade de água e segurança para agricultura; (d) promoção da agricultura orgânica, adaptada ao clima, agroecológica, com soluções baseadas na natureza e abordagens baseadas em ecossistemas e outras formas inovadoras, conforme apropriado; e (e) aumento do apoio a pequenos proprietários e agricultores marginais, incluindo mulheres e jovens a serem vinculados para mercados agrícolas maiores.
- Promover esforços para melhorar a acessibilidade a diversos instrumentos de financiamento, incluindo financiamento inovador e financiamento misto, bem como parcerias público--privadas para melhorar a segurança alimentar e nutricional de longo prazo, especialmente nos países em desenvolvimento,

garantindo ao mesmo tempo que os incentivos financeiros e outros sejam sustentáveis.

- Fazer uso justo e apropriado dos recursos agrícolas domésticos existentes e aproveitando o potencial de produtividade e produção locais sustentáveis em todos os países para aumentar a segurança alimentar e melhorar a situação nutricional, ao mesmo tempo em que se facilita o comércio justo e aberto, de acordo com os compromissos da OMC.
- Promover o comércio baseado em regras, aberto, justo, transparente, previsível e não discriminatório como base essencial para a construção de sistemas alimentares mais resilientes, promovendo a segurança alimentar e tornando os alimentos nutritivos mais acessíveis e disponíveis.
- Apoiar os esforços para controlar e gerir os impactos das pragas transfronteiriças na produção alimentar, inclusive por meio de pesquisas relacionadas à gestão.
- Abordar os choques climáticos pela promoção de uma agricultura adaptada ao clima, soluções agroecológicas e baseadas na natureza e abordagens baseadas em ecossistemas e outras abordagens inovadoras, conforme apropriado, com base no conhecimento e na base de evidências desenvolvidas pela FAO, FIDA e CGIAR, e observando os resultados da Agenda de Inovação Agrícola e entregas de suas Ações prioritárias, e esforços da Missão de Inovação Agrícola para o Clima ("AIM for Climate") para promover o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação inteligentes sobre o clima.
- Apoiar os esforços para adaptar as culturas e a pecuária às alterações climáticas e aumentar a sua produtividade de forma sustentável, incluindo, em particular, as culturas tradicionais e indígenas cujo potencial para contribuir para a resiliência, segurança alimentar e nutrição não foi plenamente desenvolvido devido ao subinvestimento passado, ao mesmo tempo em que se aumenta os benefícios para povos indígenas e comunidades locais.
- Acolher atividades de conscientização e pesquisas de cultivos resilientes ao clima, incluindo, mas não se limitando a milho-miúdo/milheto no Ano Internacional do Milheto

2023, e observando a importância da plena implementação do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (ITPGRFA) para promover o acesso e a utilização de recursos genéticos abrangidos pelo Tratado com a finalidade de cultivar culturas resilientes ao clima, como o milheto, e saudar o lançamento da iniciativa internacional de pesquisa de milheto e outros grãos antigos (MAHARISHI), apoiada por cientistas agrícolas nas Reuniões de Cientistas Chefes Agrícolas dos Estados do G20 (MACS-G20) 2023.

- Apoiar a produção local de fertilizantes, em linha com as regras relevantes da OMC e de forma consistente com as metas do Acordo de Paris.
- Promover o uso eficiente de fertilizantes para reduzir a perda de nutrientes para o ambiente e a agrofloresta e outras abordagens inovadoras, que podem apoiar a conservação da biodiversidade.
- Engajar-se junto à União Africana sobre como apoiar a Agenda Africana para a Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo a Cúpula da África sobre Fertilizantes e Saúde do Solo e o Programa Abrangente de Desenvolvimento Agrícola na África (CAADP).
- Incentivar a pesca sustentável e, nesse sentido, apoiar a rápida entrada em vigor do Acordo da OMC sobre Subsídios à Pesca, adotado na 12ª Conferência Ministerial da OMC (MC12), a fim de garantir a sustentabilidade e prosperidade dos oceanos.
- Engajar-se com os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) sobre como apoiar os seus desafios específicos de segurança alimentar e nutrição, incluindo a pesca.
- Promover esforços para gerar e usar dados sobre o solo para apoiar uma ampla gama de políticas e práticas apropriadas para melhorar a saúde e fertilidade do solo em regiões onde solos empobrecidos limitam a produtividade e a sustentabilidade.
- Apoiar o envolvimento com o FIDA para fortalecer os sistemas de produção local, atender à demanda local e regional, construir mercados e reduzir a perda de alimentos para apoiar

o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis e resilientes para pequenos produtores.

- Apoiar os esforços para reduzir a perda e desperdício de alimentos por meio de sistemas de agricultura, alimentos e resíduos, inclusive utilizando soluções inovadoras e tecnologias sustentáveis e desviando resíduos orgânicos de aterros sanitários, tomando nota dos esforços em curso a respeito de abordagens educacionais e comportamentais, como a Iniciativa de Estilo de Vida para o Meio Ambiente (LiFE) da Índia.
- Apoiar a adoção da abordagem "One Health" para tratar da segurança alimentar, da produção sustentável de alimentos e da gestão ambiental.Promovendo inovação e tecnologia e sua introdução em todas as etapas dos sistemas alimentares por meio das seguintes ações:
- Promover engajamento com setores privados em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e investimento responsável para maior digitalização na agricultura e nos sistemas alimentares.
- Apoiar todos os detentores de conhecimento em agricultura e sistemas alimentares, incluindo start-ups, instituições acadêmicas, povos indígenas e comunidades locais, mulheres e organizações da sociedade civil, em particular pela promoção da conscientização e utilização de suas tecnologias, práticas e abordagens inovadoras.
- Apoiar os esforços para aumentar de forma sustentável a produtividade e a eficiência usando tecnologias disponíveis, como fertilizantes de liberação lenta e práticas em favor da adaptação agrícola em regiões desassistidas e para aumentar a produção de forma sustentável em todo o mundo, a fim de aumentar a produção de alimentos diante do crescimento populacional.
- Apoiar o desenvolvimento de insumos biológicos e a gestão da produção reduzindo a dependência excessiva de insumos derivados de combustíveis fósseis.
- Melhorar o acesso à tecnologia para países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, inclusive por meio de cooperação técnica e programas de transferência apropriados, em termos

mutuamente acordados, e apoiar o aprimoramento tecnológico e a capacitação de agricultores, em particular pequenos agricultores e agricultores de subsistência em países em desenvolvimento, para ampliar as oportunidades de adoção de práticas agrícolas sustentáveis em nível de fazenda, incluindo, quando adequado, práticas modernas, de alta tecnologia, resilientes e ecológicas.

Nota à imprensa nº 194, publicada em 20/05/2023

3.12. Declaração Conjunta de Brasília entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro Moros

No dia 29 de maio de 2023, o Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro Moros, realizou visita oficial ao Brasil, a convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. Reunidos em Brasília, os dois presidentes revisaram os avanços no processo de normalização das relações bilaterais e reafirmaram o caráter estratégico da aliança entre os dois países. Nesse contexto, reiteraram sua intenção de aprofundar o diálogo bilateral em todas as áreas da relação e em temas de relevância regional e global. Coincidiram, ademais, na vontade política de promover e fortalecer as positivas e históricas relações entre os dois países, concordando em assinar a seguinte Declaração Presidencial Conjunta:

1. Os mandatários congratularam-se com a reabertura da Embaixada do Brasil em Caracas e da Embaixada da Venezuela em Brasília. Expressaram, igualmente, satisfação com a reativação dos setores consulares em ambas as Embaixadas e a perspectiva de reabertura das repartições consulares nos dois países. Reiteraram que a plena normalização das relações entre Brasil e Venezuela constitui uma prioridade para ambos os governos e que estão comprometidos em relançar a agenda bilateral e aproveitar todo o seu potencial, em prol dos interesses de ambos os países.
2. Nesse sentido, determinaram a necessidade de retomar os mecanismos institucionais bilaterais existentes entre os dois países, como a Comissão Binacional de Alto Nível, presidida pelos chanceleres; o Mecanismo Político de Consulta, em nível de vice-chanceleres;

o Grupo de Trabalho para Assuntos Econômico-Comerciais; e o Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço e seus subgrupos.

3. Os mandatários reafirmam seu repúdio às medidas coercitivas unilaterais aplicadas contra países soberanos e demandaram a cessação desta prática contrária ao Direito Internacional e aos princípios que regem as relações pacíficas e igualitárias entre os Estados. Ressaltaram que, no caso da Venezuela, essas medidas cobram um alto preço ao povo do país, prejudicando a estabilidade, o desenvolvimento, a paz social e o diálogo político.
4. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva alentou as iniciativas de diálogo permanente entre o Governo e a oposição na Venezuela e reafirmou a disposição de seu Governo de facilitar o entendimento entre as forças políticas venezuelanas. Ao recordar que o processo político interno na Venezuela compete ao próprio povo venezuelano, destacou a importância da implementação do acordo social e humanitário adotado pelas forças venezuelanas em novembro passado e a necessidade de os recursos venezuelanos congelados no exterior serem liberados.
5. Os presidentes expressaram sua satisfação pela realização da missão multidisciplinar de cooperação técnica em Caracas, em 18 e 19 de maio de 2023. Nesse contexto, concordaram em promover um novo programa de cooperação bilateral, que, conforme decidido, terá as seguintes áreas prioritárias iniciais: a) temas agroalimentares, incluindo a cooperação em matéria de soberania e segurança alimentar e nutricional, e de desenvolvimento da fronteira comum amazônica; b) saúde, incluindo iniciativas coordenadas em zonas de fronteira; c) pesca e aquicultura, com especial atenção para a troca de experiências na organização social da pesca e da aquicultura artesanais, no fortalecimento institucional dos Ministérios competentes na matéria e no desenvolvimento de projetos ligados ao cultivo de espécies autóctones e para modelos de desenvolvimento aquícola; d) temas sociais, com ênfase na transversalidade do enfoque de gênero e na superação da pobreza; e e) gestão de riscos, desastres e proteção civil, com apoio mútuo em diferentes emergências, inclusive aquelas relacionadas à mudança de clima e a situações de insegurança alimentar e nutricional. Da mesma forma, acordaram que os temas priorizados serão objeto de futuras visitas bilaterais durante o segundo semestre de 2023.

6. Em outros âmbitos da cooperação, identificaram a América Central e o Caribe, incluindo o Haiti, como áreas de interesse prioritário para as iniciativas de cooperação trilateral conjunta, a partir das demandas expressas dos países, voltadas para o bem-estar dos povos irmãos do continente.
7. Valorizaram a disposição do Ministério da Saúde do Brasil, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) de retomar, no âmbito do novo Programa de Cooperação Técnica e Humanitária bilateral para o período 2023--2025, sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação, a agenda de cooperação técnica com foco em temas como vigilância de alimentos; capacitação de recursos humanos em vigilância sanitária; implantação de bancos de leite humano na Venezuela; e outras áreas de interesse mútuo, incluindo novos temas como saneamento ambiental, vigilância epidemiológica e ações voltadas para a faixa de fronteira e população indígena. Concordaram, ademais, com a necessidade de desenvolver ações, no mesmo âmbito, nas áreas de regulação do sangue, tecidos, células e órgãos; de produtos para fumantes; de dispositivos médicos; e serviços de saúde; além de troca de experiências para o credenciamento da autoridade reguladora venezuelana.
8. Acordaram estabelecer o Mecanismo de Supervisão e Seguimento da Cooperação Bilateral Brasil-Venezuela 2023-2025, coordenado pelas Chancelarias, com o propósito de orientar o avanço das iniciativas e projetos componentes do novo Programa.
9. Congratularam -se pelos acordos de cooperação técnica firmados por ocasião da visita no âmbito agroalimentar e de criação do mencionado mecanismo de supervisão e seguimento.
10. Coincidiram na necessidade de avaliar as possibilidades de reativação da conexão para o fornecimento de energia elétrica entre a Venezuela (Bolívar) e o Brasil (Roraima), por meio da realização de missões técnicas bilaterais em ambos os países.
11. Enfatizaram a importância de promover a evolução e a integração do conhecimento geológico entre os dois países e aprofundar a cooperação técnica no âmbito da exploração de minério de ferro e de produtos siderúrgicos.

12. Instruíram as áreas competentes de ambos os Governos a estabelecer um diálogo sobre uma solução para as dívidas existentes, reabrindo os canais comerciais entre os dois países. Nesse sentido, saudaram o estabelecimento de uma mesa técnica para iniciar o tratamento do tema nos próximos dias.
13. Expressam interesse em iniciar um diálogo exploratório em matéria de facilitação de investimentos, de modo a considerar a adoção de marcos jurídicos que ampliem a segurança dos investidores e, assim, abram caminho para a expansão dos fluxos mútuos de investimentos.
14. Ressaltaram haver amplo potencial para a expansão do comércio, que alcançou o valor de USD 6 bilhões em 2013, e concordaram em trabalhar conjuntamente para impulsionar e diversificar o intercâmbio comercial bilateral, em favor de ambos os povos.
15. Recordaram seu compromisso com a imediata retomada do comércio de fertilizantes.
16. Decidiram dar continuidade aos entendimentos entre os Organismos de Aplicação do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre o Brasil e a Venezuela, com o objetivo de tratar dos aspectos técnicos e operacionais do transporte de carga e passageiros entre os dois países.
17. Os mandatários reconheceram a importância de avançar na conectividade aérea para o desenvolvimento econômico e turístico dos dois países, com vistas ao fortalecimento do transporte aéreo, e fizeram votos pela abertura de novas rotas aéreas.
18. Coincidiram em retomar discussões a respeito da suspensão da Venezuela no MERCOSUL e ressaltaram a importância do bloco para a consecução do objetivo compartilhado de alcançar ampla integração econômica, comercial e social na América do Sul.
19. Reconheceram a importância e a urgência do aprofundamento do combate à fome e da promoção da segurança e soberania alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe, com especial ênfase no Brasil e na Venezuela. Nesse sentido, comprometeram-se a trabalhar em iniciativas regionais, em particular o Plano para a Segurança Alimentar, Nutrição e Erradicação da Fome 2025 da CELAC e a Rede de Alimentação Escolar Sustentável.

20. No marco da retomada das ações de cooperação técnica bilateral, acordaram estruturar colaboração e intercâmbio de conhecimentos e experiências em matéria de desenvolvimento social e combate à fome e à pobreza.
21. A fim de buscar melhores condições para a conjuntura alimentar da região, os dois países se comprometem a aprofundar a discussão sobre a proposta de consolidação de um Complexo Latino-Americano de Produção e Distribuição de Fertilizantes Orgânicos e Sintéticos, e de sementes de alto rendimento e insumos biológicos, para garantir o controle e a inocuidade dos alimentos, e buscar todos os mecanismos de cooperação necessários para o controle de pragas e doenças em animais e em itens de origem vegetal, e sobre as possibilidades de tratamento especial e diferenciado para essa produção de insumos, respeitando as prioridades, as capacidades e os compromissos regionais e internacionais de cada país.
22. Concordaram sobre a importância de desenvolver políticas com objetivo de melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, e de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável. Para tanto, coincidiram sobre a necessidade de adotar novas estratégias de atuação capazes de (i) aumentar o número de agricultores atendidos por Assistência Técnica de Extensão Rural e (ii) fortalecer as identidades social e produtiva dos vários segmentos da agricultura familiar, urbana e comunal perante os consumidores e o público em geral.
23. Comprometeram-se a fortalecer a cooperação educacional bilateral, mediante a promoção de parcerias entre instituições de ensino e pesquisa, e iniciativas de mobilidade acadêmica.
24. Saudaram a retomada da participação de estudantes venezuelanos no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G).
25. Identificaram temas de interesse para reativar e ampliar a cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação em áreas como: divulgação científica, soberania alimentar, Amazônia, vigilância genômica e pesquisas nas áreas de biologia e biotecnologia; intercâmbios em matéria de governo digital e Tecnologias da Informação e Comunicação com suas múltiplas aplicações, tudo com vistas a retomar e promover vínculos entre as instituições e centros de pesquisa científica de

ambas as nações, para o desenvolvimento de programas e projetos colaborativos binacionais.

26. Comprometeram-se a envidar esforços para aumentar o intercâmbio cultural, inclusive por meio de troca de experiências e boas práticas sobre mecanismos de fomento à cultura e participação social para garantir o exercício de direitos culturais. Decidiram, ainda, estabelecer planos de cooperação nas diversas áreas das artes e da economia criativa.

27. Reconheceram a importância de serem desenvolvidas normas e procedimentos que facilitem e simplifiquem a regularização de migrantes e refugiados na região, de modo que se assegure sua plena integração nas comunidades de acolhida, a garantia de seus direitos fundamentais e o acesso a soluções duradouras.

28. Exortaram os Estados a respeitar e reforçar a proteção dos migrantes, independentemente do seu estatuto migratório, e a colocar a pessoa no centro deste problema global, em todas as fases do ciclo migratório, de acordo com os princípios básicos da legislação internacional sobre Direitos Humanos, e invocaram o compromisso de eliminar todas as formas de discriminação, incluindo o racismo, a xenofobia e a intolerância contra os migrantes e suas famílias.

29. Destacaram a importância da cooperação bilateral em saúde e da cooperação humanitária e reconheceram a máxima prioridade atribuída à retomada do intercâmbio de experiências e de ações efetivas na área, com destaque para saneamento ambiental adequado, vigilância epidemiológica, ações conjuntas de atenção em saúde e nutrição dos povos indígenas, e combate ao HIV, à tuberculose, à malária, à oncocercose, a hepatites virais, e a outras doenças transmissíveis, em especial por meio do oferecimento de diagnóstico e tratamento adequados, além do incremento da cobertura vacinal.

30. Ratificaram seu interesse em estabelecer sistemas de vigilância e alerta de eventos de saúde, além de identificar, contratar e capacitar pessoal de saúde local, tomando em conta as especificidades culturais, especialmente em áreas de fronteira, por meio do estabelecimento de medidas precoces em caso de contingências que justifiquem um cerco epidemiológico oportuno, após uma avaliação sanitária conjunta de ambos os países.

31. Reconheceram os esforços do Ministério da Saúde do Brasil para viabilizar, no menor tempo possível, a doação de 2.500.000 doses de vacinas contra Febre Amarela e 200.000 doses de vacina Pentavalente (contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e influenza tipo B), para atender as necessidades do sistema de saúde venezuelano, sem impacto no abastecimento do Sistema Único de Saúde do Brasil.
32. Destacaram a importância de ações de prevenção, detecção precoce e controle de surtos e epidemias e de promover a relação entre medicina tradicional e convencional, com foco na interculturalidade.
33. Reconheceram a necessidade de implementar ações focadas na vacinação das populações localizadas na faixa de fronteira, e de aprofundar a discussão sobre saúde nessa região, com ênfase na situação emergencial dos povos Yanomami. Determinaram a importância de convocar reuniões de grupos temáticos que analisem desafios comuns nas áreas fronteiriças, com vistas à adoção de iniciativas conjuntas concretas.
34. Saudaram o diálogo contínuo entre os respectivos Ministérios dos Povos Indígenas como forma de consolidar um maior protagonismo dos povos indígenas da Venezuela e do Brasil, indicando o compromisso inarredável dos dois governos com os direitos humanos, a proteção territorial e a preservação da biodiversidade.
35. Celebraram a parceria entre os países para o combate à grilagem ilegal nos territórios fronteiriços, em especial no contexto dos esforços conjuntos para a proteção do povo Yanomami.
36. Destacaram a importância de promover e intensificar a integração e a cooperação na área de defesa e segurança nas fronteiras, com a realização de ações conjuntas para estabelecer mecanismos de coordenação binacional visando a combater o crime organizado, o tráfico de drogas e armas de fogo e outros crimes.
37. Comprometeram-se a agir conjuntamente com vistas a identificar e coibir crimes transfronteiriços ligados à mineração, inclusive em áreas de preservação ambiental e em terras indígenas, e ao comércio ilegal do ouro.
38. Ressaltaram a necessidade de aumentar a articulação dos órgãos de inteligência e fortalecer as redes informacionais desses países.

39. Ratificaram o interesse na abertura de diálogo entre as forças de segurança pública rodoviária, com vistas a avaliar a possibilidade de assinatura de um Acordo de Cooperação Interinstitucional, com o objetivo da manutenção da segurança viária e do combate a ilícitos transfronteiriços.

40. Saudaram a iniciativa brasileira de promover a Cúpula da Amazônia – IV Reunião de Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica, em Belém do Pará, em 8 e 9 de agosto próximo, e destacaram a oportunidade para lançar nova agenda para a Amazônia, sob a liderança dos países da região, em favor do desenvolvimento sustentável, com inclusão social, preservação do bioma e valorização dos povos indígenas.

41. Enfatizaram a necessidade de fortalecer a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), mecanismo com importância histórica para atender as condições da Região Amazônica e que deve ser priorizado para o desenvolvimento de projetos conjuntos dos países amazônicos, em razão de sua institucionalidade, de seu conhecimento da região e de sua relevante experiência na coordenação do diálogo e na implementação de iniciativas de cooperação técnica.

42. Reafirmaram seu compromisso inabalável com o fortalecimento da integração regional, sempre com respeito à diversidade política, econômica, social e cultural de seus povos, como forma de promover a consolidação da América Latina e do Caribe como uma região de paz e cooperação, comprometida com os valores democráticos, direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a justiça social. Nesse contexto, destacaram o papel da integração da América do Sul e o objetivo de voltar a contar com um mecanismo de concertação sul-americana inclusivo, efetivo e permanente.

43. Reafirmaram seu compromisso com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e seu Acordo de Paris e, nesse sentido, destacaram a urgência de os países desenvolvidos cumprirem com suas responsabilidades de provisão de recursos previsíveis e adequados para auxiliar os países em desenvolvimento em ações de mitigação e adaptação à mudança do clima. Isto, no contexto do desenvolvimento sustentável e de uma transição justa para uma economia de baixo carbono e resiliente ao clima, em conformidade com os princípios da equidade e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

44. Exortaram, ainda, os países desenvolvidos a cumprirem com sua obrigação de mobilizar US$ 100 bilhões por ano e a se comprometerem com uma nova meta quantitativa coletiva de financiamento que vá muito além do piso anual de US$ 100 bilhões e que forneça sub-metas claras para o financiamento de adaptação, mitigação e perdas e danos a todos os países em desenvolvimento.

45. Observaram que o resultado do primeiro "Balanço Global" do Acordo de Paris, na COP28, será crucial para orientar os países na apresentação de sua segunda rodada de contribuições nacionalmente determinadas ao Acordo de Paris, no ano de 2025, quando a COP30 será realizada. Reconheceram que o processo da COP28 até a COP30 será crítico para o próprio futuro da resposta global à mudança do clima.

46. Ressaltaram sua vontade de trabalhar para alcançar resultados ambiciosos na COP28, incluindo a implementação do novo fundo sobre perdas e danos causados pelos efeitos adversos da mudança do clima e a ampliação dos meios de implementação para os países em desenvolvimento, bem como avançar nas agendas de adaptação e de resposta a perdas e danos.

47. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu o apoio venezuelano à candidatura brasileira para a realização da Conferência do Clima (COP30) na cidade de Belém do Pará, em 2025.

48. Os presidentes sublinharam a importância de respeitar a preeminência do direito internacional, inclusive do Direito Internacional, do Direito Humanitário e dos direitos humanos, bem como a adesão a todos os princípios da Carta das Nações Unidas, enfatizando a obrigação internacional de respeitar a soberania dos Estados e sua integridade territorial.

49. Afirmaram que a negociação e a diplomacia são os melhores meios para a solução dos conflitos e sempre preferíveis para garantir a paz e a segurança internacionais.

50. Concordaram que a ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas deve contemplar o aumento do número de seus membros permanentes e não permanentes, com a participação de países em desenvolvimento nas duas categorias.

51. O Presidente Nicolás Maduro reafirmou o apoio venezuelano à aspiração do Brasil para ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

52. Os dois mandatários reiteraram seu apoio aos ciclos de negociação da Mesa de Diálogos de Paz entre o Governo da Colômbia e o Exército de Libertação Nacional (ELN) e reafirmaram seu compromisso, na condição de países garantes, em apoiar o processo. Ademais, manifestaram seu otimismo em relação às negociações em curso em Havana, com a expectativa de que as partes avancem nas discussões sobre participação social e cessar-fogo.

53. Reafirmaram seu compromisso com a solução da crise multidimensional que vive o Haiti, com a convicção de que a solução dessa crise deve ser liderada pelos haitianos, levando em consideração seus próprios objetivos e necessidades. Não obstante, instaram a comunidade internacional a sensibilizar-se quanto à necessidade de aumentar a ajuda humanitária aos irmãos caribenhos.

54. Comprometeram-se a apoiar a promoção e proteção dos direitos humanos e reiteraram a vontade de seus governos de defender os princípios de universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, tanto dos direitos civis e políticos, quanto dos direitos econômicos e sociais e culturais, e concordaram com a necessidade de fortalecer o sistema universal de direitos humanos.

55. Acordaram estabelecer reuniões técnicas para consultas bilaterais sobre direitos humanos, com particular ênfase na cooperação com o sistema universal de direitos humanos, nas políticas de igualdade para mulheres e LGBTI+ e na luta contra o racismo e todas as formas de discriminação.

O Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro Moros, agradeceu ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela hospitalidade brindada a ele e a sua comitiva por ocasião da Visita Oficial à cidade de Brasília.

Na cidade de Brasília, aos 30 (trinta) dias do mês de maio de dois mil e vinte e três (2023), assinam:

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil

Nicolás Maduro Moros
Presidente da República Bolivariana da Venezuela

3.13. Consenso de Brasília – 30 de maio de 2023

A convite do Presidente do Brasil, os líderes dos países sul-americanos reuniram-se em Brasília, em 30 de maio de 2023, para intercambiar pontos de vista e perspectivas para a cooperação e a integração da América do Sul.

2. Reafirmaram a visão comum de que a América do Sul constitui uma região de paz e cooperação, baseada no diálogo e no respeito à diversidade dos nossos povos, comprometida com a democracia e os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a justiça social, o Estado de direito e a estabilidade institucional, a defesa da soberania e a não interferência em assuntos internos.

3. Coincidiram em que o mundo enfrenta múltiplos desafios, em um cenário de crise climática, ameaças à paz e à segurança internacional, pressões sobre as cadeias de alimentos e energia, riscos de novas pandemias, aumento de desigualdades sociais e ameaças à estabilidade institucional e democrática.

4. Concordaram que a integração regional deve ser parte das soluções para enfrentar os desafios compartilhados da construção de um mundo pacífico; do fortalecimento da democracia; da promoção do desenvolvimento econômico e social; do combate à pobreza, à fome e a todas as formas de desigualdade e discriminação; da promoção da igualdade de gênero; da gestão ordenada, segura e regular das migrações; do enfrentamento da mudança do clima, inclusive por meio de mecanismos inovadores de financiamento da ação climática, entre os quais poderia ser considerado o 'swap', por parte de países desenvolvidos, de dívida por ação climática; da promoção da transição ecológica e energética, a partir de energias limpas; do fortalecimento das capacidades sanitárias; e do enfrentamento ao crime organizado transnacional.

5. Comprometeram-se a trabalhar para o incremento do comércio e dos investimentos entre os países da região; a melhoria da infraestrutura e logística; o fortalecimento das cadeias de valor regionais; a aplicação de medidas de facilitação do comércio e de integração financeira; a superação das assimetrias; a eliminação de medidas unilaterais; e o acesso a mercados por meio de uma rede de acordos de complementação econômica, inclusive no marco da ALADI, tendo como meta uma efetiva área de livre comércio sul-americana.

6. Reconheceram a importância de manter um diálogo regular, com o propósito de impulsionar o processo de integração da América do Sul e projetar a voz da região no mundo.
7. Decidiram estabelecer um grupo de contato, liderado pelos Chanceleres, para avaliação das experiências dos mecanismos sul-americanos de integração e a elaboração de um mapa do caminho para a integração da América do Sul, a ser submetido à consideração dos Chefes de Estado.
8. Acordaram promover, desde já, iniciativas de cooperação sul-americana, com um enfoque social e de gênero, em áreas que dizem respeito às necessidades imediatas dos cidadãos, em particular as pessoas em situação de vulnerabilidade, inclusive os povos indígenas, tais como saúde, segurança alimentar, sistemas alimentares baseados na agricultura tradicional, meio ambiente, recursos hídricos, desastres naturais, infraestrutura e logística, interconexão energética e energias limpas, transformação digital, defesa, segurança e integração de fronteiras, combate ao crime organizado transnacional e segurança cibernética.
9. Concordaram em voltar a reunir-se, em data e local a serem determinados, para repassar o andamento das iniciativas de cooperação sul-americana e determinar os próximos passos a serem tomados.

Nota à imprensa nº 217, publicada em 30/05/2023

3.14. Declaração Conjunta do Cabo da Boa Esperança – Ministros das Relações Exteriores e Relações Internacionais do BRICS – Cidade do Cabo, África do Sul, 1º de junho de 2023

Os Ministros das Relações Exteriores e Relações Internacionais do BRICS se reuniram em 1º de junho de 2023 na Cidade do Cabo, África do Sul. Os Ministros trocaram impressões sobre as principais tendências e questões globais e regionais. Reafirmaram seu compromisso de fortalecer a estrutura de cooperação do BRICS sob os três pilares da cooperação política e de segurança, econômica e financeira, e cultural e interpessoal, defendendo o espírito do BRICS com respeito e compreensão mútuos, igualdade, solidariedade, abertura, inclusão e consenso.

Os Ministros reiteraram o compromisso de fortalecer o multilateralismo e defender o direito internacional, inclusive os propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas (ONU), como sua pedra angular indispensável, e o papel central da ONU em um sistema internacional no qual Estados soberanos cooperam para manter a paz e a segurança, promover o desenvolvimento sustentável, garantir a promoção e a proteção da democracia, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos e promover a cooperação baseada no espírito de solidariedade, respeito mútuo, justiça e igualdade.

Os Ministros expressaram preocupação com o uso de medidas coercitivas unilaterais, que são incompatíveis com os princípios da Carta da ONU e produzem efeitos negativos, notadamente no mundo em desenvolvimento. Reiteraram seu compromisso de aprimorar e melhorar a governança global, promovendo um sistema internacional e multilateral mais ágil, eficaz, eficiente, representativo e responsável.

Os Ministros recordaram a Resolução 75/1 da Assembleia Geral da ONU (AGNU) e reiteraram o apelo às reformas dos principais órgãos das Nações Unidas. Reafirmaram o compromisso de revitalizar as discussões sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) e a continuar o trabalho para revitalizar a Assembleia Geral e fortalecer o Conselho Econômico e Social. Recordaram o documento final da Cúpula Mundial de 2005 e reafirmaram a necessidade de uma reforma abrangente da ONU, inclusive de seu Conselho de Segurança, com vistas a torná-la mais representativa, eficaz e eficiente, e a aumentar a representação dos países em desenvolvimento de maneira a que possa responder adequadamente aos desafios globais. China e Rússia reiteraram a importância que atribuem ao status e ao papel do Brasil, Índia e África do Sul nos assuntos internacionais e apoiaram sua aspiração de desempenhar um papel mais importante na ONU.

Os Ministros reafirmaram a importância do G20 para continuar desempenhando o papel de principal fórum multilateral no campo da cooperação econômica que compreende países desenvolvidos e em desenvolvimento, onde as principais economias buscam soluções conjuntas para os desafios globais. Aguardam a realização bem-sucedida da 18ª Cúpula do G20 sob a presidência indiana do G20. Ressaltaram as oportunidades de criar uma dinâmica sustentada para mudanças com a Índia, o Brasil e a África do Sul presidindo o G20 de 2023 a 2025, e expressaram apoio à continuidade e à colaboração em suas presidências do G20, desejando a todos êxito em seus esforços.

Os Ministros conclamaram pela implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em suas três dimensões – econômica, social e ambiental – de forma equilibrada e integrada, mobilizando os meios necessários à implementação da Agenda 2030. Destacaram a esse respeito que a Cúpula dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a ser realizada em Nova York em setembro de 2023, constitui uma oportunidade única para renovar o compromisso internacional com a implementação da Agenda 2030.

Os Ministros reconheceram o impacto na economia mundial decorrente de abordagens unilaterais em violação do direito internacional e também observaram que a situação é agravada por medidas econômicas coercitivas unilaterais, como sanções, boicotes, embargos e bloqueios.

Os Ministros expressaram seu apoio a um sistema de comércio multilateral livre, aberto, transparente, justo, previsível, inclusivo, equitativo, não discriminatório e baseado em regras, com a Organização Mundial do Comércio (OMC) em seu centro, com tratamento especial e diferenciado (S&DT) para países em desenvolvimento, inclusive os países menos desenvolvidos. Enfatizaram seu apoio para trabalhar em direção a resultados positivos e significativos sobre as questões da 13ª Conferência Ministerial (MC13). Comprometeram-se a empenhar-se de forma construtiva para buscar a necessária reforma da OMC com vistas a apresentar resultados concretos na MC13. Apelaram pela restauração de um sistema de solução de controvérsias totalmente funcional e acessível a todos os membros até 2024, e a seleção de novos membros do Órgão de Apelação sem mais demora. Condenaram medidas protecionistas unilaterais sob o pretexto de preocupações ambientais, tais como mecanismos unilaterais e discriminatórios de ajuste de carbono na fronteira, impostos e outras medidas.

Apoiaram uma Rede de Segurança Financeira Global forte, com um Fundo Monetário Internacional (FMI) baseado em quotas e adequadamente financiado em seu centro. Pediram a continuação do processo de reforma da governança do FMI sob a 16ª Revisão Geral de Quotas, inclusive uma nova fórmula de quota como guia, a ser concluída até 15 de dezembro de 2023.

Os Ministros parabenizaram a Sra. Dilma Rousseff, ex-Presidente da República Federativa do Brasil, como Presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e expressaram confiança de que ela contribuirá para fortalecer o NDB no cumprimento efetivo de seu mandato. Incentivaram o NDB a seguir o princípio da primazia dos membros e da demanda, a mobilizar financiamento de fontes diversificadas, a aprimorar a inovação e o

intercâmbio de conhecimentos, a ajudar os países membros a alcançarem os ODS, e a melhorar ainda mais a eficiência e a eficácia para o cumprimento de seu mandato, com o objetivo de ser uma proeminente instituição multilateral de desenvolvimento.

Os Ministros enfatizaram a importância da inclusão financeira para que os cidadãos possam colher os benefícios do crescimento econômico e da prosperidade e saudaram os numerosos novos instrumentos tecnológicos para a inclusão financeira desenvolvidos nos países do BRICS, que podem contribuir para garantir a plena participação dos cidadãos na economia formal.

Os ministros enfatizaram a importância de encorajar o uso de moedas locais no comércio internacional e nas transações financeiras entre os países do BRICS, bem como seus parceiros comerciais.

Os Ministros enfatizaram que garantir a segurança energética é um fundamento crucial para o desenvolvimento econômico, a estabilidade social, a segurança nacional e o bem-estar de todas as nações do mundo. Instaram por cadeias de suprimentos globais resilientes e demanda de energia previsível e estável para garantir o acesso universal a fontes de energia acessíveis, confiáveis, sustentáveis e modernas. Também ressaltaram a importância de aumentar a segurança energética e a estabilidade do mercado, fortalecendo as cadeias de valor, promovendo mercados abertos, transparentes e competitivos e garantindo a proteção da infraestrutura energética crítica. Condenaram veementemente todos os ataques terroristas contra infraestruturas críticas, incluindo instalações críticas de energia, e contra outros alvos vulneráveis.

Os Ministros reiteraram que os objetivos, princípios e disposições da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês) e do Acordo de Paris, em particular os princípios de responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades (CBDR-RC) à luz de diferentes circunstâncias nacionais, devem ser honrados. Reafirmaram seus esforços nacionais e conjuntos para promover a implementação do Acordo de Paris. Nesse sentido, enfatizaram a importância do cumprimento pelos países desenvolvidos de seus compromissos de fornecer tecnologia e financiamento climático adequado, previsível, oportuno, novo e adicional, que há muito se espera, para ajudar os países em desenvolvimento a lidar com as mudanças climáticas. Manifestaram preocupação com o fato de que a meta dos países desenvolvidos de mobilizar conjuntamente US$ 100 bilhões por ano até 2020, e anualmente até 2025, não foi alcançada e instaram os países desenvolvidos a cumprirem seus compromissos. Rejeitaram as tentativas

de vincular a segurança à agenda de mudanças do clima e lembraram que a UNFCCC, incluindo as sessões anuais da Conferência das Partes (COP), é o fórum internacional apropriado e legítimo para discutir a questão da mudança do clima em todas as suas dimensões.

Os Ministros enfatizaram sua determinação em contribuir para uma COP28 bem-sucedida em Dubai, ainda este ano, com foco na implementação. Como o principal mecanismo para promover a implementação e a ação climática em todos os aspectos do Acordo de Paris sob a UNFCCC, o Global Stocktake (Balanço Global) deve ser eficaz na avaliação e identificação de lacunas na implementação da resposta global às mudanças do clima, ao mesmo tempo em que estabelece as bases para um uma contribuição mais ambiciosa de todos, em particular dos países desenvolvidos, para o preenchimento de lacunas marcantes na implementação de ações de mitigação e adaptação nos países em desenvolvimento.

Os Ministros saudaram a candidatura do Brasil para sediar a COP30, pois o ano de 2025 será fundamental para o futuro da resposta global às mudanças climáticas.

Os Ministros reconheceram a importância da inclusão das mulheres nos processos de paz, inclusive na prevenção e resolução de conflitos, na construção da paz, na reconstrução e desenvolvimento pós-conflito e na manutenção da paz.

Os Ministros recordaram suas posições nacionais sobre a situação na Ucrânia e no seu entorno, expressas nos fóruns apropriados, incluindo o CSNU e a AGNU. Registraram com apreço propostas relevantes de mediação e bons ofícios com vistas à solução pacífica do conflito por meio do diálogo e da diplomacia. Pediram a implementação plena e efetiva tanto da Iniciativa de Grãos do Mar Negro quanto do Memorando de Entendimento entre a Federação da Rússia e o Secretariado das Nações Unidas sobre a promoção de produtos alimentícios e fertilizantes russos nos mercados mundiais, e enfatizam a importância de permitir que grãos e fertilizantes continuem a chegar aos mais necessitados.

Os Ministros expressaram séria preocupação com os contínuos conflitos na região do Oriente Médio e Norte da África (MENA) e endossaram a Declaração Conjunta dos Vice-Ministros das Relações Exteriores e Enviados Especiais do BRICS em sua reunião de 26 de abril de 2023.

Os Ministros saudaram a readmissão da República Árabe Síria à Liga dos Estados Árabes em 7 de maio de 2023 e reafirmaram seu apoio a todos

os esforços conducentes a uma solução política e negociada que respeite a soberania síria e a integridade territorial.

Os Ministros expressaram preocupação com o surto de violência no Sudão. Exortaram à cessação imediata das hostilidades e pediram o acesso desimpedido da população sudanesa à assistência humanitária. Saudaram os esforços da União Africana, da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, da Liga dos Estados Árabes, das Nações Unidas e do seu Conselho de Segurança na procura de soluções para a crise em curso. Saudaram ainda o apoio prestado por vários países, organizações e agências internacionais na evacuação de cidadãos estrangeiros do Sudão.

Os Ministros expressaram forte condenação ao terrorismo em todas as suas formas e manifestações, a qualquer tempo, em qualquer lugar e por quem quer que o tenha cometido. Reconheceram a ameaça proveniente do terrorismo, do extremismo que leva ao terrorismo e da radicalização. Comprometeram-se com o combate ao terrorismo em todas as suas formas e manifestações, incluindo o movimento transfronteiriço de terroristas, as redes de financiamento do terrorismo e seus locais de refúgio. Reiteraram que o terrorismo não deve ser associado a nenhuma religião, nacionalidade, civilização ou grupo étnico. Reafirmaram seu compromisso inabalável de contribuir ainda mais para os esforços globais de prevenção e combate à ameaça do terrorismo com base no respeito ao direito internacional, em particular à Carta das Nações Unidas, e aos direitos humanos, enfatizando que os Estados têm a responsabilidade primária no combate ao terrorismo, com as Nações Unidas continuando a desempenhar um papel central e coordenador nesta área. Ressaltaram também a necessidade de uma abordagem abrangente de toda a comunidade internacional para efetivamente conter as atividades terroristas, que representam uma grave ameaça, inclusive no atual ambiente pandêmico. Os Ministros rejeitaram padrões duplos no combate ao terrorismo e ao extremismo conducente ao terrorismo. Apelaram para uma rápida finalização e adoção da Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional no âmbito da ONU e para o lançamento de negociações multilaterais sobre uma convenção internacional para a supressão de atos de terrorismo químico e biológico, na Conferência de Desarmamento. Saudaram as atividades do Grupo de Trabalho Antiterrorismo do BRICS e seus cinco subgrupos com base na Estratégia Antiterrorismo do BRICS e no Plano de Ação Antiterrorismo do BRICS. Também esperamos aprofundar ainda mais a cooperação contra o terrorismo.

Expressaram a necessidade de fortalecer de forma abrangente os mecanismos para combater o uso crescente, em uma sociedade globalizada, por terroristas e seus apoiadores, de tecnologias emergentes e em evolução, tais como sistemas aéreos não tripulados, Internet e outras tecnologias de informação e comunicação, inclusive plataformas de mídia social, para fins terroristas, como o recrutamento e a incitação à prática de atos terroristas, bem como para o financiamento, planejamento e preparação de suas atividades.

Os Ministros instaram ao fortalecimento do sistema de controle de armas, desarmamento e não proliferação, incluindo a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Armazenagem de Armas Bacteriológicas (Biológicas) e à Base de Toxinas e sua Destruição (BTWC) e a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Uso de Armas Químicas e sobre Sua Destruição (CPAB), e à preservação de sua integridade e eficácia com vistas a manter a estabilidade global e a paz e segurança internacionais. Sublinharam a necessidade de cumprir e fortalecer a CABT, inclusive por meio da adoção de um Protocolo juridicamente vinculante à Convenção que preveja, inter alia, um mecanismo eficiente de verificação. Os Ministros reafirmaram seu apoio à garantia da sustentabilidade de longo prazo das atividades espaciais e à prevenção de uma corrida armamentista no espaço exterior (PAROS) e sua militarização, inclusive por meio de negociações para a adoção de um instrumento multilateral juridicamente vinculante relevante. Reconheceram o valor do Projeto de Tratado atualizado sobre a Prevenção da Colocação de Armas no Espaço Exterior e a Ameaça ou Uso da Força contra Objetos do Espaço Exterior (PPWT) submetido à Conferência sobre Desarmamento em 2014. Ressaltaram que Medidas de Transparência e Construção de Confiança (TCBMs) práticas também podem contribuir para o PAROS.

Os Ministros, ao enfatizarem o formidável potencial das TICs para o crescimento e o desenvolvimento, reconheceram o potencial relacionado que trazem para atividades e ameaças criminais, e expressaram preocupação com o nível e a complexidade crescentes do uso indevido e criminoso das TICs. Saudaram o trabalho em andamento no Comitê Ad Hoc para elaborar uma convenção internacional abrangente sobre o combate ao uso das TIC para fins criminosos e reafirmaram seu compromisso de cooperar na implementação do mandato aprovado pela resolução 75/282 da Assembleia Geral da ONU em tempo hábil.

Em consonância com o parágrafo 57 da Declaração de Pequim, os Ministros enfatizaram o desenvolvimento responsável e ético e o uso da Inteligência

Artificial (IA) para o desenvolvimento socioeconômico e o crescimento inclusivo de todas as sociedades. Apoiaram a comunicação e a cooperação na tecnologia de IA para promover benefícios mútuos, pediram o fortalecimento da governança internacional da IA e incentivaram intercâmbios e diálogos sobre políticas de IA, com o objetivo de explorar o estabelecimento de uma estrutura de governança global eficaz com o objetivo de proteger os direitos humanos e estimular a inovação e crescimento econômico.

Os Ministros reiteraram a necessidade de todos os países cooperarem na promoção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais de acordo com os princípios de igualdade e do respeito mútuo. Concordaram em continuar a tratar todos os direitos humanos, inclusive o direito ao desenvolvimento, de maneira justa e igualitária, nas mesmas condições e com a mesma ênfase. Concordaram em fortalecer a cooperação em questões de interesse comum tanto dentro do BRICS quanto em fóruns multilaterais, incluindo a Assembleia Geral das Nações Unidas e o Conselho de Direitos Humanos, levando em consideração a necessidade de promover, proteger e cumprir os direitos humanos de maneira não seletiva, não politizada e construtiva, e sem padrões duplos.

Os Ministros tomaram nota do relatório interno da presidência de turno sobre o Desenvolvimento Institucional do BRICS em conformidade com os parágrafos 71 a 73 da Declaração de Pequim.

Os Ministros deram as boas-vindas à reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos Amigos do BRICS em 2 de junho de 2023.

Os Ministros expressaram seu total apoio à Presidência de turno do BRICS da África do Sul em 2023 sob o tema "BRICS e África: Parceria para o Crescimento Mutuamente Acelerado, o Desenvolvimento Sustentável e o Multilateralismo Inclusivo". Manifestaram seu compromisso de trabalhar juntos para garantir o êxito da XV Cúpula do BRICS. Os Ministros aguardam com expectativa a próxima reunião de Ministros das Relações Exteriores e Relações Internacionais do BRICS, a ser realizada à margem da AGNU78 e sediada pela Federação da Rússia como nova Presidente de turno do BRICS em 2024.

Nota à imprensa nº 226, publicada em 02/06/2023

4. DISCURSOS

4.1. Discurso do Embaixador Mauro Vieira por ocasião da posse no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores – Brasília, 2 de janeiro de 2023

Minhas primeiras palavras são de gratidão ao Senhor Presidente da República pela confiança que em mim deposita para chefiar o Itamaraty e executar a política externa que reconduzirá o Brasil ao grande palco das relações internacionais.

Nada poderia honrar-me mais do que ser convocado para colaborar com esse trabalho, que será de todo o Brasil e em benefício de todos os brasileiros. Nada poderia dar-me mais certeza do privilégio que recebo do que recordar o papel único que o Presidente Lula exerceu, durante os seus dois mandatos prévios. Neles, com sua política externa ativa e altiva e a intensa diplomacia presidencial que conduziu, elevou o Brasil a um patamar inédito em sua necessária e insubstituível atuação internacional.

Ajudá-lo a retomar essa atuação, de forma criativa, inovadora e atenta às mudanças no Brasil e no mundo, é uma oportunidade sem par. Sobretudo, para mim, é também a culminação de uma carreira de quase 50 anos a serviço do Itamaraty e do Brasil.

Quero render uma homenagem agradecida a dois queridos chefes, estadistas de primeira grandeza, que marcaram profundamente a minha formação profissional e a minha vida pública. São eles os ex-Ministros Renato Archer e Celso Amorim.

O Embaixador e ex-Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, amigo e inspiração de tantos anos, foi meu querido chefe em várias ocasiões e continuará sendo para mim um modelo de diplomata e de chefe desta Casa. É reconfortante saber que poderei contar com a sabedoria, a experiência, a colaboração e o olhar sempre construtivo de Celso Amorim, um dos maiores

diplomatas da nossa história, para encarar a monumental tarefa de reconstruir nosso patrimônio diplomático.

Com o Ministro Renato Archer tive o privilégio de trabalhar no Ministério da Ciência e Tecnologia - inspirada, visionária e duradoura criação do Presidente José Sarney em 1985 -, sempre junto de Celso Amorim, e no Ministério da Previdência Social, também no governo Sarney. Aprender com um estadista do porte de Renato Archer foi uma etapa decisiva de minha formação e aqui o relembro com saudade, admiração e enorme gratidão.

Queria também dizer uma palavra de comovida recordação de meus pais, que já não estão mais perto de mim, mas que me acompanharam por décadas de minha vida e seguem inspirando-me e guiando-me. A memória doce e amorosa que deles cultivo justifica que agora peça, uma vez mais, suas bênçãos. Agradeço, ainda, minha família aqui presente.

Não é comum que a nós seja dada uma segunda oportunidade de voltar a fazer algo que foi brusca, involuntariamente interrompido. Em maio de 2016, deixei o cargo a que hoje regresso, em meio a um doloroso processo de impeachment que fraturou o país e deixou marcas profundas.

Queria reiterar a gratidão que devo à Presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar a Presidência do nosso País, pela confiança que em mim depositou naquele período, lamentando que não tenhamos podido concluir, na política externa, as tarefas a que nos havíamos proposto.

Aceito agora o desafio de retornar a esse lugar e a essas tarefas, consciente de que mudanças importantes ocorreram no Brasil e no mundo nestes mais de seis anos e meio desde a minha saída. Consciente, também, de que o Brasil tem muito a fazer para reconstruir sua inserção no mundo e em sua própria região.

Não temos tempo a perder nesse trabalho que é de todos os brasileiros, de todos os Poderes, de todo o Governo, mas muito especialmente do Itamaraty, sob a condução experiente do Presidente Lula e contando com sua vivência e trânsito internacionais.

Quero também saudar a todos e cada um dos diplomatas, funcionários do quadro e funcionários locais do Itamaraty que, no Brasil e pelo mundo afora, defendem e representam o nosso país. São, nesse vasto mundo em que operam, às vezes em condições difíceis e em meio a crises e pressões, os guardiões da nossa soberania, dos nossos interesses e da nossa grande e crescente comunidade brasileira no exterior.

Senhoras e senhores,

Em seu discurso de posse; em seu discurso em Sharm El-Sheikh, durante sua destacada participação na COP-27; em seu programa de governo; e na chancela que deu ao diagnóstico e propostas da equipe de transição, o Presidente da República traçou com clareza os desafios e os rumos que vê para a nossa política externa e para uma reinserção digna do Brasil no mundo.

Essa política externa é concebida como uma ampla tarefa que vai muito além da ação profissional e estatutária do Itamaraty, para alcançar o conjunto das políticas públicas brasileiras em matéria de crescimento econômico, meio ambiente, agricultura, educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação, direitos humanos, desenvolvimento social e defesa.

Todas elas, associadas a uma política externa vigorosa, são indispensáveis para garantir e projetar a nossa soberania e a defesa dos nossos interesses. Só seremos fortes se atuarmos a partir da visão ampla de um país comprometido com o desenvolvimento sustentável, socialmente mais justo, politicamente mais maduro e reconciliado com suas melhores tradições de diálogo e de respeito.

Não será tarefa simples, nem fácil. Ela exigirá um esforço amplo de todos e a retomada de uma dose generosa do orgulho que sempre tivemos de nosso País atuando em sua região e no mundo.

Atravessamos um momento certamente dos mais conturbados no cenário internacional. Tensões entre grandes potências e uma guerra dolorosa na Europa ampliaram o risco de escaladas imprevisíveis, colocando em perigo a estabilidade política e econômica no mundo e exacerbando os efeitos negativos da pandemia da COVID-19 sobre a economia global, as cadeias de suprimento, o abastecimento de energia e a segurança alimentar. E deteriorando as condições de vida de milhões de pessoas que buscam na imigração mitigar seu sofrimento.

Teremos de saber operar nesse ambiente, com uma crise de governança global sem precedentes, agravada pela paralisação de mecanismos como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o próprio Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU). E em um momento complexo também para nossa região, que segue enfrentando problemas graves de desenvolvimento, de sustentabilidade, de pobreza e de governabilidade, mas que perdeu muito de sua capacidade de articular-se e agir em conjunto e solidariamente. Será necessário recuperar e ampliar essa capacidade.

O quadro é agravado pela emergência climática, que coloca em perigo o futuro do planeta, com consequências já sentidas hoje sobretudo pelos mais vulneráveis. Além disso, a pandemia de COVID-19 demonstrou a importância da diplomacia da saúde e de reforçar a cooperação internacional por meio da Organização Mundial da Saúde (OMS), mundialmente, e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), regionalmente.

A boa notícia, como tem dito o Presidente Lula, é que o Brasil está de volta. Existe uma clara demanda do mundo pelo Brasil. O destaque dado pela mídia internacional à posse do Presidente Lula atesta o que acabo de dizer. Em seu discurso no Congresso Nacional, o Presidente saudou a vitória da democracia brasileira sobre as ameaças do autoritarismo e da desinformação. E reafirmou seu compromisso com a reconstrução do país e de suas pontes com o mundo. A primeira instrução que dele recebi foi a de reabrir canais de diálogo bloqueados.

Há, também, uma demanda do Brasil pelo mundo. Todos os temas prioritários para assegurar a prosperidade, o bem-estar e a justiça social no país estão sujeitos ao impacto de processos decisórios internacionais ou problemas globais.

Estivemos alijados do cenário internacional nos últimos anos por força de uma visão ideológica limitante. Com bom senso e muito trabalho e dedicação, reconquistaremos nosso lugar.

Senhoras e senhores,

A principal tarefa da política externa diante desse quadro será de fato reinserir o Brasil em sua região e no mundo, como corresponde aos nossos valores e interesses. Isso vai requerer uso intenso de nossas capacidades diplomáticas e forte retomada da diplomacia presidencial.

Teremos de recompor relações bilaterais danificadas e retomar o protagonismo construtivo nos foros e organismos internacionais onde temos uma contribuição singular a oferecer. O Brasil será um parceiro confiável, um ator incontornável, uma liderança e uma força positiva em favor de um mundo mais equilibrado, racional, justo e pacífico.

A política externa voltará a traduzir em ações a visão de um país generoso, com mais justiça social, comprometido com os direitos humanos, apegado ao direito internacional e disposto a dar uma forte contribuição à sua região e ao mundo.

Para isso, o Brasil precisa reassumir a sua identidade de grande país sul-americano e em desenvolvimento, restabelecer a confiança na relação com nossos vizinhos e voltar a atuar como um país com interesses globais.

Senhoras e senhores,

Para realizar essa política externa, nossa ação no mundo tem de ter coerência com a nossa ação interna. Cabe à ação diplomática dialogar com a realidade do país que representa, bem como contribuir para a superação de seus desafios.

O Presidente da República deu o tom do que será sua política para a mudança do clima, reconstruindo as capacidades internas e retomando a cooperação internacional para alavancar o cumprimento de metas nacionais ambiciosas. Ao oferecer o país como sede da COP-30, em 2025, o Presidente Lula reforçou nossas credenciais internacionais na matéria e retomou a linha que havia começado em dezembro de 1988 com o sábio oferecimento, pelo Presidente Sarney, de sediarmos a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, verdadeiro divisor de águas na questão ambiental e do desenvolvimento sustentável.

O Brasil tem todas as condições de consolidar-se como modelo de transição energética e economia de baixo carbono. Isso exigirá esforço interno, mas também uma ativa política de atração de investimentos. Demandará recursos próprios, sem que deixemos de cobrar com firmeza a implementação, pelos países desenvolvidos, de seus compromissos em matéria de financiamento. E exigirá uma diplomacia ambiental e climática de primeira grandeza, ativa e determinada a defender nossos interesses e a desempenhar o papel de facilitador e de gerador de consensos que, desde a preparação da Rio-92, o Brasil sempre soube exercer até recentemente.

Nesse processo, seremos guiados por uma visão integrada do desenvolvimento sustentável em seus três pilares: econômico, social e ambiental – com especial atenção para a proteção da biodiversidade, para a preservação da Amazônia e de outros biomas, e para a geração de emprego e renda para milhões de brasileiros.

Fortalecer a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) será fundamental para reativar a cooperação nesses e em outros temas de interesse dos países amazônicos, bem como coordenar suas posições em foros mundiais. A proposta do Presidente Lula de uma Cúpula amazônica será elaborada com grande atenção.

O Brasil realinhará a política externa em direitos humanos aos parâmetros da Constituição Federal e do direito internacional dos direitos humanos, sobretudo na promoção da igualdade de gênero; no combate à discriminação e à violência em função de orientação sexual e identidade de gênero; na promoção da igualdade racial e o combate ao racismo e a xenofobia; e na defesa dos direitos dos povos indígenas.

Vamos retornar imediatamente ao Pacto Global de Migrações da ONU e dialogar com os membros do Congresso Nacional para avançar na aprovação expedita da Convenção da ONU sobre direitos dos trabalhadores migrantes.

Senhoras e senhores,

O Brasil e os demais países emergentes querem ter vez e voz na cena internacional. Não podemos conviver com estruturas decisórias desatualizadas, que não refletem a contribuição que podem dar ao enfrentamento de desafios comuns. Atualizar a governança global na terceira década do século XXI é uma tarefa inadiável.

Seguiremos trabalhando para uma reforma e ampliação do Conselho de Segurança da ONU, órgão de que participamos em 2023, o segundo ano de nosso atual biênio como membro não permanente.

Colaboraremos, no Conselho e na Assembleia Geral, com as discussões sobre prevenção e solução negociada de conflitos, mediação, manutenção e construção da paz, cooperação humanitária e a implementação da Agenda de Mulheres, Paz e Segurança. Retomaremos nosso protagonismo em desarmamento e não proliferação nuclear, valorizando o Tratado para a Proibição das Armas Nucleares em um mundo de exacerbadas rivalidades geopolíticas.

O Brasil retoma, ainda, seu compromisso de reforma das instituições financeiras internacionais, de modo a torná-las mais representativas, em particular dos países em desenvolvimento.

Será importante fortalecer e destravar a Organização Mundial do Comércio (OMC) nas vertentes de transparência, resolução de controvérsias e de negociação. Vamos buscar novos acordos comerciais e de facilitação do comércio.

Vamos manter a cooperação com as instâncias da OCDE que geram benefícios para o país e examinar, à luz do interesse nacional, o convite que nos foi feito para a ela aderirmos.

Vamos utilizar de maneira criativa o G20, que o Brasil presidirá em 2024, o BRICS, cuja condução nos caberá em 2025, e outros mecanismos

de concertação, como o IBAS, cuja presidência assumiremos já em 2023, para reforçar nossas posições e interesses concretos em temas da agenda internacional. E vamos aproveitar a oportunidade da direção brasileira de organismos internacionais, como a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), para avançar concretamente em iniciativas mais acordes com nossa visão de mundo.

Senhoras e senhores,

A diplomacia é instrumento fundamental na busca da ampliação e diversificação de comércio e investimentos. Somos e seguiremos sendo uma potência agroambiental, com papel crucial na segurança alimentar mundial. Em sintonia com a prioridade conferida pelo Presidente Lula ao combate à fome, atuaremos para fortalecer todos os elos da cadeia mundial de suprimentos alimentares, desde a livre circulação de insumos e tecnologias de produção até o acesso a alimentos de qualidade. Seremos incansáveis nos esforços para abrir mercados e diminuir e neutralizar barreiras ao comércio agrícola.

O Brasil também é ator incontornável em outros temas estratégicos e emergentes. Nesse sentido, fortaleceremos a diplomacia da inovação e participaremos ativamente dos debates internacionais sobre governança digital.

Por outro lado, buscaremos fortalecer a capacidade institucional de instrumentos vitais de que dispomos, como a Agência Brasileira de Cooperação e o Instituto Guimarães Rosa. A ABC, com sólida experiência em programas e projetos de cooperação, será o fio condutor do intercâmbio com países em desenvolvimento e outros parceiros, com atenção especial à América Latina e o Caribe; à África; e aos países de língua portuguesa. O Brasil voltará a ser um país solidário e engajado. O Instituto Guimarães Rosa, por sua vez, nasce como articulador institucional da diplomacia cultural e educacional, bem como da difusão da língua portuguesa, e será parceiro de primeira hora do relançamento da política cultural brasileira.

Senhoras e senhores,

De todas as ausências do Brasil, o abandono da América Latina e do Caribe talvez seja a que nos ocasionou maiores prejuízos.

O retorno do Brasil à sua própria região significará o engajamento e o diálogo com todas as forças políticas, para que possamos recuperar a capacidade de defender nossos interesses e contribuir para o desenvolvimento e a estabilidade regionais. Nossa ideologia na região será a ideologia da integração.

Daremos atenção especial à parceria estratégica com Argentina, Uruguai e Paraguai, fortalecendo os mecanismos bilaterais e a implementação de projetos de interesse comum. O MERCOSUL deve ser aprofundado, juntamente com nossos três parceiros, nas vertentes que tenham impacto direto na vida das pessoas e no comércio intra e extrarregional, com ênfase no avanço da liberalização e facilitação do comércio dentro do bloco, da conclusão de acordos externos equilibrados, na promoção dos investimentos, no turismo, e na facilitação da circulação de pessoas e bens.

Em diálogo com nossos parceiros, buscaremos recuperar em novas bases a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), garantindo claro sentido pragmático e eficácia à organização. O pronto retorno à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a sua dinamização serão, também, objetivos imediatos da política externa brasileira.

Seguiremos atentos à importância de fortalecer as instituições democráticas, contribuindo, pelo diálogo e os bons ofícios, para a superação de tensões internas, sempre com respeito à soberania dos países e sem nunca perder de vista o compromisso universal com os direitos humanos e com a democracia.

Coletivamente, a América Latina e o Caribe podem ser uma força a favor da multipolaridade e em benefício de ganhos reais para seus países.

Senhoras e senhores,

Ao movimento de retorno à nossa região deve corresponder a retomada da política externa verdadeiramente universalista. A África, região da qual o Brasil esteve ausente nos últimos anos, voltará a ser prioridade. Continente dinâmico, a África tem avançado em seu processo de desenvolvimento; constrói, agora, uma gigantesca área de livre comércio; e abrigará, em alguns anos, quase metade da juventude mundial.

O diálogo político de alto nível com países africanos e suas organizações regionais será restabelecido para tratar de desafios comuns, como segurança alimentar, mudança do clima, comércio e investimentos e intercâmbio de tecnologias. Fortaleceremos a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

No Oriente Médio, o Brasil retomará sua tradição de boas relações com todos os países. Trabalharemos para avançar na implementação dos acordos do MERCOSUL com Egito, Israel e Palestina, bem como para explorar a possibilidade de novas frentes negociadoras. Buscaremos parcerias diversificadas, envolvendo produtos de maior valor agregado, investimentos e a ampliação do intercâmbio em tecnologia e inovação.

Com relação a Israel e Palestina, dois países amigos do Brasil, retornaremos à posição tradicional e equilibrada mantida há mais de sete décadas, apoiando a solução de dois Estados plenamente viáveis, coexistindo lado a lado em segurança, e com fronteiras internacionalmente reconhecidas. Nossa bússola nesse tema voltará a ser, como sempre foi, o direito internacional.

De extrema importância será desenhar e executar uma estratégia ambiciosa para a Ásia-Pacífico, a região mais dinâmica do mundo, e, em particular, para a China, Índia e Japão, além do conjunto da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Buscaremos novas áreas de cooperação em temas de interesse do Brasil, como mudança do clima; proteção do meio ambiente; ciência, tecnologia e inovação; além de ampliar e diversificar o comércio e atrair mais investimentos.

As relações com países europeus serão retomadas em novas bases. Aprofundaremos a parceria estratégica com a União Europeia e cooperaremos em temas de interesse mútuo, como a dupla transição climática e digital, a inclusão social e a igualdade de gênero. Valorizaremos os ideais democráticos de parte a parte. Nos interessa um acordo MERCOSUL-União Europeia equilibrado e com ganhos reais para a economia brasileira, tanto em comércio como em investimentos, e evitando que o meio ambiente, tema muito caro ao Brasil, seja utilizado como pretexto para o protecionismo.

Com os Estados Unidos queremos relações em pé de igualdade, baseadas em valores e interesses comuns, sem qualquer tipo de preconceito sobre temas e assuntos, e isentas de alinhamentos automáticos. Desejamos dinamizar nosso relacionamento econômico e atrair investimentos, bem como continuar a fortalecer os laços humanos, culturais e educacionais que unem as duas sociedades. Trataremos de maneira madura eventuais diferenças, naturais em uma relação com essa importância e densidade.

Senhoras e senhores,

Mais de 4 milhões de brasileiros vivem no exterior e um número crescente viaja a turismo, negócios ou estudos a cada ano. A maior presença dos nossos nacionais em outros países aumenta a expectativa sobre a atuação da nossa área consular, que precisa estar pronta a garantir assistência às cidadãs e aos cidadãos brasileiros no exterior.

Para além da fundamental prestação de serviços e do auxílio em situações de emergência, a formulação da política consular também deve considerar ações de longo prazo para promover a proteção dos direitos essenciais, o bem-estar e a prosperidade das comunidades brasileiras fora do país.

Colegas, senhoras e senhores,

Para viabilizar esse ambicioso programa de política externa, o Itamaraty precisa revigorar, modernizar e coordenar os instrumentos de que dispõe. O primeiro deles, e mais valioso, é a relação com seu corpo de servidores, cujo empenho merece todo o nosso reconhecimento. Nenhuma política externa efetiva é possível sem um Serviço Exterior valorizado e motivado.

Temos a consciência de que, para responder aos desafios do século XXI, o Itamaraty precisa modernizar constantemente sua gestão e estimular a formação de servidores com capacidade técnica e de liderança, que, de um lado, aprendam e se inspirem com o passado da instituição, e, de outro, construam seu presente com olhos no futuro.

A condição para isso é proteger as prerrogativas constitucionais do Itamaraty, valorizando aqueles que são os três mais importantes atributos das carreiras do Serviço Exterior: a experiência, que deve refletir-se na hierarquia; a memória, uma das nossas fontes de sabedoria numa área em que a história e os antecedentes têm tanta importância; e a qualidade do nosso trabalho.

Essa excelência deve ser compreendida não apenas como um dado, mas sobretudo como objetivo a ser perseguido diligente e permanentemente. Por isso, investiremos na formação e treinamento contínuo dos servidores. A grade curricular dos cursos oferecidos pelo ministério, inclusive pelo Instituto Rio Branco, será examinada à luz dos desafios contemporâneos.

Quero dar uma palavra especial aos jovens diplomatas, que são, ademais do futuro, também o presente vivo da instituição, e que devem ter seus talentos aproveitados desde cedo, estimulando o exercício da criatividade e da inovação a serviço dos princípios e dos objetivos da política externa.

Reconhecemos que os diplomatas ingressados na carreira nos últimos anos viram reduzidas suas perspectivas de poderem vir a assumir posições de responsabilidade condizentes com sua formação, talento e dedicação. Será necessário buscar soluções para um fluxo progressivo e previsível e, ao mesmo tempo, garantir lotação adequada de postos C e D e, sobretudo, consulares.

Seremos incansáveis no combate a todo tipo de assédio, discriminação e abusos da função e prerrogativas em nosso Ministério, assegurando independência no tratamento disciplinar. A Ouvidoria e a Corregedoria do Serviço Exterior passarão a responder diretamente à Secretaria-Geral das Relações Exteriores. Será publicado Guia de Conduta do Servidor Exterior

Brasileiro, bem como fortalecida a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação.

Determinarei a recriação de canais de diálogo para que todas as categorias de servidores possam expressar anseios e formular sugestões tanto na área administrativa quanto em temas substantivos.

Senhoras e senhores,

A sub-representação crônica de pessoas negras e mulheres distancia o perfil da diplomacia brasileira da sociedade que representa. Para reverter progressivamente esse quadro, instruirei a Secretaria de Estado a elaborar uma política de diversidade e inclusão no Itamaraty. Seus parâmetros serão a excelência do serviço exterior, o estudo de melhores práticas sobre o tema, e a institucionalização do diálogo com grupos de servidores interessados.

Buscaremos recrutar mais mulheres, negros, indígenas e pessoas de diversas regiões do Brasil para o Serviço Exterior, em particular para a carreira de diplomata. Ampliaremos sua presença em cargos de liderança e trabalharemos para superar barreiras à igualdade de oportunidades na ascensão funcional. Aperfeiçoaremos o programa de bolsas de ação afirmativa para negros e reativaremos o Comitê para a Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

O diálogo interno deverá ser complementado por um diálogo estruturado e renovado com outros órgãos de governo, com a sociedade civil, e com a academia. Essa reabertura contribuirá para arejar a reflexão realizada no Itamaraty e dar sentido mais estratégico ao nosso planejamento diplomático.

Uma diplomacia pública ágil e consistente permitirá traduzir de modo mais eficiente, em um novo e complexo espaço informacional, os fundamentos das posições internacionais do Brasil, bem como transmitir de maneira clara os ganhos que uma chancelaria atuante e bem equipada assegura ao país.

Finalmente, a nova estrutura do ministério refletirá as prioridades da política externa, conferindo o devido relevo a temas como mudança do clima, tecnologia, integração regional, África, atenção às comunidades brasileiras no exterior, diversidade e participação social, entre outros.

Senhoras e senhores,

Essa é a real dimensão do enorme trabalho de reconstrução que nos aguarda, depois de um retrocesso sem precedentes na nossa política externa. Estamos prontos a encará-la de frente e com confiança.

Tranquilizam-me a qualidade da nossa força de trabalho, a autoridade, a experiência, a sabedoria e a ampla visão do mundo e do Brasil que o Itamaraty e cada um de seus integrantes têm.

E alegra-me poder contar com o auxílio, na qualidade de Secretária-Geral do Itamaraty, da Embaixadora Maria Laura da Rocha nesta tarefa. Diplomata completa, de longa e variada carreira e impecáveis credenciais, ela possui vasta experiência na Secretaria de Estado, na Esplanada dos Ministérios, em postos bilaterais e multilaterais no exterior.

Após 104 anos do ingresso de Maria José de Castro Rebello, primeira diplomata e funcionária pública concursada do Brasil, uma mulher chega à mais alta função da carreira diplomática, a de Secretária-Geral do Serviço Exterior Brasileiro. Marco histórico e simbólico, a assunção da Embaixadora Maria Laura da Rocha ao posto de Secretária-Geral transmite duas mensagens. Uma de reconhecimento da trajetória das mulheres na diplomacia brasileira ao longo desses mais de cem anos. Outra de inspiração para jovens diplomatas, assim como para inúmeras meninas que sonham com a carreira: ao verem a si mesmas no rosto de embaixadoras em papel de liderança, ganha concretude sua aspiração legítima de protagonizar o presente e o futuro de nossa diplomacia.

Senhoras e senhores,

Quero convidar a todos, dentro e fora do Itamaraty, a unir-se em torno desse grande projeto de política externa do Presidente Lula, que há de trazer o Brasil de volta a um intenso protagonismo internacional, para que todos os brasileiros voltem a orgulhar-se do seu País e a ver o mundo como um prolongamento das suas vidas, das suas lutas, dos seus valores e dos seus ideais e realizações.

Muito obrigado.

4.2. Discurso de posse da Embaixadora Maria Laura da Rocha no cargo de Secretária-Geral das Relações Exteriores – Palácio Itamaraty, Brasília, 4 de janeiro de 2023

Agradeço ao Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira pela minha designação como Secretária-Geral das Relações Exteriores. A você, querido amigo Mauro, agradeço as referências generosas que fez a meu respeito, em seu importante discurso de transmissão de cargo, e as orientações que recebi para o meu trabalho como seu braço direito na condução do Itamaraty.

Essa designação, tenho certeza, possui um sentido especial não só para mim, mas também para muitas mulheres, que, como eu, têm uma carreira de dedicação à Casa de Rio Branco e ao Brasil.

Quero expressar minha gratidão, neste momento, a todos os chefes com quem tive o privilégio de trabalhar, e a todos os colegas que, desde 1978, foram inspiradores e mestres inesquecíveis. Recordo, inicialmente, a saudosa Embaixadora Celina Maria Assunção do Valle Pereira, minha orientadora durante o curso no Instituto Rio Branco. Assessora do então Chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira, Celina representou a certeza de que, mesmo com todos os desafios adicionais que enfrentam, era possível para as mulheres almejarem altas funções na carreira. Menciono, igualmente, a Embaixadora Vera Pedrosa, primeira mulher a comandar a Embaixada em Paris, e de quem tive a honra e o prazer de ser ministra-conselheira.

Queria especialmente agradecer, entre tantos, ao Embaixador Celso Amorim, pelo privilégio de chefiar seu gabinete, em uma época particularmente produtiva e inovadora de nossa política externa, cujas grandes linhas, com arrojo e criatividade, se retomam agora neste renascimento do Brasil para o mundo. Ao Embaixador Ronaldo Sardenberg, meu chefe e mentor por 12 anos, na Embaixada em Moscou, na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e no Ministério de Ciência e Tecnologia. E ao meu primeiro chefe, Embaixador Sergio de Queiroz Duarte, com quem comecei a trabalhar, na Divisão do Pessoal, e aprendi a importância de tratar com carinho e valorizar os temas relacionados à política de pessoal do Ministério. Ressalto, igualmente, a competência, a energia e o entusiasmo da nossa brilhante Presidente da ADB, Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues, como exemplo a ser seguido.

Terei presente também a qualidade do trabalho dos Secretários-Gerais que me precederam e foram fieis defensores da Casa e dos interesses do Brasil em sua região e no mundo.

Sou muito grata, igualmente, a tantos amigos que fiz ao longo da carreira, e pelas inúmeras mensagens de felicitações e encorajamento que tenho recebido ao ter sido anunciada para o cargo. Espero estar à altura das expectativas.

Finalmente, agradeço ao meu antecessor e querido amigo, o Embaixador Fernando Simas Magalhães, pelas palavras amáveis que me dedicou ao transferir-me estas responsabilidades. Desejo-lhe muitas felicidades na continuação da sua brilhante carreira.

Senhoras e senhores, caras e caros colegas,

A Secretária-Geral é auxiliar direta do Ministro de Estado, encarregado de conduzir a política externa a partir das instruções e diretrizes do Presidente da República. É também a chefe da Casa, que com seu trabalho nessas duas dimensões deve inspirar e conduzir um Ministério peculiar, presente em todo o mundo, e seus valiosos integrantes, sejam eles do quadro de funcionários do Estado, sejam eles dedicados funcionários locais dos nossos postos no exterior.

Em seu discurso na transmissão de cargo, no dia 2, o Ministro Mauro Vieira ressaltou quais serão as prioridades de nossa política externa conforme as orientações do Presidente Lula. Será antes de tudo uma política que busca reinserir o Brasil em sua região e no mundo, e retomar o protagonismo, na medida certa que nos cabe, em tantos temas em que o Brasil tem condições de aportar uma contribuição reconhecida e esperada por seus parceiros. Uma política que mostrará um país pronto e disposto a dar sua contribuição para superar os desafios globais e regionais, usando seu relacionamento com os demais atores e organismos internacionais para perseguir seus objetivos de paz, estabilidade, desenvolvimento sustentável, prosperidade, justiça social e pleno respeito aos direitos humanos em todo o mundo.

Destaco, a título de exemplo, apenas alguns pontos.

O Brasil terá de reconstruir pontes com países e grandes foros de debate, a começar pela sua própria região sul-americana e na América Latina e Caribe, além de colocar em marcha uma nova dinâmica no relacionamento com a África, com a Ásia e com parceiros prioritários como a Europa, os Estados Unidos, a China e os demais membros do BRICS.

A diplomacia brasileira voltará a refletir a posição do Brasil como grande país em desenvolvimento detentor da maior floresta tropical do mundo, buscando contribuir para as metas do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima como parte de uma estratégia de desenvolvimento que garanta renda, empregos de qualidade e melhores condições de vida para seu povo, inclusive os mais de 27 milhões de brasileiros que vivem na região amazônica.

Teremos de renovar nosso compromisso com os organismos multilaterais. Como ex-Embaixadora na FAO e na UNESCO, conheço bem a demanda pelo Brasil como provedor de soluções para os desafios comuns da humanidade: do flagelo da fome à mudança do clima; da assistência a refugiados e deslocados à promoção dos direito humanos; das novas ameaças à paz e segurança ao enfrentamento de pandemias e catástrofes; dos riscos representados pelas armas nucleares às tensões geopolíticas entre grandes potências; do protecionismo

comercial contra países em desenvolvimento à desestruturação de cadeias globais de suprimento.

O Brasil pode e deve voltar a ser uma voz a favor de soluções negociadas, da reforma democrática de organismos internacionais, a começar pelo Conselho de Segurança da ONU, e de uma ordem internacional baseada no direito, como desde o Barão do Rio Branco tem sido parte de nossa identidade diplomática.

Nessas e em tantas outras áreas, o Brasil tem vocação para dar uma contribuição significativa, que é exatamente o que nossos parceiros esperam de nós, e é o que corresponde aos nossos valores e interesses de longo prazo. Para isso trabalharemos incansavelmente.

Por instrução do Ministro de Estado, darei especial atenção à reconstrução da antiga Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, sob nova denominação, como clara resposta de um Itamaraty que se renova a essa que é das áreas centrais da nossa atuação no exterior - o atendimento, a proteção e a assistência a mais de quatro milhões de brasileiros que vivem pelo mundo e a outros milhões que por ele viajam. Trabalharemos sobre o muito que já se fez nessa área para que seja uma vitrine do Serviço Exterior Brasileiro.

Nessa e em todas as demais áreas, que tratei sumariamente sem a pretensão de esgotar a imensa agenda que nos aguarda, a Secretaria-Geral do Itamaraty será uma ativa instância de coordenação e seguimento do trabalho da Secretaria de Estado e dos postos no exterior.

E será também uma instância de coordenação e um interlocutor ativo com todos os demais órgãos governamentais que tenham competências ou responsabilidades que se projetam além de nossas fronteiras. E também com o Congresso, o Poder Judiciário, Estados e Municípios em suas ações internacionais. Não medirei esforços para desempenhar essa coordenação com dedicação e empenho, envolvendo todas as instâncias da Casa e os postos no exterior.

Estarei sempre aberta a ouvir sugestões, explicar nosso ponto de vista, cultivar canais de contato com nossos principais interlocutores dentro e fora do governo, para que os objetivos da política externa sejam mais bem compreendidos, para que tenhamos mais e mais aliados e parceiros na execução de nossa missão institucional.

Senhoras e senhores, colegas, amigas e amigos,

Para responder às instruções do Presidente e do Ministro de Estado, é fundamental que a Secretaria-Geral esteja atenta não apenas aos objetivos da política externa, mas também aos instrumentos e meios para executá-la.

Antes de tudo, desejo conduzir uma Secretaria-Geral amorosa, aberta à Casa e sensível aos desafios do nosso trabalho e às expectativas, ansiedades e dificuldades impostas pela própria natureza de um Serviço Exterior espalhado pelo mundo e a exigir constantemente uma dose adicional de esforço e sacrifício de seus membros e familiares, diretamente afetados que são pelo estilo de vida que a carreira nos impõe.

Darei atenção às necessidades de instruções, lotação adequada e recursos para as unidades da Secretaria de Estado e postos no exterior.

As questões de orçamento e de recursos humanos serão prioritárias no diálogo com os demais órgão governamentais, que precisam entender que o Itamaraty e o Serviço Exterior Brasileiro, a exemplo de seus congêneres em todo o mundo, têm peculiaridades que lhes são únicas e precisam ser atendidas para que possam com plenitude ser os instrumentos para a projeção e proteção dos interesses e necessidades do País no mundo.

Isso vai requerer também dar continuidade e aprofundar o esforço interno de modernização da gestão, transparência e planejamento estratégico, de modo a contarmos com a legitimidade que a comprovação de resultados nos confere na busca por recursos adequados e no constante aperfeiçoamento dos nossos métodos de trabalho.

É preciso insistir em que o principal ativo da nossa diplomacia são as pessoas, os integrantes das carreiras do Serviço Exterior Brasileiro – diplomatas, oficiais de chancelaria, assistentes de chancelaria, demais categoriais funcionais do antigo DASP - e nossos extraordinários funcionários locais e colaboradores da rede de postos no exterior.

Temos de seguir investindo em condições de trabalho adequadas, em treinamento e aperfeiçoamento profissional, em saúde e em ambientes livres de qualquer tipo de assédio e preconceito.

Será necessário aprimorar os critérios de remoção e ascensão funcional para que sejam mais objetivos, bem como estudar a reforma dos marcos legais pertinentes para garantir mais previsibilidade nos fluxos de carreira.

Há também uma legítima expectativa dos diplomatas mais jovens de que, desde cedo, possam contribuir mais diretamente para a formulação e execução da política externa e que possam ter uma carreira com permanentes oportunidades de ascensão, dentro de um ritmo adequado que premie a excelência, mas retire das carreiras as ansiedades e frustrações que erodem o entusiasmo e minam a autoestima dos funcionários.

Vamos conversar muito para que esses anseios sejam atendidos. A valorização da experiência acumulada, que é exclusivamente aquilo que a hierarquia deve traduzir para ser respeitada e almejada, não significa desaproveitar as capacidades, as ideias, a energia e a criatividade dos mais jovens, que devem oxigenar o processo decisório e contribuir para consolidar o Itamaraty no século XXI.

A liderança e a autoridade não se exercem de maneira solitária e isolada. Para serem efetivas, devem valorizar as capacidades dos mais novos, precisam ser capazes de motivá-los a contribuir de maneira ativa para os objetivos do Ministério, dentro dos princípios que regem o funcionamento de uma instituição de Estado, submetida a uma cadeia de comando clara, visível e responsável.

Como primeira mulher a ser nomeada Secretária-Geral, não medirei esforços para evidenciar o que a Casa ganha em múltiplas dimensões valorizando as suas funcionárias mulheres e a diversidade dos seus quadros. O objetivo da igualdade de gênero deve pairar sobre todas as ações do Ministério, orientando a atuação de cada um de nós em todos os momentos. Todos ganharemos com esse engajamento.

É preciso aprofundar a tendência do aumento no número de mulheres e negras e negros na carreira diplomática e em postos de chefia, ampliando suas oportunidades nas classes superiores da carreira e em posições de comando na Secretaria de Estado e no exterior.

Vamos cuidar para que o Itamaraty seja um ator engajado, em parceria com outros órgãos e com a sociedade civil, para ampliar o número de mulheres, negras e negros, pessoas menos favorecidas e candidatos de todas as regiões do país recrutados para as nossas carreiras. Isso é ainda mais importante no caso da carreira de diplomata, que precisa refletir cada vez mais a cara do Brasil. Mas isso não se fará se não agirmos para motivá-los, desde a escola secundária, a ver na carreira diplomática, tanto quanto uma oportunidade, uma verdadeira possibilidade. Essa tarefa de divulgação mais ampla, transversal, da carreira é tarefa tanto institucional como individual, a mobilizar cada um de nós.

O Ministro Mauro Vieira anunciou, também, a intenção de recriar o Comitê de Raça e Gênero, que havia sido extinto, e que queremos fortalecer e voltar a valorizar como ele havia feito em sua gestão anterior.

É um primeiro passo importante para que essas questões se tornem realmente transversais no governo, para que o Itamaraty, instituição pioneira na ação afirmativa para ampliar a representação regional e para apoiar as brasileiras e brasileiros negras e negros no ingresso na carreira, continue

na vanguarda dessa causa que deve ser de todos, porque uma instituição de Estado mais diversa não é apenas mais justa e democrática como convém, mas é também mais eficiente, produtiva e inovadora.

O sonho de um país de oportunidades iguais, de um país generoso, comprometido com as boas causas humanitárias, ambientais e de justiça social, de um país que caminha para o desenvolvimento e cuida bem de sua gente, é o sonho que precisamos realizar na prática e de maneira muito concreta no nosso trabalho e na nossa vida. O Itamaraty estará plenamente engajado nesse desafio.

Senhoras e senhores, QUERIDAS E queridos colegas,

Ao concluir essa breve síntese de ideias que me acompanharão como Secretária-Geral, quero ressaltar minha intenção de ajudar a todos e a cada um na medida das minhas possibilidades.

Vamos criar canais, como o Ministro Mauro Vieira indicou, para colher sugestões de todas as categorias sobre temas de política externa e assuntos administrativos.

Para o êxito de toda a equipe, são essenciais a harmonia no trabalho e a visão de conjunto das responsabilidades e objetivos. Estimularei todos os servidores do Itamaraty sobre a relevância do trabalho em equipe e do respeito à liberdade de opinião com responsabilidade.

Conto com o compromisso de cada um de vocês para reforçar esse sentimento de equipe. É um compromisso com o Itamaraty e com o Brasil, que reflete a verdadeira vocação de serviço público e de devoção à Nação brasileira, que são a marca da nossa Casa.

Muito obrigada.

4.3. Discurso do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da VII reunião de Cúpula da CELAC – Buenos Aires, 24 de janeiro de 2023

Querido amigo Alberto Fernández, Presidente da Argentina, presidente pro tempore da CELAC e campeão mundial de futebol, que nos recebe fraternalmente em Buenos Aires,

Queridas e queridos colegas chefes de Estado e de Governo dos países que integram nossa região,

Amigas e amigos presentes,

Quis o destino, companheiro Alberto Fernández, que minha primeira atividade fora do país neste novo mandato, fosse na Argentina, e para uma reunião de Cúpula da Comunidade dos Países Latino-americanos e Caribenhos.

No meu primeiro pronunciamento após o resultado das eleições, afirmei que o Brasil estava de volta ao mundo. Nada mais natural do que começar esse caminho de retorno pela CELAC.

Ao longo dos sucessivos governos brasileiros desde a redemocratização nos empenhamos com afinco e com sentido de missão em prol da integração regional e na consolidação de uma região pacífica, baseada em relações marcadas pelo diálogo e pela cooperação. A exceção lamentável foram os anos recentes, quando meu antecessor tomou a inexplicável decisão de retirar o Brasil da CELAC.

Nos meus dois primeiros mandatos, estive dedicado – ao lado de tantos que vejo hoje aqui reunidos em torno desta mesa – à tarefa de construir uma América Latina alicerçada em laços de confiança.

É com muita alegria e satisfação muito especiais que o Brasil está de volta à região e pronto para trabalhar lado a lado com todos vocês, com um sentido muito forte de solidariedade e proximidade.

Renovo, hoje, com uma dose de emoção, o espírito que nos animou em 2008, quando sediamos na Costa do Sauípe, no estado brasileiro da Bahia, a primeira reunião de Cúpula da América Latina e do Caribe, que três anos depois evoluiria para o formato desta Comunidade.

Aquela reunião teve um sentido histórico e que segue muito atual. Porque foi a primeira vez que os chefes de estado e de governo da América Latina e do Caribe nos reunimos, sem qualquer tutela estrangeira, para discutir nossos problemas e buscar soluções próprias para os desafios que compartilhamos.

Esse espírito – de solidariedade, diálogo e cooperação – em uma região do tamanho e da importância da América Latina e do Caribe, não poderia ser mais atual e necessário.

O mundo vive um momento de múltiplas crises: pandemia, mudança do clima, desastres naturais, tensões geopolíticas, pressões sobre a segurança alimentar e energética, ameaças à democracia representativa como forma de organização política e social. Tudo isso em um quadro inaceitável de aumento das desigualdades, da pobreza e da fome.

Quero aqui aproveitar para agradecer a todos e a cada um de vocês que se perfilaram ao lado do Brasil e das instituições brasileiras, ao longo destes

últimos dias, em repúdio aos atos antidemocráticos que ocorreram em Brasília. É importante ressaltar que somos uma região pacífica, que repudia o extremismo, o terrorismo e a violência política.

A maior parte desses desafios, como sabemos, é de natureza global, e exige respostas coletivas. Não queremos importar para a região rivalidades e problemas particulares. Ao contrário, queremos ser parte das soluções para os desafios que são de todos.

A CELAC avançou e colaborou neste período recente para comprovarmos a importância e o potencial deste mecanismo. Tomei conhecimento, com muita satisfação, do quanto foi construído durante as presidências recentes do México e da Argentina, que coincidiram com um período internacional dos mais difíceis.

A CELAC atuou prontamente durante a pandemia da covid-19, inclusive com a constituição de um plano de fortalecimento das capacidades de produção de vacinas e medicamentos.

A CELAC não se omitiu em face dos desafios da segurança alimentar, da segurança energética e da mudança do clima.

Estou convencido de que, com sentido pragmático e com base na colaboração com organizações e agências especializadas – a exemplo da FAO, da OMS e da CEPAL, entre tantas outras –, temos muito a contribuir para cada uma dessas questões.

Na área de energia, contamos com capacidades muito especiais para participar, de forma vantajosa, da transição energética global. Temos matrizes energéticas diversificadas e potencial de crescimento em energias renováveis e limpas.

Além disso, temos em nossos territórios alguns dos principais biomas; dispomos de recursos naturais estratégicos, como os minerais críticos; conservamos parcela significativa da biodiversidade do planeta; e somos uma potência em recursos aquíferos, chave para o futuro da humanidade.

Na COP 27, no Egito, anunciei que o Brasil convocará, em breve, uma Cúpula dos Países Amazônicos. A cooperação que vem de fora da nossa região é muito bem-vinda, mas são os países que fazem parte desses biomas que devem liderar, de maneira soberana, as iniciativas para cuidar da Amazônia. Por isso, é crítico que valorizemos a nossa Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – a OTCA.

O Brasil apresentou recentemente a candidatura de Belém do Pará para sediar a COP 30, em 2025. O apoio que estamos recebendo dos países da CELAC é indispensável para que possamos mostrar ao resto do mundo a riqueza de nossa biodiversidade, o potencial do desenvolvimento sustentável e da economia verde, além, é claro, da importância de preservação do meio ambiente e do combate à mudança do clima.

Senhoras e senhores,

Há uma clara contribuição a ser dada pela região para a construção de uma ordem mundial pacífica, baseada no diálogo, no reforço do multilateralismo e na construção coletiva da multipolaridade.

Julgamos essenciais o desenvolvimento e o aprofundamento dos diálogos com sócios extra regionais, como a União Europeia, a China, a Índia, a ASIAN e, muito especialmente, a União Africana.

Minhas amigas e meus amigos,

As diversas crises que vivemos hoje no mundo demonstram o valor da integração. A pandemia da Covid-19 evidenciou os riscos associados à excessiva dependência que temos de insumos fundamentais para o bem-estar de nossas sociedades.

Isso não significa que devemos nos fechar ao mundo. Salienta apenas que essa integração será feita em melhores termos se estivermos bem integrados em nossa região. Temos de unir forças em prol de melhor infraestrutura física e digital, da criação de cadeias de valor entre nossas indústrias e de mais investimentos em pesquisa e inovação em nossa região.

Nossa estratégia de desenvolvimento deve caminhar passo a passo com a redução da desigualdade em suas diversas dimensões, com a garantia de acesso aos direitos fundamentais no campo da educação, da saúde e do trabalho, entre tantos outros. Para crescermos de maneira sustentável não podemos seguir ostentando índices inaceitáveis de pobreza e fome, nem tampouco conviver com a desigualdade e a violência de gênero que atingem metade de nossas populações. É preciso respeitar e proteger nossos povos originários – até hoje ameaçados e negligenciados. É preciso trabalhar para que a cor da pele deixe de definir o futuro de nossos jovens.

Nada deve nos separar, já que tudo nos aproxima. Nosso passado colonial. A presença intolerável da escravidão que marcou nossas sociedades profundamente desiguais. As tentações autoritárias que até hoje desafiam nossa democracia.

Mas também a imensa riqueza cultural dos nossos povos indígenas e da diáspora africana. A diversidade de raças, origens e credos. A história compartilhada de resistência e de luta por autonomia. Tudo isso nos faz sentir parte de algo maior e alimenta nossa busca por um futuro comum de paz, justiça social e de respeito na diversidade.

Por isso, não poderia terminar sem homenagear um brasileiro extraordinário, que se dedicou a repensar nossa região quando uma comunidade latino-americana e caribenha ainda era uma miragem.

Em outubro passado, Darcy Ribeiro, homem público e um dos nossos maiores pensadores, teria completado cem anos. Tendo vivido o exílio, nos anos 60 e 70, ele foi dos primeiros a falar da nossa unidade na diversidade. Essa Pátria Grande, e a apontar a contribuição civilizatória muito particular que a nossa região tem a dar para o mundo.

O Brasil volta a olhar para seu futuro com a certeza de que estaremos associados aos nossos vizinhos bilateralmente, no MERCOSUL, na UNASUL e na CELAC.

Ao companheiro Ralph Gonsalves, primeiro-ministro de São Vicente e Granadino que assume a CELAC, dedico toda a boa sorte do mundo

É com esse sentimento de destino comum e de pertencimento que o Brasil regressa à CELAC, com a sensação de quem se reencontra consigo mesmo.

Muito obrigado.

4.4. Apresentação inicial do Ministro Mauro Vieira em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal – Brasília, 11 de maio de 2023

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, meu caro Senador Renan Calheiros; Exmo. Sr. Senador Vital do Rêgo, Vice-Presidente do Senado; Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin; Exmo. Sr. Senador Hamilton Mourão; Exmo. Sr. Senador Fernando Dueire; Exmo. Senador Nelsinho Trad; Exmo. Sr. Ministro Hermann Benjamin, que também muito me honra com sua presença hoje.

Sr. Presidente, é uma honra e uma satisfação muito especial voltar a dirigir-me a esta Comissão na qualidade de Ministro das Relações Exteriores. Em minha gestão anterior à frente do Itamaraty, em 2015-2016, tive o prazer de comparecer por diversas ocasiões a esta Casa, com a qual mantive sempre um diálogo permanente, transparente, muito produtivo. Pretendo manter

essa prática de portas abertas do Ministério das Relações Exteriores com o Senado nacional, porque acredito que é assim que se conduz a política externa num clima de democracia.

Gostaria de dizer, Senador Renan Calheiros, que seu discurso de posse na Presidência desta Comissão facilitou, e muito, o meu trabalho e o trabalho do Ministério das Relações Exteriores.

Sua visão sobre a reinserção internacional do Brasil coincide largamente com as diretrizes e orientações do Presidente Lula para a política externa e a ação diplomática brasileira em seu terceiro mandato. Tenho certeza de que essa convergência de propósitos será muito proveitosa para nossos esforços conjuntos de reposicionamento do Brasil no cenário internacional.

Eu tentarei ser conciso, de forma não me estender na apresentação inicial e nas respostas, até para não prejudicar o andamento das sabatinas. Como V. Exa. mencionou, são nove diplomatas de grande experiência, de escol e que vão para postos dos mais relevantes, cinco dentre os quais estão vagos, sem titular, com a atuação de encarregado de negócios. Portanto é urgente que se possa ter a presença dos embaixadores titulares.

O Presidente Lula, em seu primeiro pronunciamento após o resultado das eleições, afirmou que o Brasil estava de volta. Não se trata de mera figura de retórica. Desde que tomou posse em uma cerimônia da qual participou número elevado de altas autoridades estrangeiras, inclusive mais de 50 Chefes de Estado e Governo, o Presidente e eu também temos recebido intensa agenda de visitas, reuniões, telefonemas, com contraparte de todas as regiões do mundo. O Presidente Lula já esteve com Chefes de Estado e de Governo de 22 países diferentes. No meu caso, mantive cerca de 85 encontros de trabalho com Chanceleres, Chefes de Estado e Governo, dirigentes de organismos internacionais, autoridades ministeriais e estrangeiros. Isso não inclui as visitas do Presidente das quais eu participei. O que se verifica em todos esses contatos é o interesse intenso em discutir as mais diversas agendas e, por si só, demonstra que o Brasil está sendo procurado por um grande número de parceiros internacionais.

Como não poderia deixar de ser, iniciamos essa reconstrução de pontes pela região. Na primeira semana de janeiro, talvez no que tenha sido o primeiro ato formal de política externa do Governo, anunciamos a reincorporação plena e imediata do Brasil à Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Após três anos de afastamento da CELAC, retornamos

a este que é o único mecanismo de diálogo e cooperação que inclui o conjunto dos países da América Latina e do Caribe.

Do mesmo modo, tomamos as medidas legais para o regresso do Brasil ao Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas. Vamos trabalhar para a revitalização e modernização da UNASUL, em diálogo com nossos vizinhos imediatos, e precisamos retomar o ambiente de colaboração na América do Sul, em áreas de interesse, como defesa, combate de ilícitos internacionais, saúde, segurança alimentar e infraestrutura. Para tanto, o Presidente Lula convocou uma reunião de Presidentes de países da América do Sul em Brasília, no dia 30 de maio corrente, que permitirá um diálogo renovado entre todos esses países. Não nos interessa uma região em que prevaleçam conflitos e isolamentos. Precisamos encontrar soluções negociadas para os desafios que compartilhamos.

Com esse espírito, retomamos o diálogo e as agendas com todos os vizinhos sul-americanos. Em sua primeira viagem ao exterior neste mandato, o Presidente Lula visitou a Argentina, nosso aliado estratégico, esteve no Uruguai, reuniu-se na região de fronteira com o Presidente do Paraguai – nossos parceiros históricos, com os quais compartilhamos amplo conjunto de interesses e objetivos comuns, tanto no plano bilateral como no MERCOSUL – e também participou da reunião plenária de Chefes de Estado da CELAC.

Com a Argentina discutimos um plano de ação para o relançamento da aliança estratégica Brasil-Argentina, a ser adotado por ocasião da visita de Estado do Presidente Alberto Fernández ao Brasil, no dia 26 de junho próximo, para comemorar os 200 anos de relações diplomáticas entre os dois países. Na visita a Buenos Aires, o Presidente Lula esteve acompanhado de expressiva delegação de empresários. Participou de um encontro realizado na ocasião também com empresários argentinos.

Com o Uruguai renovamos nosso compromisso com os projetos de integração física e com o aperfeiçoamento do MERCOSUL, de modo que o bloco esteja ao mesmo tempo coeso e sintonizado com as expectativas dos nossos países e nossas sociedades.

Com relação ao Paraguai, reafirmamos a determinação de avançar na integração da infraestrutura, com destaque para a Ponte da Integração e a ponte sobre o Rio Paraguai. Discutimos também questões relativas à Itaipu Binacional.

Nesse mesmo espírito, temos mantido intenso diálogo de alto nível com um conjunto de parceiros da região. Tenho estado pessoalmente comprometido,

em esforço permanente de diálogo com os sócios regionais, e recentemente visitei a Bolívia e o Equador. Hoje à noite partirei numa outra viagem para Suriname e Guiana na preparação dessa reunião do dia 30 de maio, de todos os chefes de Estado da América do Sul.

Com todos e cada um dos nossos parceiros, tenho uma agenda muito concreta a desenvolver em questões que interessam diretamente às nossas sociedades, que passam pelo desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, cooperação sanitária, integração da infraestrutura física ou, ainda, segurança de fronteiras, entre tantos outros.

Creio que estamos todos de acordo que interessa ao Brasil trabalhar por um entorno regional estável e próspero. Estamos inseridos neste continente e mantemos fronteiras extensas com dez países, poucas nações do mundo possuem essa circunstância. Talvez por isso nossos Constituintes escreveram, entre os princípios permanentes da nossa política externa, a promoção da integração política e econômica da região. E não podemos fazer isso de costas uns para os outros, independentemente de concordarmos ou não com as orientações internas de cada um.

É nesse espírito também, como uma das primeiras medidas de Governo, que reestabelecemos as relações plenas com a Venezuela e reabrimos nossa Embaixada em Caracas, inicialmente em nível de encarregado de negócios, o que permitirá o relançamento da agenda bilateral e assistência consular aos cerca de 20 mil brasileiros que permanecem residindo naquele país. Estamos igualmente normalizando e reativando nossas relações com Cuba, que estiveram praticamente suspensas desde 2016. Estamos restabelecendo o nível da representação da Embaixada em Havana e vamos trabalhar, de forma pragmática, com espírito construtivo, para identificar oportunidades em matérias de comércio e investimento, cooperação técnica, a começar pelo setor de biotecnologia.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, esses primeiros meses de Governo foram também dedicados à recomposição de laços e à retomada de agendas com importantes parceiros tradicionais, entre os quais, Estados Unidos, Alemanha, França, Portugal, Espanha e União Europeia, com os quais mantemos relações maduras, importantes, densas, baseadas em interesses e valores comuns e com os quais temos uma ampla agenda de cooperação, inclusive em setor estratégico para o Brasil.

A visita do Presidente Lula a Washington, ainda no primeiro mês de Governo, e o encontro mantido com o Presidente Biden sinalizaram o

compromisso das duas maiores democracias do continente de voltarem a trabalhar conjuntamente em uma ampla gama de questões, como combate ao extremismo antidemocrático e à violência política, o enfrentamento à mudança de clima, a luta contra a discriminação racial ou ainda a reforma da governança internacional. O relacionamento da cooperação bilateral pode ser medido pela intensa agenda de visitas de autoridades norte-americanas ao Brasil nesses poucos meses. E me permito citar: o primeiro foi o enviado especial para o clima do Presidente Biden, o ex-Senador e ex-Secretário de Estado John Kerry; em seguida, a representante de comércio Katherine Tai; seguidamente, a representante permanente junto à ONU, a Embaixadora dos Estados Unidos junto à ONU, Linda Thomas-Greenfield, que tem nível ministerial, nos Estados Unidos tem o nível de ministro de estado; o Subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos, Energia e Meio Ambiente do Departamento de Estado, Jose Fernandez. O Presidente Lula também teve a satisfação de receber, no mês de fevereiro último, as credenciais da nova Embaixadora americana – a Embaixada estava também sem titular há vários meses.

Em paralelo à retomada da agenda com os nossos parceiros tradicionais no mundo desenvolvido, estamos reativando a nossa política externa de vocação universalista e alcance global de maneira a resgatar a dimensão Sul-Sul da nossa ação internacional. Estamos determinados a aprofundar e ampliar nossa cooperação e intercâmbio de toda a ordem com a África, com a Ásia e com o Oriente Médio.

Há poucas semanas, estive em Cabo Verde para participar da VIII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), no que foi minha primeira visita ao continente africano na atual gestão.

A África, com seu enorme potencial de desenvolvimento evidenciado pelas altas taxas de crescimento econômico, de comércio e de investimentos, além de sua população majoritariamente jovem, voltou a ser uma prioridade para o Brasil. Com esse continente, mantemos tantos laços históricos e culturais quanto interesses na construção de um futuro comum.

Foi neste mesmo contexto de retomada da dimensão Sul-Sul de nossa diplomacia que, em março passado, o Brasil assumiu a presidência do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), grupo que articula três grandes democracias multiétnicas e multiculturais do mundo em desenvolvimento e que havia sido congelado durante vários anos.

A presidência brasileira do mecanismo, no ano em que ele completa 20 anos de existência, permitirá a retomada de uma agenda estratégica entre os três países que articulam o Atlântico e o Índico.

A reunião da cúpula do IBAS, que tencionamos organizar no segundo semestre deste ano no Brasil, contribuirá para redinamizar esse importante espaço de diálogo, bem como sua vertente de cooperação por intermédio do Fundo IBAS.

Do mesmo modo, retomamos nosso pleno engajamento com o BRICS, mecanismo indispensável para a construção de um mundo verdadeiramente multipolar. A próxima cúpula do BRICS, a realizar-se em agosto próximo, sob a presidência de turno da África do Sul, será oportunidade para renovar nossos esforços conjuntos em prol da reforma da governança global e do fortalecimento do multilateralismo.

E temos a honra de contar agora com a experiência e a liderança da ex-Presidenta Dilma Rousseff, que se tornou a primeira mulher a presidir o Novo Banco de Desenvolvimento, o braço financeiro dos BRICS. Isso é não apenas motivo de orgulho e prestígio, mas certamente uma oportunidade de orientar a agenda de concessão de créditos da instituição, que tem amplas capacidades de financiamento de projetos estruturantes em desenvolvimento.

Destaco, naturalmente, a bem-sucedida visita de Estado do Presidente Lula à China, acompanhado de ampla delegação, na qual tivemos a satisfação de contar com a presença de diversos parlamentares, inclusive o Presidente desta Casa, Senador Rodrigo Pacheco, e os Senadores Jacques Wagner, Eliziane Gama, Confúcio Moura, Augusta Brito, Irajá Silvestre e Jussara Lima.

A China, como os senhores e as senhoras sabem, é o principal parceiro comercial do Brasil e uma das principais fontes de investimentos externos diretos em nosso país, com estoque estimado em mais de 70 bilhões. O Brasil, por sua vez, é o principal parceiro comercial da China na América Latina e, desde 2017, o maior fornecedor de produtos agrícolas ao país asiático.

Os encontros, no mais alto nível em Pequim, permitiram elevar as relações com este importante parceiro estratégico, restabelecendo o diálogo político e atualizando o tratamento de temas que deixaram de ser tratados na pauta bilateral, como o combate à mudança climática e o enfrentamento da fome e da pobreza.

Na vertente econômico-comercial, buscou-se, sobretudo, ampliar e diversificar o intercâmbio comercial e o fluxo de investimentos, inclusive com projetos de interesse para o fortalecimento da indústria nacional.

Além de contar com um importante segmento empresarial, com um número recorde de integrantes, a visita de Estado resultou na assinatura de 15 acordos em áreas como infraestrutura, facilitação de comércio, espaço exterior e economia digital, com projeções de investimentos no Brasil de cerca de R$50 bilhões de reais.

O que posso atestar é que, nesses pouco mais de quatro meses de governo, assistimos a uma intensa diplomacia presidencial, dimensão essencial da política externa de um país da importância e da dimensão do Brasil, que tem consciência do seu lugar e do seu peso na ordem global.

Exemplo mais acabado disso foi a retomada do protagonismo na agência do meio ambiente e mudança do clima, questões centrais para este Governo tanto do ponto de vista interno quanto da nossa inserção internacional.

Ainda antes de tomar posse, o Presidente Lula esteve presente na COP 27, do clima, em novembro último, na cidade de Sharm El Sheikh, no Egito, onde fez importante discurso, no qual indicou a retomada do compromisso do Brasil com o desenvolvimento sustentável e lançou a candidatura brasileira para sediar a COP 30, em 2025, na cidade de Belém do Pará.

O Ministério das Relações Exteriores, em estreita coordenação com as demais áreas do Governo, a começar pelo Ministério do Meio Ambiente, está plenamente comprometido em colocar as questões da sustentabilidade e do clima no centro da ação diplomática, de maneira a reposicionar o Brasil na vanguarda da transição ecológica e energética global.

A prioridade conferida aos esforços globais para conter a mudança do clima reflete-se também na decisão do Brasil de apresentar a candidatura da cientista Thelma Krug à presidência do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. Caso eleita, será a primeira mulher e a primeira representante da América Latina a presidir o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, mais conhecido como IPCC.

Esse é o órgão das Nações Unidas responsável pela avaliação da ciência relacionada à mudança climática. Tem, portanto, papel fundamental no contexto da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e do Acordo de Paris.

De maneira conexa, sob instrução direta do Presidente da República, estamos ativando uma verdadeira diplomacia para a Amazônia, capaz de contribuir para o desenvolvimento e para a consolidação de tecnologias, processos produtivos e soluções sustentáveis e capaz de atrair de maneira soberana investimentos e financiamentos para a região.

Nesse espírito, retomamos o desbloqueamento do Fundo Amazônia, que se encontrava paralisado desde 2019 e que agora volta a contar com o apoio e a confiança de parceiros como a Noruega, a Alemanha e, mais recentemente, com aportes significativos anunciados pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido.

No mesmo sentido, queremos revitalizar e modernizar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, que tem sede em Brasília e cujas capacidades podem ser melhor exploradas. Com esse propósito, o Presidente Lula convocou pessoalmente a Cúpula da Amazônia, 4ª Reunião de Presidentes dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica, que será realizada no mês de agosto próximo em Belém do Pará.

Será a oportunidade privilegiada para discutir uma nova agenda para o futuro da Amazônia e reafirmar a disposição de todos para trabalhar conjuntamente para o pleno desenvolvimento sustentável desse bioma estratégico em todos os sentidos, assegurando bem-estar para mais de 50 milhões de habitantes.

Senhoras e senhores, outra vertente da nossa política externa, para a qual demos atenção prioritária nesse começo de governo, diz respeito ao fortalecimento do multilateralismo e ao engajamento e reposicionamento do Brasil nos fóruns multilaterais, a começar pelas Nações Unidas. Estamos retomando o nosso protagonismo ativo e construtivo no tratamento dos principais temas da agenda global, em alguns casos restaurando o nosso padrão de votação em linha com os princípios constitucionais da nossa política externa e valores que orientam tradicionalmente a diplomacia brasileira. Renovamos nosso firme compromisso com a promoção da reforma da governança internacional, a começar pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O atual contexto internacional, marcado pelo agravamento de tensões geopolíticas e a disputa entre potências, requer mais do que nunca um sistema internacional renovado e democratizado, com maior representatividade, legitimidade e eficácia. Tencionamos dar novo impulso ao debate sobre a reforma e a necessidade de fortalecimento do multilateralismo, inclusive por ocasião da presidência de turno do Conselho de Segurança pelo Brasil

em outubro vindouro. O Brasil está como membro eleito do Conselho de Segurança até dezembro deste ano.

Em linha com esse compromisso renovado com o multilateralismo, providenciamos o pagamento de contribuições pendentes a 28 organismos internacionais. A obtenção desses recursos necessários pelo Itamaraty não teria sido possível sem o apoio do Senado Federal. Aproveito agora a oportunidade para, mais uma vez, renovar nossos agradecimentos.

Entre as entidades para as quais efetuamos pagamentos estão a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial da Saúde, a Organização Mundial do Comércio, a Agência Internacional de Energia Atômica, a Organização para a Proibição de Armas Químicas, o Tribunal Penal Internacional e o Parlamento do MERCOSUL. No caso do Focem, o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL, conseguimos quitar todas as dívidas pendentes desde 2016.

Os parlamentares do Parlasul aqui presentes sabem da importância desse mecanismo para a integração regional. A quitação das demais dívidas acumuladas com organismos internacionais, que ainda exigirá esforço do Governo e aprovação desta Casa, é passo fundamental para a restauração da imagem e das credenciais do Brasil como ator responsável no conselho das Nações. A propósito, permito mencionar que o apoio do Senado será fundamental para garantir os recursos orçamentários necessários à organização de grandes eventos que o Brasil deverá sediar nos próximos anos, no contexto, em primeiro lugar, da presidência de turno do Brasil no G20, que ocorrerá no próximo ano, dos BRICS no ano seguinte, bem como da COP do Clima, em 2025, já aprovada pelo Grupo Latino-Americano.

No tratamento internacional dos direitos humanos em termos de saúde, promovemos uma readequação de posições em estreita consonância com a Constituição Federal. Já nos primeiros dias do Governo, retomamos nossa participação no Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular, reforçamos o compromisso com a proteção dos mais de 4 milhões de cidadãos brasileiros que vivem no exterior. Anunciamos também o desligamento do Brasil do assim chamado Consenso de Genebra, em linha de ação com a legislação brasileira em vigor, com o compromisso com a garantia efetiva da saúde abrangente da mulher. Também criamos o cargo de alta representante para temas de gênero, que terá a tarefa de traduzir na ação externa brasileira o compromisso do Governo com a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher, em coordenação com o Ministério das Mulheres.

O recente lançamento da candidatura do Brasil a novo mandato no Conselho de Direitos Humanos da ONU é evidência de nosso firme compromisso, do Governo do Presidente Lula, de colocar a proteção dos direitos humanos novamente no centro da política externa.

Reafirmamos ainda o tradicional compromisso brasileiro com políticas e iniciativas de caráter humanitário. Renovamos a concessão de vistos para cidadãos ucranianos, bem como o acolhimento e reunião familiar para cidadãos haitianos, em sintonia com a política migratória aberta e solidária, que já vinha amparando os cidadãos do Afeganistão e da Venezuela - neste último caso, por meio da Operação Acolhida.

Enviamos também missões humanitárias à Turquia, na esteira dos terremotos que abalaram o país, e também ao Chile, em apoio ao combate aos incêndios florestais.

Senhoras e senhores, a diplomacia econômica esteve também no centro de nossas atenções desde os primeiros dias de Governo. Demos início, formalmente, aos preparativos para a presidência brasileira, do dia 20, que assumiremos em 1º de dezembro próximo. A liderança brasileira desse agrupamento, que é o principal foro internacional de diálogo e coordenação sobre temas econômicos, sociais, de desenvolvimento e cooperação, será oportunidade para projetar, de forma criativa, nossa visão sobre temas prioritários da agenda internacional, como a segurança alimentar, o combate à pobreza, o enfrentamento da mudança do clima, no entendimento de que problemas coletivos só poderão ser encaminhados por meio de uma ação verdadeiramente coletiva, com base em uma lógica de colaboração.

O Presidente Lula aceitou ainda o convite para participar da próxima Cúpula do G7, em Hiroshima, no Japão, que ocorrerá de 19 a 22 de maio corrente. Desde 2009, o Brasil não participava das discussões do grupo que reúne grandes economias desenvolvidas.

Ao mesmo tempo, demos início a um processo de reflexão interna sobre o convite feito ao Brasil para integrar a OCDE. Consideramos importante a cooperação de longa data que temos mantido com a organização, sobretudo para o desenvolvimento de políticas públicas. Estamos analisando atentamente o processo de acessão à luz dos interesses nacionais.

Em relação à Organização Mundial do Comércio (OMC), queremos trabalhar para fortalecer e destravar a instituição nas vertentes de transparência, resolução de controvérsias e negociação. Pretendemos nos empenhar por

novos acordos comerciais e de facilitação de comércio que tragam benefícios palpáveis ao Brasil.

Ainda no âmbito dos temas comerciais, estamos plenamente engajados com a finalização das negociações do acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia, buscando assegurar o equilíbrio do instrumento. Precisamos de um acordo que resulte em ganhos concretos para ambos os lados, tanto em comércio como em investimento, e que também permita ao Brasil continuar seu processo de reindustrialização.

Estamos atentos para evitar que o meio ambiente seja usado como pretexto para medidas protecionistas. Esperamos obter resultados positivos nessa frente, inclusive no contexto da Presidência pro tempore brasileira no MERCOSUL, no segundo semestre deste ano.

No que se refere à promoção do comércio de investimentos, estou certo de que retomada da diplomacia presidencial, em contexto de reafirmação de compromissos internacionais do Brasil em matéria ambiental e social, aportará resultados concretos já no curto prazo.

Nas viagens internacionais do Presidente, temos tido o cuidado de estimular a participação de delegações empresariais e contatos entre os setores privados, que são, no final das contas, os motores das relações econômicas bilaterais e externas.

Sublinho, nesse contexto, a estreita coordenação do Ministério das Relações Exteriores com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, por intermédio do trabalho conjunto que desenvolvemos com a Apex e o nosso Departamento de Promoção Comercial, Investimentos e Agricultura do Itamaraty. Exemplo concreto dessa parceria foi a realização, em Pequim, no contexto da visita do Estado presidencial, do Seminário Econômico Brasil-China, que contou com a participação de mais de 500 empresários brasileiros e chineses e propiciou novas parcerias empresariais em áreas-chave, como transição energética, mineração, agronegócio e infraestrutura.

Senhoras e senhores, o mundo assiste hoje a uma superposição inédita de crises, que tornaram a realidade internacional contemporânea ainda mais complexa. Um quadro marcado pelo acirramento da competição entre potências e pelos impactos sociais e econômicos da pandemia da covid, ainda não superados, veio somar-se à emergência do conflito na Europa, com implicações em matérias de segurança alimentar e energética global e o risco não desprezível de uma escalada cada vez maior e de consequências inconcebíveis.

Com relação ao conflito em curso na Ucrânia, temos buscado manter uma posição equilibrada, mas sobretudo construtiva. Condenamos a violação da integridade territorial ucraniana no Conselho de Segurança da ONU, assim como na Assembleia Geral das Nações Unidas. Ao mesmo tempo, nós nos posicionamos contra as tentativas de isolamento da Rússia nos foros internacionais, as quais diminuem o espaço de diálogo e reduzem as chances de uma solução negociada do conflito.

Temos sido voz ativa na condenação da aplicação de medidas coercitivas unilaterais que desrespeitam o Direito Internacional e intensificam os impactos da guerra sobre a segurança alimentar e energética, sobretudo dos países em desenvolvimento. Creio que o elemento de novidade, no entanto, tem sido a posição ativa que o Presidente Lula passou a exercer junto a seus múltiplos interlocutores, no sentido de buscar contribuir para uma solução negociada para o conflito e o estabelecimento da paz. O Brasil tem credenciais e patrimônio diplomático suficientes para ajudar a buscar soluções para essa crise que diz respeito a toda a comunidade internacional.

Não estamos interessados em tomar lados, mas em preservar canais de diálogo com todos, única maneira de contribuir efetivamente para a construção de espaços de negociação que conduzam à paz efetiva e sustentável.

Sras. e Srs. Senadores, não poderia vir ao Congresso Nacional, instituição que encarna a própria democracia brasileira, sem falar da dimensão fundamental da vida nacional que também tem impacto na nossa ação externa. A comunidade internacional repudiou, em peso, os atos antidemocráticos ocorridos em Brasília no dia 8 de janeiro passado. Foram inúmeros os gestos e as mensagens de solidariedade e apoio à democracia brasileira recebidos de autoridades internacionais de todos os quadrantes pelo Presidente da República e por mim também.

O fortalecimento da democracia e do Estado de direito no Brasil é e continuará sendo uma tônica do Governo do Presidente Lula e, por extensão, da política externa brasileira, em defesa irrestrita da nossa Constituição. Como disse o Presidente Lula, a preservação das instituições democráticas é um desafio civilizatório

Como disse o Presidente Lula, a preservação das instituições democráticas é um desafio civilizatório, da mesma forma que a superação das guerras, da crise climática, da fome e da desigualdade. É fundamental para essa tarefa que o Ministério das Relações Exteriores esteja crescentemente aberto ao

diálogo com distintos setores da sociedade brasileira, refletindo os anseios coletivos e conferindo legitimidade à ação diplomática.

Nesse esforço, julgo fundamental a devida valorização da dimensão parlamentar da nossa política externa que deve ser objeto de diálogo permanente com o Congresso Nacional, em particular com esta Comissão. Tenho a convicção de que só temos a ganhar com o trabalho realizado em sintonia entre o Itamaraty e o Parlamento brasileiro. Queremos estimular essa dinâmica a começar pela valorização dos grupos parlamentares de amizade mantidos pelas duas casas do Congresso Nacional com diversos dos nossos parceiros internacionais, mas, também, por meio de uma escuta atenta e constante das questões de interesse das senhoras e dos senhores membros desta Casa. Saibam que sempre contarão em meu gabinete e, por extensão, em todo o Itamaraty, com portas abertas para recebê-los e ouvi-los.

Não poderia concluir esta intervenção inicial sem dar uma palavra sobre as questões internas do Ministério das Relações Exteriores, que têm sido objeto de atenção e de cuidados desta Comissão, do Congresso e da sociedade brasileira. Uma das primeiras medidas da atual gestão em matéria administrativa foi a reformulação da estrutura organizacional do Itamaraty, de modo a corrigir aspectos e ajustar nosso organograma às diretrizes do novo Governo. O nosso principal objetivo foi o de recuperar a capacidade de formulação e ação em temas prioritários, como a integração regional, clima e energia, relações com a África e atenção a comunidades brasileiras no exterior. Aliás, o aperfeiçoamento dos serviços prestados aos nossos cidadãos no exterior foi objeto de orientação expressa do Presidente Lula. O nosso objetivo é oferecer atendimento consular de qualidade e prestar toda assistência necessária a brasileiros em situação de emergência. Foi com esse objetivo que determinei a elevação do Vice-Consulado em Orlando à categoria de Consulado-Geral, o que permitirá atender à crescente demanda de brasileiros residentes e turistas naquela jurisdição.

Em todos esses esforços, tenho tido a honra e o privilégio de contar com a colaboração da Embaixadora Maria Laura da Rocha, na qualidade de Secretária-Geral das Relações Exteriores, uma das diplomatas brasileiras mais experientes em atividade e que tem dado contribuição significativa e muito especial na condução do Ministério. Queria lembrar aqui que a Embaixadora Maria Laura é a primeira mulher a ocupar esse que é o cargo mais alto da carreira diplomática.

Gostaria de reiterar perante esta Comissão o nosso compromisso com a promoção da diversidade, de modo a reverter a lógica das desigualdades, reproduzida historicamente pela sociedade brasileira. Com vistas a promover canais de interlocução sobre esse tema, criamos a Assessoria de Participação Social e Diversidade, ligada diretamente ao meu Gabinete, e lançamos um inédito ciclo de diálogos para a promoção da diversidade, que pretendeu lançar um olhar dedicado às questões da igualdade de gênero e raça, à pauta LGBTQIA+ e às necessidades de pessoas com deficiências. De modo conexo, instituímos o sistema de promoção de diversidade e inclusão com vistas a propor e acompanhar iniciativas relacionadas à promoção da inclusão e da diversidade no Itamaraty.

No que tange especificamente à questão de igualdade de gênero, ressalto o percentual recorde de 30% de mulheres designadas para chefiar as secretarias do ministério e o número igualmente recorde de mulheres na composição do meu gabinete e do gabinete da Secretária-Geral. Também é digna de nota a criação da função de Alta Representante para termos de gênero, que já mencionei anteriormente.

Apesar desses avanços, tenho presente que é preciso fazer mais para corrigir as deficiências estruturais que historicamente penalizaram as colegas diplomatas de diversas gerações. O lançamento da Associação das Mulheres Diplomatas do Brasil, do qual tive a satisfação de participar pessoalmente, constitui, certamente, um marco nessa área e auxiliará o Itamaraty a fazer melhor nessa área.

Em outra frente, também prioritária, estamos empenhados em encontrar soluções para equacionar os problemas de fluxo de carreira diplomática, garantindo maior previsibilidade, oportunidade de ascensão, em particular para os colegas mais modernos, ao mesmo tempo que valorizamos adequadamente os méritos e as contribuições individuais dos nossos servidores.

Como vemos, senhoras e senhores, apesar dos poucos meses de Governo, um conjunto de avanços de realização neste período aponta claramente para a reorientação e redinamização do conjunto da política externa brasileira e da nossa ação diplomática.

Estamos trabalhando de forma empenhada, com sentido de urgência, para reconstruir nossas parcerias, ampliar parcerias com o mundo em desenvolvimento, fortalecer o multilateralismo, colocando o Brasil na vanguarda do tratamento das principais questões da agenda internacional. Estamos fazendo, com isso, com base em nossas melhores tradições de uma

política externa universalista, ecumênica, e independente, sobretudo em sintonia com as expectativas e reais necessidades da sociedade brasileira, uma política externa ativa, que possa dar uma contribuição genuinamente brasileira aos inúmeros desafios do nosso tempo - do combate à mudança de clima, da manutenção da paz e segurança internacionais, da erradicação da fome ao enfrentamento das pandemias -, uma política externa pragmática, acima de efervescências ideológicas, voltada primordialmente para a defesa dos interesses do Brasil e a promoção do bem-estar de brasileiras e brasileiros.

Agradeço mais uma vez às Sras. Senadoras, aos Srs. Senadores e ao Sr. Presidente da Comissão a oportunidade, que muito me honra, de prestar este balanço muito preliminar da política externa brasileira desses primeiros meses de Governo.

E fico, naturalmente, à disposição para esclarecer dúvidas, intercambiar ideias, exercício que julgo essencial para este esforço de reconstrução da política externa brasileira, de inserção internacional do Brasil.

Peço desculpa, Sr. Presidente, por ter me alargado um pouco mais, mas não poderia deixar de pelo menos mencionar rapidamente todos esses temas.

Muito obrigado.

4.5. Intervenção do Ministro das Relações Exteriores no debate aberto do CSNU sobre proteção de civis em conflitos armados – Nova York, 23 de maio de 2023

Nesta terça-feira (23/5), o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, proferiu discurso no debate aberto do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre proteção de civis em conflitos armados. Tradução da intervenção está disponível abaixo:

Senhor Presidente,

Agradeço à Suíça por organizar o debate deste ano sobre a proteção de civis. É com grande satisfação que participo desta discussão sob sua presidência.

Faço meus agradecimentos ao Secretário-Geral, à Presidente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e ao representante da sociedade civil por suas observações esclarecedoras.

Inicialmente, permitam-me dizer que o Brasil se associa, igualmente, à declaração a ser proferida pelo Estado do Kuwait em nome do grupo de amigos da proteção de civis em conflitos armados.

Senhor Presidente,

A escolha do tema do debate deste ano não podia ser mais oportuna.

Infelizmente, após mais de 150 anos de progresso no desenvolvimento do direito humanitário internacional, beligerantes não têm dado prioridade consistente aos esforços para reduzir os danos causados a civis e salvaguardar as infraestruturas civis essenciais durante os conflitos. O relatório do Secretário-Geral sobre a proteção de civis em 2022 oferece exemplos contundentes da necessidade de as partes em conflito intensificarem esforços para proteger civis.

Depois de lições dolorosamente aprendidas em lugares como os Bálcãs e Ruanda, o Conselho de Segurança finalmente incluiu em sua agenda a proteção de civis em 1999. Desde então, adotou série de documentos que se somam ao robusto quadro previsto pelo direito internacional humanitário para proteger civis.

Apesar da existência deste vasto conjunto de normas, civis permanecem amplamente vulneráveis em contextos de guerra, e suas vidas não têm sido poupadas na maioria dos casos. Na realidade, a perda de uma vida civil é inaceitável. Os contextos podem mudar, mas as ações permanecem essencialmente as mesmas: o uso indiscriminado de armas explosivas em áreas urbanas e outras áreas densamente povoadas; ataques contra infraestrutura civil, escolas e instalações médicas; interrupção da agricultura e do comércio; hostilidade contra equipes médicas e humanitárias; violência sexual em conflito; e aumento das vulnerabilidades enfrentadas por mulheres, crianças, refugiados, deslocados internos e pessoas com deficiência.

Senhor Presidente,

Este mês marca o quinto aniversário da aprovação da resolução 2417, que reconheceu o círculo vicioso dos conflitos armados e da insegurança alimentar. A sua adoção foi apenas o ponto de partida. Há muito mais por fazer.

O agravamento da insegurança alimentar e nutricional no mundo é questão multifatorial, e o conflito é uma de suas principais causas. Atualmente, a vasta maioria da população mundial com fome aguda está localizada em zonas afetadas por conflitos.

Conflitos, especialmente os prolongados, contribuem para a insegurança alimentar no longo prazo. Conflitos provocam a erosão das redes sociais e econômicas, reduzem a resiliência e desestabilizam os mercados, as cadeias de fornecimento e as infraestruturas. Conduzem, igualmente, à queda da produção e dos rendimentos, o que frequentemente impede o alcance de três

dos principais pilares da segurança alimentar: estabilidade, disponibilidade e acesso. É preciso, portanto, traduzirmos as disposições da resolução em ações significativas.

Entre as muitas recomendações importantes enumeradas no relatório do Secretário-Geral, gostaria de destacar a necessidade de encontrar soluções políticas para os conflitos, apoiar as economias dos países vulneráveis e salvaguardar os meios de subsistência.

Soluções políticas para conflitos são uma das razões de ser deste órgão e ferramenta necessária para abordar a interação entre conflito armado e insegurança alimentar. Mesmo quando ainda não se vislumbram perspectivas de paz no horizonte, medidas práticas para garantir o acesso a alimentos e a entrega de assistência humanitária são essenciais para salvar vidas.

Muitos dos países afetados pelo conflito eram anteriormente importadores líquidos de alimentos. O agravamento das hostilidades aprofunda sua condição de vulnerabilidade. A trégua e subsequente facilitação das exportações para o Iêmen, apoiada pelo mecanismo de verificação e inspeção da ONU, ou a abertura de novos corredores humanitários na Síria, são exemplos poderosos de como soluções políticas podem gerar benefícios significativos para a segurança alimentar – e até mesmo a sobrevivência – de populações afetadas. Esperamos que estas iniciativas contribuam também para restituir a confiança entre as partes e estabelecer o caminho para a paz.

É crucial reconhecer que a prestação de ajuda humanitária por meio de transferências de alimentos em espécie pode potencialmente prejudicar os países que ainda têm alguma capacidade de produção. Sabemos hoje que a assistência alimentar em espécie a países que ainda têm mercados em funcionamento pode distorcer os preços e deslocar os produtores locais. Quando viável, a prestação de ajuda por meio de transferência de dinheiro permite que as pessoas respondam a suas necessidades essenciais e ajuda os produtores locais a prosperar.

Não podemos esquecer que o deslocamento causado por conflitos frequentemente obrigam as pessoas a abandonar as suas terras e os seus meios de subsistência. Isso os coloca em situação muito vulnerável e os expõe a várias formas de insegurança alimentar.

A implementação de medidas de resiliência é ainda mais crucial em tempos de conflito. Reconhecemos as várias iniciativas que as agências com sede em Roma – em parceria com outras agências da ONU e organizações internacionais – estão realizando em países que enfrentam conflitos armados.

Senhor Presidente,

Em 2022, o conflito na Ucrânia fez disparar os preços dos alimentos e da energia. Embora os preços dos alimentos tenham voltado a níveis semelhantes aos anteriores ao início do conflito, o flagelo da inflação, especialmente prejudicial aos pobres e necessitados, ainda paira sobre o mundo.

Os países em desenvolvimento sofreram dramaticamente as repercussões do conflito na Ucrânia, devido a suas vulnerabilidades estruturais às flutuações dos preços de alimentos e insumos agrícolas. A renovação da iniciativa Grãos do Mar Negro é passo fundamental para limitar as incertezas sobre o fornecimento global de grãos e fertilizantes.

Como observado pelo Secretário-Geral no seu relatório, o conflito é fator primário para insegurança alimentar aguda, mas não o único. Conflitos, quando combinados à inflação, estrangulamentos comerciais e outros desafios macroeconômicos, afetam o acesso ao abastecimento alimentar, em especial nos países em desenvolvimento. É, portanto, imperativo buscar respostas para a insegurança alimentar em todas as instâncias relevantes.

Medidas coercivas unilaterais, bem como subsídios que distorcem o mercado e outras formas de protecionismo, dificultam a capacidade dos países em desenvolvimento para construir sistemas agroalimentares resilientes e de participar plenamente nos mercados internacionais. Sem enfrentar essas práticas generalizadas, esses países continuarão a carregar o peso das desigualdades globais.

Nesse sentido, saudamos a adoção da Resolução 2664 em dezembro passado. Essa resolução desempenhará papel importante para garantir a prestação de assistência humanitária imparcial, incluindo alimentos e medicamentos, aos milhões de civis que, infelizmente, vivem sob regimes de sanções. A implementação em nível nacional será crucial para a sua eficácia.

Senhor Presidente,

Como um dos maiores fornecedores de alimentos do mundo, o Brasil tem interesse em garantir a segurança alimentar tanto no mercado interno quanto como objetivo de política externa. O Brasil continuará sendo fornecedor internacional confiável para ajudar a complementar os esforços de produção em nível local e garantir nutrição adequada de forma acessível. A constituição brasileira reconhece o direito humano à alimentação adequada, refletindo o compromisso do país com o enfrentamento da insegurança alimentar.

O próprio Presidente Lula é um notável defensor da erradicação da pobreza e da fome, no Brasil e além de suas fronteiras.

Também estamos dando a devida atenção ao assunto em nossa atual gestão como membro eleito deste Conselho. Temos orgulho de ser, ao lado da Suíça, ponto focal de segurança alimentar e conflito neste órgão. Como sabemos, erradicar a fome é de suma importância para o cumprimento dos ODS e da Agenda 2030. À luz dos avanços significativos na tecnologia de produção agrícola, a fome é totalmente evitável e, mais importante, inaceitável.

Sociedades que são capazes de alimentar suas populações e oferecer-lhes oportunidades são mais resilientes e menos vulneráveis a conflitos.

Essa meta é viável. É também um imperativo moral para todos nós.

Obrigado.

4.6. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em reunião com presidentes de países da América do Sul – Brasília, 30 de maio de 2023

É com grande alegria que recebo meus amigos presidentes sul-americanos.

Agradeço muito que tenham atendido a este chamado e o esforço que fizeram para estar aqui.

O que nos reúne hoje em Brasília é o sentimento de urgência de voltar a olhar coletivamente para a nossa região.

É a determinação de redefinir uma visão comum e relançar ações concretas para o desenvolvimento sustentável, a paz e o bem-estar de nossas populações.

No Brasil, a integração é resultado da redemocratização. A Constituição de 1988 estipula em seu parágrafo 4, inciso único:

"A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações".

Entendemos que a integração sul-americana é essencial para o fortalecimento da unidade da América Latina e do Caribe.

Uma América do Sul forte, confiante e politicamente organizada amplia as possibilidades de afirmar, no plano internacional, uma verdadeira identidade latino-americana e caribenha.

O final do século XX viu surgir uma série de iniciativas voltadas a articular ações em âmbito sub-regional.

A Comunidade Andina de Nações, o Tratado de Cooperação Amazônica e o MERCOSUL ilustram esse regionalismo de abrangência e propósitos diversos.

Registro, em especial, a atuação dos presidentes Sarney e Alfonsín que entenderam a importância da integração para a consolidação das nossas democracias.

Foi só no limiar do século XXI que decidimos unir toda a região sul-americana.

Apesar de dividirmos o mesmo continente, foi necessário esperar quase 200 anos de vida política independente até abandonarmos a indiferença e o isolamento recíprocos.

Quando o presidente Fernando Henrique Cardoso convocou, no ano 2000, a primeira Cúpula de Presidentes, as distintas posições políticas e ideológicas daquele momento não impediram que nossos países encampassem a ideia de futuro compartilhado e de construção de confiança mútua.

Iniciamos, ali, um longo percurso, lançado com a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, ou simplesmente IIRSA, e a convergência entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina. Chile, Guiana e Suriname também se engajaram nesse esforço.

Novo e decisivo impulso foi dado com a formação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), resultado da reunião de líderes em Cusco, Peru, em 2004.

Seguiram-se várias reuniões anuais de chefes de Estado, que teve, entre outros marcos, as de Brasília (2005) e Cochabamba (2006).

Mas a CASA era apenas um foro, sem estrutura permanente. Após nova Cúpula, em Isla Marguerita, na Venezuela, decidimos finalmente criar uma organização dotada de personalidade jurídica, sede e secretariado próprios.

Em 23 de maio de 2008, quando constituímos a UNASUL (há exatos 15 anos), aqui nesse mesmo Palácio do Itamaraty, avançamos na institucionalização da nossa relação com instâncias como a Cúpula de Presidentes, o Conselho de Chanceleres, o Parlamento Sul-americano e 12 conselhos setoriais para enfrentar nossos desafios.

Por mais de dez anos, a UNASUL permitiu que nos conhecêssemos melhor. Consolidamos nossos laços por meio de amplo diálogo político que acomodava

diferenças e permitia identificar denominadores comuns. Implementamos iniciativas de cooperação em áreas como saúde, infraestrutura e defesa.

Essa integração também contribuiu para ganhos comerciais importantes. Formamos uma robusta área de livre-comércio, cujas cifras alcançaram valor recorde de 124 bilhões de dólares em 2011.

O perfil do nosso intercâmbio é mais diversificado se comparado ao nosso comércio extrarregional. Inclui produtos e serviços de maior valor agregado e intensivos em tecnologia.

Também conjugamos crescimento econômico com distribuição de renda. Reduzimos nossas históricas desigualdades e logramos avanços palpáveis no combate à pobreza. Segundo a FAO, a América do Sul reduziu, em duas décadas, de 15% para 5% de sua população vitimada pela fome.

A UNASUL foi efetiva como foro de solução de controvérsias entre países da região, notadamente na crise entre Colômbia e Equador e no conflito separatista boliviano.

Obtivemos resultados expressivos na redução do desmatamento e dos ilícitos transnacionais.

Estimulamos o diálogo e a cooperação para fazer chegar a milhões de sul-americanos, de forma efetiva, os benefícios da cidadania.

As reuniões de cúpula com os países árabes e com os países africanos ajudaram a definir um perfil de relacionamento externo da América do Sul.

Foram feitos formidáveis para uma região herdeira do colonialismo e marcada por graves formas de violência, discriminação de gênero e racismo.

Não resolvemos todos os nossos problemas, mas nos dispusemos a enfrentá-los, em vez de ignorá-los. E decidimos fazer isso cooperando entre nós.

Nossa América do Sul deixou de ser apenas uma referência geográfica e se tornou uma realidade política.

Infelizmente esses avanços foram interrompidos nos últimos anos.

No Brasil, um governo negacionista atentou contra os direitos da sua própria população, rompeu com os princípios que regem a nossa política externa e fechou nossas portas a parceiros históricos.

Nosso país optou pelo isolamento do mundo e do seu entorno.

Essa postura foi decisiva para o descolamento do país dos grandes temas que marcaram o cotidiano dos nossos vizinhos.

Na região, deixamos que as ideologias nos dividissem e interrompessem o esforço da integração. Abandonamos canais de diálogo e mecanismos de cooperação e, com isso, todos perdemos.

Senhoras e senhores,

Tenho a firme convicção de que precisamos reavivar nosso compromisso com a integração sul-americana.

Quando assumi a Presidência, em primeiro de janeiro deste ano, a América do Sul voltou ao centro da atuação diplomática brasileira.

Por essa razão convidei a todos para a reunião de hoje, que será seguida, em agosto, da Cúpula dos Países Amazônicos.

Os elementos que nos unem estão acima de divergências de ordem ideológica.

Da Patagônia e do Atacama à Amazônia, do Cerrado e dos Andes ao Caribe, somos um vasto continente banhados por dois oceanos.

Somos uma entidade humana, histórica, cultural, econômica e comercial, com necessidades e esperanças comuns.

As recentes eleições na Colômbia, Chile, Bolívia, Brasil e Paraguai demonstraram o vigor da democracia em nossa região, em escrutínios marcados pela expressiva participação popular e ampla liberdade de expressão.

A integração da América do Sul depende desse sentimento de pertencer a uma mesma comunidade.

Temos uma história de resistência, forjada nas lutas de independência e no combate às ditaduras.

Compartilhamos uma cultura vibrante e expressões artísticas que vão da música à literatura.

Até no futebol, esporte que aprendemos a amar ainda crianças, é possível ver o recuo das rivalidades. Vivenciamos algo impensável no ano passado: brasileiros torcendo para a Argentina na final do Mundial do Catar.

A candidatura conjunta de Uruguai, Paraguai, Chile e Argentina para sediar a Copa do Mundo de 2030 talvez seja a expressão mais acabada dessa identidade sul-americana em construção, e de nossa capacidade de cooperar para além do campo de futebol e de nossas próprias fronteiras.

Caros presidentes,

Se hoje damos os primeiros passos para retomar o diálogo enquanto região, o contexto que enfrentamos é ainda mais desafiador do que foi no passado.

Os foros de governança globais enfrentam severas dificuldades em oferecer respostas justas e eficazes aos problemas da atualidade.

Nossos países foram alguns dos mais afetados pela pandemia de Covid-19. As mortes, o sofrimento humano e o custo econômico deixaram marcas profundas. A crise sanitária escancarou antigas desigualdades e gerou novas injustiças.

As evidências científicas confirmam que o ritmo atual de emissões nos levará a uma crise climática sem precedentes e o planeta todo já sente seus impactos.

A falta de ação coletiva afeta nossa capacidade de conter o aumento da temperatura global.

Sabemos que o que ocorre na Amazônia tem efeito sobre a Bacia do Prata.

Com o esvaziamento da Organização Mundial do Comércio, o multilateralismo retrocede e crescem as posturas protecionistas nos países ricos, limitando nossas opções.

Todos sofremos as consequências da guerra. O conflito na Ucrânia desestabilizou o mercado de energia e de fertilizantes e provocou a volatilidade dos preços dos alimentos, deteriorando nossas condições de vida.

Quando as cadeias de suprimento globais foram afetadas por esse conjunto de fatores, nossas carências em infraestrutura e nossas vulnerabilidades externas foram expostas.

A região parou de crescer, o desemprego aumentou e a inflação subiu. Alguns dos principais avanços sociais logrados na década passada foram perdidos em pouco tempo.

No Brasil e em outros países, recentes ataques a instituições democráticas, inclusive às sedes dos poderes constitucionais, nos ofereceram uma trágica síntese da violência de grupos extremistas, que se valem de plataformas digitais para promover campanhas de desinformação e discursos de ódio.

Face a tantas mudanças e desafios, que papel queremos para a América do Sul?

Nenhum país poderá enfrentar isoladamente as ameaças sistêmicas da atualidade. É apenas atuando unidos que conseguiremos superá-las.

Nossa região possui trunfos sólidos para fazer face a esse mundo em transição.

O PIB somado de nossos países neste ano deverá chegar a 4 trilhões de dólares. Juntos somos a quinta economia global.

Com uma população de quase 450 milhões de habitantes, constituímos importante mercado de consumo.

Possuímos o maior e mais variado potencial energético do mundo, se levarmos em conta as reservas de petróleo e gás, hidroeletricidade, biocombustíveis, energia nuclear, eólica e solar e o hidrogênio verde.

Somos grandes e diversificados provedores de alimentos.

Contamos com mais de um 1/3 das reservas de água doce do mundo e uma biodiversidade riquíssima, pouco conhecida.

Em nosso solo se encontra rico e variado conjunto de minérios, incluídos aqueles que, como o nióbio, lítio e cobalto, são essenciais para projetos industriais de última geração.

Somos uma região de paz, sem armas de destruição em massa, e na qual os litígios são resolvidos pela via diplomática.

Nos próximos anos, vamos sediar eventos dos principais foros de governança global, como a reunião do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, no Peru, a Cúpula do G20, a reunião dos BRICS e a COP 30, do clima, no Brasil.

Precisamos chegar a esses espaços unidos, como interlocutores confiáveis e buscados por todos.

Caros amigos e amigas,

Entre as muitas coisas que aprendi na política é que o mandato presidencial é muito mais curto do que aparenta. Não temos tempo a perder.

A América do Sul tem diante de si, mais uma vez, a oportunidade de trilhar o caminho da união.

E não é preciso recomeçar do zero.

A UNASUL é um patrimônio coletivo. Lembremos que ela está em vigor. Sete países ainda são membros plenos. É importante retomar seu processo de construção.

Mas ao fazê-lo, é essencial avaliar criticamente o que não funcionou e levar em conta essas lições.

Precisamos de mecanismos de coordenação flexíveis, que confiram agilidade e eficácia na execução de iniciativas.

Nossas decisões só terão legitimidade se tomadas e implementadas democraticamente.

Mas a regra do consenso poderia estar restrita a temas substantivos, evitando que impasses nas esferas administrativas paralisem nossas atividades.

Seria um erro restringir as atividades às esferas de governo. Envolver a sociedade civil, sindicatos, empresários, acadêmicos e parlamentares dará consistência ao nosso esforço.

Ou os processos são construídos de baixo para cima ou não são viáveis e estarão fadados ao fracasso.

Nesse sentido, e sem prejuízo de outras propostas que discutiremos ao longo do dia de hoje, sugiro à consideração de vocês as seguintes iniciativas:

- colocar a poupança regional a serviço do desenvolvimento econômico e social, mobilizando os bancos de desenvolvimento como a CAF, o Fonplata, o Banco do Sul e o BNDES;
- aprofundar nossa identidade sul-americana também na área monetária, mediante mecanismo de compensação mais eficientes e a criação de uma unidade de referência comum para o comércio, reduzindo a dependência de moedas extrarregionais;
- implementar iniciativas de convergência regulatória, facilitando trâmites e desburocratizando procedimentos de exportação e importação de bens;
- ampliar os mecanismos de cooperação de última geração, que envolva serviços, investimentos, comércio eletrônico e política de concorrência;
- atualizar a carteira de projetos do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), reforçando a multimodalidade e priorizando os de alto impacto para a integração física e digital, especialmente nas regiões de fronteira;
- desenvolver ações coordenadas para o enfrentamento da mudança do clima;
- reativar o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde, que nos permitirá adotar medidas para ampliar a cobertura vacinal, fortalecer nosso complexo industrial da saúde e expandir o atendimento a populações carentes e povos indígenas;

- lançar a discussão sobre a constituição de um mercado sul-americano de energia, que assegure o suprimento, a eficiência do uso de nossos recursos, a estabilidade jurídica, preços justos e a sustentabilidade social e ambiental;
- criar programa de mobilidade regional para estudantes, pesquisadores e professores no ensino superior, algo que foi tão importante na consolidação da União Europeia; e
- retomar a cooperação na área de defesa com vistas a dotar a região de maior capacidade de formação e treinamento, intercâmbio de experiências e conhecimentos em matéria de indústria miliar, de doutrina e políticas de defesa.

Por fim, não temos ideias pré-concebidas sobre o desenho institucional futuro que poderíamos adotar.

Queremos dialogar e conhecer a opinião de todos.

Estou, no entanto, pessoalmente convencido da necessidade de um foro que nos permita discutir com fluidez e regularidade e orientar a atuação de nossos países para o fortalecimento da integração em várias de suas dimensões.

Julgo essencial a criação de um Grupo de Alto Nível, a ser integrado por representantes pessoais de cada Presidente, para dar seguimento ao trabalho de reflexão. Com base no que decidamos hoje, esse Grupo terá 120 dias para apresentar um mapa do caminho para a integração da América do Sul.

Senhoras e senhores,

Enquanto estivermos desunidos, não faremos da América do Sul um continente desenvolvido em todo o seu potencial.

A integração deve ser objetivo permanente de todos nós. Precisamos deixar raízes fortes para as próximas gerações.

Permitir que as divergências se imponham teria um custo elevado, além de desperdiçar o muito que já construímos conjuntamente.

Quero encerrar fazendo menção a dois companheiros que trabalharam de forma incansável pela nossa região.

Aprendemos com o querido Marco Aurélio Garcia, intelectual e dirigente do Partido dos Trabalhadores, falecido em 2017, que:

"A política não é destino, mas construção humana sobre condições históricas dadas. A integração será feita no respeito à diferença, porque não há mais espaço para a homogeneidade da submissão".

E, concluo parafraseando o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que foi secretário-geral do Itamaraty: precisamos nos recusar a passar mais quinhentos anos na periferia.

As condições humanas e materiais para o nosso desenvolvimento soberano estão em nossas mãos.

Muito obrigado.

4.7. Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião dos 200 anos de relações diplomáticas entre Brasil e Argentina – Brasília, 26 de junho de 2023

Que alegria poder celebrar essa data tão importante, ao lado do meu amigo Alberto Fernández, sua esposa Fabíola Yañez e comitiva.

Ao condecorá-los com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul e a Ordem de Rio Branco, prestamos justas homenagens a um casal de amigos do Brasil.

Ambos são representantes de uma nação pela qual nós brasileiros temos respeito e afeto e que nos honram nesta data tão especial.

Este não é apenas mais um encontro.

Completamos 200 anos de relações diplomáticas.

As então Províncias Unidas do Prata foram, na prática, o primeiro estado a reconhecer o Brasil.

Em 25 de junho de 1823, o líder argentino Bernardino Rivadavia celebrou a independência do Brasil e credenciou um enviado oficial para tratar pessoalmente com o Imperador Pedro I.

A construção de laços de confiança e da integração entre nossos países foi tarefa de gerações.

Homenageio aqui o Presidente José Sarney e a memória do Presidente Raúl Alfonsín.

Estávamos acordando depois de uma longa noite autoritária e, ao mesmo tempo, enfrentávamos uma das mais severas crises econômicas de nossas histórias.

Sarney e Alfonsín tiveram, então, a visão e a coragem de sepultar desconfianças históricas e plantar as sementes de nossa Aliança Estratégica.

Juntos provamos que é possível cooperar até mesmo em um dos setores mais sensíveis, o nuclear.

Construímos um patrimônio de confiança, ao abrigo da Agência de Cooperação e de Controle de Materiais Nucleares (ABACC) que é exemplo para o mundo.

Lideramos o processo de criação do MERCOSUL, que uniu os destinos dos países do Cone Sul e que criou as bases para lançarmos um projeto ambicioso de integração da América do Sul.

Ao retomar esse projeto de integração com os demais presidentes sul-americanos em maio passado, honramos também a memória de outro grande nome da nossa história compartilhada: o querido presidente Néstor Kirchner, que foi o primeiro secretário-geral da UNASUL.

Caro Alberto,

Reafirmamos hoje que a integração é uma política de Estado e que nossa parceria deve ser cultivada no mais alto nível.

Minha primeira viagem internacional no presente mandato foi a Buenos Aires e nossos frequentes encontros deixam evidente a importância que damos à Aliança Estratégica entre nossos países.

Compartilhamos valores indispensáveis no mundo de hoje. Temos compromisso com a democracia e os direitos humanos, com a erradicação da fome e da pobreza e com o desenvolvimento sustentável.

No plano internacional, somos parceiros na criação de uma ordem multipolar e de um multilateralismo mais representativo e eficaz.

Defendemos o Atlântico Sul como zona de paz e cooperação, sem disputas de natureza geopolítica.

Nossa integração econômica significa interdependência.

A Argentina é o terceiro destino de nossas exportações, enquanto o Brasil é o principal mercado para os produtos argentinos.

Nosso intercâmbio comercial pode superar a cifra de 40 bilhões de dólares que atingimos em 2011.

Construímos uma relação baseada na troca de bens de alto valor agregado e na integração produtiva de nossas economias.

Nossos investimentos recíprocos são responsáveis por quase cem mil empregos.

Precisamos avançar nessa direção, com novas e criativas soluções que permitam maior integração financeira e facilitem nossas trocas. Entre as

opções está a adoção de uma moeda de referência específica para o comércio regional que não eliminará as respectivas moedas nacionais.

Hoje adotamos um ambicioso Plano de Ação para o Relançamento da Aliança Estratégica.

São quase 100 ações que dão concretude ao nosso projeto conjunto de desenvolvimento.

Fico muito satisfeito com as perspectivas positivas de financiamento do BNDES à exportação de produtos para a construção do Gasoduto Presidente Néstor Kirchner.

Estamos trabalhando na criação de uma linha de financiamento abrangente das exportações brasileiras para a Argentina.

Não faz sentido que o Brasil perca espaço no mercado argentino para outros países porque esses oferecem crédito e nós não.

Todo mundo tem a ganhar: as empresas e os trabalhadores brasileiros e os consumidores argentinos.

Companheiro Alberto,

Nossas jovens democracias conseguiram, através da luta de militantes políticos, movimentos sociais, estudantis e sindicais, superar um passado de autoritarismo.

Recordo a querida Hebe de Bonafini, que nos deixou no último ano. Que seu exemplo siga nos inspirando a promover e proteger os direitos humanos.

Diante do muito que nossos países alcançaram juntos, não tenho dúvida de que os próximos anos serão de muita prosperidade.

Muito obrigado.

5. ARTIGOS E ENTREVISTAS

5.1. "Lula vai dialogar com todos. Sem diálogo não há diplomacia, não há solução" – entrevista do Ministro Mauro Vieira ao periódico *Clarín* (Argentina), em 3 de janeiro de 2023

Para o novo governo do Brasil, liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, é fundamental promover negociações em toda a região que ajudem a resolver as crises crônicas neste espaço. Nesse panorama complexo, o novo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, ex-embaixador do Brasil na Argentina, nos Estados Unidos e nas Nações Unidas, em sua primeira entrevista a um veículo internacional, disse ao Clarín que a negociação também deveria envolver países como a Venezuela e a Nicarágua, cujos governantes ele qualifica abertamente como ditadores devido à perpetuação de suas lideranças, porque "como Lula tem sustentado, democracia é alternância e mais de dois mandatos, é ditadura".

Em uma conversa extensa em Brasília, no imenso Centro Cultural Banco do Brasil, onde uma multidão de funcionários do novo governo trabalhou na transição, horas antes da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Vieira relembrou com carinho seus seis anos na Argentina, destacou a importância de resgatar o Mercosul e afirmou que as propostas do Uruguai de um acordo de livre-comércio com a China deveriam ser levadas adiante por todos os sócios. "Seria muito melhor para Montevidéu", afirma.

Clarín: Qual é a análise que o senhor e Lula fazem quando conversam sobre os países da região? Houve uma tentativa de golpe no Peru, acabaram de prender um governador na Bolívia (Luis Camacho) sem respeitar seu foro privilegiado; na Argentina, a Casa Rosada se rebelou contra uma decisão da Corte Suprema de Justiça; e no Brasil há grupos ultranacionalistas que pedem nada menos que um golpe contra as novas autoridades. O que está acontecendo na região?

Ministro Mauro Vieira: São tempos de instabilidade, instabilidades de diversas naturezas e, portanto, de diversas origens. Mas é preciso achar uma solução.

Lula é um entusiasta da integração, da cooperação com os países vizinhos, esse é o seu primeiro círculo de interesse, na América do Sul e no Caribe e para isso as organizações são importantes. Hoje (dia 30/12) ele me disse que o Brasil voltará à CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos). No dia 24 de janeiro estaremos em Buenos Aires para isso. Ele também quer uma atualização da Unasul (União de Nações Sul-Americanas) para que o diálogo político, que é central para encontrar soluções para os processos que o senhor mencionou, possa ser viabilizado por meio desses canais.

Clarín: O senhor indicou que o Brasil vai manter relações com todos os países, mas há muitos processos autoritários na região.

Ministro Mauro Vieira: Certamente. Dissemos que não nos importamos com a ideologia neste nível. Vamos manter relações diplomáticas com a Venezuela, normalizá-las com Cuba e com a Nicarágua. O que nos importa é o diálogo.

Clarín: O diálogo é bom, mas como denunciam as violações dos direitos humanos, a censura e outros crimes cometidos por países como a Nicarágua e a Venezuela?

Ministro Mauro Vieira: Isso se faz censurando essas práticas nos foros regionais, e também nos multilaterais como as Nações Unidas, a Comissão de Direitos Humanos em Genebra, onde cada país tem que prestar contas de tudo o que acontece. E deve ser feito. Mas deixe-me esclarecer, não acredito que a solução oposta seja isolar um país ou aplicar sanções. Isso é pior, devemos continuar negociando e dialogando porque o mais grave acontece com as pessoas que estão no fim da fila e são as primeiras vítimas. Acredito que o diálogo é fundamental e nesse sentido a Unasul, por exemplo, tem um papel muito importante, e teve presença marcante no passado com soluções encontradas entre todos nós para problemas na Bolívia e na Colômbia.

Clarín: Lula disse a revista The Economist que falou para o ex-presidente Hugo Chávez e para o ex-presidente colombiano Álvaro Uribe que mais de dois mandatos é ditadura porque democracia é alternância. Para Lula, Daniel Ortega, da Nicarágua, e Nicolás Maduro, da Venezuela, são ditadores?

Ministro Mauro Vieira: Sim. Lula declarou várias vezes e é público, isso não é uma indiscrição, que quando ele estava prestes a terminar seu segundo mandato havia forte apoio para uma reforma que lhe daria mais um mandato.

Mas ele se opôs, argumentando que as democracias pressupõem alternância e o oposto é ditadura. Ele é muito claro a esse respeito.

Clarín: Então o Brasil pretende se apresentar em todos esses fóruns para sustentar esse argumento?

Ministro Mauro Vieira: Faremos isso, mas também sem deixar de nos aproximar dos países com os quais temos afinidades. E com aqueles com os quais não temos, com os quais discrepamos, buscaremos soluções que gerem mudanças positivas, porque diplomacia é isso, é a arte da negociação, da conversa. Sem conversa, virando as costas para o outro, não há diplomacia e, portanto, não há soluções.

Clarín: Há uma percepção muito forte de que os Estados Unidos veem o Brasil, com o governo Lula, como uma liderança que poderia corrigir o caos e as incoerências republicanas na região. É assim?

Ministro Mauro Vieira: É porque Lula já deu provas de que é o homem do diálogo com todos, que nunca deixou de dialogar. Todos sabem disso. Ele está disposto a conversar com todos, inclusive com os Estados Unidos. A propósito, devemos ter relações de qualidade com Washington, porém independentes, soberanas e guiadas pelo interesse nacional, assim como os americanos guiam as deles pelos seus interesses nacionais. De modo que, em termos de política externa, principalmente na região, o Brasil está disposto a criar consensos. Lula é especialista nisso.

Clarín: O que eu quero dizer é que nos Estados Unidos parece haver uma grande expectativa em relação ao novo governo brasileiro no sentido de, em termos práticos, por exemplo, poderia haver um alívio da crise política, que levaria a um abrandamento dos fluxos de imigrantes.

Ministro Mauro Vieira: Ah, mas da nossa parte também há uma grande expectativa em relação a eles, aos EUA. É um bom sinal que haja uma nova embaixadora dos EUA aqui. Vamos começar a trabalhar sobre bases diferentes das propostas pelo governo anterior, com posições claras. Isso é um avanço.

Clarín: O senhor estava na Croácia, onde era embaixador, quando a guerra contra a Ucrânia estourou, em fevereiro do ano passado. Hoje o mundo está

indignado com o massacre de civis pelos russos na Ucrânia. Qual será a atitude do novo governo sobre isso?

Ministro Mauro Vieira: Nós condenamos. O Brasil, e Lula já disse isso muitas vezes, é contra a agressão de um país a outro para a conquista de território pela força. É proibido pela nossa Constituição. Nós condenamos, sem dúvida nenhuma. Claramente. Mas ao mesmo tempo acreditamos que chegou a hora, depois de quase um ano de guerra, de parar e discutir uma saída sem condições, porque senão a situação ficará ainda mais terrível, principalmente para os civis inocentes. O problema dos refugiados que fugiram da Ucrânia para a Europa é enorme, visível.

Clarín: A questão, ministro, é que um diálogo sem condições é muito difícil. Nenhum país concordaria em negociar se as forças invasoras não deixassem seu território. É uma condição incontornável.

Ministro Mauro Vieira: Sem dúvida, mas acho que é imperativo gerar de alguma forma um canal de diálogo. É preciso haver um ou muitos contatos, mesmo que seja para questões específicas, para se avançar primeiro para um cessar-fogo, depois para a assistência sanitária. Isso leva tempo. A guerra já tem um ano. Para o mundo também é importante conseguir esse avanço porque, após o impacto da Covid, esse conflito criou um desastre econômico. Chegou a hora de acabar com esse horror.

Clarín: O Brasil é muito dependente de fertilizantes russos. Essa situação pode condicionar suas posições sobre a guerra?

Ministro Mauro Vieira: Em princípio temos relações equilibradas com os dois países. Claro que os fertilizantes são importantes, mas gostaria de lembrar que as exportações brasileiras também são importantes para a Rússia. O comércio com a Rússia é muito grande, cerca de 10 bilhões de dólares neste ano (2022). É muito. Podemos até intervir de alguma forma, ser portadores de mensagens entre um lado e outro, colaborar. São negociações complexas, mas é preciso começar.

Clarín: O Uruguai, parceiro do Brasil no Mercosul, defende um acordo bilateral de livre-comércio com a China. Isso fortaleceria o Mercosul?

Ministro Mauro Vieira: Sim, mas a negociação deve ser conjunta. Inclusive para o Uruguai mesmo seria essencial fazer assim porque aumentaria os

volumes de atração se avançássemos juntos, ou seja, com todos os membros. A abertura para outros mercados, para outros continentes, para mercados como a China, por exemplo, é essencial devido à dimensão desse mercado e suas possibilidades. Eles compram tudo o que produzimos. A China também é um parceiro muito importante para nós. É o nosso principal parceiro comercial desde 2010, pouco mais de dez anos, maior inclusive do que os EUA ou a União Europeia.

Clarín: Já que o senhor mencionou a China, os EUA não estão satisfeitos com a influência crescente desse país na região. Há também um forte protecionismo no mundo. Como o Brasil se posicionará entre essas duas potências capitalistas e, em particular, na disputa pela tecnologia?

Ministro Mauro Vieira: Eles são, obviamente, os nossos dois maiores parceiros comerciais. É preciso estar equidistante dos dois, para caminhar entre eles. O que deve nos guiar é o interesse nacional. Por exemplo, comunicações, 5G (telefonia móvel). É preciso analisar os sistemas, a qualidade, o sistema mais barato. A ideologia não tem nada a ver com a tecnologia. A pesquisa científica não tem ideologia, mas como tudo tem um grande impacto econômico, é preciso escolher o que é melhor. Também seria importante fazer isso como grupo no Mercosul. Lembro-me que quando estava em Buenos Aires, aconteceu a negociação do padrão da televisão digital. Havia vários sistemas, foi uma grande discussão e finalmente foi escolhido um e deu tudo muito certo.

Clarín: O senhor conhece muito bem a Argentina. Qual seria sua recomendação para Lula nesse relacionamento?

Ministro Mauro Vieira: Bom, ele também conhece bem a Argentina. Eu cheguei em Buenos Aires em 2004 e saí em 2010. Foram seis anos intensos, incríveis. Foi um período muito rico para mim em experiência profissional. Foi uma época em que os dois países estiveram muito próximos, ao contrário do que aconteceu nos últimos anos quatro anos.

Clarín: E qual é o plano?

Ministro Mauro Vieira: Temos uma relação muito profunda com a Argentina. Somos complementares em bens industriais, podemos aumentar ainda mais essa parceria. Somos também grandes produtores agrícolas. Por isso, naqueles anos havia grande interesse de empresários brasileiros em investir

em empresas argentinas. Lula, em seus oito anos de governo, perdi a conta de quantas vezes ele esteve na Argentina. Mas nos meus seis anos ele foi doze vezes, por motivos diferentes.

Clarín: O que pensam, Lula e o senhor, sobre a crise argentina, que atingiu níveis extraordinários?

Ministro Mauro Vieira: Antes de mais nada, vamos lembrar que a Argentina continua sendo um parceiro muito importante do Brasil. Pessoalmente, acho que a Argentina tem condições de superar essa crise porque é um país com muita riqueza na agricultura, na indústria, em seu povo, um povo com educação. A Argentina tem todas as condições para crescer e se tornar um parceiro cada vez mais importante na América do Sul e no Mercosul.

Clarín: Aqueles de nós que acompanham a evolução do Mercosul o vemos geralmente paralisado...

Ministro Mauro Vieira: Mas o Mercosul é fundamental. Temos que trabalhar com a Argentina para fortalecê-lo, e temos que trabalhar com os outros membros, Uruguai e Paraguai. A Bolívia vai aderir em breve. Se fizermos as coisas juntos, temos um futuro importantíssimo no Mercosul.

Clarín: A questão é hoje. O Mercosul ficou enfraquecido com Bolsonaro e antes disso com posições da Venezuela...

Ministro Mauro Vieira: Sim, mas cabe um exame aprofundado do Mercosul, porque é importante saber o que os parceiros podem fazer juntos. Nesse sentido, devemos continuar trabalhando e buscando alternativas para construir novos acordos que possam, inclusive, se adequar às circunstâncias e aprofundar nossa integração. Existem muitos mecanismos. Um deles, lembremos, foi assinado no primeiro mandato do presidente Lula. Foi um acordo para o pagamento das transações comerciais em moedas locais, o que criava condições mais ágeis para o comércio.

Clarín: A ideia de uma moeda comum para o comércio?

Ministro Mauro Vieira: Isso é mais complicado. Até na Europa ainda se está trabalhando para implementar o euro. Mas o pagamento em moeda local é muito possível, gera uma caixa de liquidação que equilibra as diferenças

entre um e outro no câmbio, diminui o custo das transações e reduz as taxas cobradas pelos bancos. Tudo fica mais ágil e é mais direto.

5.2. Brasil defende diálogo com Putin – entrevista do Ministro Mauro Vieira ao *Le Monde* (França), em 6 de janeiro de 2023

Le Monde: Durante o governo de Jair Bolsonaro, o Brasil se tornou um pária na cena internacional. Qual é o seu balanço desse período?

Ministro Mauro Vieira: Prefiro que falemos sobre o futuro, sobre todos os projetos que vamos realizar. O governo anterior pertence ao passado, e é evidente que estamos situados no extremo oposto. Nossa política é reintegrar o Brasil na cena internacional. Nos últimos anos, estivemos ausentes, nos afastamos, inclusive dos nossos vizinhos — como a França, que compartilha conosco sua mais longa fronteira terrestre [com a Guiana Francesa]! Trata-se de restaurar nossas relações com o mundo, no nível em que elas estavam anteriormente. Com a América Latina, o Caribe, a União Europeia, a China, os Estados Unidos, é claro, mas também com a África, completamente esquecida nos últimos quatro anos. Queremos retomar nosso papel e também a nossa imagem. O presidente Lula disse isso em sua viagem à COP27 em Sharm el-Sheikh [no Egito]: o Brasil está de volta! E isso é perceptível: o mundo nos esperava ansiosamente. Isso ficou evidente no dia da posse, 1º de janeiro: 67 delegações vieram a Brasília. Um recorde.

Le Monde: Em maio de 2022, em entrevista à revista americana Time, Lula declarou sobre o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky: "Esse cara é tão responsável [pela guerra] quanto Putin." Qual é a sua posição sobre o conflito?

Ministro Mauro Vieira: Nossa posição é muito clara: o Brasil condena a invasão do território ucraniano e a violação do direito internacional. A frase do presidente Lula pode ter sido mal compreendida por um problema de tradução... De qualquer forma, minha interpretação é que ambas as partes, e ambos os chefes de Estado, têm a responsabilidade de buscar uma solução para esse conflito. No dia de sua posse, o presidente Lula recebeu a visita da presidente do Conselho da Federação da Rússia, Valentina Matvienko, e da primeira vice-primeira-ministra da Ucrânia, Ioulia Svyrydenko. Diante de ambas, ele insistiu na importância de se encontrar um clima e um espaço de diálogo entre os dois governos. Devem ocorrer encontros bilaterais e

setoriais para permitir a exportação de cereais ou a realização de operações humanitárias. Tudo isso deve abrir o caminho para começar a negociar a paz, que é indispensável — para a Ucrânia, para a Rússia, para a Europa, mas também para o restante do mundo.

Le Monde: O Brasil poderia impor sanções à Rússia? Poderia enviar ajuda material ou mesmo militar à Ucrânia?

Ministro Mauro Vieira: Só aplicaremos sanções se forem aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU. Essa é uma das bases do direito internacional. Quanto ao envio de ajuda militar, não vejo necessidade. Nenhum país da região se envolveu diretamente no conflito. O Brasil é um país pacífico, não temos armas para enviar.

Le Monde: Persona non grata na União Europeia, Putin poderia ser recebido em Brasília, por exemplo no contexto de uma cúpula dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)?

Ministro Mauro Vieira: Ele certamente será convidado, embora eu não saiba se poderá vir. A Rússia participa de muitos mecanismos internacionais. Portanto, para tudo o que ocorrer em nível presidencial, ele será convidado. Como já disse, a posição do Brasil e do presidente Lula é a do diálogo.

Le Monde: No plano regional, a situação evolui rapidamente na Venezuela. Os Estados Unidos iniciaram um diálogo com o governo de Nicolás Maduro. Qual é a posição do Itamaraty?

Ministro Mauro Vieira: Mais uma vez, é totalmente oposta à do governo anterior! Nos próximos dias, vamos reabrir nossa embaixada, nosso consulado e a residência oficial em Caracas, abandonados há dois anos com a ruptura das relações entre os dois países. Precisamos estar presentes. Diplomacia é diálogo: se não nos falamos mais, não há mais diplomacia! Nosso objetivo é ajudar na construção de um consenso interno na Venezuela, para permitir o retorno à normalidade e ao funcionamento das instituições. Esse país, riquíssimo, precisa sair do isolamento, produzir e exportar seu petróleo para o bem de seu povo. De forma geral, o Brasil pretende retomar plenamente seu papel no nível regional. O presidente Lula estará presente nos dias 23 e 24 de janeiro em Buenos Aires para a cúpula da Comunidade de Estados Latino--Americanos e Caribenhos [CELAC, que reúne trinta e três países da

região], abandonada pelo governo anterior. A integração da América Latina está inscrita na Constituição brasileira. Por isso, vamos nos engajar no fortalecimento das instituições regionais, como o mercado comum Mercosul e o fórum da Unasul [União das Nações Sul-Americanas].

Le Monde: Qual é a posição do novo governo sobre o tratado de livre-comércio entre a União Europeia e o Mercosul?

Ministro Mauro Vieira: É um texto negociado há pelo menos vinte anos, se não me engano. Durante minha primeira passagem como ministro das Relações Exteriores, em 2015-2016, já trabalhava nesse tema. O que queremos, hoje, é que esse acordo beneficie o Brasil e nossos parceiros do Mercosul. Ele ainda não foi ratificado, embora as negociações técnicas tenham sido concluídas em 2019. Acabamos de assumir. E, sinceramente, preciso de um tempo para examinar em detalhes esse texto enorme. Temos todo o interesse em que esse acordo se concretize e que possamos nos aproximar ainda mais da União Europeia.

Le Monde: Nos últimos anos, as relações entre França e Brasil foram muito turbulentas, marcadas pela crise diplomática de 2019 e insultos durante os incêndios na Amazônia. Como pretende melhorar essa relação?

Ministro Mauro Vieira: A França é um dos nossos principais parceiros, um dos mais antigos. Nossos dois países têm relações profundas nos campos econômico, cultural e militar — com, por exemplo, um acordo sobre a construção de submarinos com propulsão nuclear. Enfim, não preciso chover no molhado. Temos o maior respeito pela França, um país de referência no mundo moderno, que deu vida à democracia.

O próximo passo, certamente, será uma visita do presidente Emmanuel Macron ao Brasil. O presidente Lula tem por ele uma estima particular: o sr. Macron o recebeu no Palácio do Eliseu quando ele ainda era apenas candidato e foi um dos primeiros a telefonar para parabenizá-lo pela vitória. Essa sinergia será certamente muito positiva para avançarmos, especialmente porque os dois chefes de Estado exercerão seus mandatos mais ou menos no mesmo período. Em breve, vamos nomear um novo grande diplomata para chefiar a embaixada do Brasil em Paris. Queremos elevar ainda mais o nível da nossa relação.

5.3. "Acordo do Uruguai com a China seria destruição do Mercosul" – entrevista do Ministro Mauro Vieira a *Folha de S.Paulo*, em 21 de janeiro de 2023

Folha de S. Paulo: Em 2015, quando o sr. era chanceler, parecia mais fácil o Brasil ter uma política externa independente em relação à China e aos EUA. Como manter a política externa brasileira independente entre esses dois polos?

Ministro Mauro Vieira: O Brasil vai se guiar pelo interesse nacional. O que for de interesse nacional será feito, de um lado ou de outro. Não são coisas conflitantes, não vamos deixar de ter uma relação estratégica importantíssima com a China por qualquer outro motivo, sendo do interesse do Brasil como é. Os EUA foram durante um século o principal parceiro comercial do Brasil, de 1910 a 2010. Em 2010, passou a ser a China. Não podemos deixar de conversar e ter relações com nosso maior parceiro, com o qual nós temos um enorme superávit. Da mesma forma com os Estados Unidos, que estão no centro de poder mundial.

Folha de S. Paulo: A Rússia, um dos países do Brics [grupo também formado por Brasil, Índia, China e África do Sul], está em guerra com a Ucrânia e ameaça utilizar armas nucleares. Isso muda a dinâmica dentro do bloco?

Ministro Mauro Vieira: A posição do presidente Lula é muito clara: ele reconheceu e condenou a invasão e a conquista de território pelo uso da força, a negação do direito internacional. Ele sempre diz que precisa, neste momento, apoiar ambos os lados para que haja uma negociação efetiva, uma conversa sobre a paz.

Folha de S. Paulo: O Brasil retomou as relações com o governo Maduro na Venezuela e enviou um encarregado de negócios para reabrir a embaixada em Caracas. De que forma manter o canal de comunicação aberto vai ajudar os cidadãos venezuelanos?

Ministro Mauro Vieira: Vai ajudar, em primeiro lugar, os cidadãos brasileiros. Há 25 mil brasileiros vivendo na Venezuela. Quando eles têm um filho, precisam de passaporte, precisam viajar à Colômbia. Fechamos três consulados no interior e mais um consulado-geral em Caracas. Quanto a restabelecer um diálogo, você não pode parar de falar com alguém porque a pessoa não concorda com você.

Folha de S. Paulo: Mas como esse restabelecimento de relações ajuda os refugiados venezuelanos?

Ministro Mauro Vieira: Na época em que eu era ministro da presidenta Dilma, a Unasul [União de Nações Sul-Americanas] tinha um mecanismo importantíssimo, uma troika [formada por Brasil, Equador e Colômbia] que viajava constantemente. Fui não sei quantas vezes [à Venezuela] para conversar com o governo. Depois sempre nos encontrávamos com todas as correntes políticas de oposição na Nunciatura Apostólica, que era um espaço neutro. Ouvíamos e levávamos para o governo. O resultado foi a realização das eleições legislativas [de 2015]. Continuaram essas conversas e houve eleições, em que ganhou a oposição. É um resultado concreto.

Folha de S. Paulo: Mas o chavismo criou um Parlamento paralelo para esvaziar a Assembleia oposicionista.

Ministro Mauro Vieira: Sim, mas aí ninguém mais conversou. Daí a importância do que o presidente Lula sempre diz: tem que falar e negociar.

Folha de S. Paulo: Os governos anteriores do PT foram cobrados por não condenar em termos firmes o autoritarismo na Venezuela. Qual será a linha adotada pela gestão Lula 3?

Ministro Mauro Vieira: Temos que ser pragmáticos e voltar a conversar como sempre. A diferença que há de posições, da forma de tratar os temas, pode ser dita sem problema nenhum. Isso não quer dizer apoio. Você tem que estabelecer canais válidos. Porque quem está no poder, que foi eleito e reeleito, é o presidente Maduro. Você pode criticar, dizer que não foi... Não é só lá que é assim, né? São tantos os países. Agora, lá foi criada uma ficção que não deu certo.

Folha de S. Paulo: O governo não critica nunca.

Ministro Mauro Vieira: O presidente já reconheceu em várias ocasiões e já fez críticas, às vezes indiretamente, quando ele se refere a tantos temas que são contrários às coisas que acontecem lá.

Folha de S. Paulo: A Nicarágua vive uma crise brutal, com presos políticos sem acesso a defesa. Considera o país uma democracia?

Ministro Mauro Vieira: Não é. Lula já disse várias vezes que é a favor da alternância de poder. Ele conta sempre que, quando estava terminando o segundo mandato, muitos insistiram numa mudança constitucional para que ele pudesse ser candidato de novo. Disse que não, que a perpetuação [no poder] não é democrática.

Folha de S. Paulo: Qual a posição do Brasil em relação aos abusos de direitos humanos na Nicarágua?

Ministro Mauro Vieira: Evidentemente nós condenamos. O que for [abuso] claro e comprovado, evidentemente que não vamos apoiar.

Folha de S. Paulo: O Uruguai está iniciando o processo de negociação de um acordo comercial com a China, separadamente do Mercosul...

Ministro Mauro Vieira: Não está.

Folha de S. Paulo: Eles anunciaram que estão...

Ministro Mauro Vieira: Eles estão conversando. Eles estão anunciando que querem negociar, mas eles têm que ter primeiro a concordância dos outros membros [do Mercosul].

Folha de S. Paulo: Qual a posição do governo Lula em relação à proposta de flexibilização do bloco?

Ministro Mauro Vieira: Queremos o Tratado de Montevidéu [o chanceler se refere, na verdade, ao Tratado de Assunção], que diz no parágrafo primeiro que existe uma Tarifa Externa Comum [TEC]. Se você negociar fora, destrói a tarifa. Temos que examinar, porque o Mercosul não é o mesmo da época da [sua] criação. Temos que ver as necessidades de cada um e as assimetrias que existem. Ver o que se pode fazer em termos de algum tipo de concessão. Brasil e Uruguai não têm só uma relação dentro do Mercosul, temos uma relação bilateral direta que é intensíssima. Então precisamos ver, porque destruir o Mercosul não interessa a ninguém. Não interessa à Argentina, não interessa ao Uruguai, não interessa ao Paraguai.

Folha de S. Paulo: Um acordo comercial entre Uruguai e China destruiria o Mercosul?

Ministro Mauro Vieira: Tem uma Tarifa Externa Comum... Se eles [Uruguai] negociarem outra coisa, sim. É uma questão do arcabouço legal do Mercosul. Se negociar com tarifas diferentes, se forem [tarifas] mais baixas, as coisas que entrarem nesse país mais baratas —porque pagam menos— circularão nos outros porque há livre circulação [de mercadorias]. Há uma coordenação de política tarifária, nós todos adotamos o mesmo sistema para poder comerciar, exportar e importar também no mesmo pé de condição. Se não, desequilibra.

Folha de S. Paulo: O sr. destaca em suas falas que o governo defende acordos comerciais equilibrados. Considera o texto negociado com a União Europeia (UE) equilibrado?

Ministro Mauro Vieira: É sem dúvidas um acordo importante, porque dará acesso aos dois lados: da UE ao Mercosul e vice-versa. Foi muito anunciado que o acordo foi assinado. Não foi assinado, ele foi negociado em nível técnico. Estamos fazendo análises internas para conhecer, [para] depois negociar internamente no Brasil, com os ministérios envolvidos e com os países do Mercosul. E depois voltar e retomar as conversas com a UE. Se a análise dos resultados for positiva, ótimo, é passar adiante. Entendo que há ainda alguns pontos abertos, inclusive do lado da União Europeia.

Folha de S. Paulo: Entrar na OCDE é uma maneira de trazer investimentos para o Brasil?

Ministro Mauro Vieira: A OCDE é uma organização com esse objetivo. No ano passado, o Brasil foi convidado a negociar formalmente [seu acesso à OCDE]. Isso é um processo, você tem que adaptar uma quantidade gigantesca de leis aos padrões da OCDE —muitas coisas nós já seguimos. Se houver interesse, você tem que compatibilizar todas essas políticas com os nossos compromissos do Mercosul. Estamos ainda analisando, evidente que é uma organização importante e relevante. Vamos ver tudo à luz do interesse nacional.

Folha de S. Paulo: O Brasil quer ser membro da OCDE?

Ministro Mauro Vieira: Queria [na gestão anterior], a gente precisa ver agora neste governo. A OCDE é importante para captar investimentos e tudo, mas o Brasil foi por muito tempo o maior receptor de investimentos externos sem

ser da OCDE. E vai voltar a ser. Agora, a OCDE tem qualidades e vantagens. Temos que examinar e ver o que teremos que fazer para adaptar a legislação. É muita coisa, não é pouco. Ver se vale a pena, o que precisa fazer, quanto tempo vai levar.

5.4. Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à *CNN Internacional*, em 10 de fevereiro de 2023

CNN: Presidente Lula, seja bem-vindo ao nosso programa.

Presidente Lula: O prazer é meu, Amanpour, por participar de seu programa.

CNN: O presidente Biden foi um dos primeiros líderes mundiais a parabenizá-lo por sua vitória eleitoral e a condenar o levante de 8 de janeiro. Vocês têm muito em comum, protegendo a democracia... é este o principal impulsionador de sua reunião aqui?

Presidente Lula: Eu acredito que defender a democracia é uma obrigação de todos os democratas do mundo. Eu jamais imaginei que pudesse acontecer nos Estados Unidos da América do Norte, a invasão do Capitólio; como jamais imaginei que no Brasil depois de uma eleição democrática, pudesse haver uma invasão no Congresso, na Suprema Corte e no Palácio Presidencial. Isso significa que você tem solta no mundo, uma extrema direita raivosa, uma extrema direita muito mas, muito nervosa que utiliza fake news como se fosse um instrumento de fazer política de conversar com as pessoas; e nós precisamos destruir essa narrativa que eles utilizam contra os democratas. Eu, aliás, ontem eu quero dar os parabéns ao Presidente Biden pelo seu discurso no Congresso Nacional, que foi um discurso muito interessante. Era como se estivesse falando no Brasil, porque no Brasil acontece a mesma coisa que está acontecendo aqui.

CNN: O seu adversário Jair Bolsonaro – o presidente anterior que perdeu – está aqui nos Estados Unidos. Ele pediu um visto de seis meses, mas já está sendo investigado pelo seu Supremo Tribunal Federal por supostas violações durante o levante. Após sua posse, o Sr acha que ele deveria ficar nos Estados Unidos? O que o Sr dirá ao presidente Biden sobre isso?

Presidente Lula: Olha, veja ele já tem praticamente 12 (doze) processos lá no Brasil e vai ter mais. Eu acho que em algum momento ele vai ser condenado, em alguma Corte internacional sobre a questão do genocídio, por conta da COVID, porque metade das pessoas que morreram é por conta da irresponsabilidade do governo, e também ele poderá ser punido pelo genocídio contra os índios Yanomami, ou seja, que é uma coisa muito grave que aconteceu lá e ele incentivava os garimpeiros a jogar mercúrio na água, a poluir a água, que as pessoas bebiam "naquele mundo" bem escondido do restante do país. Então eu acho que em algum momento ele vai ser condenado; ele na verdade nem ficou lá para me dar posse; ele fugiu do Brasil 3 (três) dias antes e ainda fugiu no avião presidencial e veio se esconder aqui na casa de um amigo dele. De qualquer forma, um dia ele vai ter que voltar ao Brasil e vai ter que enfrentar todos os processos que estão movidos contra ele. Porque eu posso te contar uma coisa, eu nunca pensei que alguém fosse capaz de destruir em apenas 4 (quatro) anos tudo que nós construímos em 13 (treze) anos no Brasil ele destruiu em 4 (quatro). E é por isso que o nosso lema agora é: União e Reconstrução do Brasil!

CNN: O Sr pedirá a extradição dele – para que seja deportado ao Brasil – ou não?

Presidente Lula: Olha, eu ainda não sei, porque eu não vou falar com o Biden sobre isso porque isso vai depender muito da Justiça Brasileira. Eu sempre trabalho com a ideia de que todo mundo tem direito à presunção de inocência. Ele tem o direito de se explicar para a sociedade e tem direito de ser julgado da forma mais democrática possível; da forma que eu não fui. Eu quero para ele a presunção de inocência que eu não tive. E nem por isso eu estou preocupado! E quero que ele seja julgado de acordo com a lei; eu só posso tocar nesse assunto se o Presidente Biden tocar no assunto. Se o Presidente Biden não tocar, eu não vim aqui para falar mal de um presidente, que todo mundo sabe que ele é uma cópia fiel daquilo que o Trump foi nos Estados Unidos.

CNN: Bem, tendo dito isso, obviamente o evento de 6 de janeiro aqui foi traumático para este país. Agora, um cientista político de Harvard observou que, no Brasil, depois de 8 de janeiro, suas instituições, governo, mídia, opinião pública, Suprema Corte – tudo – foram muito rápidos em se unir em oposição ao levante de 8 de janeiro em seu país. Muito mais rápidos so que o ritmo do público aqui nos Estados Unidos. Então minha pergunta é: o Sr acredita que agora, apenas um mês depois, a democracia está segura em seu país?

Presidente Lula: Eu acredito que as instituições que são criadas para garantir o processo democrático, estão muito preparadas para enfrentar qualquer tentativa de golpe. Porque o que houve no Brasil foi uma tentativa de golpe; organizada possivelmente para que acontecesse no dia primeiro de janeiro, no dia da minha posse. Não aconteceu porque tinha muita gente; e eles resolveram quando todos nós estávamos muito tranquilos, resolveram fazer essa tentativa de golpe. Eu posso garantir que as instituições brasileiras estão comprometidas com o processo democrático: o Congresso Nacional, a Presidência da República, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário estão totalmente irmanados para que a gente possa garantir a democracia. A Igreja, os movimentos sindicais, a sociedade como um todo não quer que a democracia seja desmantelada, seja quebrada. Então eu estou confiante que nós vamos seguir em frente no processo de reconstrução do Brasil, inclusive na reconstrução da nossa boa aliança com os Estados Unidos.

CNN: A democracia também depende de suas forças de segurança – e um número alarmante delas foi vista quase que em conluio com os manifestantes de 8 de janeiro. As selfies; a polícia os escoltando em vez de barrá-los... Muitos deles foram demitidos pelo Sr; o Sr tomou medidas imediatas; e muitos deles estão sendo acusados e investigados. Minha pergunta é: o Brasil obviamente tem uma história de ditadura militar antes da democracia... Por que as forças de segurança – o Exército, a Polícia Militar, a polícia – fizeram isso no dia 8 de janeiro? Por que eles não estavam mais fortes?

Presidente Lula: Olha eu posso te garantir que a impressão que eu tenho aqui, todas as forças que tive que cuidar da segurança de Brasília, estavam comprometidas com o golpe. Todas as forças. Inclusive nós tivemos que fazer intervenção no Estado de Brasília, no governador; que tivemos que fazer uma intervenção na segurança de Brasília, colocamos um interventor para colocar ordem na casa. E o comandante do Exército de Brasília, embora ele não apareceu em nenhum momento falando a favor; a verdade é que eles estavam protegendo os acampamentos que estavam na frente do exército, pedindo golpe. E aí eu não tive dúvida e tive que trocar o comandante, coloquei um outro comandante e um comandante que seja legalista, que saiba cumprir aquilo que está definido na Constituição para as Forças Armadas. É ter um papel importante em qualquer país do mundo e no Brasil o papel dela é defender os interesses do povo brasileiro, a nossa soberania e defender o povo brasileiro contra possíveis ataques externos. É esse o papel dela e nada mais. Então ela não pode se meter em política.

CNN: Certo, mas o Sr acha que eles estavam mandando ao Sr um sinal, com um aviso? O Sr sabe que Bolsonaro, seu antecessor, deu milhares de cargos a tipos militares e policiais no governo. Será que eles estão preocupados com suas regalias, com sua segurança, com seu poder?

Presidente Lula: Não veja, nós estamos detectando todas as pessoas que foram contratadas de forma ilegal, que são contratadas por serem de confiança do governo; estamos afastando do governo. Nós estamos tirando todo mundo que não é concursado e que foi contratado no período Bolsonaro do governo. Nós já detectamos gente recebendo o salário em Miami, em Lisboa, já descobrimos gente recebendo salário em Paris, ou seja, pessoas ligadas a ele que se colocaram em algum conselho e estão ainda trabalhando em nome do Estado Brasileiro. Toda essa gente será mudada e as pessoas que vão trabalhar serão pessoas responsáveis. E eu volto a te dizer uma coisa, daqui para frente as Forças Armadas Brasileiras não participarão mais do processo público. Quem quiser participar, tire a farda, se candidate e enfrente a situação política da forma que o cidadão civil enfrenta; e não tentar enfrentar a situação vestido de militar. O novo comandante tem noção de que as Forças Armadas não podem se meter em política.

CNN: Presidente Lula, quando o Sr esteve no poder por dois mandatos, era um herói cultuado em todo o mundo: o presidente Barack Obama cantava suas glórias, e muitas pessoas perceberam, e apreciaram, que o Sr retirou dezenas de milhões de pessoas brasileiras pobres, muito pobres, da extrema pobreza. Mas é um Brasil diferente agora: a economia não está ótima; a agricultura, as commodities, todos esses preços não são o que eram quando o Sr assumiu o cargo – e é um país muito dividido: o Sr ganhou por uma margem muito pequena! O que o Sr terá de fazer para atender as demandas das pessoas que votaram no Sr e para unificar o país?

Presidente Lula: Olha eu sempre dou como referência o Brasil que eu peguei em 2003. O Brasil que eu peguei em 2003, tinha uma inflação de 12% e um desemprego de 12%. O Brasil que eu peguei em 2003, tinha uma inflação, tinha uma dívida externa de 30 bilhões de dólares. E o que nós tínhamos era uma dívida interna pública de 60.7% do PIB. O que nós fizemos? Nós reduzimos a dívida pública de 60.7 para 37%, nós pagamos 30 bilhões ao FMI e fizemos uma reserva de 370 Bilhões de dólares, nós reduzimos a inflação para 4,5% e geramos 22 milhões de empregos formais no Brasil. Foi isso que nós fizemos! E é isso que nós vamos fazer agora! E é isso que nós vamos fazer agora!

E a minha política é simples é incluir o povo pobre no orçamento, o povo pobre tem que participar da economia. Nós temos que ter uma política muito forte de incentivo ao pequeno e o médio empreendedor individual. Nós temos que ajudar muita a pequena e média empresas, a cooperativas. Nós temos que voltar a fazer política de infraestrutura, na construção de habitação popular, saneamento básico, em obras de estradas e ferrovias; ou seja, nós já temos na cabeça, já temos projeto e mais importante nós sabemos como fazer. E pode ficar certo que daqui a quatro anos você vai ver o Brasil muito melhor do que eu recebi.

CNN: Presidente, o Sr já manifestou que, na sua opinião, no governo anterior, foi cometido genocídio contra o seu povo. O Sr fala sobre as mortes durante a Covid – e particularmente das centenas de mortes entre o povo Yanomami, os indígenas, e eu sei que recentemente o Sr visitou a região deles na Amazônia. O que o Sr vai fazer, porém, também sobre o clima? Porque esse é outro grande item em sua agenda com o presidente Biden. A gente viu a Amazônia – sabe – não ser cuidada no governo anterior.

Presidente Lula: Amanpour, de 2003 a 2015 quando o PT governou o Brasil, a gente reduziu o desmatamento de 80% no Brasil. Nós assumimos o compromisso em Copenhague, na COP 15, de que a gente iria inclusive, reduzir a emissão de gás de efeito estufa e reduzimos em 39.6%; ou seja, o compromisso nosso com a questão climática não é mais um compromisso teórico de eleição. Não! É um compromisso de ser humano que vive num planeta que precisa ser cuidado. Então, o Brasil hoje tem 30 milhões de hectares de terra degradadas. Você não precisa cortar uma árvore sequer. Você não precisa avançar aonde você não deve avançar numa reserva indígena, numa floresta que serve de reserva florestal marcada pelo Governo, você não pode permitir que alguém invada aquilo. Então, eu posso te garantir, nós temos um compromisso de governo, de cidadão e compromisso de humanista: nós vamos chegar a um desmatamento zero em 2030. É o compromisso nosso; é de tentar criar as condições para chegar ao desmatamento zero. Aí você tem que conversar com os prefeitos, com os governadores e você inclusive; ao invés de punir, você tem que premiar aqueles prefeitos, aqueles governadores que garantiram que no seu estado não tenha mais queimada, mais desmatamento desnecessário, ao invés de você punir você incentiva ele, premia ele com alguma ajuda do Governo Federal, para que ele se sinta motivado a ser participante das atitudes do Governo.

CNN: Bem, as pessoas que estão olhando para a democracia brasileira estão vendo, como eu disse, para uma nação dividida. O Sr provavelmente viu um artigo recente que foi escrito sobre o Sr, dizendo que metade da população o ama e metade da população o despreza. Eu me pergunto o que o Sr pensa sobre isso? Mas também, e mais importante: o fato de unificar o Brasil aparentemente será a chave para fortalecer a democracia e garantir que o modo de Bolsonaro não volte após o seu mandato. Como o Sr fará isso quando metade da população, como eu disse, o despreza?

Presidente Lula: Nós vamos ter eleições no Brasil depois das eleições nos Estados Unidos. Nós vamos ver como é que a "coisa" vai acontecer nos Estados Unidos, porque aqui tem uma divisão muito marcada igual tem no Brasil. Os democratas e os republicanos estão muito divididos, ou seja, é ame-o ou deixo-o! É mais ou menos isso que acontece. Ou seja, no Brasil nós somos um país mais pacificado. O brasileiro na sua índole, ele gosta de ser feliz; ele gosta de música; ele gosta de futebol; ele gosta de carnaval. Não é um povo que tem a cultura, sabe, de odiar. O que aconteceu é que nós tivemos uma indústria de fake news, que nós não conseguimos combater em igualdade de condições. E eu estou convencido que nem todo mundo que votou no Bolsonaro, é bolsonarista. Estou convencido que um monte de gente que votou, talvez não goste do PT; por isso, talvez não goste do Lula. Mas veja, quando a gente ganha uma eleição, a gente tem que governar para todo mundo. Eu não quero saber se o prefeito de uma cidade, se o governador do estado é bolsonarista; eu quero saber se ele está interessado em ajudar a resolver os problemas do povo brasileiro. Se ele tiver, que venha! Veja, uma eleição sempre será dividida quando tem dois candidatos. Sempre ela é dividida. Na Alemanha é dividida; na França você viu a eleição do Macron, também uma divisão; aqui... a única coisa estranha que aconteceu foi o que aconteceu aquilo Capitólio; porque jamais a gente imaginava. Porque no país que simbolizava a democracia, alguém pudesse invadir o Capitólio, ou alguém pudesse ser tão desumano, como era o presidente Trump. E o Bolsonaro é uma cópia fiel! É uma cópia! Ou seja, como se você colocasse numa máquina e tirava fotocópia - é a mesma coisa! Sabe, não gosta de sindicato, não gosta de empresário, não gosta de trabalhador, não gosta de mulheres, não gosta de negros, não gosta de conversar com o empresário; ou seja, é ele e as mentira dele; "as fanfarras" dele. Sabe, não gosta de falar com impressa; então, nós mudamos isso querida! Nós mudamos. Eu acho que o Brasil aos poucos vai se encontrando e aos poucos a democracia vai prevalecer. Esse é meu compromisso. E eu espero que daqui quatro anos você possa fazer uma outra entrevista comigo, que você vai ver já vai ser

democrático. E vou te dizer uma coisa: o Bolsonaro não tem nenhuma chance de voltar à Presidência da República! Agora vai depender da nossa capacidade de construir a narrativa correta do que ele representou para o Brasil. Porque essa extrema direita está no mundo inteiro. Ela esteve nos Estados Unidos; ela está no Brasil, na Espanha, ela esteve na França, na Hungria, na Alemanha; ou seja, é uma extrema direita organizada que se a gente não tomar cuidado, é uma atitude nazista! É uma atitude negacionista, que nós nunca tínhamos visto. Então, como eu gosto da democracia – e a democracia é a melhor forma de você ter o poder, convivendo democraticamente na adversidade, eu vou conversar com o Presidente Biden, porque nós temos que melhorar a nossa relação política, a nossa relação cultural, a nossa relação comercial, sabe, os Estados Unidos é muito importante para nós – e acho que o Brasil tem certa importância para os Estados Unidos. E o que nós queremos é que duas nações grandes que são democráticas, possam ajudar a fortalecer a democracia em todo o continente latino americano e no planeta Terra.

CNN: O Sr fala muito em democracia, presidente, e parece que terá de enfrentar o presidente Biden em uma defesa fundamental dos Estados Unidos, da democracia em todo o mundo: a Ucrânia. O Sr não acredita, acho que não, no apoio ocidental à defesa da Ucrânia, e já manifestou isso diversas vezes. Por que não? Quer dizer, algumas pessoas perguntaram, de fato, em um artigo: por que Lula está tão comprometido com a democracia em casa e não no exterior?

Presidente Lula: Eu tô muito comprometido que a democracia em qualquer lugar do planeta terra, eu acho que, no caso da Ucrânia e da Rússia, é preciso ter alguém que fale em paz, é preciso que se crie interlocutores para tentar conversar com as partes, essa é a minha tese, ou seja, nós precisamos encontrar interlocutores que possam sentar com o presidente Putin e mostrar o equívoco que ele cometeu ao invadir a integridade territorial da Ucrânia e nós temos que mostrar pra Ucrânia que é preciso aprender a conversar mais para a gente evitar essa guerra, a gente tem que parar essa guerra. Então, o que que eu vou conversar com o presidente Biden? Eu não sei o que que ele vai conversar comigo, mas o que eu quero conversar com ele é que é preciso criar um conjunto de países para negociar a paz.

CNN: Já há esses países: os BRICs. Você é um deles. Nenhum deles – Rússia, China, Índia – parece querer falar sobre paz: estão basicamente falando sobre a Rússia.

Presidente Lula: Eu quero falar sobre paz, eu quero falar sobre paz com Putin, eu quero falar de paz com presidente Biden, quero falar em paz com o Xi Jinping, quero falar em paz com a Índia, quero falar em paz com a Indonésia, quero falar em paz com todo mundo, porque para mim o mundo só vai se desenvolver se houver paz, se houver tranquilidade.

CNN: Ok, isso é legal, mas o Sr não acredita que um país soberano, independente e democrático – como o seu, como a Ucrânia – tem o direito de auto defesa e de se defender contra uma invasão ilegal?

Presidente Lula: Lógico que ela tem o direito de se defender, até porque a invasão foi um equívoco da Rússia, ela não poderia ter feito isso e afinal de contas ela faz parte do Conselho de Segurança Nacional, ou seja, e isso não foi discutido no Conselho de Segurança? Então o que eu quero é dizer o seguinte: Olha o que tinha que ser feito de errado já foi feito agora é preciso encontrar pessoas para tentar ajudar a consertar e eu sei que o Brasil não tem muita importância no cenário mundial, sabe nessa lógica perversa dos conflitos do mundo, mas eu posso te dizer que eu vou me dedicar para ver se encontro um caminho para alguém falar em paz. Eu estive com o chanceler alemão esses dias e ele foi no Brasil.

CNN: Ele pediu para o Sr enviar seus tanques Leopards à Ucrânia e o Sr disse não.

Presidente Lula: Era mandar munição e eu não quis mandar, porque eu falei se eu mandar eu entrei na guerra, eu falei se eu mandar sabe as munições que você tá pedindo eu entrei na guerra, eu não quero entrar na guerra eu quero acabar com a guerra, esse é o meu dilema e esse é o meu compromisso, sabe, eu eu agora tô visitando a China em março, vou conversar muito com o presidente da China sobre papel que ele tem para jogar na questão da paz e esse é o meu trabalho, conversei com o chanceler alemão, conversei com Macron, vou falar com presidente Biden, vou falar com Xi Jiping, vou falar com os indianos, vou falar com todos os países, nós temos que ter um grupo de pessoas que fala em paz e mostrar que a paz é a única coisa que pode restabelecer a dignidade da vida humana, o direito dele trabalhar e de viver dignamente, decentemente, é isso os ucranianos tem que compreender, agora é preciso criar uma narrativa, sabe, porque a Rússia não é um país qualquer, então é preciso construir a narrativa que dê a eles o mínimo de condições de parar, como os Estados Unidos parou a Guerra do Vietnã, não era fácil

parar, mas teve que parar um dia, então, se ela começou errada nós temos que consertar agora, para a guerra e depois vamos discutir numa mesa de negociação o que é que a gente quer de verdade.

CNN: Posso fazer uma última pergunta, uma pergunta pessoal? O Sr teve uma história de vida dramática – e uma dramática volta ao poder, depois de ter estado na prisão. O Sr também sobreviveu ao desafio de 8 de janeiro, a esta insurreição. O Sr é o presidente brasileiro mais velho a tomar posse. O presidente Biden é um dos presidentes americanos mais velhos. O que motiva o Sr? O que leva pessoas como o Sr, na sua idade, a continuarem fazendo isso?

Presidente Lula: Amanpour, eu digo sempre o seguinte: a velhice ela só existe para quem não tem uma causa, se você tem uma causa e você se dedica essa causa a velhice não existe, ela deixa de existir, é por isso que eu digo todo santo dia: eu tenho 77 anos mas eu digo: eu tenho energia de 30, eu tenho disposição de trabalhar 24 horas por dia, eu não conto trabalhando, porque eu tenho uma causa: minha casa é o povo brasileiro, eu preciso melhorar a vida deles, eu preciso mostrar que ele pode comer três vezes ao dia, nós tínhamos acabado com a fome no Brasil, agora tem 33 milhões de pessoas passando fome num país que é o terceiro produtor de alimento do mundo, num país que é o maior produtor de proteína animal do planeta, como é que isso explica as pessoas ficarem com fome? Então, outra vez eu vou acabar com a fome desse país, outra vez nós vamos fazer com que a economia brasileira volte a crescer, outra vez a gente vai gerar emprego, porque é isso que eu quero pro Brasil. Eu vi o discurso do Biden de ontem, eu li o discurso dele inteiro, eu acho que é um discurso que poderia ser feito no Brasil tranquilamente, se eu fizesse no Brasil hoje o discurso que o Biden fez no congresso americano eu seria chamado de comunista no Brasil. O mercado me chamaria de comunista.

CNN: O Sr sabe que eles o chamam de comunista, os seus detratores! Bom, presidente Lula, obrigada.

Presidente Lula: O mercado é ingrato, porque ele nunca ganhou tanto dinheiro na vida como ganhou no meu período de governo.

CNN: Muito obrigada por estar conosco. Foi um grande prazer, obrigada.

Presidente Lula: Obrigado a você, Amanpour.

5.5. "Voltar ao mundo é também um bom negócio" – artigo do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, publicado em *O Globo*, em 14 de fevereiro de 2023

A visita oficial do presidente Lula a Washington, na última sexta-feira, foi muito além do simbolismo do relançamento da relação com os Estados Unidos no mais alto nível. Do encontro, tanto na dimensão pública quanto na das reuniões de trabalho, ficou clara a sintonia entre os presidentes Lula e Biden sobre a importância da retomada do diálogo bilateral estreito e da cooperação em questões cruciais, como a defesa da democracia e a volta do Brasil à liderança no debate sobre o meio ambiente e a mudança climática.

A decisão do governo Biden de engajar-se nos esforços internacionais em torno do Fundo Amazônia representa um gesto político de grande significado e também um reconhecimento ao governo Lula pelo combate à criminalidade ambiental desde o primeiro dia da sua gestão. Esses esforços revelaram a todos uma tragédia anunciada, a dos ianomâmis, fruto da ganância e da crueldade humanas, acobertadas pela omissão governamental.

Como definiu o então presidente eleito, Lula, no Egito, durante a COP27 em novembro passado, o Brasil está de volta. E o mundo recebeu o país de braços abertos, fato demonstrado já a partir da expressiva presença de líderes na posse presidencial. As cifras e o nível dos contatos mantidos falam por si: nos 40 dias até a viagem a Washington, o presidente Lula participou de 16 encontros presenciais com chefes de Estado e de governo, a que se somam dirigentes da União Europeia e de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), e ainda de outros seis contatos telefônicos com presidentes ou primeiros-ministros. Além de acompanhar esses contatos, mantive outros 22 encontros bilaterais e 14 telefonemas com ministros e dirigentes de organismos internacionais. Recebi, ainda, em visitas oficiais, chanceleres de Japão, Grécia e França.

Assim começamos a entregar resultados da primeira encomenda que recebi do presidente ao ser nomeado: reconstruir pontes, a começar pelos países vizinhos e pelos demais países latino-americanos, já a partir da cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em janeiro, além do continente africano e dos grandes polos de poder mundial, como os EUA, a China e a União Europeia. O relançamento dessas parcerias estratégicas requer forte apoio da diplomacia presidencial e conta com a qualidade dos quadros do Itamaraty, que receberam a missão com renovado entusiasmo.

Nesses 40 dias, retomamos a boa tradição da política externa brasileira, que soube construir sua reputação de excelência sempre orientada pelo interesse nacional. Ficam para trás os recentes tempos do terraplanismo diplomático no país, em que as boas práticas foram substituídas por teorias da conspiração delirantes, por bravatas e por provocações infantis a nossos principais parceiros. Essa página foi virada, e o mundo já reconhece plenamente um Brasil que retoma seu lugar, como ator responsável e comprometido com a busca de soluções para os grandes problemas globais, ao lado do imperativo da promoção do desenvolvimento econômico e humano para a população brasileira.

Como a política externa não é um fim em si mesmo, e sim um meio para promover os interesses do país num mundo repleto de novos conflitos e desafios, essas pontes são símbolos de um recomeço. E têm como objetivos recuperar perdas acumuladas e voltar a fazer da diplomacia uma ferramenta eficaz. Com pragmatismo, diálogo com a sociedade e foco no interesse nacional, vamos explorar novas oportunidades, preparar o país para exercer a presidência do G20, no ano que vem, e estamos avaliando os novos passos de processos negociadores herdados de gestões anteriores, como o da acessão à OCDE e o acordo Mercosul-UE.

Por essas pontes novas e sólidas, as primeiras visitas presidenciais, a Buenos Aires, Montevidéu e Washington, marcam o caminho da volta às nossas melhores tradições diplomáticas e da saída do isolamento.

5.6. Brasil e China vão discutir produção conjunta de satélites – entrevista do Ministro Mauro Vieira para o *Valor Econômico*, em 16 de fevereiro de 2023

Os governos do Brasil e da China devem discutir nos próximos meses a modernização de um programa de cooperação tecnológica entre os dois países para a produção de satélites de observação da Terra. Esse é um dos temas da pauta que a comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva levará em março a Pequim, informou ao Valor o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.

Com quase 40 anos, a parceria viabilizou a produção de satélites de diversas aplicações, do monitoramento do clima a projetos de sistematização e uso da terra, além de gerenciamento de recursos hídricos e produção de imagens para licenciamento ambiental.

"Além da política, as prioridades são econômicas, na área de ciência e tecnologia, educação, pesquisa. Há mais de dez anos a China é nosso maior

parceiro comercial, com grandes investimentos, e um ator imprescindível no mundo", disse o chanceler. "Vamos discutir com eles a reformulação do Conselho de Segurança, os métodos de trabalho da ONU, uma nova governança global e acordos comerciais que podem surgir", completou.

Ele acredita que a tensão diplomática entre China e Estados Unidos, agravada após a identificação de balões supostamente espiões, ainda não é grave o suficiente para demandar uma eventual intermediação de outros países. "Acho que são incidentes que têm que ser resolvidos, mas sobretudo em contatos entre os dois países", disse.

Sobre os desdobramentos da recente ida de Lula a Washington, Vieira disse que o ex-secretário de Estado John Kerry deve chegar ao Brasil na primeira semana após o Carnaval para dar andamento à adesão dos EUA ao Fundo Amazônia. Ele também comentou as atribuições do ex-chanceler Luiz Alberto Figueiredo, recentemente nomeado embaixador do Clima.

Vieira falou ainda das expectativas do Brasil para o andamento do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia e para as eleições da Venezuela, em 2024. Em entrevista recente ao jornal "O Globo", o chanceler argentino, Santiago Cafiero, disse que o Brasil poderia ser convidado a participar de um grupo de países para mediar o debate entre o governo Nicolás Maduro e a oposição, visando eleições transparentes.

A seguir os principais pontos da entrevista:

Fundo Amazônia

Ministro Mauro Vieira: A visita [aos EUA] foi realmente excepcional, uma visita de cunho político, que serviu para restabelecer o contato. O resultado imediato foi a boa vontade dos Estados Unidos em aderir ao Fundo Amazônia. Mas tudo isso vai continuar e agora vai haver negociações em nível técnico. Essa foi uma visita basicamente política, os presidentes manifestaram intenções, mas não houve negociação. E agora isso vai continuar a ter desdobramentos. Em breve, no dia 27 ou 28 [de fevereiro], o ex-senador e ex-secretário de Estado John Kerry, agora negociador americano para o Clima, estará no Brasil e vai retomar as conversas iniciadas pelos presidentes em relação ao Fundo Amazônia e outros que virão.

Convite para reunião do G7

Ministro Mauro Vieira: O Brasil já foi convidado várias vezes para esse diálogo com países do G7, deixou de ser convidado nos últimos anos e agora

volta a ser. No momento em que for efetivado o convite, o Brasil participará, sem dúvida nenhuma. Temos contribuições a apresentar. Não tem nada a ver com a posição brasileira no conflito [Rússia-Ucrânia], sobretudo no que diz respeito ao fornecimento de armas, porque nós não nos engajamos nisso, nem com a reforma do Conselho de Segurança da ONU. São assuntos que não se comunicam.

OCDE

Ministro Mauro Vieira: Isso é um assunto que envolve vários ministérios, não só as Relações Exteriores. Toda a área econômica, Indústria e Comércio, Agricultura etc. Nós estamos há pouco mais de 40 dias no governo e estamos avaliando o convite que foi recebido pelo governo anterior. E aí vamos ver os passos a tomar. É um processo longo, em que você tem que tomar decisões e aderir a muitas convenções, inclusive adaptando legislações internas. Então é um processo longo que a própria OCDE calcula que seja algo entre quatro e cinco anos. Então, estamos avaliando e tudo o que for do interesse do Brasil será perseguido.

Lula na China

Ministro Mauro Vieira: Além da política, as prioridades são econômicas, na área de ciência e tecnologia, educação, pesquisa etc. Há mais de dez anos a China é nosso maior parceiro comercial, com grandes investimentos, e ator imprescindível no mundo. O Brasil terá, sem dúvida, muitos assuntos para discutir com as autoridades chinesas. Por exemplo, vamos discutir com eles a reformulação do Conselho de Segurança, os métodos de trabalho da ONU, uma nova governança global, acordos comerciais que podem surgir e investimentos. O Brasil tem há quase 40 anos um programa de pesquisas espaciais e construção de satélites de observação da Terra e isso tudo tem que ser adaptado aos requerimentos atuais.

Acordo comercial China-Uruguai

Ministro Mauro Vieira: A posição do Brasil é de que o Mercosul negocia sempre em conjunto. As questões que podem haver, que surgem, são discutidas dentro do Mercosul. Quer dizer, se o Uruguai tem posições específicas, elas serão discutidas dentro do Mercosul, entre os países do Mercosul e não entre o Brasil e a China.

Crise dos balões

Ministro Mauro Vieira: Acho que são incidentes que têm que ser resolvidos, mas sobretudo em contatos entre os dois países. Não vejo que seja uma situação alarmante neste momento. Evidentemente que todos os países têm que defender seu espaço aéreo e sua integridade territorial, mas não acho que estejamos diante de uma situação de grande gravidade.

Rússia x Ucrânia

Ministro Mauro Vieira: O presidente tem dito repetidamente que se fala muito em guerra e em armas e que ele gostaria de ouvir mais pessoal falando em buscar a paz. Então, ele sempre se colocou à disposição para que haja um movimento de países e que a contribuição do Brasil seja considerada importante. Se convidado a participar, o Brasil poderia acrescentar a sua voz a países que querem buscar a paz, ou seja, promover uma discussão e uma condição em que se possa falar de paz e não só de guerra. Ele tem manifestado a intenção de contribuir no momento em que for criado um grupo. O presidente falou disso com o chanceler alemão (Olaf Scholz), com o presidente da Argentina (Alberto Fernández), com o presidente do Uruguai (Lacalle Pou) e em conversas telefônicas com chefes de Estado, mas ainda não há nada concreto, preciso.

Acordo UE-Mercosul

Ministro Mauro Vieira: Estamos esperando que a União Europeia nos apresente os anexos ao acordo que foi negociado e concluído no governo passado. E nós estamos avaliando o conteúdo para ver no que o interesse nacional está resguardado. Vamos conversar com nossos parceiros do Mercosul para continuar a negociação, mas depois que conhecermos todos esses anexos do acordo. A informação que eu tenho do governo passado é que a negociação estava concluída a nível técnico, mas que não estava assinado. Para ser assinado, precisará ser revisto pelo atual governo, porque se foi negociado pelo anterior, este tem que saber o que está dentro desse acordo. O acordo é importantíssimo, vai conectar dois blocos importantes, mas agora falta o ato político da assinatura. Depois, a aprovação do Parlamento Europeu, dos parlamentos dos 27 países da UE e do Legislativo dos quatro países do Mercosul. Há ainda um longo percurso a ser percorrido.

Eleições na Venezuela

Ministro Mauro Vieira: Já tomamos a decisão de reabrir a embaixada do Brasil em Caracas, assim como os consulados na Venezuela. Então já há uma aproximação. Não vi as declarações do ministro Santiago, mas imagino que ele tenha se referido a algum mecanismo semelhante ao que houve no passado da troika da Unasul que negociava com o governo e a oposição na Venezuela para criar condições para que houvesse eleições legislativas - que houve e que o governo perdeu a maioria. Acho que é uma ideia boa reviver um grupo desse tipo, um grupo de contato que possa estabelecer condições de entendimento entre o governo e a oposição.

Novo embaixador do Clima

Ministro Mauro Vieira: O Itamaraty já designou no passado ministros e embaixadores especiais para o clima. É parecido com a posição que tem o ex-secretário de Estado John Kerry, que é um negociador do clima. No nosso caso, será um embaixador especial do clima, que possa viajar, conversar e explicar posições brasileiras depois de um período de quatro anos em que o país esteve afastado de todo e qualquer diálogo, inclusive com posições internas que eram consideradas hostis em muitos países e que travaram uma série de negociações e a contribuição ao Fundo Amazônia. É uma função que ele terá para poder estar com autoridades de outros países e explicar nossa posição. A negociação continuará sendo feita pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Itamaraty, através do nosso secretário de Meio Ambiente e Clima.

Dilma no Banco do Brics

Ministro Mauro Vieira: Não sei como está. Preciso conversar com as agências envolvidas e com a presidenta para saber como estão essas questões. Não tenho nenhum dado a mais.

5.7. "O sectarismo que testemunhamos nos últimos anos representa a negação da diplomacia" – entrevista do Ministro Mauro Vieira ao CEBRI, em 15 de março de 2023)

CEBRI: Em seu discurso de posse, Vossa Excelência sustentou que a ideologia da política externa para a América do Sul seria a "ideologia da integração".

No entanto, em recente viagem de Lula à Argentina e Uruguai, o governo uruguaio reforçou o interesse de negociar um acordo de livre-comércio em separado com a China, o que é proibido pelas regras do Mercosul. É possível que a paralisação do Mercosul tenha forçado os países menores a buscar outras alternativas. Como Vossa Excelência enxerga a posição uruguaia e como evitar que Montevidéu se veja forçada a escolher entre Mercosul e China?

Ministro Mauro Vieira: Ao falar em "ideologia da integração", busquei retomar princípios caros à política externa brasileira que foram deixados de lado nos últimos anos, é disso que se trata. Esses fundamentos foram substituídos, na gestão anterior, por retórica agressiva e por atitudes até infantis em relação a países cujos governantes tinham orientação política e ideológica distinta à do governo anterior. A integração é o objetivo prioritário, e eventuais divergências devem ser tratadas por meio da política e da diplomacia. O sectarismo que testemunhamos nos últimos anos representa a negação da diplomacia, é a antidiplomacia e nada tem a ver com a tradição brasileira. A integração, o foco no interesse nacional e o diálogo com os parceiros voltam, portanto, a ser elementos prioritários da política externa brasileira.

O sectarismo que testemunhamos nos últimos anos representa a negação da diplomacia, é a antidiplomacia e nada tem a ver com a tradição brasileira.

A visita do presidente Lula a Montevidéu é um bom exemplo dessa volta às boas tradições de diálogo. Como todos sabemos, o presidente Lacalle Pou tem uma orientação político-ideológica distinta, o que em nenhum momento impediu um diálogo franco e de alto nível, inclusive na questão do Mercosul. A negociação dos países do Mercosul como bloco é um dos pilares do Tratado de Assunção, e a posição do Brasil é clara a esse respeito, inclusive com vistas a um futuro diálogo com a China. E não se trata de uma posição somente do Brasil e da Argentina. Há poucos dias estive em Assunção, e o Paraguai também considera fundamental que as negociações externas do Mercosul continuem a ser conduzidas como bloco, como prevê o tratado. Além disso, na visita a Montevidéu o presidente Lula argumentou, com razão, que estamos na reta final de uma negociação de mais de 20 anos com a União Europeia e que o mais prudente agora será concluir esse acordo antes de abrir outra negociação de fôlego com outra potência comercial, como a China. O próprio presidente Lula indicou que há interesse nessa possível negociação do Mercosul sobre a China. Ambos os presidentes mantêm aberto o canal de diálogo não somente sobre o assunto, mas também sobre a agenda bilateral, e prova disso foi a visita de três ministros uruguaios a Brasília no dia 7 de março. Assim se dá

forma a esse trabalho em favor da integração. O tempo do sectarismo é uma página virada, felizmente.

Os presidentes Lula e Lacalle Pou concordaram quanto à necessidade de revitalização do Mercosul e de seus mecanismos. Mas é exagerado falar em paralisia. E quando se exagera ao falar em uma suposta paralisia do Mercosul, eu costumo recomendar que olhemos os números. Os agentes econômicos vêm desmentindo essa visão, e todos os países do bloco se beneficiam desses fluxos e da retomada que estamos acompanhando.

CEBRI: O governo Biden passou por contestações similares ao governo Lula em relação ao resultado eleitoral. Ambos os países sofrem com a ascensão de grupos de extrema-direita que não aceitam os resultados eleitorais quando perdem. Vossa Excelência acredita que o tema da defesa da democracia pode aproximar os governos Biden e Lula? Vossa Excelência acredita que o relacionamento bilateral entre EUA e Brasil pode atingir um novo patamar de cooperação por conta desse desafio comum?

Ministro Mauro Vieira: A visita do presidente Lula a Washington e as conversas mantidas na Casa Branca com o presidente Biden sobre a realidade internacional e esses fenômenos desagregadores não deixam dúvidas sobre esse desafio comum. Há plena consciência de que ambos os países têm um amplo espaço de cooperação nessa área e que a experiência brasileira de combate à desinformação em massa, por exemplo, oferece lições a compartilhar com as democracias do mundo, inclusive a norte-americana. Nos meus contatos desde a posse, percebo grande respeito e admiração pela resiliência das instituições brasileiras diante do forte teste de estresse que o país superou pela via eleitoral e com um sistema de votação e apuração que é modelo. Que esse sistema tenha sido posto em dúvida, a partir de mentiras, demonstra a gravidade dos perigos que enfrentamos como sociedades.

Nos meus contatos desde a posse, percebo grande respeito e admiração pela resiliência das instituições brasileiras diante do forte teste de estresse que o país superou pela via eleitoral e com um sistema de votação e apuração que é modelo. Que esse sistema tenha sido posto em dúvida, a partir de mentiras, demonstra a gravidade dos perigos que enfrentamos como sociedades.

Mas esse é apenas um dos aspectos de uma agenda bilateral muito rica e que está sendo retomada rapidamente a partir da visita, com reuniões e visitas de alto nível não somente na diplomacia, mas também em áreas de

grande visibilidade, como comércio, meio ambiente e mudança climática. O engajamento de Washington no Fundo Amazônia, por exemplo, foi um gesto positivo que deve levar à participação de outros países. Acredito que já estamos devolvendo a relação bilateral ao nível de parceria estratégica que ela merece, com trabalho e diálogo em várias áreas. Esse diálogo, aliás, começou no mesmo dia da visita do presidente Lula, com reuniões técnicas de equipes de ambos os países ainda na Blair House, onde estava hospedada a delegação. O trabalho começou ali e tem sido intenso nas últimas semanas.

Esse dado não quer dizer, no entanto, que estamos obrigados a concordar sempre. Brasil e Estados Unidos são países relevantes, soberanos e que dialogam de igual para igual. Aprendemos, ao longo da história, a tratar eventuais divergências com respeito e com maturidade. Divergências são normais, e não há qualquer problema nisso.

CEBRI: Em março, o presidente Lula visitará a China. Em diversas ocasiões, o presidente sinalizou que deseja incrementar o perfil das trocas comerciais e tecnológicas com a China. Recentemente, o governo chinês sinalizou que deseja negociar um acordo comercial com o Mercosul. Como Vossa Excelência enxerga um potencial acordo de livre-comércio entre Mercosul e China? Em seu discurso de posse, Vossa Excelência ressaltou a necessidade de finalizar os acordos do Mercosul com Israel e Egito. Um novo acordo com a China estaria dentro desse contexto de Mercosul mais ativo na arena comercial global?

Ministro Mauro Vieira: Em primeiro lugar, como lembrou o presidente Lula em Montevidéu, o passo prioritário é o que envolve a negociação pendente de assinatura com a União Europeia. Depois, é preciso saber se há interesse da China em negociar com o bloco e qual o alcance de uma futura negociação, o que, naturalmente, envolve também diálogo estreito com o setor privado e com os demais sócios. Temos o objetivo de que o Mercosul desempenhe um papel mais ativo no campo das negociações comerciais, mas não ignoramos problemas como o da paralisia da Organização Mundial do Comércio, dado que fortalece tendências protecionistas no interior dos países e na própria atuação internacional deles em matéria de comércio. É preciso dedicar esforços também a resolver os problemas do sistema multilateral de comércio, porque esses problemas têm freado avanços na direção de uma liberalização comercial mais equilibrada e justa.

CEBRI: Durante a visita do chanceler federal alemão Olaf Scholz ao Brasil, o presidente Lula reafirmou o desejo de o Brasil finalizar o acordo comercial do Mercosul com a União Europeia ainda neste semestre. Em outra ocasião, o presidente sinalizou certa insatisfação do governo brasileiro com o tema das compras governamentais, com a baixa amplitude das cotas agrícolas e com o acordo automotivo negociado. Com a perspectiva de uma política ativa de reindustrialização nacional do novo governo, como Vossa Excelência enxerga esse acordo? E como percebe os interesses dos europeus em finalizar o acordo?

Ministro Mauro Vieira: Nos contatos que mantivemos desde a posse com líderes de países europeus e com autoridades da União Europeia, o interesse tem sido demonstrado de modo claro. No entanto, aguardamos passos do bloco europeu que indiquem como seria o processo de ratificação de um eventual acordo, bem como mais detalhes sobre o que a UE pretende com a "side letter" com exigências adicionais para os países do Mercosul na área ambiental. Negociadores de ambos os blocos tiveram uma primeira reunião em Buenos Aires no início do mês, e estamos avaliando os resultados dessa primeira troca de informações.

O compromisso do Brasil com a sustentabilidade ambiental é claro e tem sido reiterado na prática pelo governo Lula, desde o primeiro dia de gestão, com o combate à criminalidade ambiental, seja por meio do garimpo ilegal ou do desmatamento. Esse combate revelou a tragédia na área dos ianomâmis em Roraima. É preciso sempre lembrar esse fato.

Pela importância que tem, é natural que o acordo seja revisado por diferentes áreas de um governo que acaba de assumir e que também seja objeto de diálogo com o setor privado, que já está acontecendo. Mas o presidente Lula já manifestou um claro interesse em avançar.

CEBRI: O ministro da Fazenda Fernando Haddad declarou em Davos, na Suíça, que o governo havia criado um grupo de trabalho para avaliar o processo de acessão do Brasil à OCDE. Várias associações de classe, como CNI e CNA, registram seu apoio ao processo de acessão do Brasil. O presidente Lula declarou que o Brasil tem interesse de tornar-se membro pleno da organização, mas não como "país menor". No entanto, há países pequenos da OCDE que têm receio de o Brasil se tornar membro pleno, porque o Brasil terá grande peso, uma vez que o país é conhecido pela sua diplomacia ágil e capaz. Assim, como Vossa Excelência percebe o processo de acessão do Brasil à OCDE? O Brasil

poderá ser o único país membro da OCDE e dos BRICS simultaneamente. Esta posição é positiva ou negativa para o país?

Ministro Mauro Vieira: Não acredito nesses temores, já que a tradição da diplomacia brasileira sempre foi a de dialogar e buscar incluir todos na busca de soluções, e os países sabem disso. Portanto, na OCDE esse perfil se manterá.

Quanto ao processo de acessão, aberto no ano passado, é preciso não gerar expectativas exageradas: em primeiro lugar, Colômbia e Costa Rica, os últimos países latino-americanos a ingressar como membros plenos da organização, demoraram sete anos no processo de acessão. Não há solução rápida, no caso, e é preciso ter paciência e uma estratégia definida, até porque, em determinadas áreas, a entrada na OCDE requer mudanças legislativas. É um processo complexo.

A outra expectativa que considero desmedida é sobre esse rótulo de "clube dos ricos". Ingressar em uma organização não tem o poder de mudar o "status" de desenvolvimento econômico de um país, e a própria composição da OCDE demonstra esse fato. A organização é um foro importante de coordenação e de compartilhamento de boas práticas, e o Brasil participa dela há décadas, com bons resultados setoriais. Ser aceito como membro pleno é uma consequência natural desse processo histórico de aproximação, e a OCDE também tem muito a ganhar com o ingresso de um país com o peso do Brasil.

CEBRI: A visita do presidente eleito ao Egito para participar da COP 27 foi um marco da retomada da política ambiental internacional do Brasil. Em paralelo à reafirmação de compromissos pelo governo federal, também estiveram presentes na conferência outros atores como governadores, parlamentares, representantes do setor privado e da sociedade civil. Como Vossa Excelência avalia o potencial e os desafios de incluir na política externa ambiental e climática do país os interesses e percepções dessas outras partes interessadas que, nos últimos anos, ganharam relevância no sistema multilateral?

Ministro Mauro Vieira: A frase do presidente Lula "O Brasil voltou", dita no Egito, foi acompanhada de uma repercussão altamente positiva sobre a superação das ameaças antidemocráticas, com a alternância de poder no Brasil. E ela reflete a realidade da nossa atuação externa neste início de gestão. Nossos interlocutores na comunidade internacional têm sido claros em acolher, de forma calorosa, essa volta. As agendas de contatos do presidente e a minha própria nos primeiros dois meses falam por si. A política ambiental é um pilar dessa atuação externa e vem acompanhada por políticas e ações internas que

respaldarão a posição brasileira e tratarão de reverter o desmonte das estruturas de Executivo e dos organismos de controle verificado na gestão anterior.

A frase do presidente Lula "O Brasil voltou", dita no Egito, foi acompanhada de uma repercussão altamente positiva sobre a superação das ameaças antidemocráticas, com a alternância de poder no Brasil.

A sociedade brasileira acompanhou esse processo destrutivo de perto e recentemente indignou-se com as imagens da tragédia dos ianomâmis, que somente foi possível em virtude de uma clara omissão governamental. A retomada da participação dos atores da sociedade não é apenas bem-vinda, representa um elemento tradicional de formulação da política externa brasileira no regime democrático. Dialogar com esses atores no plano interno, seja na área ambiental, seja na área comercial, ou em tantas outras, sempre foi parte indissociável do trabalho cotidiano do diplomata brasileiro. E esse diálogo sempre ofereceu um forte respaldo às nossas equipes negociadoras no plano multilateral, como tem de ser com países democráticos relevantes no debate.

5.8. Entrevista com o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, sobre a "Doutrina Lula", para o *Americas Quarterly* (EUA), em 23 de março de 2023

"O Brasil está de volta", declarou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em uma conferência internacional, pouco depois de sua eleição. Mas o que isso significa na prática para as relações com o restante da América Latina, como o país vai lidar com a concorrência crescente entre a China e os Estados Unidos e com os principais pontos de conflito, como a guerra na Ucrânia, a Venezuela e a Nicarágua?

Algumas das respostas podem parecer conhecidas para os que se lembram da primeira presidência de Lula, de 2003 a 2010. Mas muita coisa mudou desde então, tanto no Brasil como no mundo, o que levará a diferenças na política externa, explicou o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, em entrevista à AQ.

"Vinte anos atrás, o crescimento da China era visível, mas agora o país é, sem dúvida, uma superpotência", disse Vieira. "Em menos de 20 anos, a China passou a ser o principal parceiro comercial, não só do Brasil, mas de muitos países da América Latina. Isso, portanto, mudou muito o cenário, e a geopolítica também mudou".

Esta entrevista foi realizada em português via Zoom no dia 13 de março. Ela foi traduzida para o inglês e levemente editada, para fins de conteúdo e maior clareza.

Brian Winter: Pode ser que se trate de uma pergunta muito americana, mas aqui nos Estados Unidos sempre falamos sobre a doutrina dos presidentes: a doutrina Biden, a doutrina Bush. Existe uma doutrina Lula?

Ministro Mauro Vieira: Eu diria que a doutrina Lula é a de restaurar a imagem do Brasil e suas relações, não apenas com nossos vizinhos latino-americanos, mas também restaurar a presença do Brasil no mundo, em todas as instâncias mundiais, sejam bilaterais ou multilaterais. Nos últimos quatro anos, o Brasil interrompeu sua tradição diplomática de ser um país aberto a todos os interlocutores, independentemente de sua posição ideológica, e de manter contato, negociar e conversar. Acredito que se existe uma doutrina, seria essa.

O Presidente Lula me deu instruções muito específicas. Ele fez um discurso muito importante e muito contundente, durante a Conferência sobre Mudança Climática em Sharm el-Sheikh, onde afirmou que "o Brasil está de volta". Após a minha nomeação e depois que assumiu o cargo, ele disse repetidas vezes que isso era o mais importante, que era preciso informar que o Brasil estava de volta à sua tradição diplomática. Ele me disse para reconstruir todas as pontes e todos os canais de comunicação que haviam sido destruídos.

Brian Winter: O mundo mudou muito nestes últimos 20 anos, desde o primeiro mandato de Lula. Quais são as diferenças mais importantes entre a política externa naquela época e agora?

Ministro Mauro Vieira: Na época, a política externa era chamada de "ativa e altiva". Trata-se de uma expressão cunhada pelo ex-Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para quem trabalhei como chefe de gabinete, e que representou muito bem esse estilo de política externa nos primeiros oito anos de Lula.

É obvio que o mundo mudou muito, em todos os sentidos, como na mídia — as informações são transmitidas muito mais rapidamente — e a geopolítica também mudou. Vinte anos atrás, o crescimento da China era visível, mas agora o país é, sem dúvida, uma superpotência. Em menos de 20 anos, a China passou a ser o principal parceiro comercial, não só do Brasil, mas de muitos países da América Latina. Isso, portanto, mudou muito o cenário, e a geopolítica também mudou.

Agora temos uma guerra na Europa. E acho que a governança global também mudou, porque as organizações multilaterais, sejam elas políticas ou comerciais, estão muito enfraquecidas e perderam a capacidade de agir. Do ponto de vista comercial, a Organização Mundial do Comércio está paralisada; perdeu a relevância. Ao mesmo tempo, a situação das Nações Unidas também é preocupante, porque vemos a paralisia de seu principal órgão para a manutenção da paz e segurança, que é o Conselho de Segurança. O Conselho de Segurança, com o formato de 1945, não mais reflete a realidade de hoje. E estamos diante de uma grande crise em que seus mecanismos, seus métodos e sua composição não permitem que as Nações Unidas exerçam o papel fundamental que deveriam ter — como o Brasil defende que deveria ter, e como já teve no passado.

Hoje há uma certa paralisia, em detrimento da paz mundial, em detrimento de uma melhor governança. Acredito, portanto, que essas são as grandes mudanças. É aí que o Brasil e a política externa do Presidente Lula querem voltar a ser ativos, promovendo também uma discussão sobre governança global.

Brian Winter: O mundo mudou muito. O Brasil também mudou, sobretudo nos últimos quatro anos, como mencionou. De que maneira avalia os esforços para restaurar a democracia brasileira, após os eventos dos últimos meses, especialmente os ataques de 8 de Janeiro em Brasília? E esses eventos, que representam um risco de autoritarismo para o país, semelhante ao que enfrentamos aqui nos Estados Unidos, têm algum ponto de interseção com a política externa brasileira? Ou são temas distintos?

Ministro Mauro Vieira: Olha, a questão da democracia no Brasil... penso que desde 1964, quando houve uma ruptura da ordem democrática, e levou 21 anos [para a democracia ser restaurada]... penso que com a restauração da democracia no Brasil e com a promulgação da Constituição [de 1988], nós lançamos uma democracia jovem, mas uma democracia sólida, com instrumentos sólidos, fundamentados na Constituição.

Os eventos de 8 de Janeiro foram o resultado de embates que ocorreram na sociedade brasileira nos últimos anos, desde 2016, com o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, e depois, em 2018, com a eleição do último governo, que representou uma forte guinada para a direita. Isso mudou a posição do Brasil em termos de política externa, mas também mudou as políticas internas, insuflando um grupo que se sentiu privilegiado e encorajado a até mesmo financiar os eventos de 8 de Janeiro. Eu estava em Brasília, e foi um ato inesperado e surpreendente — ver tantas pessoas, cerca de 4000

pessoas, chegarem na Praça dos Três Poderes [onde estão localizados os poderes judiciários, legislativos e executivos] e destruírem os edifícios... foi uma coisa inacreditável, que recebeu não apenas incentivo ideológico e político, mas também apoio financeiro importante de vários setores.

Isso vem de uma parte da sociedade brasileira que não é democrática e que não valoriza os valores democráticos. Não havia dúvida de que houve uma eleição e que o Presidente Lula venceu.

Então, agora é uma questão de investigar e esclarecer o que aconteceu, quem inspirou tudo isso, quem cometeu esses atos extremamente ilegais que poderiam ter comprometido verdadeiramente a democracia brasileira. Mas acredito que a sociedade e as autoridades competentes reagiram rápido, e tudo ficou sob controle. No domingo [quando aconteceram os ataques], já no início da noite, tudo estava sob controle e muitos foram presos. E foi isso, em suma.

Brian Winter: E isso tem algum impacto na política externa do Brasil? Por exemplo, as semelhanças entre os riscos enfrentados pelo Brasil e pelos Estados Unidos foram parte fundamental do encontro do Presidente Lula [em 10 de fevereiro] com o Presidente Biden em Washington?

Ministro Mauro Vieira: Sem dúvida, são questões nacionais, mas que também repercutem na política externa. Naquela noite, recebi talvez 15 ligações telefônicas de ministros das relações exteriores de outros países, manifestando solidariedade e apoio ao Brasil e às instituições democráticas brasileira. Os Presidentes Biden e Lula conversaram sobre o assunto, fazendo referência aos acontecimentos nos dois países, e se pronunciaram publicamente sobre a necessidade de fortalecer as democracias em todo o mundo.

Acredito que grandes países como os Estados Unidos, o Brasil e outros podem ter um papel importante na divulgação dos valores democráticos e no reforço da importância de manter a democracia e destacar os ganhos da democracia. No caso do Brasil, foi graças à restauração da democracia desde a promulgação da Constituição de 1988 que tivemos governos progressistas, como o do Presidente Lula, que criaram as condições para o crescimento econômico e beneficiaram a população, tirando milhões de pessoas da pobreza, criando moradias para as pessoas carentes, sistemas de saúde e tudo mais.

Isso só acontece em uma democracia. Daí a importância de defender a democracia, e qualquer iniciativa para defender a democracia internacionalmente é muito válida, porque dessa forma os países podem se desenvolver e crescer.

Brian Winter: O relativo silêncio do governo Lula em relação às ditaduras na América Latina, como na Nicarágua e na Venezuela, contradiz, de alguma forma, essa valorização da democracia?

Ministro Mauro Vieira: Não, porque não há silêncio.

A primeira vez que houve algum movimento sobre a Nicarágua no contexto internacional, dentro de uma organização multilateral, foi em Genebra, no Conselho de Direitos Humanos. [Nota do Editor: Em 9 de março, 54 países, incluindo os Estados Unidos, o Chile, o Peru e a Colômbia, assinaram uma declaração instando o governo de Ortega a "libertar todos os presos políticos" e condenando a recente decisão do regime de revogar a cidadania de mais de 300 nicaraguenses]. O Brasil não apoiou [a declaração], pelo contrário. Queríamos fazer uma declaração separada, independente da que foi feita por aquele grupo de países. Porque queríamos deixar clara a nossa posição de que é preciso haver mudanças, é preciso haver ajustes. O Brasil queria primeiro apelar para os mecanismos multilaterais existentes e depois discutir e esgotar todas as opções antes de qualquer outra medida mais forte, como, por exemplo, a adoção de sanções, elemento que foi sugerido durante todo o debate.

Esse foi o elemento que nos fez emitir uma declaração à parte, que se referia à necessidade de diálogo com o governo [Ortega] e com atores relevantes da sociedade nicaraguense. Sanções unilaterais, uma medida que muitos países adotam, são ilegais para o Brasil. Só podemos adotar sanções que tenham sido aprovadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Portanto, não poderíamos, em princípio, apoiar uma declaração que não fazia referência ao diálogo como primeiro passo. E considerando que essa era a primeira oportunidade [para debater o assunto] em um fórum multilateral, que é uma instituição que tem os mecanismos para corrigir esses pontos, e que essa era a primeira vez que a discussão ocorreu depois de o Presidente Lula assumir, há dois meses e meio, queríamos deixar a nossa posição bem clara.

Brian Winter: O Brasil e o presidente têm algum papel em possíveis negociações entre a Ucrânia e a Rússia?

Ministro Mauro Vieira: Veja, o Presidente Lula já disse inúmeras vezes... fala-se muito sobre a proposta de Lula... Ele não apresentou uma proposta concreta, com objetivos a serem seguidos para chegar à paz. O que ele disse é que continua a ouvir falar de guerra, de grandes volumes de recursos destinados à compra de armas, de destruição e morte, e não ouve falar de paz. O que ele quer e o que ele fez foi pedir que comecemos, de alguma forma, a discutir a paz.

É isso que é importante, diante de todas as vítimas, de toda a destruição provocada no país. Ele também condenou a invasão da Ucrânia, e comentou sobre os efeitos mundiais da inflação, a ameaça para segurança alimentar, o risco de esta guerra durar muitos anos ou mesmo sair do controle, em um mundo onde as armas são cada vez mais destrutivas e mais letais. Portanto, foi com todas essas preocupações em mente que ele fez e continuará a fazer apelos para uma reunião, porque estamos absolutamente convencidos que não é do interesse de nenhuma das partes continuar com esta guerra triste e deplorável, sem ao menos tentar encontrar uma solução negociada.

O Brasil é um país pacifista ... esse é o nosso DNA diplomático. É isso que o presidente quer dizer ao mundo.

Brian Winter: Muitos países, sobretudo no sul global, estão adotando a ideia, ou a doutrina, de "não alinhamento ativo" como uma estratégia para lidar com a crescente concorrência entre os Estados Unidos e a China. O Embaixador Amorim, a quem se referiu, até escreveu um capítulo de um livro recente sobre essa ideia. Esse conceito resume basicamente a posição do Brasil sobre a questão?

Ministro Mauro Vieira: Sim, nós não temos um alinhamento automático com nenhum dos lados. Pelo contrário, mantemos excelentes relações com os Estados Unidos — na verdade, no próximo ano, vamos comemorar 200 anos de relações diplomáticas com os embaixadores nos dois países. E também temos relações importantes com a China. O que nos orienta é o interesse nacional, dentro de uma estrutura de multilateralismo, de direito internacional. Os alinhamentos automáticos não trazem resultados positivos e benéficos para o interesse nacional. Podem ocorrer perdas quando há um alinhamento automático e injustificável. Na verdade, como aconteceu nos últimos quatro anos.

Brian Winter: Fala-se muito em integração latino-americana neste momento. Há um alinhamento ideológico entre muitos governos da região, mas há também ceticismo sobre se essas ideias podem se traduzir em decisões práticas, além das reuniões e da existência de blocos como a CELAC e a Unasul. Existe uma agenda concreta e prática no que diz respeito à integração regional? E quais são as oportunidades mais importantes?

Ministro Mauro Vieira: Não há dúvida de que a integração é um objetivo sério. Na verdade, a integração latino-americana está até na Constituição brasileira. E há exemplos concretos, muito concretos. O presidente visitou a Argentina e o Uruguai. Eu acabei de voltar do Paraguai. Em breve, o Presidente Lula terá uma reunião com o presidente do Paraguai. Esses são os parceiros originais do Mercosul. Nos três casos, foram acordadas medidas e projetos muito específicos, relativos à integração física, por exemplo, que é fundamental. Em breve os anunciaremos.

E são projetos que vão beneficiar a infraestrutura rodoviária e ferroviária e a navegação fluvial nesses países, o que também terá um impacto imediato no comércio: reduzir custos, aumentar a segurança. Não se trata apenas de retórica. Esses não são projetos que estão começando agora. Estamos finalizando-os, dando os últimos retoques, e eles serão implementados em breve. Há muitos outros que podem acontecer.

A CELAC é um lugar, é um espaço para discussões que podem levar a coisas concretas. Além disso, o presidente Lula quer revisar e atualizar a Unasul, que era de fato, diferentemente da CELAC, um órgão forte, com iniciativas concretas de integração em muitas áreas e que infelizmente foi abandonado, mas que nós queremos adaptar e atualizar, porque também o mundo não é mais o mesmo. A integração do Mercosul se traduziu em um crescimento exponencial do comércio entre nossos países. Hoje temos um comércio importante e significativo para nossas economias, e sem o Mercosul, sem um projeto de integração, isso não aconteceria.

Brian Winter: Eu mencionei esse alinhamento ideológico. A maioria dos governos, especialmente na América do Sul, é de esquerda, apesar de todas as suas diferenças. Mas é possível que vejamos uma mudança de governo na Argentina este ano, por exemplo. Esse alinhamento ideológico é importante para as relações latino-americanas ou sua importância é superestimada?

Ministro Mauro Vieira: Olha, o importante é o interesse nacional e, acima de tudo, as decisões de cada país em relação à integração com seus vizinhos. Não podemos, em hipótese alguma, deixar de conversar com nenhum país, principalmente com aqueles com os quais fazemos fronteira. Sabe muito bem, como brasilianista, que temos 10 grandes fronteiras com países da região. Não podemos deixar de conversar porque este ou aquele governo tem esta ou aquela orientação ideológica. Isso é algo que não vai acontecer durante o governo do Presidente Lula e que não existia na tradição diplomática brasileira.

Nós sempre vamos conversar com todo mundo. Independentemente da orientação ideológica. O interesse nacional está acima de qualquer diferença de posição política. Então é isso que eu posso dizer, é isso que é relevante, é isso que conta.

5.9. Presidente do Brasil proporá "clube da paz" para a Ucrânia, em sua visita à China – entrevista do Ministro Mauro Vieira ao *Financial Times* (Inglaterra), em 24 de março de 2023

O presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva vai propor a criação de um "clube da paz" com a China para mediar o fim do conflito na Ucrânia, durante sua viagem a Pequim nesta semana para se encontrar com o presidente Xi Jinping.

O líder brasileiro de esquerda busca restaurar a influência diplomática do Brasil após o relativo isolamento do governo anterior de Jair Bolsonaro, mas tem resistido a se alinhar com os países ocidentais que enviam armas à Ucrânia para repelir a invasão russa.

"Estamos muito interessados em promover ou ajudar a gerar algum tipo de encontro que leve a um processo de paz", disse o chanceler Mauro Vieira em entrevista ao Financial Times.

"O presidente já disse diversas vezes que ouve muito falar de guerra, mas muito pouco sobre paz. Ele está interessado em conversas pela paz."

Lula afirmou, no início deste ano, que promoveria a ideia de um grupo de países mediadores, dizendo que "está na hora de a China colocar a mão na massa". "Minha sugestão é que criemos um grupo de países que tente sentar-se à mesa com a Ucrânia e a Rússia para buscar a paz", acrescentou.

Alguns analistas demonstraram ceticismo. Ryan Berg, pesquisador sênior do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS), disse: "O Brasil é uma potência aspiracional. Quer se ver no mundo como um país que contribui para a resolução de problemas e enfrenta desafios globais.

"O problema é que o Brasil não está em uma posição ideal para impactar o desfecho desta guerra, nem é visto por muitos como um mediador neutro, dado seu pertencimento ao Brics [grupo que inclui Rússia, China, Índia e África do Sul]."

Uma proposta de paz apresentada pelo México no final do ano passado teve pouca adesão após a Ucrânia classificá-la como um "plano russo".

Vieira afirmou que a viagem à China – maior parceiro comercial do Brasil – demonstra o retorno do país a uma política externa mais proativa. Durante o governo de direita de Bolsonaro, o Brasil evitou em grande parte iniciativas multilaterais, favorecendo relações próximas com aliados ideológicos, como os Estados Unidos sob o então presidente Donald Trump.

Lula viajará para a China no sábado e se encontrará com Xi em Pequim no início da próxima semana. Ele tem enfatizado o histórico do Brasil como uma democracia não alinhada e seu envolvimento em organismos internacionais como o grupo Brics.

Sua visita ocorre poucos dias após Xi se encontrar com Vladimir Putin em Moscou. Putin apoiou o plano de paz em 12 pontos da China, que foi criticado por Washington por oferecer a Moscou uma maneira de legitimar suas conquistas territoriais.

Lula está entre os muitos líderes da América Latina e do mundo em desenvolvimento que buscam manter neutralidade na guerra, expressando desconforto com os esforços ocidentais de armamento da Ucrânia. No mês passado, ele recusou um pedido para revender munição de tanque à Alemanha para uso na guerra, dizendo que o Brasil é um "país de paz".

Em uma ligação com o presidente ucraniano Volodymyr Zelenskyy neste mês, Lula, de 77 anos, prometeu visitar o país no "momento certo". No entanto, os dois líderes transmitiram mensagens marcadamente diferentes após a conversa.

Enquanto Zelenskyy destacou a "importância de defender o princípio da soberania e da integridade territorial dos Estados", Lula ressaltou o compromisso do Brasil com "qualquer iniciativa relacionada à construção da paz e ao diálogo".

Em seu gabinete em Brasília, Vieira prometeu restaurar a tradição da política externa brasileira de "manter contato com todos os países", acrescentando: "Queremos recuperar o tempo perdido recentemente. E, claro, não haverá alinhamentos automáticos."

Tanto a China quanto a Rússia são parceiros comerciais importantes para o Brasil. Bolsonaro visitou Moscou pouco antes do início da invasão em larga escala da Ucrânia, em fevereiro do ano passado, para garantir o fornecimento de fertilizantes para o setor agroindustrial brasileiro, em rápida expansão.

O comércio do Brasil com a China é dominado por commodities, especialmente a exportação de soja e minério de ferro para o país asiático.

A tentativa de Lula de se envolver na questão ucraniana não é sua primeira incursão em assuntos internacionais delicados. Como presidente, em 2010, ele viajou ao Irã e, junto com o primeiro-ministro da Turquia, garantiu um acordo sobre o programa nuclear iraniano. No entanto, o pacto — criticado pelos EUA e outros governos ocidentais — foi rapidamente rompido por Teerã.

5.10. Entrevista concedida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a TV Chinesa CCTV, em 13 de abril de 2023

Entrevistador: Presidente Lula, seja bem-vindo a China, essa é a sua quinta visita. Bem vindo de volta, presidente.

Presidente Lula: Mais uma vez eu estou muito feliz de estar na China, porque temos muitos interesses comuns entre China e o Brasil, e eu acho que essa visita pode aperfeiçoar a relação Brasil e China. E, ao mesmo tempo, o Brasil ficou isolado do mundo durante os últimos seis anos e nós estamos retomando a participação da política do Brasil na política internacional.

Entrevistador: Presidente Lula, o senhor está liderando uma grande delegação para a China. A qual é maior do que aquela que viria em março. Quais as suas expectativas em atingir seus objetivos nessa visita e nos encontros com o presidente Xi Jinping?

Presidente Lula: Olha, nós temos vários interesses nessa visita à China. Primeiro, eu gostaria de estabelecer com a China uma parceria estratégica que pudesse durar muitas e muitas décadas. Segundo, é preciso avançar na relação do Brasil com a China, não apenas na questão econômica e na questão comercial. É importante que a gente avança um pouco na questão, sabe, científica e tecnológica. É preciso que a gente avança um pouco, sabe, nos convênios entre as universidades. É preciso mais chineses estudantes no Brasil e mais brasileiro estudando na China. Nós precisamos estabelecer uma política em que a China se transforma em parceiro de investimentos no Brasil. Não queremos ser vendedor nem só de commodities ou vendedor de empresa estatal. O que nós queremos é construir parcerias para construir coisas novas que precisam ser feitas no Brasil, e também eu quero discutir com o presidente Xi Jinping a questão da guerra da Rússia e da Ucrânia, que

é uma guerra que está incomodando as pessoas que não estão participando da guerra. Estão muito incomodadas e está causando prejuízo em grande parte do mundo e esses, eu acho, que são assuntos importantes. Eu quero discutir, a parceria espacial com os chineses, quero discutir, sabe, o investimento por exemplo da China na indústria automobilística brasileira. Ou seja, portanto, nós temos muitos assuntos, eu acho que vai ser uma visita muito proveitosa e eu espero logo em seguida poder recebe o presidente Xi Jinping no Brasil.

Entrevistador: Presidente Lula, nos seus dois primeiros mandatos, o senhor visitou a China não apenas como um parceiro de troca de conhecimento, mas também como um parceiro geopolítico, elevando o status e elevando a "voz", para o Sul Global. Qual a importância da China, nesta visita, em seu terceiro mandato?

Presidente Lula: É importante lembrar que, a primeira visita em que eu recebi, do presidente Hu Jintao no Brasil, eu reconheci a China como economia de mercado e muita gente que participava do G7, muita gente que participava do (trecho inaudível) não concordava que eu tivesse reconhecido a China como economia de mercado. A partir desse momento, a gente estabeleceu uma relação mais afinada com a China. Nós começamos a participar dos Brics e, China e Brasil juntos, participava da reunião do G7, nós elaborávamos um documento junto e a China passou a ser um país que fazia bastante investimento. Eu lembro que no meu primeiro mandato, nós tínhamos a construção de um gasoduto no Brasil, que ia ser financiada pelo Japão e, nós tomamos a decisão política do governo, econômica, de que seria mais vantajoso para o Brasil a gente fazer a parceria com a China. E nós então fizemos a parceria com a China para construir o gasoduto chamado Gasene, que foi construído pelos chineses. A partir daí, os chineses viraram um parceiro extremamente importante do ponto de vista político, do ponto de vista econômico, do ponto de vista comercial e nós queremos que seja também do ponto de vista cultural. É preciso estabelecer uma certa afinidade entre a cultura chinesa a cultura brasileira. Porque é isso que vai dando mais liga, isso que vai dando mais aperfeiçoamento na nossa relação e nós temos na China. Eu lembro que na COP 15, em Copenhagen, havia toda uma programação para culpar a China pela poluição do planeta Terra. E eu lembro que foi Brasil, Índia e África do Sul, que nós nos colocamos contra e colocamos que a China estava poluindo o planeta naquele instante, mas tinha países que tinha uma dívida histórica com a poluição do planeta, era preciso saber se eles iam pagar a dívida histórica. Bom, por conta dessa discussão, a reunião acabou não aprovando

nada. E nós, estabelecemos com a China também uma discussão mais refinada sobre a questão ambiental, sobre a questão climática. Porque a questão do clima envolve todos nós, envolve todo mundo e é importante agora, o Brasil quer que a China participe no Brasil da construção de um grande programa de renovação industrial, sabe, que seja uma coisa de empresas limpas, uma economia limpa, seja energia por exemplo. O Brasil tem um potencial energético extraordinário, 80% da energia brasileira limpa, ou seja, nós agora, estamos entrando era do hidrogênio verde, ou seja, uma coisa importante que a China pode participar conosco. Nós estamos crescendo muito na questão do biodiesel, do etanol. E tudo isso, a China pode ser parceira do Brasil, não apenas no consumo mas na construção de coisas para que se venda para outros países. Então, eu estou na China com muito otimismo, com muita vontade de que a gente possa avançar. Eu tive uma extraordinária relação com a China nos meus dois primeiros mandatos, eu espero ter uma extraordinária relação com a China nesse meu terceiro mandato. Agora que a presidenta Dilma vai ser a presidenta do banco do Brics, eu acho que ela vai contribuir para aperfeiçoar essa nossa relação com a China.

Entrevistador: A respeito dos BRICS, Dilma Rousseff, ex-presidente do Brasil, será a nova presidente do banco. O que o senhor pensa a respeito dessa posição e o que o senhor pensa que os BRICS farão, pois ao longo dos anos ficaram sob diversos debates e muita controvérsia, no cenário mundial.

Presidente Lula: Olha, primeiro é normal que tenha tido essa controversa, essa discussão toda, porque é uma coisa nova. E tudo que você cria novo, você cria impacto positivo de um lado, impacto negativo dos outros. Por exemplo, os nossos amigos americanos eles têm sempre uma preocupação contra qualquer coisa nova que se crie em se tratando de banco ou de moeda, porque ele acha que a gente tem que acabar com o dólar, como moeda referência no comércio exterior. Foi assim quando se criou o euro na Europa, os Estado Unidos ficou muito ofendido e quando eu falava de que era preciso criar uma nova moeda, que um país do tamanho da China e do tamanho do Brasil não precisa negociar com base no dólar, você pode ter uma moeda criada, sabe, que pode ser organizada pelos bancos centrais dos dois países e a gente fazer a nossa troca comercial nas nossas moedas. Isso é uma novidade, é uma coisa a ser estudada, é uma coisa a ser pensada, e eu acho que o Brasil e a China são duas potências, ou seja, se a gente colocar mais a Índia, se a gente colocar mais a Rússia, se a gente colocar mais a África do Sul, agora entrou Bangladesh, entrou os Emirados Árabes. A gente vai ter metade da população mundial

participando dos Brics. A gente têm um potencial econômico muito grande, um potencial comercial. Então, você causa dúvida, causa incerteza e que nós temos que discutir. Eu, estou convencido que nós não temos que ter pressa de transformar o banco dos Brics num extraordinário, num grande banco. Temos que trabalhar com muita tranquilidade, sem atropelos, não cometer erro nenhum, para que o banco de Brics seja uma referência muito importante para os países em via de desenvolvimento.

Entrevistador: Presidente Lula, eu vejo a paixão que falamos em elevar o status do sul global. Em diversas ocasiões, o senhor falou de uma forma muito apaixonada, na necessidade, na urgência em elevar a voz do Sul global. De onde vem essa paixão? Por que o senhor é desta forma, considerando a questão da democracia e as relações internacionais que o senhor se refere?

Presidente Lula: Olha, eu tenho já praticamente doze anos, tentado mostrar, dentro das Nações Unidas, que a geopolítica de quarenta e cinco não existe mais. A razão pela qual foi criada as Nações Unidas, com a formação que ela tem, já não existe mais, o mundo é outro. A geopolítica mundial mudou. Então veja, você não pode continuar com cinco países sendo, sabe, os principais mandantes das principais decisões do mundo. Ao mesmo tempo, você não pode ter uma coordenação da ONU, em que os países tenham direito a veto e os países que fazem parte do Conselho de Segurança às vezes fazem guerra sem discutir no Conselho de Segurança. Os Estados Unidos invadiram o Iraque, sem discutir no Conselho de Segurança. A Inglaterra e a França, invadiram a Líbia sem discutir no Conselho de Segurança. Agora a Rússia invadiu a Ucrânia, sem discutir no Conselho de Segurança. Então, é preciso dar mais representatividade ao Conselho de Segurança. Eu acho que tem que ter países da América do Sul, América Latina, países da África. Não é possível, que o continente africano com cinquenta e quatro países não possa ter representante no Conselho de Segurança da ONU. Nós defendemos a entrada da Alemanha. Quando eu coloquei a entrada dos chineses, os meus amigos chineses, quando eu coloquei a entrada dos japoneses, os meus amigos chineses não gostaram, porque não querem. Quando você coloca a Alemanha, às vezes os italianos não concordam. Ou seja, mais o dado concreto é que se dá mais credibilidade e mais força porque o mundo está precisando de uma governança global mais forte, sobretudo quando se trata de discutir dois temas: a paz e a questão climática. Se você não tiver um Conselho de Segurança da ONU, com autoridade de decidir, e os países signatários cumprirem, a gente não vai resolver o problema climático no mundo. A gente não vai resolver,

porque cada país pensa apenas em sí. Cada empresário pensa apenas nos seus interesses. E a gente não consegue fazer uma política climática correta, para que a humanidade sobreviva respirando ar puro, bebendo água pura e tendo um mundo melhor para sobreviver. Esse é o desafio que está colocado para a China, que está colocado para o Brasil, que está colocado para os Estados Unidos, que está colocado para a União Europeia. E nós temos que buscar. Por isso, eu vou continuar brigando. Eu não quero ser líder de nada. Não quero ter hegemonia sobre ninguém. A única coisa que eu quero é o seguinte: é preciso criar uma nova forma de governança mundial. A China tem um papel muito importante no mundo hoje. A China tem que ser levado em conta. O Brasil tem que se levar em conta. Um país de como a Nigéria, como o Egito, como México, tem que ser levado em conta. A Índia tem que ser levado em conta. Ou seja, então, não dá para você ter uma governança que não representa aquilo que é o espetro político da sociedade mundial. Então, eu vou continuar brigando por isso. Vou continuar fortalecendo a nossa relação com a China, e quando eu digo o fortalecer a relação com a China, eu não estou querendo romper com os Estados Unidos. Eu quero também fortalecer a relação com os Estados Unidos. Como é que a gente vai conseguir paz na Rússia e na Ucrânia, se ninguém tá falando em paz? Todo mundo só tá falando de guerra, todo mundo só está falando de dar mais armas para a Ucrânia, sabe, atacar a Rússia ou a Otan colocar a fronteira no território russo. Então, o que nós precisamos encontrar, países que querem paz. A China quer paz? O Brasil quer paz? A Indonésia quer paz? A Índia quer paz? Então, nós temos que juntar esses países e fazer uma proposta de paz para a Rússia e para a Ucrânia.

Entrevistador: Na Ucrania, a China fez uma proposta de 12 pontos para a paz. E as expectativas são altas, em que o senhor possa sugerir um trabalho em conjunto com a China, para resolver a situação na Ucrânia. Que planos específicos o senhor quer propor à Pequim?

Presidente Lula: Eu não tenho um plano específico. Eu não tenho uma coisa produzida. A proposta, ela vai sair de muitas conversas entre muitas pessoas. Eu estou convencido, que a União Europeia, que sempre jogou um papel importante, porque a União europeia sempre foi um ponto de equilíbrio, ela nunca participava diretamente dos conflitos, ela agora entrou diretamente no conflito. Quando o companheiro Olaf Scholz, chanceler da Alemanha foi ao Brasil, pedir para que o Brasil vendesse, sabe, mísseis para que ele pudesse entregar para a Ucrânia. Eu disse que não ia vender os mísseis porque o Brasil não quer entrar na guerra. O Brasil quer paz. Então, eu estou obcecado em

conversar com as pessoas, para encontrar um jeito de paz. Eu acho que os russos querem paz. Eu acho que a Ucrânia quer paz. Mais do que querer, o mundo precisa de paz. Afinal de contas nós ainda temos um bilhão de seres humanos passando fome. A desigualdade ainda é muito grande. Então, o ser humano, os dirigentes não tem o direito de fazer guerra. Quando o mundo está precisando de paz, de emprego, de distribuição de riqueza. É isso que nós precisamos fazer no mundo. E é isso que eu quero conversar com meu amigo Xi Jinping, porque a China tem um peso importante. Eu fiquei feliz ainda não sei o resultado da conversa da visita do presidente Xi Jinping à Rússia. Eu ainda não sei o resultado da conversa do Macron com o presidente Xi Jinping, mas eu acho que só o fato das pessoas estarem conversando, sabe, já começa a parecer uma ponta de esperança entre os países que querem paz.

Entrevistador: Que tipo líder, o presidente Xi Jinping parece ser para o senhor?

Presidente Lula: Ora, eu acho que a China, ela chama atenção pela capacidade que os chineses tiveram de estabelecer um modelo de crescimento, sem abrir mão da concepção ideológica, da concepção de organização partidária que eles acreditavam. Eles construíram, então os chineses conseguiram construir uma economia forte, uma economia participativa, ou seja, hoje se discute se a China é a primeira ou a segunda economia do mundo, a depender do jeito que você vai medir o crescimento. E eu fico feliz porque eu conheci a China mais pobre, eu conheci o momento em que o Brasil pagava salário mais alto do que a China, de que a economia brasileira parecia ser mais forte do que a chinesa. E os chineses deram um salto de qualidade extraordinário. Isso significa competência política. Significa muita maturidade política. Ou seja, quando a globalização, achou que poderia explorar a mão de obra barata na China, a partir dos anos 80, os chineses souberam utilizar as empresas estrangeiras, que aqui vieram, para que formasse os chineses, preparassem os chineses. Milhões foram estudar fora, para que a China se transforma-se na potência científica e tecnológica que ela é hoje, na potência econômica, na potência industrial. Então, é uma coisa extraordinária, por isso que eu sou admirador, sabe, da forma com que a China soube cuidar da sua adversidade. Não foi brincadeira tirar a quantidade de milhões e milhões de pessoas pobres que tínhamos na China, e fazer as pessoas ascenderem a um padrão social mais elevado. Se bem que ainda tem muitos pobres, mas tem muitos pobres em muitos países do mundo. No Brasil por exemplo, nós tínhamos acabado com a fome em 2012 e a fome agora voltou, numa demonstração de que houve irresponsabilidade política e econômica no Brasil, coisa que não aconteceu

na China. Então veja, eu acho que a gente tem que o estudar a China com muito carinho, com muito cuidado e com muita humildade. A gente não é obrigado a concordar com tudo o que a China, mas a gente também não pode ser contra por ser contra. É importante a gente saber o que é que foi feito, como foi feito e porque é que deu certo. E isso, eu acho que assusta um pouco outros países, porque durante séculos, só alguns países foram ricos, só alguns países mandaram no mundo. Então, na hora que surge a China, na hora que vai crescendo a Índia, na hora que vai crescendo o Brasil, na hora que os países em via de desenvolvimento, vão dando um salto de qualidade, do ponto de vista industrial, do ponto de vista do conhecimento científico e tecnológico, obviamente que começa a assustar aqueles que se sentiam o dono do mundo. E aí o que nós temos que dizer para essas pessoas? Nós não queremos ser melhor do que ninguém. Nós queremos apenas ter o direito de sermos iguais. Essa é a verdade. E é essa a parceria construtiva, sabe, que eu quero construir com a China.

Entrevistador: Falando a respeito de percepção em relação a China, alguns países descrevem a presença econômica, a influência da China, incluindo o Brasil, entre a América Latina, como neocolonialismo. O que o senhor pensa, a respeito disso?

Presidente Lula: Na relação com o Brasil não acho a China tem se comportado no Brasil, de acordo com aquilo que os empresários brasileiros têm aceito. Eu por exemplo, quero dizer para os meus amigos chineses, o seguinte: o Brasil não vai vender mais empresa estatal. O que o Brasil quer propor à China é que nós precisamos construir uma centena de coisas novas. Que passa por rodovia, que passa por ferrovia, que passa por portos, aeroportos, que passa por novas indústrias, que passa por empresas de químicas, que passa por investimentos novos, sobretudo na formação educacional do nosso povo. Por isso que eu penso trabalhar com a China, uma troca de informação entre as nossas universidades para que a gente possa ter um trânsito maior de chineses estudando no Brasil e de brasileiros estudando com chineses, sabe, sinceramente não tenho, não vejo e não tem relação colonial com a China. Há muita gente que fica incomodada, porque os Estados Unidos poderiam estar investido na África, a Europa poderia estar investido na África, mas não investiram. Na verdade, colonizaram a África durante quase que mais de um século, ou seja, quando os chineses aparecem fazendo investimento nos países da América Latina, nos países da África, incomoda porque a China vai crescendo. A China já tem uma boa participação na economia brasileira.

E eu quero que tenha, eu quero que participe, quero que participe de um jeito construtivo, de um jeito de construção de parceria. Que os nossos empresários sejam sócios dos empresários argentinos, dos empresários chineses. Que os empresários chineses possam ir produzir no Brasil. É assim que a gente constrói uma parceria, sabe, uma parceria de verdade entre países que pensam o mundo mais ou menos igual. E eu acho que a China tem um pensamento do mundo, muito, muito semelhante àquilo que eu particularmente penso do mundo. Eu quero um mundo mais humanista, eu quero um mundo mais justo, eu quero um mundo mais fraterno, eu quero um mundo mais solidário, eu quero um mundo sem guerra, eu quero um mundo com mais emprego. Por isso, é que nós temos uma certa afinidade e daí a minha admiração pelo sucesso da China, sabe, nesse período.

Entrevistador: Presidente Lula, o que o senhor pensa sobre a iniciativa da China, que marca o décimo aniversário do PRI (Principles for Responsible Investment)? O Brasil irá se juntar ao PRI?

Presidente Lula: Deixa dizer uma coisa, o Brasil vai se juntar a tudo aquilo que nós entendermos que contribui para o desenvolvimento do Brasil e da região. Eu espero, que nessa conversa com o presidente Xi Jinping, a gente possa nos colocar de acordo, sabe, com novas coisa que a gente possa fazer. O Brasil está disposto a participar de tudo o que favorecer o Brasil. E não apenas o Brasil, o Brasil tem fronteira com quase todo os países. O Brasil precisa efetivamente construir, sabe, ligar o Oceano Atlântico ao Pacífico. Nós temos interesse, nós temos muito interesse de ligar ao Oceano Pacífico pelo Chile, ligar pelo Peru, sabe, nós temos condições tranquila de fazer isso. E, obviamente que se os chineses quiserem participar junto conosco, com a América Latina, com o Caribe seria muito importante. Nós estamos precisando fazer no século XXI mais coisa do que foi feita no século XX. E menos Guerra, menos guerra. Não tem explicação, não tem explicação quando o mundo está precisando de paz, quando o mundo está ficando mais violento, sabe, o comportamento antidemocrático, de muitos países e dos Estados Unidos. No Brasil, por exemplo, no Brasil nós temos, um comportamento de pessoas fascistas. Agora, não sei se você está acompanhando, tem gente matando crianças de escola e parque infantil. Essa é uma, é um comportamento, sabe, impensável em um ser humano. É impensável. Então, tudo isso exige que os líderes políticos, tenham um outro comportamento. Eu vi aqui em Hong Kong, essas manifestações contra a política chinesa para Hong Kong.

O dado concreto é que se conseguiu estabelecer um processo de tranquilidade, de compreensão, à medida que o país tem que estar paz. O mundo tem que estar em paz, para gente poder crescer economicamente, culturalmente e socialmente. Não existe outro jeito, a guerra não ajuda, a guerra atrapalha.

Entrevistador: Presidente Lula, o senhor fala, diversas vezes em afinidade. Eu adoro essa palavra, afinidade chineses e brasileiros e posso lhe dizer, que o senhor ficaria surpreso com quantos chineses são entusiastas, apaixonados pelo time brasileiro durante a Copa do Mundo de Futebol. Vários chineses choraram com a eliminação do Brasil, pela Croácia, na última copa. Como o senhor descreveria o sentimento de fraternidade entre chineses e brasileiros?

Presidente Lula: Eu, por incrível que pareça, eu às vezes, acompanho os jogos de futebol aqui da China. Eu acompanho os jogos do Campeonato chinês, que passa na televisão brasileira, porque tem muito jogador brasileiro jogando aqui na China, e tem canal de televisão que transmite. Eu acho que os chineses estão evoluindo e o Brasil tem uma coisa caraterística, o Brasil é um país em que o povo é um povo alegre, é um povo festivo. O Brasil é um país que não tem (trecho inaudível) no mundo. Então, não só as pessoas gostam do Brasil como o Brasil gosta dos outros, sabe, nós gostamos, nós queremos tratar bem, nós queremos ser agradáveis com as pessoas, nós queremos ser simpáticos com as pessoas. Esse é o resultado, mas este é o resultado de um povo que é resultado de uma mistura, de uma mistura entre indígenas, africanos que foram escravizados, e os europeus, sabe, que foram para o Brasil no começo do século passado. Ou seja, então essa mistura, essa miscigenação do povo brasileiro, deu esse povo alegre. Que gosta de música, que gosta de futebol, que gosta de carnaval, que gosta de tratar bem os outros. Sabe, os brasileiros também gostam dos chineses, se os chineses forem jogar contra uma potência qualquer, pode ficar certo de que o povo brasileiro, vai torcer pelos chineses. Se o Brasil for jogar com uma outra potência, o povo vai torcer pelo Brasil. O povo tá sempre escolhendo, sabe, aqueles que parecem que são mais frágeis. E eu acho que a China, ela soube conquistar o espaço no mundo. No mundo político, no mundo cultural, no mundo esportivo. A evolução da China no esporte é muito grande, é muito grande. Sabe, e eu acho que os brasileiros acompanham isso com muito carinho e com muito respeito. Se tem uma coisa que o povo brasileiro, sabe, e gosta é de respeitar os povos de outros países.

Entrevistador: Presidente Lula, o papel da China no mundo é um assunto muito debatido. Como o senhor vê o crescimento da China, considerando as iniciativas que a China propôs em relação a segurança global, desenvolvimento global e as iniciativas de civilização global. Que papel o senhor acha que a China tem no cenário global?

Presidente Lula: Olhe, primeiro eu acho que a existência da China, tal como ela é, é necessário ao mundo de hoje. O mundo, tem que ter debate. O mundo tem que ter disputas econômicas, disputas científicas, disputas tecnológicas, sabe, e os chineses vieram e despontaram como a grande potência. Há 50 anos atrás ninguém acreditava que a China pudesse chegar em 2023 com a potência que a China é. A China é uma potência em quase todas as atividades econômica. A China é uma potência hoje em ciência, em tecnologia, em produção, em engenharia. Eu acho que isso é importante para o mundo, porque o mundo não tem só um lado, a gente não tem que ficar olhando só uma voz ou um país. O mundo ficou muito tempo dependendo dos Estados Unidos e da União Europeia. Depois, veio a 2a Guerra Mundial, o mundo ficou dependendo, sabe, de uma outra potência que era a Rússia, que polemizava, sobretudo com a criação da Guerra Fria. Agora não, agora a China aparece no cenário mundial, não falando de guerra, mas falando de desenvolvimento, falando de investimento em educação, formando engenheiros, formando bioquímico, formando do médico, formando engenharia espacial, competindo com aqueles que eram campeões. Isso é muito importante, isso é saudável para o mundo. Eu quero te dizer que eu fico satisfeito e prazeroso que a China faz investimento na África, que a China faça investimento na América Latina. Quando teve a crise em 2008, na primeira reunião que nós tivemos do G20, em Princeton nos Estados Unidos, a discussão que nós fazíamos é que deveria aproveitar a crise de 2008 e os países ricos fazer investimento nos países pobres, para que os países tivessem acesso ao financiamento, para que pudesse crescer economicamente, construir pequenas e médias indústrias, melhorar a sua agricultura e ser menos dependente do mundo rico. Ninguém fez isso, a China fez. Então, a gente não tem que ficar, sabe, com ciúmes da China. A gente tem que acreditar, que outros países deveriam fazer o que a China está fazendo. Outros países, porque assim o mundo fica melhor. Então, eu acho que os chineses hoje representam um certo equilíbrio no debate econômico mundial, no avanço científico mundial. Então, isso é importante para o mundo.

Entrevistador: Presidente Lula, você é muito conhecido na China. E muitos são interessados na sua história pessoal. O senhor largou a escola na segunda série, sustentou sua família senhor trabalhou aos oito anos como vendedor na rua, engraxate e metalúrgico. O que, todas essas experiências, significam para você e para o homem que lidera um país?

Presidente Lula: Olha, eu penso que a vida me ensinou a ser o que eu sou hoje. Eu fui criado numa família muito pobre, só para você ter ideia meu pai teve vinte e seis filhos por duas mulheres. Minha mãe teve doze. E minha mãe teve doze filhos, todos com parteira nenhum foi no hospital, todos em casa. Depois, a minha mãe se separou do meu pai, com oito filhos, que quatro tinham morrido e ninguém trabalhava na época. Eu fui vender pipoca, fui vender amendoim, fui ver laranja, o outro ia vender carvão, vender sardinha. (entrevista interrompida e depois é retomada). O que é importante na minha vida, é que eu tive uma mãe que se tornou minha heroína, porque ela conseguiu criar oito filhos, todos viraram trabalhadores, todos construíram família. Ou seja, eu tive a oportunidade de fazer um curso técnico, numa escola profissional, fui para sindicato e virei presidente da República. Então a minha cabeça sempre funciona, não esquecendo de onde eu vim. Eu nunca esqueço de onde eu vim e nunca esqueço para onde eu vou voltar, quando eu deixar a Presidência. A Presidência não é uma profissão, a Presidência é um exercício do mandato, delegado por uma parcela da sociedade brasileira, que acredita que eu vá fazer as coisas que eles precisam. Também esse é o meu papel. Só tem uma razão de ser presidente do Brasil: é melhorar a vida do povo mais pobre. É garantir que ele possa tomar café, almoçar e jantar todo dia. É garantir que ele tenha um emprego. É garantir que ele possa criar a sua família. Esse é o papel de um presidente da República. Dar acesso à saúde, a esse povo mais humilde. Então, é para isso que eu governo e essa é a educação que eu recebi de berço.

Entrevistador: Falando sobre Saúde, eu sempre o quis perguntar isso, senhor presidente. Com 17 anos, o senhor perdeu um dedo trabalhando como metalúrgico, lamento por isso. O senhor foi para diferentes hospitais que não puderam lhe atender, pois o senhor não tinha plano de saúde, naquela época. Como foi? O como essa experiência fez que o senhor trabalhasse pela Saúde do seu povo e do seu país, quando o senhor foi presidente?

Presidente Lula: Na verdade, quando eu cortei o dedo, era praticamente 2 horas da manhã, 3 horas da manhã, e eu só fui ser atendido no hospital

às 7 horas da manhã. Ou seja, porque naquele tempo, no Brasil era muito difícil você ter acesso ao médico. Não tinha Posto de Saúde, não tinha tanto hospital, hoje tem mais. Hoje tem mais facilidade, hoje tem o SUS. O SUS é um grande programa de Saúde. O Brasil, é o único país com mais de 100 habitantes no planeta Terra, quem tem um plano de saúde universal. É o plano que salvou o país na pandemia, e hoje, então, se uma pessoa ao cortar o dedo será tratada com muito mais rapidez do que eu fui. Eu acho que a Saúde é um bem imprescindível para a humanidade, e o Estado tem que oferecer para o povo, como um todo, Saúde de qualidade e de graça. No caso do Brasil, nós oferecemos, inclusive, remédio de graça. Porque, se você faz o diagnóstico da doença, dá uma receita, e a pessoa não tem dinheiro, a pessoa vai morrer com a receita na cabeceira da cama. Então no Brasil, para as pessoas pobres, nós damos remédio para as pessoas sobreviverem. E eu quero melhorar a Saúde. Nós agora, estamos fazendo um plano de saúde muito mais arrojado do que nós já tínhamos, para que cada município brasileiro possa ter um médico para atender as pessoas com respeito, com dignidade. Para que as pessoas não morram por falta de tratamento. Então, essas coisas é um aprendizado que a gente vai tendo na vida. E aí, é a única razão, pela qual, eu voltei a ser presidente, é a única razão. Eu acredito que é possível recuperar o Brasil. É preciso fazer o Brasil voltar a crescer economicamente. É preciso o Brasil voltar a ter um protagonismo internacional mais forte. É possível a gente melhorar a qualidade da Educação, porque nesses últimos seis anos, o Brasil, e todas as políticas sociais que nós fizemos, foram praticamente destruídas. Então, nós agora estamos reconstruindo tudo outra vez para que o povo seja tratado com decência e dignidade. É isso.

Entrevistador: Presidente Lula, as histórias foram emocionantes, obrigado pelo seu tempo e por ter feito essa entrevista em sua agenda, na visita à China.

Presidente Lula: Olha, eu quero agradecer a oportunidade e dizer que é com muita alegria que eu venho visitar à China. Eu espero que não seja a única visita nesse mandato. Eu espero voltar mais vezes, porque Brasil e China tem que trabalhar muito. A gente vai se encontrar nos Brics em 2024. A gente também vai se encontrar no G20, também que o Brasil vai em 2025, e eu pretendo continuar tendo encontros diversos, sob diversos temas com a China, sobretudo sobre a questão energética que o mundo precisa tanto. E a gente pode construir muitas coisas juntos, por isso, obrigado.

6. PUBLICAÇÕES EM REDES SOCIAIS

6.1. Publicação no X, por ocasião do encontro bilateral com o Ministro de Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Dmytro Kuleba – 18 de fevereiro de 2023

6.2. Publicação no Instagram por ocasião do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial – 21 de março de 2023

itamaratygovbr

itamaratygovbr Neste Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, o Itamaraty anuncia uma série de iniciativas de promoção da igualdade racial.

O Instituto Rio Branco (@institutoriobranco_oficial) ofertará 30 bolsas, junto com instituições parceiras, em edital a ser lançado neste semestre, aos melhores candidatos negros não aprovados no CACD 2022, e mais 30 bolsas, no 2º semestre, aos melhores de 2023, em um total de 60 bolsas ainda neste ano.

Será criado o prêmio "Milena Oliveira de Medeiros", a ser concedido a aluno cotista negro ou aluna cotista negra com melhor desempenho no Curso de Formação de Diplomatas, além de medalha e estágio em Posto no exterior ou matrícula em curso relacionado à atividade diplomática. O prêmio reconhece o desempenho dos alunos cotistas. Presta também homenagem à diplomata Milena Oliveira de Medeiros, bolsista do Programa de Ação Afirmativa, que nos deixou prematuramente no exercício de suas funções, mas continua a ser fonte de inspiração para seus colegas.

Será criado, ainda, no âmbito do Curso de Formação de Diplomatas, Curso de Promoção da Diversidade, a ser inaugurado por ciclo de aulas e palestras sobre a promoção da igualdade racial.

#racismonão #discriminaçãoracial #combateaoracismo #diainternacionalpelaeliminaçãodadiscriminaçãoracial #itamaraty #institutoriobranco

21 de março de 2023

6.3. Publicação no X, sobre a participação do Brasil na Reunião do CSNU sobre multilateralismo efetivo – 24 de abril de 2023

Itamaraty Brasil
@ItamaratyGovBr

O Brasil participou hoje, 24/4, de reunião do Conselho de Segurança da ONU sobre multilateralismo efetivo. Defendeu o compromisso com os princípios da Carta da ONU, com o direito internacional e com o multilateralismo.

Itamaraty Brasil @It... · 24/04/2023
O Brasil condenou a ameaça e o uso da força contra a integridade territorial e a independência política de qualquer Estado e defendeu a prevalência do diálogo e da diplomacia na resolução de conflitos.
1

Itamaraty Brasil @It... · 24/04/2023
Criticou a incapacidade do CSNU de dar respostas a mais uma guerra, o que confirma o processo de erosão de sua credibilidade e legitimidade, causando grande frustração.
1

Itamaraty Brasil @It... · 24/04/2023
O Brasil voltou a defender uma reforma do órgão, de maneira a refletir a realidade geopolítica atual e a torná-lo mais eficaz e representativo.
1

Itamaraty Brasil @It... · 24/04/2023
A delegação brasileira reiterou a confiança na centralidade das Nações Unidas no mundo multipolar que se afigura no horizonte, para garantir a manutenção da paz e a busca de soluções conjuntas para desafios comuns.

6.4. Publicação no X, na ocasião da reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-França – 24 de abril de 2023

6.5. Publicação no Instagram por ocasião do Dia Internacional dos Mantenedores da Paz (“Peacekeepers”) – 29 de maio de 2023

itamaratygovbr Comemora-se hoje o Dia Internacional dos Mantenedores da Paz (“Peacekeepers”) das @nacoesunidas . Ao longo dos últimos 75 anos, mais de 1 milhão de mulheres e homens serviram sob a bandeira da #ONU 🇺🇳 em operações de manutenção da paz. #pkday

Operações de manutenção da #paz são responsáveis pela proteção de civis, prevenção de conflitos, redução da violência, capacitação de autoridades e consolidação da paz. 88 militares do 🇧🇷 atuam em 11 missões da 🇺🇳, em países como Congo, Iêmen, Líbano, Mali, Somália e Sudão.

O 🇧🇷 celebra cerca de 55 mil brasileiras e brasileiros, militares, policiais e civis, que se dedicaram à manutenção da paz no 🌎 desde 1948. Presta especial homenagem a mais de 4 mil capacetes azuis, dentre os quais 42 brasileiros, que perderam suas vidas servindo à 🇺🇳.

29 de maio de 2023

6.6. Publicação no X, na ocasião da repatriação do acervo cinematográfico brasileiro – 19 de abril de 2023

Itamaraty Brasil 🇧🇷
@ItamaratyGovBr

Em celebração do Dia do Cinema Brasileiro, o #Itamaraty festeja a chegada de quase 2 toneladas de películas de filmes brasileiros antigos, que ajudarão a recuperar e preservar a história do #cinema nacional. O cinema brasileiro está de volta!

Itamaraty Brasil 🇧🇷 @Ita... · 19/06/2023
Os 144 filmes, divididos em 524 rolos, estavam armazenados na embaixada do Brasil em Roma e pertenciam à Embrafilme. As películas serão incorporadas ao acervo da @cinematecabr e reforçam a prioridade conferida pelo @govbr à promoção da #cultura do 🇧🇷.

1 4 32

Itamaraty Brasil 🇧🇷 @Ita... · 19/06/2023
A repatriação do acervo cinematográfico brasileiro foi iniciativa da @Ambrasile em coordenação com o Instituto Guimarães Rosa do #Itamaraty, @CulturaGovBr , @AncineGovBr , @cinematecabr, @DefesaGovBr, @fab_oficial e @GSI_oficial.

2 26

6.7. Publicação no Instagram por ocasião do Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+ – 28 de junho de 2023

itamaratygovbr

itamaratygovbr Hoje comemora-se o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+ e o Palácio #Itamaraty 🇧🇷 está iluminado com as cores do arco-íris 🌈! Está em Brasília hoje? Aproveite e venha conhecer a iluminação noturna do Palácio!

Nesta data simbólica, o 🇧🇷 anuncia a adesão ao Grupo de Amigos do mandato do Especialista Independente sobre proteção contra violência e discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero, no Conselho de Direitos Humanos das @nacoesunidas @unhrc

O mandato do Especialista Independente é o principal mecanismo no sistema internacional de #direitoshumanos para a promoção e proteção dos direitos da comunidade LGBTQIA+. O 🇧🇷 apoia o mandato desde a sua criação, em 2006, e, em 2025, defenderá sua renovação.

No Conselho de Direitos Humanos da ONU 🇺🇳, o 🇧🇷 tem feito recomendações a países que ainda criminalizam relações entre pessoas de mesmo sexo e proíbem manifestações de identidade de gênero para que removam essas tipificações penais e adotem ampla legislação antidiscriminatória.

O Itamaraty tradicionalmente defende a promoção dos direitos das pessoas LGBTQIA+ em foros internacionais. O reconhecimento desses direitos reflete a aplicação do princípio da igualdade ao exercício de #direitoshumanos consagrados, além do combate a toda forma de discriminação.

A comunidade LGBTQIA+ de nacionalidade brasileira 🇧🇷 que mora no exterior pode sempre contar com o apoio da #RedeConsular do Itamaraty. Descubra como!

Os consulados brasileiros podem intermediar pedidos de averbação em registro de nascimento do prenome e/ou do gênero de pessoa transgênero junto a cartórios no 🇧🇷. Procure o site do consulado mais próximo e fique atento aos documentos solicitados e às condições de agendamento.

@governodobrasil @presidenciadobrasil @mdhcbrasil

28 de junho de 2023

6.8. Publicação no X, sobre o Dia Internacional das Mulheres na Diplomacia – 29 de junho de 2023

Itamaraty Brasil 🇧🇷
@ItamaratyGovBr

A Secretária-Geral das Relações Exteriores 🇧🇷 presidiu hoje cerimônia em comemoração ao Dia Internacional das #MulheresNaDiplomacia, instituído pela Assembleia Geral das @NacoesUnidas 🇺🇳.

Itamaraty Brasil 🇧🇷 @Ita... · 29/06/2023
A Secretária-Geral fez um balanço das políticas dos 6 primeiros meses de gestão, com destaque para a criação do sistema de promoção da #diversidade e #inclusão, e reiterou a disposição de avançar em medidas de promoção da maior participação das #MulheresNaDiplomacia brasileira.

1 4 19 1,7k

Itamaraty Brasil 🇧🇷 @Ita... · 29/06/2023
A cerimônia também contou com o lançamento do livro "DiplomatAs", editado pela @funagbrasil. A publicação apresenta as trajetórias de sete mulheres diplomatas e sua contribuição para a construção do patrimônio diplomático do 🇧🇷. Confira em youtube.com/watch?v=zCSIDO...